PRESIDENTE DA REPÚBLICA:
ITAMAR FRANCO

MINISTRO DA CULTURA:
LUÍS ROBERTO DO NASCIMENTO E SILVA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL:
AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA
### SUMÁRIO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Contêncio</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Apresentação</td>
<td>5-6</td>
</tr>
<tr>
<td>Mapa Botânico - Ilustração</td>
<td>7-8</td>
</tr>
<tr>
<td>A Amazônia Colonial. Pela Profª Marilene Corrêa da Silva</td>
<td>35-61</td>
</tr>
<tr>
<td>Os Vassalos D'El Rey nos Conflins da Amazônia (1750 - 1798). Pela Profª Maria Regina Celestino de Almeida</td>
<td>63-85</td>
</tr>
<tr>
<td>Manuscritos da Inconfidência Mineira: coleções, arquivos e gavetas. Pelo Prof. Waldir da Cunha</td>
<td>87-119</td>
</tr>
<tr>
<td>Inconfidência Mineira: bibliografia. Por Eliane Perez e outros.</td>
<td>121-159</td>
</tr>
<tr>
<td>Dicionário Geográfico Brasileiro (III parte). Seleção e Introdução por Gilberto V. de Carvalho</td>
<td>161-274</td>
</tr>
<tr>
<td>Relatório da Presidência da Fundação Biblioteca Nacional</td>
<td>275-297</td>
</tr>
</tbody>
</table>

ISSN 0100-1922
Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional. — Vol. 66 (1944) — Rio de Janeiro:
A Biblioteca, 1944-
v. : il. ; 26cm


ISSN 0100-1922.


CDD 027.581

Coordenação editorial: Gilberto Vilar de Carvalho
Este volume foi publicado em 1994

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
Av. Rio Branco, 219
20040-008 - Rio de Janeiro, RJ
Impresso no Brasil
APRESENTAÇÃO

O ano de 1992 foi marcado por diversos importantes eventos, dos quais a Fundação Biblioteca Nacional não poderia ficar ausente: o 5º Centenário do descobrimento da América (1492), o 2º Centenário da execução de Tiradentes (1792) e o 2º Centenário do término da grande expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira, que ficou eternizada em sua obra *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, iniciada em 1783.

Coincidentemente, este ano de 1992 foi também declarado, por instituições internacionais, o *Ano da Ecologia*, do meio ambiente, da defesa e do estudo da natureza. A cidade do Rio de Janeiro foi o centro das celebrações ecológicas do mundo inteiro e foram grandes, extensas e até comoventes as festas com que a cidade comemorou a Ecologia. Inúmeros grupos internacionais de cientistas, artistas, líderes religiosos e políticos aqui vieram, de todas as partes da Terra. Cento e vinte governantes de diferentes países compareceram às reuniões de estudos. Foi a maior concentração de governantes reunidos num mesmo lugar, em toda a história do mundo.

A FBN comemorou o evento à sua maneira: organizou uma exposição dos manuscritos de Alexandre Rodrigues Ferreira e, com o patrocínio do Banco Real, publicou um belo álbum, "AMAZÔNIA: Redescoberta no século XVIII", a cores, com 30 reproduções de desenhos, dos mais de mil que se encontram no seu acervo. Infelizmente a maioria desses desenhos ainda permanece inédita, à espera de um mecenas que patrocine a sua publicação integral.


Para comemorar o Centenário da descoberta da América, gostaríamos de ter publicado pelo menos alguns dos 35 volumes, entre manuscritos e obras raras escolhidos por nossos pesquisadores, todos eles referentes a esse evento, uns absolutamente inéditos, outros esgotados há séculos, todos importantíssimos para o conhecimento do Brasil e da América nos seus primórdios. Organizou-se uma exposição desses documentos, no salão de Obras Raras, intitulado "Encontro da Iniciativa Privada com o Livro Raro", largamente divulgado pela imprensa, envolvendo representantes das áreas de *marketing*, de Bancos e de grandes indústrias, nacionais e

multinacionais, com o objetivo de tentar entusiasmar os “donos do dinheiro” a se candidatarem a patrocinadores dessas obras e ajudar na sua publicação. O resultado foi totalmente negativo, sob esse ponto de vista. Apesar da boa freqüência à exposição ninguém se apresentou para a dura tarefa de patrocinar obras culturais sem um retorno financeiro imediato.

Ainda para comemorar o Descobrimento da América, publicamos neste volume dos Anais o trabalho do chefe da Divisão de Manuscritos “O Achamento do Atlântico Sul”, transcrição de códice inédito e ainda não explorado pelos historiadores, contendo a relação dos Capitães-Mores dos navios que saíram de Portugal para o desconhecido, entre os anos de 1497 e 1696. Entre eles, Pedro Álvares Cabral.

A Inconfidência Mineira é lembrada com dois trabalhos: uma relação de manuscritos guardados no nosso acervo sobre Tiradentes, os seus companheiros de aventura e o ambiente em Minas Gerais no fim do século XVIII e um catálogo de obras sobre a Inconfidência à disposição do público na Biblioteca Nacional: livros, periódicos e documentos iconográficos.

O volume termina com a 3ª parte do Dicionário Geográfico Brasileiro e o Relatório da Presidência da Instituição.
MAPPA BOTÁNICO

para uzo do II.º e Ex.º Sr. Luís de Vasconcellos e Soiza Vice Rey do Est.º do Brazil.

Desenhado pelo Engenheiro José Corrêa Rangel de Bulhões. Data incerta. Provavelmente 1780.
(Acervo da Biblioteca Nacional, Div. de Manuscritos).

A publicação deste mapa não se prende apenas ao seu interesse científico, que consiste em mostrar as grandes divisões botânicas do final do século XVIII. Há nele, também, um lado simbólico que revela todo um aspecto social e humano, na medida em que exprime a integração perfeita entre o índio e a natureza, esse índio que era o dono da terra, mais do que isso, que era parte integrante da natureza. Nas entrelinhas, ainda, podemos talvez descobrir uma crítica à civilização europeia que, apesar de criar e propagar o ideal iluminista da unidade do mundo, da integração de todas as forças da natureza, invadiu a América e logo tomou ao índio a sua terra, onde ele vivia em simbiose perfeita, separou brutalmente aquelas forças e destruiu aquela unidade.

Gilberto Vilar de Carvalho
Pesquisador da Biblioteca Nacional.
[O AGIAMENTO DO ATLÂNTICO SUL:]
1497 a 1696

"Rellação dos capitães mores, e os Barcos que do Reino setem uindo a India".
Anônimo.

Introdução e transcrição pelo professor
Waldir da Cunha
Revisão e fixação do texto por
Darcy Damasceno

INTRODUÇÃO

O manuscrito que ora apresentamos é anônimo e ainda não foi explorado pelos historiadores. O original tem 21 páginas e é escrito em letras diversas do século XVIII. Sua leitura paleográfica constitui parte do acervo da Coleção Marques, com notação 1-32,34,13 no° 5, na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

A "Relação dos Capitães-mores, e os Barcos que do Reino se tem vindo a India" é um itinerário contendo notícias curiosas de todas as frotas e respectivos comandantes que seguiram para a Índia, incluindo a de Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil. Trata-se de um documento muito resumido e faz parte de um cartapácio afro-asiático, numerado entre as fls. 148 e 158. Seu texto contém divergências em relação às fontes existentes na Academia de Ciências, no "Livro das Armadas" apresentado por João de Barros, na 1ª. Década da Ásia, impresso em 1553 e nas "Famosas Armadas Portuguesas", por Simão Ferreira Pais.

O texto aqui reproduzido é rígido, mantendo-se todas as suas peculiaridades e sem desdobramento das abreviações.

A Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional arquiva ainda outras relações escritas por cronistas anônimos, como se pode ver, por exemplo, no Catálogo da Exposição de História do Brasil (1881), sob o nº 5637: "Armadas da Índia (1497-1632)", documento original (?) pertencente à Real Biblioteca. Este códice contém, no final, um mapa cronológico das naus, condições de viagens e lista de capitães-mores; é composto de 143 fls. e é diferente e mais completo do que este que agora publicamos. Há um outro, ainda, intitulado "Armadas que saíram para a Índia (1497-1632)", cópia de 51 fls. do códice existente na Biblioteca Pública Eborense.

Waldir da Cunha
Chefe da Div. de Manuscritos.

RELAÇÃO DOS CAPITÃES MORES, E OS BARCOS QUE DO REINO SE TEM VINDO A ÍNDIA.

O Anno de 1497, partio do Reino o grande Vasco da Gama, có tres Náos, do descubrimento da India; Almirante Paullo de Gama, e Nicolao Coelho, Não Santa Fee, São Gabriel, e São Rafael.

O Anno de 1500, Pedro Ál Cabral, descubridor da terra Santa Crus do Brazil có Armada de treze uellas ; Capitão mor Pedro Ál Cabral, Almirante Nuno Leitão, Bento Dias, Sancho de Tobar, Pedro de Ataide, Simão de Pina, Ayres gomes da Silva, Luiz Pires, Pedro Dias, Bartolomeu Mendes, Simão de miranda, Gaspar de Lemos, arribou, Vasco de Ataide arribou.

O Anno de 1501 João de Nova Cap., mor de quatro Náos Almirante Francisco de Nouaes, Fernão Vicente, e Diogo Barbosa.


O Anno de 1503 Affonso de Albuquerque, e Francisco de Albuquerque, cada hũ Capitão mor de tres Náos, e Antonio de saldança de oueras, outras tres hũa Capitania Affonso de Albuquerque', Almirante, Nicolau Gomes, Diogo Frz' Coelho, Segunda esquadra Capitania Francisco de Albuquerque', desuadas arribou, Almirante Pedro Vas, de Viegas, Duarte Pereira; Terceira esquadra, Capitania Antonio de Saldança de oueras, Almirante Vicente de Tavora, Fernão Mendes de Almeida arribou.


O Anno de 1507 Catorze Náos, e tres capitães mores, Jorge de Mello Pr.º có duas, Fernão Soares, có duas, Vasco Gomes, có noue, Primeira esquadra, Jorge de mello Pereira, Capitania, Duarte de Mello, Almirante, segunda escoadra, Capitanea Fernão Soares, Almirante Diogo de Mello, Terceira escoadra, Capitania, Vasco Gomes de Abreu, Almiranta Martim Coelho, Gonçallo Carneiro, Pero Cabral, João Chamisso, Pero Lourenço, João gil Laco, Ruy Glz', de Balladrez, Henriques de Souza.

O Anno de 1508 Jorge de Aguiar Cap.º mor de sinco Náos, Capitania Jorge de Aguiar, Almiranta Diogo Correia, Duarte de lemos, Vasco de silveira, Pero Correia, no mesmo anno de 1508: oito naos sem Capitão mor Tristouão da silua, João Roiz' Pereira, Vasco de Carvalho, Alvaro Barreto, Francisco Pereira pesta, Gonçallo Mendes, de Brito, João Collaço, Pero Nunes.

O Anno de 1508 Diogo Lopes de siqueira pº Mallaca có quatro Náos Capitania Diogo Lopes de Siqueira, Almiranta Gonçallo de Souza, Joao' nunes, Ilyeronimo Teixeira de mello.

O Anno de 1509. Partio do Reino Dom Francioso Couttº Marialquel có quinze Náos, Capitania Dom Franº Coutinho, Almiranta Ruy Freire, Pero de Aguiar, Francisco de souza, Sebastião de sa Lionell guf.º, Gomes Freire, Francisco de souza, Francisco Cruvinel, Jorge da Cunha, Bras Teixeira, Alvaro Frz', Antonio Pires Bisbedo, Francisco Morcerço, João Roiz'.


O Anno de 1511: Dom Graça de Noronha, có seis Náos, Cap.ºº Dom Graça de Noronha, Almiranta Cristouão de Brito, Pero Mascarenhas, Dom Ires de Gama, Jorge de Brito, Manoel Castro Alcoto.

O Anno de 1512 Jorge de Mello Pereira por Cap.ºº de oito naos, Capitania Jorge de Mello Pereira, Almiranta Dom João de Souza, Pero de Albuq.º, Jorge da silua, Gaspar Pr.º, Simáo de miranda, Jorge de Baquero, Gonçallo Pereira

No mesmo Anno de 1512 Gracia de ssa por Cap.ºº mor de quatro Náos, Cap.ºº Graça de ssa, Almirante Tibao Neg.ºº, Simáo de miranda, Lopo Vas de Sampayo.
O Anno de 1513 João de Souza de lima por Cap.ª mor de sinco náos, Almirante Mº. de Laçerda, Franº. Correa, Jorge de brito, Henriqueis delfoa

O Anno de 1514 Christovão de brito por cap.º mor de sinco Náos, Almiranta Luiz Dantas, Manoel de m.ª, João Serrão, M.º de m.º

No mesmo Anno de 1514 duas Náos pº descubrim.º dos portos de São L.º Imes Priha, Padarcanças.


O Anno de 1517 Antonio de salvandia, por cap.ºº mor, das seis náos, Almirante Fernão de S.º Sancho Coresma, Affonso Henriqueis, Manoel de laçerda, Dº Tristão de Menezes.


O Anno de 1519 Jorge de Albuq.ºº por Cap.ºº mor de catorze Náos, Almiranta Dom Diogo de lima, Francisco de ssa, João de Britto Pero da Silua, João Roizº d’almeida, João de Mendonça, Rafael Peixoto Risolfo; Dom Luis de Gama, Gonçalo Roizº, Diogo friz’beda, Rafael de Castro, Manoel de souza, Franº.ºº d’abreu.

O Anno de 1520. Jorge de brito por Cap.ºº mor de nove Náos, Almirante Pero Lopes de samp.ºº, Ruy Dias pereira, Gaspar de azauedo, Pero Lourenço de Mello, Lopo de azauedo, Pero Paullo, Dom Diogo de Gama, André Dias.


O Anno de 1522, a noha do falecimiento de El Rey, Dom Manoel, em tres Náos Cap.ªºº Dom Pedro de Castel branco, Almiranta, Diogo de mello, Dº Pedro de Castro, -

O Anno de 1523 Diogo da silveira pº Cap.ºº mor de oito Náos Almiranta Heytor da silveira, Ant.º de Abreu, Dom Antºº de Almeida, Pero da Foncequa, Manoel de Maçego.

O Anno de 1524 o gr.ºº descub[r]idor Conde de Vidigueira có nove náos e sinco Carauelas, Cap.ªºº o conde de Vidigueira, Almirante Franº.ºº de Souza, Lopo uas de Sampayo, P.º M.ºº, Dom Henriqueis de m.ºº, Dom Simão de m.ºº, Dom Jorge de

m." (Dom Ant.) digo Ant.ª da Silveira de m."ª, Dom Fernando de moura as sinco Caruelas, Lopo Lobo, Cristiônão Rozado, Ruy Gilª, Gaspar Roizª, Fran.ºº Goelho.

O Anno de 1525. Sinco Náos sê Cap.mª mor, Vicente Gil, Ant.ª Galuão, Christovão Vas de Viegas, Antonio de Abreu, Fran.º de Amaral,

O Anno de 1526,

O Anno de 1527, Manoel de Laçerda, por Cap.mª mor de sinco Náos Almirante Pero Rebello, Christovão de meudo, Baltezar da silhua, Gaspar de Paiu.


O Anno de 1529 Diogo da silveira p' Cap.mª mor de sinco Naos, Almiranta Manoel de Maçedo, Ruy Gomes, de Aguia, Henrique Moreira Barreto; Ruy Mendes de Miquita.

O Anno de 1530, Seis Naos sem Cap.mª mor Francisco de Souza Taueira, Fernão Camello, Vicente peguza, Manoel de Brito, Pero Lopes, Luiz Alz. de Paiuia.

O Anno de 1531. Sinco Naos sem Cap.mª mor, Fernando de moraes, Diogo Bottelho, João Guedes, Manoel de Maçedo, Gabriel de mendonça Maçedo.

O Anno de 1532. Cap.mª mor Dom Pedro Vas de marcal, Cap.mªºº Dom Pedro Vas de Marcal, Almirante Vicente Gil, Antonio Carualho, Dom Esteuão de Gama, Dom Paullo de Gama.


No mesmo Anno de 1533. Cap.mª mor Dom Gonçalo Coutt.º, có quatro Náos Almirante Simão de Viegas, Cap.mªºº Nuno Furtado, Dom fernando de M."ºº

O Anno de 1534 dez Carueillas.


No mesmo Anno de 1535 dez Carueillas.

O Anno de 1536. Capitão mor Jorge Cabral, có sinco náos Capitania Jorge Cabral, Almiranta Gaspar de Azuèdeo, Duarte barreto, Vicente Gil.

O Anno de 1537. Coatro Náos sem Capitão mor, Capitania Henrique de Souza, Diogo Rabello, Fernão de Castro, Aleixo chioro;

O Anno de 1538. O V Rey Dom Graça de noronha có onze Naos Cap.mªºº Dom Graça de noronha, Almiranta Dom Christiônão de Veiga, Fran.ºº Pereira de reuedo, Diogo Soares, Dom João de Souza, Luis Falcoa, Beriadino da Silveira, Ruy Louorenço
de Tauora, João Graça de caiosa, Dom Francisco de m.ª, Alvaro Sirne.

O Anno de 1539. Capitão mor Diogo Lopes de Souza, cõ sinco Nãos Cap.ªª Diogo Lopes de souza, Alvaro barrada, Dom Henrique Telles, Simão Sudre, Henrique de ssq, perdeose húas de Diogo lopes de Souza.


O Anno de 1542 coatro Nãos sem Cap.ª mor, Henrique de maçedo, Vicente Gil, Lopo Ferreira, Baltezar Jorge.

O Anno de 1543, O Cap.ª Diogo de silucrea, cõ sinco Nãos Cap.ªª Diogo de silucrea, Almiranta, Simão Vicira da Cunha, Dom Rodrigo Telles, Simão Sudre, Jacome Tristão;


O Anno de 1546.

O Anno de 1547. Partirão seis nãos, sem Cap.ª mor, Baltezar Lobo de souza, Dom Fran.ª de Lima, Fran.ª da Cunha, Aluaro barradas, Bento lobo, João Roiz' espassanha,


O Anno de 1551. Capitão mor Diogo lopes de Souza, cõ oito naos Cap.ªª Diogo Lopes de souza, Almiranta, Dom Jorge Barracho, Diogo de Almªª, Ires Nunes Barreto,
M.º bernardo, João Gomes de mello, Lopo de souza, Francisco Lopes de souza.


O Anno de 1554; O V Rey Dom Pedro mascarenhas, cõ seis naôs, Cap.ºa o V Rey Dom Pedro Mascarenhas, Almiranta, Dom Diogo de Souza, Ruy da Cunha, Pero de Albuq.º, Nuno falcão, Luís Alz.º.

O Anno de 1555. Capitão mor, Dom Lionardo de Souza cõ sino naôs, Cap.ºa. Dom Lionardo de Souza, Almiranta, Jacome de Mello, Francisco de mello, Franç.º de Siqueira de azauedo, Vasco de Barbuda.

O Anno de 1556. Capitão mor Dom João de m.º e Siqueira, cõ seis naôs Cap.ºa. Dom João de m.º, Almiranta, Dom Henrique froes, Martim Alfonço de Souza, Hyeronimo de Brito, Pero de Goes, Antonio fiz.


O Anno de 1559. Capitão mor Pero de Siqueira, cõ seis Naôs Cap.ºa Pero de Siqueira Almiranta, Luis Aluaroo de Souza, Ruy de mello Camara, Francisco de Souza, Duarte d'andrade, Pero Vas de Siqueira.

O Anno de 1560. Capitão mor Dom Jorge de Souza cõ seis Naôs Cap.ºa Dom Jorge de Souza, Almiranta, Aleixo dias falcão, Vasco Lourenço, Franç.º Marques botelho, Dom Pedro de Gama, Dom Francisco de Souza;


O Anno de 1562. Dom Jorge de menezes, p'Capitão mor cõ seis naôs Cap.ºa Dom Jorge de m.º, Almiranta, Dom Rodrigo de Souza, Antonio mendes de Castro, Joao Martins, Simão Monteiro, Lucas mascarenhas,

O Anno de 1563. Capitão mor Dom Juzeeph de Souza, cõ coatro Naôs, Cap.ºa Dom Juzeeph de Souza, Almiranta, Francisco Porto, Cabreiro, Vasco Fernão de paredes, Vasco Lourenço de Barbuda;

O Anno de 1564. O V Rey Dom Antão de Noronha, co' coatro naôs Cap.ºa o V Rey Dom Antão de Noronha, Almiranta, Francisco porto Careiro, Ant.º mendes de Castro, Damião de Souza

O Anno de 1565. Francisco de souza de menezes, cõ coatro Nãos, Cap. Francisco de souza de m. Almiranta Pero Peixoto da silva, Bertolomeu, de Vasconcellos, Martim quemado de Villa,


No mesmo anno de 1566, V Rey Antonio Barboza, q’ chegou, a Mombaça com hũa Não


O Anno de 1568. OV Rey Dom Luís de Ataide, P. da caza de touguia cõ sinco nãos Cap. Dom Luís de Ataide, Almiranta, Vasco barbado, Pero de salazar, Damião de Souza, Manoel Jaques,


O Anno de 1573. Dom Francisco de souza; por Capitão mor, de coatro nãos Cap. Dom Francisco de souza, Almiranta, Luiz dalte, Antonio Rebello, Bonicio de Vasconcellos.


O Anno de 1576. O V Rey Ruy Lourenço de Tauora, cõ quatro Nãos, Cap. o V Rey Ruy Lourenço de Tauora, Almiranta, Dom Duarte de ssa, Francisco de mello, Martim Pereira de souza.

O Anno de 1577. Pantaleão de ssa, por capitão mor de coatro nãos Cap. Pantaleão de ssa, Almiranta, Manoel de madeiros, P. de banchos, Lourenço Soares de mello.
O Anno de 1578 Jorge da silva da Cunha, por capitão mor de tres Naós Cap.\textsuperscript{24} Jorge da silva da Cunha, Almiranta, Nuno da motta, Estêvão Calheiro,


O Anno de 1580. Manoel de mello, p’ cap.\textsuperscript{m} mor, de coatro Naós, Cap.\textsuperscript{24} Mano[el] de mello, Almiranta, Dom Simão de Menezes, Manoel Coelhio, João de bitancor;

O Anno de 1581. O VRey Dom Francisco mascarenhas, Conde de Vilaboã cò sinco náos Cap.\textsuperscript{24} Dom Francisco mascarenhas, Conde de Vilaboã, Almiranta Salvador Lionel de lima, Pero lopes de souza, João de m.\textsuperscript{2}, P.\textsuperscript{o} Paulo Coutt.\textsuperscript{a}

O Anno de 1582. Capitão mor Antonio de mello, cò sinco Naós Cap.\textsuperscript{24} Antonio de mello, arribou, Almiranta Diogo Teixeira, Gonçalo Roiz’Cald.\textsuperscript{.c}, Luis caldeira, João d’andrade.


O Anno de 1584. O V Rey Dom Duarte de Menezes, P.\textsuperscript{r} da Caza de taroqua com sinco náos, Mathias Leite, Lourenço Soares de mello, Gomes henriques, João Pires.

O Anno de 1585. Gomes da silva Capitão mor Vicente Trigueiro, L.\textsuperscript{2} Viega.

O Anno de 1586. Dom Hyeronimo Coutinho capitão mor, João fgr.\textsuperscript{.c} Cap.\textsuperscript{m} Fran.\textsuperscript{ro} Caualeiro perdeose, Miguel d‘abreu, Marim Affonço de mello, Anno Gregodinho.

O Anno de 1587. Capitão mor Francisco de mello, Heitor mello barreto, Gaspar de Araujo, Antonio de barros, Alvaro de Pauha, Francisco de Brito Loubato, cò.[l]


O Anno de 1589. Capitão mor Bernardo Ribeiro Pachequo, Seb.\textsuperscript{am} de maçedo, Christouão Correa da silva, Dom João da silva, hum desapareccio.

O Anno de 1590. O V Rey Mathias de Albuquerque, cò sinco Naos q.\textsuperscript{am} arribarão.

O Anno de 1591. Cap.\textsuperscript{m} mor Fernão de Mendonça, Simão Vas Tello, Manoel de Souza Coutinho, Dom Francisco Mascarenhas, Affonço de Albuquerque, Antonio Teixr.\textsuperscript{e} desapareccio.

O Anno de 1592. Cap.\textsuperscript{m} mor Francisco de mello, Antonio Roiz’ de Tarouqua, Bras Correa, Julião de faria, Seb.\textsuperscript{am} dasvellos, arribou

O Anno de 1593. Dom Luiz Coutinho por Cap.\textsuperscript{m} mor, Pero Gil, Ant.\textsuperscript{.e}. Teixeira de maçedo, Lopo de Pina, João Lopes de azaumedo perdeose.

O Anno de 1594. Capitão mor Ayres de miranda Seb.\textsuperscript{am} Glz’, Luis de Souto mayor.

O Anno de 1595. Capitão mor, João de Saldanha Pr.\textsuperscript{.c}, Antonio Cardualho, João Roiz’Carneiro, Gaspar Palha, arribou,


O Anno de 1597, Cap.mº mor Dom João de noronha, Joseph da Silueira, Cristovão de Siqueira.


O Anno de 1599. Simão de Mendonça Capitão mor de tres Náos, perdeo Cap.mº mor, João Tauares, Gaspar terêo.


O Anno de 1601, Capitão mor Antonio de mello de Castro cô tres esquadrões das Náos, Francisco Telles, Manoel Paes de Veiga, Juepoh de miranda, Francisco de miranda Henrique, Manoel Pinto, Antonio Pereira pinto, Fernão Antº, Manoel Paes de Veiga, Lourenço Pires, Miguel de Souza pimentel, Constantinio de mello.


O Anno de 1603 Capitão mor Pero Furtado de mª, Pero de Almeida Cabral, Vasco Frz pimentel, Antonio uas Salema, Andre moreira dalmada.

O Anno de 1604. Dom Martim de Castro por V Rey, Bras Telles Capitão mor, Antonio de m.ª, Manoel Barreto Roulim, Christoau de silveira da Aluarenga.

O Anno de 1604. Capitão Ant.º Barboza, que chegou a Mombaça.

O Anno de 1605. Bras Telles por capitão mor de simco Naos, Dom Francisco dalmada, Pero da silua, Marçal Barreto Roulim, Vicente de brito de menezes, Dom João de menezes.

O Anno de 1606, Capitão mor Alvaro de Alancastro, Manoel Mendes Tomé, Dó Fran.ªª de noronha, Manoel Telles de Tauora,

O Anno de 1607, Dom Hyeronimo Coutinho, Capitão mor cô simco Naos, Dom Fran.ª de Lima, Diogo de Souza, Dom João de menezes, Hyeronimo Telles,

No mesmo Anno Capitão mor João Correa de souza, Luis de brito de mello có douss Galeões.

O Anno de 1608, o V Rey Conde da Feira, Miguel Correa, Capitania Dom Luis de Souza, Christouão de Siqueira Pero de Torres, Dom Christouão de noronha, Dom Pedro mascarenhas, Fran.ªª Sodre Pereira, João Constantino monis, Miguel da silua da cunha, Dom Pedro de almeida, Manoel Figueira, Manoel de frías, Dom xpuão de noronha.

O Anno de 1609. Capitão mor Dom Manoel de Menezes, cô simco náos, Ant.ª
Barboza, Antonio de Pina, Manoel Barreto Roulim, Gaspar Fe[r]reia

O Anno de 1610. Capitão mor Luis Mendes, de uasconcellos, cõ três Nãos, João da Costa traussos, Manoel Telles de menezes, perdeosse,

O Anno de 1611. Capitão mor Dom Antonio de noronha, digo de Ataide cõ tres Nãos, Antonio de mendonça, Francisco Correa,

No mesmo Anno Capitão mor, Antonio Pinto da Fonsçequa, cõ dous Galeões, João de Mendonça

O Anno de 1612; Capitão mor Dom Hersonimo d'almeida cõ tres Nãos, xpuão de siqueira de Alvarenga, Dom Luis de Gama;

O Anno de 1613. Capitão mor Dom Manoel de menezes, cõ coatro nãos arribadas duas, carueulas, Pero Roiz', Paulo Luis,

O Anno de 1614, Capitão mor Dom Manoel Coutinho o Marialva cõ sinco Nãos dous Galeões, Manoel de Uasconcellos, Paulo Rangel, João Soares Henriquez, Ruy de mello de Sampayo, Francisco de Souza;

O Anno de 1615, Capitão mor Dom Hersonimo Manoel Bacalhao cõ quatro Nãos, Dom Antonio Telles, Francisco Lopes, Careiro, João Pereira Corte Real,

O Anno de 1616, Capitão mor Manoel de menezes digo Dom Manoel de Menezes cõ tres Nãos, Lançarote franco de Mendonça.

O Anno de 1617. Dom João Coutt.e por V Rey cõ Seis Nãos, João de faria de mendonça, João dalmada, Nuno Alz'. botelho, João Pereira Corte Real, Dom Nuno Souto mayor arribou.

O Anno de 1618, Capitão mor, Dom Christouão de noronha, cõ tres Nãos, e dous Pataxos, João Roiz' Roxo, João Soares, henriquez, Dom Luis de menezes, na urqua, outra urqua arribou.

O Anno de 1619, Capitão mor Dom Francisco de lima, cõ quatro Nãos, Nossa s.n do Rozario, do paraizo, arribouçe Náo Guia, Nossa Senhora de boas novas.

O Anno de 1620. Capitão mor, Nuno Alz' botelho, cõ coatro nãos, Diogo de mello, João Pereira, Corte Real, e outro,

O Anno de 1621; o V Rey Dom Affonso de noronha, cõ quatro Nãos, e seis Galeões João de Souza Roulim, nove arribarãosse.

O Anno de 1622. Dom Francisco de Gama, Conde de Vidigueira por V Rey, Segunda vez, cõ quatro Nãos e dous galeões, elle perdido, Dom Francisco Mascarenhas perdido, Dom Francisco Loubo perdido.

O Anno de 1623. Dom Antonio Tello por capitão mor de tres Nãos, Dom Phillipe masc., capitão mor de trez Galeões, e dous pataxos, Dom Diogo de Castelbranco perdeose, João Serrão, da Cunha, Francisco Borges, de Castelbranco, Bento de Freitas, mascarenhas, perdido, Pataxo Cosme Casçao de bruto, perdido, Manoel pessoa de Carualho;

O Anno de 1625. Capitão mor Vicente de brito, cõ duas Nãos João Henriques.

O Anno de 1626. Capitão mor Dom Manoel Pereira Coutt.º cõ duas nãos e hú Galeão Lourenço peixotto, Francisco Ribeiro, Alcaforado, Não quietação, Galeão batalha, São Gonçalo,

O Anno de 1627. Capitão mor João de siqueira Varião, cõ húa não Cap.ºº de Bom Jesus Monte Calvario, pataxo nossa s.ª de Guia Cap.º Lourenço Mouguinho.

O Anno de 1628. Capitão mor Dom Francisco mascarenhas, cõ tres nãos, Antonio Pinheiro de Sampayo, arribou, Dom João de m.º chegou e cap.ºº Dom Fran.ºº (de Menezes) digo de mascarenhas, tão bem arribou,

O Anno de 1629. Capitão digo o Conde de linhares, por V Rey, cõ tres nãos, e seis Galeões de que hê Capº Francisco de Souza de Castro, perdeo, Antonio Pinheiro de sampayo, Andre Velho, Pero Roiz' botelho, Andre de Vasconcellos, Vicente licitão arribou, e Luis Martins de Souza,

O Anno de 1630, Dom Jorge de Almeida, Capitão mor de duas nãos, xpuão Borges, Corte Real, Não Bom Jesus do monte por Almirante, Não Santo Ignacio por Capitania,

O Anno de 1631;

O Anno de 1632, Capitão mor Joseph pinto perêcia, cõ tres nãos, Cap.ºº Náo São Phellipe, Manoel Mascarenhas, Thome, Não São Francisco, Antonio da Crus, Não Nossa Senhora de Guia;

O Anno de 1633; Capitão mor, Antonio de Saldanha, cõ tres nãos, Capitania nossa Senhora, de saude, não Nossa senhora de Bellem, Almiranta Joseph Cabral, Não Sacramento, Capitão Francisco de mendoça furtado,

O Anno de 1634; Capitão mor, Hyeronimo de saldanha e a não Cap.ºº Sacramento, em que veo o d. Capitão mor, Não nossa Senhora, de oliveira, e não consta quem veo por Capitão, Galeão São Francisco de Borges, e não consta que hê Capitão, nê da Naueta,

O Anno de 1635, Partiu o V Rey Pero da siliua, cõ duas embarcações, e hum Pataixo, Capitania nossa s.ª de saude, e santa Catarina, de ribamar, e o pataixo, nossa senhora de Conceição.

O Anno de 1636, Capitão mor Gonçallo de Barros de siliua, de húa não

O Anno de 1637, Partirão duas embarcações, Cap.ºº nossa s.ª de Oliveira e hum Pataxo, Capitão mor Dom Luis de Mello, Capitão do Pataixo, Ayres de Souza da silua,
O Anno de 1638, Capitão mor, João Soares ninas, Galeão São Bento, naueta nossa s.ª de Conceição Capitão João Cardozo de Almeida

O Anno de 1639, não chegaram náos neste est.ª

O Anno de 1640, Conde Aueiras, V Rey com sinc os Embarcações Galeão santo Antonio Capitania, Náo Atalaya Cap.ª João de Siqueira Varajão, naueta Madre de Deos, Capitão Luís Ribeir.ª naueta nossa s.ª do Roz.ª Capitão Pero de Abreu Cabral, Carauella, Santo Antonio, Cap.ª Antonio Cabral,

O Anno de 1641, Capitão mor, Sancho de faria, de dous barcos, não nossa s.ª de quietação, q' perdeo, a barra, Pataxão Capitão Manoel da silua,

O Anno de 1642, Capitão mor Dom João de Gama, q' perdeo em Moss.ª

O Anno de 1643, Capitão mor, João Roiz'de ssa, e Menezes, có duas náos Não Santo Milagre, Capitania s.ª Margarida, Almirante Pero de Araujo,

O Anno de 1644, Capitão mor, Luis uelho da Foncequa, có três Galeões Cap.ª nossa senhora de candelaria, Galeão São Pedro, Almirante, Antonio Roiz'Chamissa, Galeão São João Baptista, Cap.ª Antonio Cabral,

O Anno de 1645, Vierão quatro embarcações sem Cap.ª mor Galeão Santo Antonio, Capitão João da Costa, Galeão Santa Catarina, Capitão Manoel da Costa, não Estrella, Capitão João gonçalves, Naueta agdalupo, Cap.ª Ant.ª de salazar,

O Anno de 1646, Capitão mor Luis de miranda henriques, có dous Galeões Cap.ª São Lourenço, Almirante nossa Senhora de Atalaya, Capitão Antonio de Camara de noroula,

O Anno de 1647, Cap.ª e cabo, Domingos Antunes, có quatro embarcações não candalaria, Cap.ª, e cabo Domingos Antunes, galeão Santo Antonio, Cap.ª Gaspar Pereira do Reis, não Bom Jesus, Cap.ª Mathias de figueiredo, não Patá q.ª se perdeo, não Nossa s.ª dos Milagres, que perdeo,

O Anno de 1648, Urqua São Roque, Cap.ª e Pillouto, Antonio da costa e Lemos.

O Anno de 1649, Capitão mor Diogo Leite Pereira, có duas embarcações q se perderão em Mossambique.

O Anno de 1650. o V Rey Conde de aueiras, segunda vez, có quatro embarcações Galeão São Evangelista, Galeão São Jorge, Capitão Luís velho, Capitão mor não Nazaret, Almirante, Antonio Barreto Pereira, e Carauella,

O Anno de 1651, Capitão mor, Luis de Mendonça Furtado, có duas Náos Galeão S.ª Ant.ª de Mazagão, Almirante, Antonio de salazar, Galeão São Thome, e Cap.ª


O Anno de 1653, Capitão mor, Luis de mendonça Furtado, có duas embarcações Não Sacram.ª de Trin.ª, Cap.ª Galeão São Jozeph, Almirante Fran.ª Machado de ssa
O Anno de 1654, Capt. Mor Dô fr. de m. cô tres naos capitania Nossa s. da Graça Santa Ilena cap. M. de pinal, São Thomé Almir. Carlos de araujo de Viso R

O Anno de 1655, o V Rey Conde de sarzeida, cô quatro Náos, Antonio de Souza de Menezes, Náo São Francisco de Trindade, Bom Jesus de Vidigueira, Baltezar de Paiuá, Naquel da Costa fauel,

O Anno de 1656, Capitão mor, Bertolomeu de Vasconcellos da Cunha, Náo Bom Jesus, de Carmo, Cap. Galcão, Santo Antonio de Esperança, Almirante Antonio Pereira;


O Anno de 1658, Capitão mor Dom Hyeronimo Manoel, cô duas embarcações não Bom Jesus, de são Domingos Cap. Nossa s. do popullo, Almirante Manoel velho de brito,

O Anno de 1659, Húa Carauella, Capitão Francisco Glz' Ferras que portou em Bacaim.

O Anno de 1660, Galcão sacram. de Esperança Cap. e cabo, Fran. Rangel Pinto, Urqua, nossa senhora, de Estrella perdeosse Não Nossa Senhora, de conceição perdeose, em Mossambique,

O Anno de 1661, Charrua nossa s. de Salucação.

O Anno de 1662, V Rey Ant. de mello de Castro, na não Ingleza, Almiranta 'ão bê Ingleza,

O Anno de 1663, Naueta, Nossa s. dos Remedios, de Cassabe, Capitão, e cabo, Andre Pereira, do Reis, e Pataixo Santo Antonio, de Esperança, Cap. e Pillouto Ant Caru;

O Anno de 1664, Capitão mor, Bernardo de miranda, henriques, na não Nossa s. de conceição q' arribou, p. o Brazil, cujas uias trouxe a Carauella, Nossa s. de Nazaret, Cap. francisco Glz' ferras q' partio do d. brazil.

O Anno de 1665, Não Cap. São Pedro de Alcantra, Capitão mor Dom Noitel de Castro, q' morreo na uiagê pataxo Nossa s. do Cassabe, Almiranta, de q' era Cap. Francisco Rangel, Pinto,

O Anno de 1666, Partio o conde de são Vicente, p' V Rey cô coatro náos Cap. s. Thereza, Nossa s. de Nazaret, Santo Antonio, Capitão Manoel Pereira Coutt', Nossa s. de Penha, de flança Capitão Francisco Gomes do lago, e São bento Capitão mor, Hyeronimo Carualho, que arribou

(*) O trecho entre os sinais ‘’ foi acrecentado com outro tipo de letra.

O Anno de 1667, Capitão mor Hyeronimo Carualho, não São Bento.

O Anno de 1668, Capitão mor, Francisco Ferreira Valdauesco, q' véo por Veedor da fazenda geral na não São Gonçallo.

O Anno de 1669, Náo Nossa s.ª dajuda, Cap.m. mor Christouão Ferrão de Castelbranco.

O Anno de 1670, Veo o s.º Luis de mendonça Furtado, cós sino embarcações, Nossa s.ª dos Cardais, Capitanía, Dom Antonio Mascarenhas, p.º Almirante da não Santa Catarina, falece o dito Almirante em Mossambique, a não Nossa senhora de guia, de que hê Capitão Ruy d'orta de Castel branco, Carauella Dom Jesus de Trindade, de q' hê Capitão Pero Taveira, e não Nossa s.ª dos Remedios de Cassabê de Bacay de q' hêa Cap.m. Simão de Souza de Tauora;

O Anno de 1671, Capitão mor Christouão Ferrão de Castelbranco cós duas embarcações, e por almirante;

O Anno de 1672, Vierão tres, embarcações Cap.m.ª Nossa s.ª de Ajuda, Cap.m.ª Mor João de ssa, Não Almirante, São Pedro de Ratês, em q' vinha o Arcebispo, Primas, q' faleceo na uiagé e carauella Santo Antonio,

No mesmo Anno de 1673, hum Pataxão em Mayo. Nossa s.ª de ajuda, Santo Antonio São Francisco X.ºº, Cap.m.ª de Mar e Guerra.

O Anno de 1673, Vierão do Reino tres embarcações Cap.m.ª Bóm Jesus, de São Dg.ª Capitão mor Dom Rodrigo da costa, Almirante, nossa s.ª (sic) Senhora, de cardais, Capitão Bernabe de Barros, Pataxão, Nossa Senhora de Nazaret Cap.m.ª Pero de Lamego Palha.

O Anno de 1674, Vierão do Reino duas embarcações, Cap.m.ª Nossa s.ª do Rozairo, e são Caetano, em q' por Capitão mor Simão de Souza de Tauora, e chegou a Vinte e sete de Mayo, de 1675, A Carauella Bóm Jesus de Trindade, Capitão Manoel Carualho, chegou em setembro de 1674.


O Anno de 1676, Não Nossa s.ª dos Remedios, e São Francisco de Borja, Cap.m.ª de mar e guerra Andre da silua, Pataixo Bóm Jesus de Trindade, Cap.m.ª Luis Roiz’.

O Anno de 1677, Não Capitanía São Pedro de Ribr.º em q' véo o V Rey Dom Pedro de Almeida, Cap.m.ª mor Dom Rodrigo da Costa,

O Anno de 1678, Não Cap.m.ª nossa s.ª da Conceição por gouu.ºº das coatro Náo Ant.sº Ribeiro, Não São Bernardo, Capitão Lourenço Nunes, fragata nossa Senhora do Rozairo, e São João Bap.s.ºº, Cap.m.º Joao da Silua, guia, Pataxão Nossa s.ª do Pillar Capitão Manoel Dias, digo Nossa s.ª do Pillar, Capitão, Antonio Vas Salgado; charrua Cap.m.ª Manoel Dias,

O Anno de 1679, Não Nossa s.ª do Rozairo, e santo Antonio, Cap.m.ª de Mar, e guerra, Dom João Lourenço da Cunha
O Anno de 1680, Fragata Santo Antonio, Capitão mor, Veríssimo de Carualho da Costa, Charrua Almiranta, Cap.\textsuperscript{m} de mar e guerra, M.\textsuperscript{d} Glz’de amorý.

O Anno de 1681, Não Capitania, Santa Maria de Saboja cm que veo V Rey Fran.\textsuperscript{t} de Tauora, e por Cap.\textsuperscript{m} de mar e guerra, Dom João Lourenço da Cunha, Não almiranta, Santo Antonio, e são Francisco x.\textsuperscript{a}, Almirante Dom Henrique Manoel, em q’ veo o Arcebispo Primas Dom Manoel de Souza e m.\textsuperscript{t}, fragata Nossa s.\textsuperscript{a} dos milagres, Capitão de mar Manoel dos Santos Pinto.

O Anno de 1682, Não Capitania Santiago mayor, Cap.\textsuperscript{m} mor, Caetano de mello de Castro;

O Anno de 1683, Charrua Nossa s.\textsuperscript{a} de Charidade, Cap.\textsuperscript{m} de mar e guerra, e cabo, Andre da silva, charrua Nossa s.\textsuperscript{a} de Vizitação Cap.\textsuperscript{m} de mar e guerra Domingos barradas

O Anno de 1684, Não Capitania São Francisco x.\textsuperscript{m} Capitão mor, Dom João Carcomo Lobo, Não Almiranta Santo Antonio, e são Francisco x.\textsuperscript{m} Capitão de mar e guerra Dom Francisco Naper de Lancastro.

O Anno de 1685, Não Capitania, Nossa s.\textsuperscript{a} da Conceição, Cap.\textsuperscript{m} mor Manoel de Saldanha, Não Almirante São Francisco de borjas em q’ uedo Mestre do Campo, João Tristão de Magalhaes, Não fiscal Nossa s.\textsuperscript{a} de Conceição e Santo Antonio, Cap.\textsuperscript{m} de mar e guerra, Manoel da Silva, Não Sacramento de mar e guerra Francisco Roiz’ de lisboa, charrua Nossa s.\textsuperscript{a} Charidade, Cap.\textsuperscript{m} de mar e guerra Andre da Silva,

O Anno de 1686, Não São Francisco x.\textsuperscript{m}, Capitão de mar e guerra, Dom Luis de oliu.\textsuperscript{a}

O Anno de 1687 Náo Santhiago Mayor, Capitão de mar e guerra, Dom Fran.\textsuperscript{m} Naper de Lancastro, em q’ uedo Arcebispo Primas Dom Alberto da silua.

(*)O Anno de 1688 partio a Nao do Reino nossa Senhora de Concepcáo de que hera Capitão Antonio Roiz’ to[r]res em 30 de Março de 1688

O Anno de 689 Não S. Fr.\textsuperscript{t} da borja Cap.m.\textsuperscript{m} de mar e guerra Dg.\textsuperscript{m} froes q’ falleceu na Viagem, e ueo a Cargo do Pilloto M.\textsuperscript{d} godinho em q’ueo o Bpo’de cochim Dom Pedro da silua

O Anno de 690 duas náoos Capitanía Santhiago mayor, Cap.\textsuperscript{m} mor Dom Joáo carcome Lobo, e Almir.\textsuperscript{a} nossa s.\textsuperscript{a} da conceçao, Cap.\textsuperscript{m} de mar e guerra Antonio Roiz’de Torres q’ chegou a dous de 9 \textsuperscript{do} do d a

O Anno de 691 duas Náoos a frag.\textsuperscript{a} S. Fran.\textsuperscript{m} da borja em q’ ueo o Arc.\textsuperscript{a} Primas Dom Frey Aug.\textsuperscript{m} de Anunciação, e p. Cap.\textsuperscript{m} de mar e guerra Antonio Fr.\textsuperscript{m} q’ chegou a 10 de Sep.\textsuperscript{do} de d annos a Frag.\textsuperscript{a} Sacram.\textsuperscript{a} de q’ he Cap.\textsuperscript{m} de mar e guerra Andre da Silua q’ a[r]ribou

(*) Entre 1688 e 1691 a caligrafía, no original, foi alterada. Deduz-se que passou a ser outro copista.

Nao Nossa Senhora de Conceição em que ueo o Senhor Conde de Villa uerde e Cap.º de mar e Grr.º Ruberto Velouso (?) Roiz’ que partio a 25 de março de Seis centos e noventa e dous de Lx.º e chegou a esta Cidade em 26 de mayo de 1693.

(*)O Anno de 1694 Tres naos p' Cap.mº mor Dom esteuão Josephe de Gama q' partio do Reino em 25 de março da mesma era e chegou a esta bar[r]a aos 8 de 8ºra da mesma era.

O Anno de 1695 co' Duas naos pro Cap.mº Nos[s]a senhora da boa orá e pro Capitão de mar e guerreiros M.º gls' nogueira e pro almeireta nos[s]a senhora das nec[essi]idades e santo An.mº pro Capitão de mar e guerreiros Dº Cradoso que de Reino pratirão aos 26 de março da mesma era e chegarão a esta barra de goa aos 15 de 7ºra da mesma era.

O Anno de 1696 a[s] Duas naos por Capitania Nossa Sra. da Golria e por Capitão de Mar e guerreiros Anrique de figueiredo e Almeiranta Santo An.mº de tana e por Capitão de mar e guerra fr.ºº Antunes Moreira q' Faleceo na viagem e partirão do Reino aos sinco de abrill do dito anno e che[ga]rão a esta barra aos 16 de 7ºra da mesma era.

(*)Daqui até o final aparece um terceiro tipo de letra.
A AMAZÔNIA COLONIAL.

Marilene Corrêa da Silva
Socióloga, Prof. da Universidade do Amazonas


Originalmente intitulado A construção da Amazônia Lusitana, este texto integra a dissertação de mestrado O Paiz do Amazonas, defendida em 1989 na PUC - São Paulo e cujo título é a transcrição fiel de uma expressão forjada por um líder cabano que con ela incitou os povos do Alto Amazonas a aderirem à sua causa.

O programa integral do seminário incluiu as seguintes conferências, a maioria das quais lamentavelmente não dispomos para publicação:

- O conceito de trópico úmido e floresta amazônica, por Orlando Valverde, presidente do Conselho Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia. Dia 1º.

- Biodiversidade, biotecnologia e economia mundial, por Marcus Barros, reitor da Universidade do Amazonas. Dia 2.

- A Amazônia antes dos europeus, por José Ribamar Bessa Freire, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dia 3.


- A Amazônia da expansão da fronteira econômica, por Márcio Souza, diretor do Departamento Nacional do Livro/ FBN. Dia 8.


- A Amazônia na divisão internacional do trabalho, pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. Dia 10.
A política portuguesa para a Amazônia está inserida num longo processo de reorganização econômica e política do sistema colonial, que se desenvolve em Portugal no decorrer do século XVIII, e que tem, como pano de fundo, as transformações em curso na Europa, com a Revolução Industrial e a crise do absolutuísmo monárquico. Tal processo, que na Europa inaugura a prática do “despotismo esclarecido” e que envolve a relação colônia-metrópole tem, na Amazônia, o fator de integrá-la ao sistema colonial e à Coroa portuguesa.

Unificado e centralizado enquanto uma unidade nacional, Portugal tornou-se importante na Europa, pela dianteira na conquista marítima. Restaurado, compromete-se em alianças políticas e econômicas para manter-se internamente e para assegurar as colônias. Concorda, negocia e preserva a maioria das terras sul-americanas sob o seu domínio. Atravessa um período de pompa, alimentado pela produção aurífera e pela cultura do açúcar nordestino. Passa, como metrópole, a depender da riqueza produzida na colônia, para viver interna e externamente. Das colônias, vêm os recursos para a sustentação da Coroa, recursos que, intermediados pela preponderância inglesa, agravam o parasitismo e a estagnação da economia portuguesa. No plano das idéias, baliza-se ainda pela tradição religiosa. A Europa caminha, econômica e culturalmente, para mudanças que teriam desfecho na crise do sistema colonial e do Antigo Regime. Em Portugal, o

falso rei-sol D. João (1705-1750), opulento sobre um país miserável, não sentira que sua corte e sua coroa se formaram do brilho do ouro e não do ouro, que este era da Inglaterra. “A perversão dos instintos, o vazio das inteligências, a maldade imbecil e a carolice piegase lúbrica, retratavam o primor, o estado caduco do corpo da nação num sudário de brocados de sacrístia, fedendo a incenso e a morrão. Portugal era um cenário de ópera, armado numa igreja” (MARTINS, 19, p.1701, apud FAORO, 1. p.277). A reação teria de vir, arrancando do peito escoffioso da nação o ouropel enganador, como teria de vir o terremoto. O reinado de D. José (1750-1777) busca, pela mão de seu duro ministro, o Marquês de Pombal [...], reconquistar a independência perdida, perdida ao mercado inglês e alienada pelo sistema mercantil, que se congelara e se enriquecera num mundo em transformação (FAORO, 11, p.277).

Nessa condição, os movimentos econômicos e culturais da Europa envolvem e acentuam a crise portuguesa. Da consciência da crise, surge nova reordenação nacional patrocinada pelo Estado, que se aparelha institucionalmente para equacionar os problemas em paixía. O advento dessa consciência das transformações em desenvolvimento encontra, na adesão dos intelectuais portugueses aos princípios do
Iluminismo, os pontos de crítica, de formulação e execução de medidas para superar as dificuldades (NOVAIS: 27). A barreira da Inquisição não conseguiu manter Portugal fechado geográfica e espiritualmente às novas ideias que questionavam o Antigo Regime. As atividades comerciais e diplomáticas portuguesas impeliam os homens de poder a contatos externos, que ao realizarem, no plano das ideias, o movimento contrário, comparando criticamente Portugal e a Europa, criam os quadros para as mudanças económicas, políticas e culturais da atualização portuguesa. Os “estrangeirados” e os “lusos-brasileiros” compunham uma elite intelectual com poder político para promover essa modernização.

Criticavam todas as instituições tidas e havidas como sagradas - o absolutismo arbitrário, os privilégios de casta, o fanatismo da Inquisição, o domínio do ensino pelos jesuítas, o atraso enlhum de Portugal em relação a cultura científica europeia. [...] Entre uns e outros (os estrangeirados e os luso-brasileiros) passava-se do movimento das ideias para o reformismo político: um dos primeiros países na Europa (mais uma vez a precocidade), Portugal inicia, com a governação pombalina, a era do despotismo esclarecido (NOVAIS: 27, p.215).

Para Falcon (FALCON: 9, p.210-1), a época pombalina corresponde a uma conjuntura específica, uma articulação de três elementos: a problemática ibérica, o mercantilismo e o movimento ilustrado, que não se esgota no consulado do Marquês de Pombal, mas extrapola-se, em relativa continuidade aos períodos históricos subsequentes, soldando-se politicamente com a revolução liberal de 1820. Esta posição, que não é excludente das apreciações de Novais, na verdade reforça a importância da compreensão da política portuguesa do século XVIII para a análise da inserção dos territórios e povos ao domínio colonial português e dos projetos que essa integração forçada representava.

Para a Amazônia, a reconquista da política colonial portuguesa traria profundas alterações ao seu espaço físico e à sua configuração histórica. É o momento da transformação da região, de unidade territorial em unidade política da metrópole, processo que encontraría seu sentido mais visível no advento da Independência. É o momento da caracterização regional, geográfica, econômica e politicamente delineadas conforme as intenções e ações do reformismo português. Na articulação física do território amazônico (interna e externamente com o Brasil), na política de valorização regional, no equacionamento das questões diplomáticas, na subordinação da ação missionária aos interesses do Estado, no aparelhamento administrativo da província, estão os movimentos e momentos da integração definitiva da região ao todo do sistema colonial.

O Tratado de Madri (1750) pôs fim, formalmente apenas, aos conflitos da fronteira amazônica entre espanhóis e portugueses, que incluía os conflitos entre a Igreja e a Coroa. Os espanhóis, leigos e religiosos, com suas intenções seculares e missionárias próprias, estavam legalmente amparados pelo Tratado de Tordesilhas. Os portugueses reivindicavam um direito de posse, conquistada pela defesa e asseguramento do território face às invasões inglesas, holandesas e francesas, inclusive no período em que esteve unificado com a Espanha. Arbitrado pelo papa Alexandre

VI, o Tratado de Madri contempla a Coroa portuguesa e “comprova a antecipação da ocupação lusa do imenso leque norte e oeste do grande rio e seus afluentes, dando nascimento ao atual delineamento da fronteira amazônica brasileira” (Mattos: 24, p.36).


Na verdade, o Tratado de Madri, que usou o princípio de posse efetiva para decidir em favor dos lusos, pode esclarecer dois pontos chaves na conquista portuguesa da Amazônia. Um, efetivamente, é a confirmação da defesa portuguesa de todo o território amazônico conhecido, do qual apenas uma parte pertencia a Portugal, pelo Tratado de Tordesilhas. É que se achando Portugal, desde 1580, unificado à Coroa espanhola em condições de subalternidade, era também obrigado a exercer a função de defesa dessa parte do continente sul-americano, diante das invasões holandesas, inglesas e francesas. No século XVII, o domínio holandês do nordeste brasileiro e as invasões francesas na Amazônia resultaram, em 1624, na medida do império espanhol de separar o Estado do Brasil (com sede na Bahia) do Estado do Maranhão—que incluía o Pará (com sede em São Luís). Em 1637, Felipe IV cria a Capitania do Cabo Norte, dada a Bento Maciel Parente, que tinha por efeito assegurar a posse do rio Amazonas, cuja margem esquerda estava sendo fortificada pelos portugueses. Desta época, também, é a ordem para a expedição exploratória de Pedro Teixeira, do Amazonas ao Peru, ocasião em que este expulsou os holandeses e destruiu os seus fortes no Xingu e Mondiantuba, tomando posse de toda a área percorrida para a Coroa de Portugal, em 1639. A Restauração portuguesa em 1640 capitalizaria as medidas tomadas pelo império espanhol. Outro ponto, já no século XVIII, é a função que a Amazônia passa a ter no jogo diplomático internacional que dirimia os conflitos entre as potências da época. Portugal e Espanha, em oposição, amparavam-se, respectivamente, nas alianças luso-inglesas e franco-espanholas. Era interesse inglês que a Amazônia ficasse assegurada a Portugal e, dessa maneira, enfraquecer a expansão colonial francesa nesta área. O recrudescimento dos conflitos, entre espanhóis e portugueses, pela posse da Amazônia, resolvidos no Tratado de Madri, passa pela disputa colonial entre Inglaterra e França (Nabuco: 25, p. 15-6).

A imposição da posse portuguesa pela supremacia militar evidencia-se nas medidas de fortificações e preocupações estratégicas com as áreas fronteiriças, centrais e litorâneas do rio Amazonas e principais afluentes. A articulação física da Amazônia com o Brasil-colônia implica que, na orientação do governo português no século XVIII, a Amazônia não seria mais uma reserva de riqueza para o futuro. Mendonça Furtado, o encarregado da demarcação de fronteiras entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Madri, recebe do seu irmão, o Marquês de Pombal, instruções expressas nesse sentido:

quero que o novo governo do Rio Negro, o qual agora bem vereis, que deve ser promovido com o maior cuidado pela indispensável necessidade de se povoar essa fronteira ocidental e segurarmos com ela a navegação do Rio Madeira para o Mato Grosso e a passagem daqueles Minas para o Cuiabá; e ainda mais escuso de vos lembrar que muito se faz necessário separar os padres jesuítas (que já claramente estão fazendo esta guerra) da fronteira da Espanha, valendo-nos para isto de todos os possíveis pretextos, visto que com esta Potência Eclesiástica nos achamos em tão dura e custosa guerra; completar o aparelhamento defensivo do Império na orla fronteiriça, iniciada em Mato Grosso e prosseguindo com o governo de São Pedro no Rio Grande do Sul (Cartas de Pombal a Mendonça Furtado, apud MATTOS 24, p. 58).

Na orientação de Pombal, percebe-se que, mesmo desvinculado do Governo-Geral do Brasil, o Estado do Maranhão e do Grão-Pará, diretamente vinculado ao poder da metrópole, seria o marco político-estratégico mais importante, face à Espanha e à Europa e, ainda, o espaço de asseguramento do território colonial pelo centro, ligando o norte ao sul, via Cuiabá e São Paulo, completando o cinturão de segurança do domínio português na Amazônia (VOLPAHO 35, p. 35-4). Essas preocupações, concretizadas em políticas defensivas após mais de um século, se prendiam, entre outros motivos, às razões econômicas e políticas prioritárias. Em primeiro lugar, o açúcar nordestino, que tivera o monopólio português associado aos holandeses, tornara-se produto privilegiado dos holandeses no século XVII; e, quando da retomada, por Portugal, do Nordeste e da produção açucareira, este produto já apresentava queda de preço no mercado, dada a concorrência anúlhana. Se o asseguramento do monopólio açucareiro por Portugal foi a razão econômico-estratégica para a ocupação da Amazônia - evitando a invasão estrangeira francesa, holandesa e inglesa - a crise deste mesmo produto parece ter influenciado as intenções de Portugal para investimentos mais decisivos na Amazônia, pelo extrativismo e pela experiência agrícola. Em segundo lugar, a efetivação do Tratado de Madri precisava, na prática, equacionar os conflitos entre os espanhóis e portugueses, resolvidos apenas formalmente, eliminar a influência e o projeto religioso na colonização da Amazônia, fazendo prevalecer os interesses seculares da Coroa portuguesa, na direção política da ocupação do território e da submissão dos povos amazônicos. Assim, cria-se o Estado do Grão-Pará e do Maranhão (com o centro de decisão em Belém), em 31 de julho de 1751, que teve como primeiro governador-geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal.

Os princípios da política portuguesa para a Amazônia estão na articulação entre a problemática ibérica, o mercantilismo e a política colonial da época pomblina. Tais princípios, formulados pelo movimento ilustrado e levado a efeito a partir do período de Pombal, têm, nas relações de Portugal com a Inglaterra, especialmente, o parâmetro crítico que nortearia o reformismo português internamente, e consequentemente as relações metrópole-colônia. Os aspectos mais enfatizados do domínio inglês sobre Portugal referiam os prejuízos na agricultura e no comércio, a ausência de desenvolvimento industrial, dada a dependência da produção externa, a falsidade do entesouramento pelo acúmulo de metais preciosos, a discrepância entre as receitas e despesas da Fazenda Real, a relação e a influência determinante entre a produção

aurifera brasileira e o desenvolvimento industrial e agrícola da Inglaterra. O caráter mercantilista do ideário pombalino, segundo Falcon, tem, no fiscalismo e no discurso escolástico sobre o luxo, os traços medievais; e, na teoria monetária conjugada à teoria mercantil expressa na balança comercial e no populacionismo, os traços típicos do pensamento mercantilista (FALCON: 9, 311-3). Ainda o populacionismo, a importância da agricultura e as causas de sua decadência estavam na relação direta com as propostas de uso produtivo da terra, passando pela crítica aos

latifúndios improdutivos em poder da Igreja, 'coutados' em mãos da nobreza. [...] A produção manufatureira (é pensada) [...] sob a forma de manufaturas que chamamos de concentradas, reais e privilegiadas. [...] Carecendo de burguesia industrial, sendo escassos os capitais disponíveis, pensa-se sempre o empreendimento industrial como dependente do apoio amplo do poder real (FALCON: 9, p. 314-5).

Outros aspectos fundamentais levantados por Falcon no ideário mercantil pombalino são as relações com as colônias, onde a política do exclusivo colonial (de benefício aos grupos e ao setor comercial da metrópole) e as companhias de comércio articulam as estratégias econômicas às perspectivas políticas da soberania do Estado português. Ou seja, o elenco resumido das propostas econômicas não ultrapassa as idéias e práticas vigentes no século XVII. No entanto, é no caráter político que o século XVIII adquire nítida diferença em Portugal, especialmente no fortalecimento do Estado absolutista e sua autonomização do poder da Igreja, nas reformas institucionais do ensino e na promoção de estímulos culturais e, ainda, na crescente preponderância do poder do Estado, sobre os grupos influentes da sociedade portuguesa.

Em Portugal,

Pombal se empenhou, com grande êxito, numa gigantesca obra de modernização da economia, da cultura e da administração portuguesas. Teve de enfrentar, nos primeiros anos de sua gestão, as devastações do terremoto de Lisboa (1755), a perigosa conspiração aristocrático-clerical dos Távoras (1758) e os excessivos privilégios concedidos aos ingleses (advindos dos acordos de Methuen). Mas, combinando uma superior compreensão dos problemas portugueses com indomável energia, e dando apropriado uso às riquezas que continuavam aflorando do Brasil, reorganizou a produção agrícola, desenvolveu as manufaturas e criou novas indústrias (sedas e cutelaria), dinamizou a capacidade comercial do país, constituindo companhias de comércio para os vinhos, a pesca e as riquezas do Brasil, reestruturou a administração pública, o Exército e a Marinha, adotou uma política externa independente e reformou, dentro do espírito da Ilustração, a Universidade de Coimbra e a vida intelectual portuguesa (JAGUARIBE: 17, p. 89).

Na Amazônia, a época pombalina deixou marcas importantes e até fundamentais na caracterização da sociedade colonial da região, onde os traços do ideário econômico e político pombalino, seja como exaltação da pessoa, seja como momentos do processo de ocupação lusitana, são registrados. Na ótica da intervenção do Estado, a ilustração refletir-se-ia na

cultura da terra com espécies indígenas e alienígenas; povoamento intensivo; colonização metodizada, exploração de riquezas naturais; organização de defesa do Estado contra as aspirações imperialistas dos franceses e espanhóis; verificação das vantagens ou não do tratado de limites firmado em Madri com a Espanha; atenção especial para com as rendas públicas, evitando o contrabando; organização do trabalho nativo, que não devia ser utilizado como escravo e sim aproveitado como assalariado; atenção especial para com as Ordens religiosas, jesuítas em particular, as quais deveriam colaborar com o Estado, deixando de atribuir-se o poder temporal que cabia àquele (Reis: 28, p. 130).

Na visão de conjunto dos setores administrativo, diplomático e econômico, Arthur Reis refere:

a criação da Capitania de São José do Rio Negro (1757), [...] a criação da Intendência-Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas do Estado (1766), [...] a do Juizado de Fora em Belém (1753), uma junta de Fazenda, que substituiu provvedoria de Contas (1733), [...] dezenas de vilas e povoados, [...] escolas, [...] pondo em execução o que o Diretório impunha nesse particular. Em Belém, foi posta a funcionar uma aula de latinidade e outra de filosofia e retórica, além de cursos de primeiras letras. Em Gametá, também se abriu, por ordem do Capitão General (Mendonça Furtado), curso de latinidade. [...] No setor econômico, o ciclo pombalino assinalou-se por um trabalho continuado de tudo da terra. [...] Explorou-se a produção espontânea. [...] Fez-se intensa lavoura do cacau, do algodão, do café, de outras espécies comerciais. Prêmios, ajudas materiais, foram concedidos [...] para aumentar a produção, animando o colono. Este recebia, além da sesmaria, garantia de não servir na tropa e o direito de isenção de impostos para os primeiros anos de sua lavoura.

As manufaturas também se adiantavam. Fundaram-se (com) favores e incentivos estatais, estabelecimentos para fabrico de panos, de algodão, [...] preparo de aril, preparo de madeiras. [...] Nos estaleiros nacionais montados em Belém, construíram-se embarcações de vários tipos, inclusive naus de guerra para a Marinha lusitana. [...] Legislação especial, começou amplas beneméridices a quem se ligasse à mulher da terra, o que legalizou situações. (Reis: 28, p. 131-8).

A integração militar é aliada a uma alternativa de fixação que assegurasse a estabilidade do domínio lusitano.

O garimpo extrativista não era suficiente para formar uma sociedade permanente. Gerava, é certo, uma integração apenas militar. [...] Na verdade, os portugueses não tinham apenas o interesse mercantil ligado ao extrativismo da mata. Eles pensaram numa alternativa fixadora que garantisse a posse da área assim como o ouro e a cana-de-açúcar em Minas e Pernambuco haveriam de estabilizar sociedades de características definidas (Souza: 33, p. 47).

A política de valorização regional da Amazônia (Bentes: 8, p. 223) do período pombalino combina o projeto de estabilidade às experiências agrícolas anteriores, numa política econômica mais ampla.

A emergência do "ciclo" agrícola na Amazônia ocorreu no século XVIII. Produzia-se cacau, café, algodão, etc. Em 1710 tinham-se introduzido arados no Xingu, técnica também adotada depois no Marajó. [...] Porém, a Amazônia permaneceu uma economia praticamente sem contato com os grandes mercados costeiros. Um ou dois navios por ano tocavam o porto de Belém, [...] o transporte de carga pagava fretes escorchantes, [...] mas, só quando o cacau amazônico se tornou um produto expressivo em termos de peso é que se começou a verificar maior regularidade no transporte marítimo. [...] O impulso da demanda externa transmitiu-se à Amazônia. Já em 1730, graças ao trabalho dos missionários e dos colonos e dirigimos da mão-de-obra indígena a exportação do produto [...] representava em valor mais de 90% das exportações regionais. A queda da exportação ocorrida entre 1750 a 1754 parece ter mostrado, no entanto, que a região carecia de um reforço oficial à sua atividade. Esse reforço sobreveio na época de Pombal, com a instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) (Santos: 31, p. 16-7).

As intenções e medidas da política agrícola provêm do século XVII. Bessa Freire registra na época das capitanias

 [...] indícios de uma vontade expressa do colonialismo português em fomentar a agricultura, através de algumas medidas tomadas por Castelo-Melhor [...] destinadas a estabelecer fazendas de cacau, cana-de-açúcar e algodão: no período Pombalino, está bastante evidente a existência de um projeto que se materializa com a criação, por parte da Coroa, da Cia. Geral do Grão-Pará (século XVIII) (Freire: 14, p. 4).

A política agrícola e comercial portuguesa para a Amazônia aproveita as bases concretas existentes e as solicitações externas do mercado internacional (especialmente do cacau), articulando-as ao projeto de equacionamento dos problemas econômicos e políticos da metrópole. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão é o instrumento do Estado mercantil por excelência, na viabilização desse projeto, quando a busca da independência portuguesa diante da Inglaterra justificava o caráter "civilizatório", "fertilizante", "abolicionista" e "progressista" da Companhia (Falcão: 9, p. 297-9). A importância das companhias pombalinas está além da concorrência mercantil. A intensificação da agricultura e do extrativismo - "drogas do sertão" - do plano agropecuário português correspondia, em grande medida, na articulação do trabalho escravo do negro com a submissão política dos povos amazônicos, até então forçados ao trabalho compulsório escravo, semi-escravo e servil; e, ainda, condicionar as medidas econômicas às necessidades estratégicas de asseguramento do território. No final do século XVII,
acoroda pretendia incentivar o desenvolvimento agropecuário do Pará e Maranhão, entravado pela carência de mão-de-obra impossível de remediarm o recurso do índio. Essa era uma das formas de conter a velha política das grandes potências, toda ela orientada no sentido de esbulhar as Nações mais débeis dos territórios detentores de matérias-primas. Essa orientação estava, de resto, definida em face das dissidências entre as diferentes coroas ou pelo caráter expansionista de algumas delas. Portugal foi, por tudo isso, forçado a seguir uma política condizente com as suas reais possibilidades em gente, em dinheiro e em organização militar, para impedir, em particular no norte do Brasil, a criação de uma situação semelhante à resultante da ocupação holandesa no litoral, nos meados do século XVII. Todas as atenções convergiram para a extracção das “drogas do sertão” e para a “cultura de suas serras e novas drogas que se têm descoberto” e para a instituição de carreiras de navios ligando Lisboa a esses portos (PEREIRA: 12, p.145, 24).

A combinação mercantil-colonial traça o perfil do absolutismo lusitano na Amazônia, que passava pelas populações indígenas em duplo aspecto: como elemento econômico (mão-de-obra básica) e como elemento político (aliado) para assegurar o domínio colonial. Para tal, articulam-se as necessidades de enquadrar os colonos portugueses na orientação dos objetivos do Estado, de neutralizar o predomínio dos jesuítas no contato com os índios (para acirrar a destribalização e secularizar a ação missionária) e de criar mecanismos institucionais capazes de organizar, na Amazônia, uma unidade política de eficácia econômica e estratégica para a metrópole. O cerne da construção dessa unidade política estava na utilização da base populacional realizada pela ação missionária descaracterizadora da unidade tribal de origem, que integrasse os grupos indígenas à população mestizã (produto dos contatos entre índios e brancos) e alicerçasse a sociedade regional sob a hegemonia portuguesa. A destribalização dos grupos originários realizados pela submissão militar e a nacionalização forçada foram aliados à política agrícola e à formação de uma mão-de-obra regional, resguardada pela fortificação das margens, do centro e das fronteiras do território e da bacia amazônica. A experiência agrícola recebeu, do Estado, capital e organização administrativa. Da Igreja, recebe a mão-de-obra real e potencial e a matriz da imposição cultural. A ordem jurídica é imposta para regular as relações produtivas e conformar, a esta, as relações sociais. A estratificação é reforçada e legitimada, agregando papéis sociais definidos e dando certa organização às necessidades mercantis e à sociedade colonial regional. Delimitam-se as bases da divisão em castas, na Amazônia.

O colono chefe-militar vai se transformando num administrador sedentário, [...] obediente aos interesses fiscais da coroa e domesticado pela complicada malha jurídica e burocrática, mais ardilosa que o cipoal da floresta virgem. Esses colonos, fazendeiros e artífices, se aproximavam da metrópole pelas normas políticas centralizadoras e se afastavam da massa pobre e informe dos colonizados. [...] O colonizado [...] encontrava-se atravessado entre dois mundos contraditórios, é um homem geralmente desfibrado e incoerente, um farrapo. Sobre essa massa servil o patrimonialismo irá crescer, prosperar por uma geração inteira, até sofrer com a necessidade cada vez maior do mercantilismo racionalizar os seus meios de produção (SOUZA: 33, p. 48).

Concretizam-se, no século XVIII, as medidas de apropriação do território amazônico, de desenvolvimento econômico e administrativo da região, através de atividades extrativas e agrícolas, e a subordinação das populações indígenas — política, cultural e juridicamente ao controle social do Estado português. Para os colonos, instalou-se na Amazônia o "despotismo esclarecido" europeu. Para os colonizados, para os povos indígenas, instalou-se sobre a sua organização comunitária de origem a ditadura pombalina da Coroa portuguesa. Tal "regime", que em Portugal tivera natureza de inovação no sentido de melhorar as condições gerais da metrópole, reflete-se, na Amazônia, na intervenção sob todos os pontos de vista, na vida e na organização das populações amazônicas. A Ilustração europeia chega à Amazônia pelo "assalto experimental" (SOUZA: 33, p. 48) do Marquês de Pombal e do Estado português. Na metrópole, a Ilustração consegue antecipar-se e, no Estado absolutista, lançar ideias e práticas que aumentassem—por algum tempo—a sua sobrevida. O caráter conservador e tradicional da precocidade do absolutismo lusitano não deixa dúvidas (NOVAIS: 27, p. 221, 224 e FAORO: 11, p. 228). As ideias iluministas, numa estrutura social ainda fortemente marcada de traços feudais, só poderiam ser adequadas no Estado mercantil-colonialista sob o autoritarismo que conseguisse, ao mesmo tempo da execução de reformas, elevar ao poder absolutista elementos e recursos capazes de dar alento à economia mercantilista. FAORO vê, na figura de Pombal, a mentalidade que recusava aceitar o seu país tal como era (FAORO: II, p. 228-9). Novais vê, no conjunto dos intelectuais portugueses vinculados ao poder, uma força política capaz de responder às necessidades impostas pelas transformações históricas da Europa que, entre o dilema da revolução emergente e a reforma exigida, conseguiu optar pela última (NOVAIS: 27, p. 221, 224). A exequibilidade do reformismo português, na ausência de forças amadurecidas para dirigir o processo revolucionário, só poderia efetivar-se sob o comando do Estado: controlando a economia e dirigindo a ação cultural.

A fase de Pombal termina, na Europa e na Amazônia, em 1777. O processo, porém, de instauração e desenvolvimento do reformismo português prossegue em ambas, sob os reinados de D. Maria I e do príncipe D. João. O Estado do Grão-Pará e do Rio Negro, criado em 1772, teve, entre 1790-1803, outro governador diretamente ligado ao grupo de poder ilustrado da metrópole: D. Francisco Maurício de Souza Coutinho, irmão do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, na mão de quem o reformismo português "tem sua expressão mais conspicua, e que enfim, se forma na diretriz de uma política económica integrada e que, no campo político equaciona o estabelecimento da Corte no Brasil (NOVAIS: 27, p. 237). Francisco de Souza Coutinho parecia ter clareza do "dilema" reforma-revolução. Queria e pleiteava a elevação da Amazônia à categoria de vice-reino, já sugerida a Pombal, por Mendonça Furtado. No registro de Arthur Reis,

D. Francisco em treze anos produzira de olhos fitos nas alturas da nova situação política a que deveria ascender o vale. Deste modo, aumentara a vigilância contra franceses e espanhóis. Pelo mesmo motivo deu continuidade ao incentivo agrícola e manufatureiro. Idênticas razões levaram-no a pleitear a igualdade entre índios e brancos. [...] Sacudido no seu modorrismo intelectual, Portugal tinha, assim, de olhar mais vivamente a paisagem amazônica, como nenhuma do seu Ultramar.


- 46 -
possuindo particularidades que a enriqueciam e a faziam superior às demais do império. [...] Souza Coutinho estava, a essa altura, vivamente preocupado com a defesa do território do Estado. A vizinhança da Guiana Francesa trazia mal-estar. A revolução era então o fim do mundo para os monarcas absolutistas. D. Maria e seus ministros reagiam enquanto podiam para impedir a infiltração das novidades francesas em Portugal e colônias. Souza Coutinho tinha ordens severas a respeito. Exercia vigilância rigorosa. E, sobre Caiena, lançava suas indagações, recosso de que de lá pudesse descer o veneno revolucionário. Seus agentes espionavam, informando-o do que ocorria na colônia francesa. [...] Com o desassossego que reinava em Caiena e demais lugares da Guiana, muitos colonos, proprietários, procuravam abandoná-la, fugindo aos horrores de um possível pronunciamento da escravaria, entusiasmada com os princípios da “liberdade, igualdade e fraternidade” que a revolução prometia. Souza Coutinho recusava recebê-los. Não seriam emissários disfarçados da Revolução (REIS, 28, p. 239-269)?

É evidente que as transformações econômicas, políticas e culturais da Europa devem ter abalado as convicções portuguesas na metrópole e nas colônias, pelo fato de estarem circunscritas aos princípios e práticas do Antigo Regime, à moda da especificidade ibérica. No entanto, é nas condições das próprias medidas de estruturação da Amazônia lusitana que estão as bases da ruptura interna com o absolutismo português. Medidas que tinham, na organização política e produtiva dos povos amazônicos, a principal estratégia da política de colonização da Coroa portuguesa.


Na época da conquista, pode-se dizer que havia certa unidade de propósitos na conversão dos desconhecidos em súditos, por parte da Coroa portuguesa e da Igreja. Do século XVI ao XVII, predominou esta proposta. A conjugação da conversão de
súditos em fonte de lucro correspondeu ao processo de destruição da alma indígena (CAMBRINI: 4, p. 83-6). As primeiras orientações de D. João III para os militares e jesuítas no Brasil eram:

a) servir a Deus e à fé católica;
b) promover o lucro do império e
c) enobrecer a terra e sua gente.

O papel da Companhia de Jesus no Brasil foi definido no mesmo documento de 1548 como sendo:
a) catequese; b) proteção da liberdade dos índios e c) educação e aldeamento dos mesmos (CAMBRINI: 4, p. 85-6).

Gradativamente, a escravização particular do índio ganha terreno nos interesses reais e religiosos. Quando a conquista da Amazônia foi efetivada, há muito a opção pela escravização estava sendo praticada. O objetivo do lucro e a desigualdade de condições foram combinados à necessidade do trabalho compulsório (WILLIAMS: 36, p. 10).

O europeu procurava o Eldorado e acabou por encontrar a maior de todas as minas, o próprio homem. Egocêntrico, não entendeu o Outro, dizimou-o [...] A busca da riqueza pela pilhagem e pelo eniocídio. O mito como suporte da conquista. A política de terra arrasada (LOB: 18, p. 157).

Em relação ao mundo civilizado, a América, do outro lado da Terra, era de fato o reino do inconsciente, exatamente por localizar-se fora da esfera de qualquer conhecimento, fé ou poder. O continente tinha que ser conquistado, integrado e identificado com as nações-mãe o mais rápido possível e com lucro. Afinal, a Europa pretendia expandir o seu território e enriquecer, e não alterar sua identidade através do contato com um segmento desconhecido da humanidade (CAMBRINI: 4, p. 76).

O absolutismo lusitano na Amazônia reelabora e reitera os temas e problemas sempre presentes nas relações coloniais: a impositividade da escravidão, a subalternidade e racismo das relações de dominação, a capacidade ou incapacidade produtiva da terra e dos índios, a imposição cultural sobre os povos conquistados. As medidas do reformismo português deram um equacionamento próprio a estas questões. Comércio, trabalho compulsório e institucionalização das relações coloniais têm no Estado o parâmetro da regulação do processo sócio-cultural. A partir de 1750, caracteriza-se, na Amazônia, a investidura do Estado absolutista sobre o espaço e sobre as populações amazônicas. A política colonial pela agricultura e pelo incentivo industrial, com a transformação dos contingentes indígenas em mão-de-obra regional, é racionalizada. Na transformação da Amazônia em uma unidade polífico-econômica rentável às necessidades metropolitanas, e estratégica para a estabilidade do poder colonial, estão os objetivos da política de colonização na construção da Amazônia lusitana.

O fato de a Amazônia ter sido sempre uma área diretamente administrada pela Coroa portuguesa (BASTOS: 2, p. 223-4) parece ter sido decisivo para fazer dela uma
unidade propícia às experimentações reformistas, e torná-la uma parede física e política de proteção e manutenção do domínio português na América: fronteira de outros domínios coloniais (Espanha, França, Holanda e Inglaterra), ponto de articulação com o sertão do Brasil (Cuiabá - São Paulo), com saídas para o mar (Belém) e, ao mesmo tempo, unidade administrativa da Coroa sem a intermediação de poder desenvolvida pelas camadas senhoriais do Nordeste. Com essas características, a intervenção do Estado na Amazônia pôde-se desenvolver no sentido da determinação e rigidez com que implantou a sua estrutura de poder, levando a termo um programa de reformas articuladas ao sistema colonial, à economia mercantil e às contradições do Antigo Regime, envolvendo e agravando as contradições próprias, no plano interno, da colonização da Amazônia. Assim, a política portuguesa, no século XVIII, vincula-se, externa e internamente, aos desdobramentos da crise política e econômica nas relações colônia-metrópole, Estado colonial e sociedade regional, caráter dominante e identidade emergente, no século XIX. O programa de reformas na Amazônia, que atravessa esse período, fora também uma opção política diante de uma determinação histórica, ou seja, um esforço para contornar as crises e as consequências das transformações em curso, na Europa e na América.

A integração das colônias na economia mercantil europeia dava-lhes função e condições específicas: produção para o comércio e zona periférica da acumulação de riqueza das metrópoles. Condicionada a estas imposições, a estruturação da economia colonial tem um modo definido.

Não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo que a sua comercialização promovesse estímulos à acumulação burguesa nas economias europeias. Não se tratava de produzir apenas para o comércio, mas para uma forma especial de comércio - o comércio colonial; é mais uma vez o sentido último (aceleração da acumulação primitiva do capital), que comanda todo o processo de colonização. Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o escravismo. [...] A colonização do Antigo Regime foi, pois, o universo paradisíaco do trabalho não livre, o eldorado enriquecedor da Europa. [...] A expansão da produção, consumindo cada vez mais a força de trabalho escravizada, deu lugar ao tráfico negro para o Novo Mundo; [...] o tráfico negro, isto é, o abastecimento das colônias com os escravos, abria novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento de indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da pregação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse 'gênero de vida'; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa mercadoria (NOVAIS: 27, p. 92-105).

Se a exploração, sob um modo determinado de trabalho forçado, explica a forma de realização da acumulação primitiva pela colonização e norteia as necessidades de ocupação, de povoamento e de dominação colonial, impõe-se saber até que ponto a subjugação do índio era apenas um negócio interno da colônia. A colonização

portuguesa na Amazônia, que teve na mão-de-obra indígena escravizada a força de trabalho predominante, parece estar integrada a uma perspectiva mais ampla do absolutismo lusitano nas suas relações internas e externas. A consideração da acumulação primitiva

como um processo de âmbito estrutural e internacional, gerado por dentro do mercantilismo e (como categoria analítica) [...] do processo social, isto é, econômico e político mais característico do feudalismo ao capitalismo (IANNI: 16. p. 4-5).

dá outra dimensão à preeminência do trabalho do índio na Amazônia. Se a escravização, a negra em maior proporção e a indígena em menor escala, "é uma necessidade econômica e um fundamento político da organização e manutenção do poder colonial em geral" (IANNI: 16. p. 10-1), na Amazônia, dada a sua utilidade estratégica na disputa internacional, a vastidão de suas terras e a concentração das populações indígenas, a integração política deste território, com o trabalho compulsório/escravo do índio, longe de ser apenas um negócio interno era fundamental em duplo aspecto: uma exigência econômica da exploração mercantil e uma exigência política para a diplomacia internacional, para o controle político-administrativo da Região Norte, para assegurar um posto avançado do Estado português na fronteira (física e comercial) com outras nações e, principalmente, na "fronteira política" da dominação colonial com a crise do Antigo Regime. A ocupação da Amazônia, realizada com o trabalho compulsório do índio, parece ter obedecido a negócios internos e externos, não só dos colonos mas do Estado português, onde a iniciativa particular dos colonos só tinha sentido se, ao mesmo tempo da conversão do índio em mão-de-obra regional, fizesse, dos povos indígenas, nacionalidades subalternas e desiguais para os interesses econômicos, políticos e estratégicos da Coroa portuguesa. Na ordem e na extensão desses "negócios", a colonização da Amazônia deveria ser feita sem intermediários, ou na existência deles, controlados ao ponto em que a formação de uma camada senhorial - evolução do colono em outras regiões, por exemplo - não fosse além das imposições limitativas do governo português, da economia mercantil e do sistema colonial. Sem a interferência direta dos colonos para pulverizar o poder de domínio, torna-se mais fácil ao Estado português reduzir o poder religioso da ação missionária na Amazônia e articulá-lo ao projeto da política agrícola e manufatureira de valorização regional, reunindo numa só força (no Estado) as condições suficientes para consolidar-se na região. Procede, assim, mediante a implantação e reformas jurídico-administrativas da estrutura do poder do Estado, a condução do modo de exploração da população indígena na forma de trabalho compulsório, como fundamento organizativo da sociedade regional, sob o Estado absolutista.

O período reformista do Estado português, que vai do século XVIII ao século XIX, realiza, na Amazônia, um processo que consolida a ocupação, regula o povoamento, incentiva a produção agrícola, ensaia a industrialização, investiga a potencialidade dos recursos da área e sintetiza a experiência do domínio colonial sobre o espaço, a organização e a vida das populações amazônicas. E só o trabalho compulsório do índio ajustar-se-ia às necessidades econômicas e políticas do caráter da lusitanização da

Amazônia. O trabalho escravo do negro, introduzido com as companhias de comércio, é apenas complementação da produção agrícola e do comércio colonial regional; e, por si só, não seria suficiente para a necessidade política de ocupar a terra, subordinar os povos e torná-los estratégicos para a sobrevida do domínio colonial e do Antigo Regime. Sem a intermediaria dos colonos e da Igreja, a Coroa portuguesa poderia tomar fôlego para resistir, na Amazônia, por mais tempo, à crise da economia mercantil e do absolutismo monárquico. À maneira do "despotismo esclarecido", o reformismo português converte o eldorado econômico do trabalho não livre em eldorado político do reacionarismo europeu. Na Amazônia, através do trabalho escravo ou compulsório do índio, a intervenção direta do Estado cria, nesta área, uma unidade política e social funcional ao regime e à dinâmica do domínio colonial. Sob a confiança de quadros notáveis do pensamento ilustrado (Mendonça Furtado e Francisco Coutinho, por exemplo), a política reformista tinha de racionalizar a utilização da mão-de-obra indígena no plano de uma nacionalização forçada do homem índio, que a organização jurídica e administrativa ajuda a impor. A caracterização geográfica, econômica e cultural da região amazônica é processada através da recría das condições e situações de desigualdade e subalternidade dos povos indígenas, e é através desse mecanismo que o "negócio interno" (SIMONSEN, 32, p. 308-10) se transforma em negócio externo, ou seja: que a utilização produtiva das terras e gentes tem o sentido e o objetivo ampliados pelas finalidades políticas do absolutismo lusitano. O Diretório (FURTADO, 15) surge nesse contexto.

Os índios sempre foram considerados como uma 'droga do sertão'. Mas eles constituíam uma 'droga' especial, porque eram os únicos capazes de produzir outras 'drogas'. Enquanto os índios eram abundantes e estavam localizados em zonas de fácil acesso, não houve nenhuma preocupação com a sua reprodução, pois eles eram facilmente substituídos por outros. No entanto, com o extermínio de milhares de índios e a fuga de muitas nações para as cabeceiras dos rios, a Coroa portuguesa começou a se preocupar também com a sua extinção. [...] A economia colonial em expansão, com a criação de novos engenhos de açúcar, fazendas de gado, plantações de café, olarias, salinas, salgadas de peixe e coletas de drogas do sertão. [...] exigia um aumento de força de trabalho (FREIRE, 13, p. 39-40).

A exploração das populações amazônicas tem um limite, físico e político. É na percepção dessa realidade que o Estado português reorganiza a sua estratégia de dominação na Amazônia. Os 140 anos de escravidão do índio (FREIRE, 13, p. 324, 56-62), que asseguraram todo o resultado produtivo da colonização, representaram, também, a causa principal dos conflitos armados entre índios e portugueses. A reorientação das relações coloniais precisava incluir nos planos da estabilidade lusitana certa atenuação no trato da mão-de-obra, onde a utilidade produtiva fosse combinada ao projeto político da proposta de colonização. O Diretório é o instrumento jurídico-político-administrativo que dispõe sobre as relações internas da sociedade regional e sobre o caráter da imposição sócio-cultural do Estado português. O fundamento organizativo da sociedade colonial amazônica é o trabalho compulsório das populações indígenas, vinculado ao comércio intra-regional e ao comércio de exportação, e desdobrado na
reforma de costumes, na organização dos povoamentos (aldeias e vilas), com linhas de autoridade e hierarquia civil determinadas pelo poder do Estado.

A divisão dos 95 parágrafos do Diretório corresponde aos princípios, instrumentos, métodos e recursos através dos quais a ação do Estado pretende equacionar o modo de inserção dos índios na colonização da Amazônia. A distribuição do tema, na ordem mesma do documento, parece obedecer às prioridades das preocupações e às situações de emergência que precisavam de intervenção imediata: os princípios e justificativas gerais (1-4), a reforma dos costumes (5-15), o trabalho (16-34), o comércio (35-58), a distribuição da mão-de-obra e o controle populacional (59-73), as povoações (74-91) e as responsabilidades e advertências finais aos diretores (92-95).

A oposição inicial, manifesta no Diretório, é a constatação da rusticidade, ignorância e inaptidão para o autogoverno dos índios, contra as necessidades da civilidade, da conveniência e da racionalidade da intervenção do Estado. Frente à desordem, à dispersão e à reiteração da vida primitiva, impõe-se a necessidade do equilíbrio, da justiça e da igualdade de prêmio e castigo na regulação da ordem interna pelos diretores das aldeias e povoações. As virtudes morais e a demonstração do bom exemplo são os critérios para a escolha das pessoas representativas das instâncias de obediência: juízes ordinários, vereadores, oficiais de justiça, diretores e os principais das aldeias. A religião é meio de conseguir civilidade, cultura e comércio. A intenção real em promover a cristianização é combater a ignorância. A consecução dos objetivos do Diretório tem um resultado definido: os índios devem ser úteis a si mesmos, aos colonos (moradores) e ao Estado (FURTADO: 15, parág. 1-5).

A reforma de costumes é, ao mesmo tempo, meta e processo da dominação colonial; requer denodo, perseverança, disciplina, suavidade e aplicação dos meios de aquisição da civilidade: a obrigatoriedade da língua portuguesa, a educação pelo ensino básico, os estímulos à ascensão e diferenciação social, a organização da descendência familiar, a vestimenta e a habitação particular (FURTADO: 15, parág. 5-15).

A obrigatoriedade da língua portuguesa é instrumento político para a identificação dos conquistados ao conquistador. É regra de todas as nações civilizadas a adoção da língua-mãe nos novos domínios, razão da eficácia civilizatória sobre os costumes bárbaros e da introdução do "afeto, respeito e veneração ao Príncipe". O reconhecimento político do dominador pelo dominado, por meio do uso da língua, foi descuidado pelos "primeiros Conquistadores", que praticaram o contrário: permitindo a "diábólica" e "abominável" língua geral privaram os índios da civilização, mantiveram a sujeição da sua rusticidade e permitiram este perniciosíssimo abuso (o nheengatu). Da mesma maneira a língua própria de cada nação indígena não deve ser consentida, "por modo algum". A função política das escolas e mestres define, na prática educativa, a aprendizagem e o conteúdo básico a serem adotados: religião, leitura e contas para os meninos; e, para as meninas, além do ensino básico, falar, fazer renda, cultura e outros "ministérios próprios do sexo". Em tese, separar as escolas pelos sexos (na ausência de professores para cada gênero, podem funcionar com alunos mistos) para o ensino mínimo da língua portuguesa. Subordinada aos objetivos políticos, a escola é pública, mas um pagamento deve ser feito pelos pais dos índios alunos; e os mestres, tais como os outros funcionários políticos, são exemplos da moralidade do conquistador (FURTADO: 15, parág. 7-8).

Os estímulos à ascensão social e à diferenciação correspondem a níveis distintos das preocupações políticas e às medidas de institucionalização das relações dos índios entre si e dos índios com os brancos. De um lado, a honraría e o reconhecimento público dos índios que passem a ocupar cargos de confiança. Devem diferenciar-se dos demais como portadores de prestígio e privilégios que se estendem às suas famílias. De outro, os índios, em geral, não são iguais aos negros. A permissão dessa identificação, assim como essa equiparação social feita pelos colonos, é proibida e punida. Na qualidade de vassalos, os índios são superiores, e a orientação, neste sentido, visa combater a mentalidade subalterna dessa identidade geradora de “abatimento”, “vileza” e “indecência”. No mesmo espírito, o tratamento igual das famílias índias e brancas exige a organização da descendência familiar dos índios, com sobrenome para cada grupo particular (FURTADO: 15, par. 9-11).

A substituição das habitações coletivas pelas particulares impede a promiscuidade e os vícios. As leis da honestidade e da justiça devem ser resguardadas. As habitações primitivas não consideram a diversidade dos sexos, a “troteza” (sic) é prática comum ensinada pelos índios aos seus filhos. Este abuso deve ser deterrado pela imitação dos índios aos brancos, na construção das suas casas, “com diversos repartimentos, onde vivendo as famílias com separação, possam guardar, como racionais, as leis da honestidade e polícia” (FURTADO: 15, par. 12). As regras de habitação ao mesmo tempo em que organizam o espaço controlam os hábitos “primitivos”. Controlam principalmente o ajuntamento, pela abolição da moradia coletiva.

A vestimenta é hábito de distinção e de igualdade. Também é virtude a ser praticada, especialmente pelas mulheres. Como elemento de diferenciação, deve corresponder aos recursos e posição de cada um, mantida com trabalho próprio. O luxo da vestimenta do branco deve ser atenuado, não “provar da ruína dos povos”, nem contrastar com a “miséria” e despojamento dos índios. Instrui certa equiparação e ao mesmo tempo distingue as castas. É mais regra social do que moral (FURTADO: 15, par. 15).

No conjunto, a reforma de costumes tem de aplicar-se com moderação para não obter o efeito contrário: a “dispersão”, o “horror” e a reiteração dos “maus costumes”.

O trabalho é um bem espiritual e temporal, princípio que orienta a utilidade dos índios para si próprios, para que contribuam no “sólido estabelecimento do Estado” e para o progresso dos moradores, das aldeias e das povoações. O trabalho fundamenta o dever individual e coletivo da manutenção da sociedade e do Estado. A utilidade das populações indígenas só pode ser alcançada mediante a cultura da terra e do comércio. O trabalho agrícola é “um princípio de honra” para os índios, é meio de abundância e riqueza para suas famílias, e instrumento de comunicação e aquisição de cultura no comércio de produtos. A ambição deve ser incutida como medida de combate ao ócio e à pobreza. A ambição - “honestia e louvável” - faz as repúblicas opulentas, populosas e respeitadas (FURTADO: 15, par. 17). O dever do trabalho corresponde à expectativa de honra e de ascensão social, inclusive nos cargos públicos. Os índios são dignificados por Sua Majestade para ocupar também “empregos honoríficos”. Persuadidos dessas máximas pelos diretores, os índios dar-se-ão conta da utilidade do trabalho e dos prejuízos da ociosidade (FURTADO: 15, par. 18-19).

A orientação da produção pretende atender às necessidades de obediência,
disciplina, satisfação e utilidade coletiva. Dois problemas principais têm de ser corrigidos: a ociosidade dos rústicos e ignorantes e o uso inadequado do trabalho dos índios. A qualidade e a distribuição das terras em abundância são responsabilidades verificadas e reguladas pelo Estado, assim como a vigilância sobre os interesses particulares, para evitar abusos e prejuízos. A agricultura desenvolvida pelos índios destina-se ao abastecimento interno, ao comércio intra-regional e ao comércio de exportação. Impõe-se a racionalidade do uso produtivo das terras e dos índios. A inadequação da exploração anterior trouxe decadência às populações, prejudicou a produção colonial interna e o comércio. A organização e o controle produtivo pelos diretores incluem o registro, para o governo, do número e espécies das roças, o número e o nome dos índios utilizados e os resultados da produção anual. A “proteção divina” do trabalho é assegurada pelo dever e disciplinamento do pagamento do dízimo: 10% (dez por cento) da produção de gêneros têm essa destinação. Aparelha-se a burocracia para administrar a contabilidade, o armazenamento, o transporte e a circulação dos produtos, até à Fazenda Real. O pagamento dos diretores também se origina do trabalho dos índios (seis por cento da produção) (FURTADO: 15, pará. 20-34).

A cultura das terras é o princípio do comércio. Ao abatimento da agricultura corresponde a decadência comercial, causa e consequência da ruína do Estado. (FURTADO: 15, pará. 35).

Entre os meios, que podem conduzir qualquer República a uma completa felicidade, nenhum é mais eficaz, que a introdução do comércio, porque ele enriquece os Povos, civiliza as Nações, e consequentemente constitui poderosas as Monarquias (FURTADO: 15, pará. 36).

Para os índios é instrumento de comunicação, civilidade e motivação para riqueza. É também recurso útil para venderem seus produtos com “preço justo”. A alma do comércio é a sua liberdade. Mas, dada a rústicidade dos índios essa “substantial máxima da Política” não pode ser exercitada. A regulamentação e restrições das relações comerciais e dos produtos no mercado, quando dirigida ao bem comum pelo Estado, não ofende a liberdade. Os limites justificam-se pela primitividade dos índios; as restrições ao intercâmbio livre incluem a aguardente e os “supérfluos”. A introdução dos pesos e medidas nas povoações visa disciplinar e controlar o dolo, os abusos dos comerciantes, que diminuem os “negócios” e “prejudicam a fé pública”. Os diretores devem tutelar os índios frente aos comerciantes para que a troca não seja violada e haja “fidelidade entre uns e outros”. A produção agrícola dos índios tem de ser canalizada para a cidade, onde o mercado é mais vantajoso e útil para eles, duplamente: facilidade do transporte pelos rios e “atendendo por uma parte a maior reputação que hão de ter nelas” (FURTADO: 15, pará. 37-45). A canalização da produção agrícola para o comércio da cidade também é de dupla utilidade para o dominador: fortalece e amplia o mercado e insere os índios, como iguais, nas trocas desiguais entre índios e brancos.

O extrativismo, base do comércio do Estado que consiste na extração de “drogas do sertão”, tem orientação cuidadosa para os diretores administrá-lo nas povoações, observando as determinações de menor custo, abundância e facilidade dos produtos

extraídos, a procura do consumidor, o menor tempo e mão-de-obra empregada e a manutenção do valor comercial. Recomenda-se a diversificação e a especialização do extrativismo praticado nos povoamentos. As povoações centrais e adjacentes aos rios devem extrair cacau, salsa e cravo. A pesca, a salga do peixe, as manteigas de tartaruga, óleo de copaíba e andiroba são orientadas para o extrativismo dos povoados litorâneos e ribeirinhos. Da mão-de-obra total repartida, os “Principais de aldeia, Capitães-Mores, Sargentos-Mores e mais oficiais que compôem o governo das povoações”, para não caírem no abatimento de extrair as drogas com as próprias mãos, podem usar, respectivamente, seis, quatro e dois índios nessa atividade, em proveito próprio, desde que paguem os salários na forma das disposições reais (FURTADO: 15, parágrafo 50). A combinação das obrigações dos funcionários públicos com os interesses particulares do extrativismo serve de estímulo aos empregados do governo. Os índios para o seu serviço particular, distinguem-os dos trabalhadores diretos. A responsabilidade administrativa das relações comerciais pelas Câmaras (nas vilas) e pelos principais (nos lugares dos índios) combina o incentivo e desenvolvimento do comércio com o estabelecimento das instâncias do poder público. Regulam o preparo, o equipamento e manutenção das canoas, as mercadorias, os produtos, o registro das despesas, a quantidade de pessoas envolvidas no comércio dos sertões para a informação do governador do Estado. Detalha-se a competência das funções e atividades da burocracia fiscal, nas relações mercantis. Regula-se o fluxo e a apropriação da riqueza: 10% de dízimos para a Fazenda Real, 6% para os diretores, o salário do cabo de canoa, e o resto em partes iguais para os índios. A “justiça” desigual do Diretório é coerente até nos detalhes (FURTADO: 15, parágrafo 56). A cobrança do dízimo é diferenciada quando os gêneros são do comércio de exportação (café, cacau, cravo e salsa), a obrigação de pagamento é dos comerciantes que os compram dos produtores (extratores).

Os índios não podem ser pagos em dinheiro.

Suposta a rusticidade e ignorância dos mesmos índios, entregar a cada hum o dinheiro, que lhes compete, seria ofender não só as Leyes da Caridade, mas da Justiça, pela notória incapacidade que tem ainda agora de o administrarem ao seu arbitrio (FURTADO: 15, parágrafo 58).

Em “benefício” e “fidelidade” de tratamento dos “miseráveis índios” pelo Estado, o tesorheiro-geral comprará, por eles, as fazendas que necessitarem e aceitarem. A expropriação do trabalho e da riqueza comercial é mantida na tônica do trabalho compulsório.

É na distribuição da mão-de-obra indígena que o Diretório articula o trabalho obrigatório ao comércio e às relações sociais desiguais entre brancos e índios e justifica o caráter da inserção das populações amazônicas na estratégia de dominação colonial. A distribuição dos índios sempre teve, nas “providências paternais e piíssimas das Leyes e Sua Magestade”, um dos objetivos principais de atenção. A escandalosa ofensa das leis, da justiça, da piedade, revelou falta de decoro e prejuízo comum dos vassalos (FURTADO: 15, parágrafo 59). A lei em si tinha boa intenção, a aplicação é que era má. Renovam-se, então, os princípios norteadores das novas regras:
Dictam as Leis da natureza, e da razão, que assim como as partes no corpo físico devem concorrer para a conservação do todo, he igualmente percisa esta obrigação nas partes que constituem o todo moral, e político (FURTADO, 15, parág. 60).

A distribuição anterior do Regimento das Missões (repartição dos índios entre os moradores, os padres e as povoações) foi enganosa (pendeu para os padres) e trouxe, como consequência, a "ruína do Estado" e prejuízo aos moradores, pela falta de "operários" para as lavouras e extração de drogas. Para evitar que os moradores tragam trabalhadores "de fora", não privar os índios do "justo estipêndio do seu trabalho" e para estabelecer, conservar e aumentar a felicidade do Estado, os índios devem ser repartidos em duas partes iguais:

... huma delas se conserve sempre nas suas respectivas Povoações, assim para a defesa do Estado, como para as diligências do seu real serviço, e outra para se repartir pelos Moradores, não só para a equipação das Canoas que vão extrair Drogas do Sertão, mas para os ajudar na plantação dos Tabacos, canas de-açúcar, algodão e todos os gêneros que podem inriquer o Estado, e aumentar o Comércio (FURTADO, 15, parág. 61-63).

A inserção do índio no "todo moral e político" é condicionada à sua utilidade como mão-de-obra. São matriculados e considerados úteis todos os índios "capazes de trabalho", dos 13 anos aos 60 anos de idade (FURTADO, 15, parág. 64). Ao presidente da Câmara cabe a atualização do controle da população e dar conhecimento ao desembargador juiz de fora e ao governador do Estado, mediante os livros de registro. As baixas e entradas da mão-de-obra são do controle do diretor. Os detalhes e recomendações da distribuição e controle dos trabalhadores índios são tão especificados quanto o tema do comércio (FURTADO, 15, parág. 65-73)

As transgressões e as fugas ao trabalho devem ser punidas. Os salários, ao mesmo tempo em que cultivam o dever do trabalho, evitam as deserções (os índios desertores perdem as duas partes do seu pagamento). Confirma-se a condição de inapto para a auto-administração do resultado do trabalho, pelos índios, que só podem receber uma parte do seu salário, deixando as duas outras em depósito nos cofres das povoações. Este "fundo de reserva", provido pela retenção do pagamento dos índios, destina-se ao pagamento dos principais, capitães-mores, sargentos e "mais Oficiais das Povoações". A inclusão dos indígenas no "todo moral e político" é cobrada em toda a extensão do negócio político. E ainda sustenta os empregados do governo.

As povoações recebem o que se poderia chamar de um primeiro código de posturas que regula o espaço e a convivência coletiva inclusive. Recomenda-se o zelo, a segurança e o estilo das construções públicas (cafeias e câmaras) e das construções privadas (habitação decente) dos índios, aos administradores das vilas e povoados. Os diretores devem empenhar-se para desterrar o abuso e a vileza dos índios viverem em choupanas, imitando os hábitos bárbaros e incultos dos que moram nos sertões; "sendo evidentemente certo, que para o augmento das Povoações, concorre muito a nobreza dos Edifícios" (FURTADO, 15, parág. 74). Reconhece, o Diretório, que a ruína e o...
abandono das povoações têm, na violência dos brancos sobre os índios, a principal causa das fugas. A Regulação do número mínimo de pessoas em cada povoado e a renovação da prática dos descimentos são aliadas à captura dos índios foragidos e à necessidade de manutenção produtiva e comercial das populações (FURTADO: 15, parágr. 75-77). Em nome da civilidade e da paz comum recomenda-se à identificação das diferentes nações indígenas, para, subordinadas à ordem pública na convivência forçada das povoações, evitem as rivalidades e hostilidades tradicionais. Os descimentos feitos pelo Estado e em nome da causa pública não constituem violência (FURTADO: 15, parágr. 77). O comportamento, dentro da ordem das povoações, deve ser igualmente observado por índios e brancos, apesar da desigualdade de condições. A convivência pacífica é niveladora das diferenças econômicas, raciais e políticas. Cinco condições são necessárias para a formalização da igualdade na convivência: 1) os brancos não podem possuir as terras já distribuídas aos índios; 2) os brancos devem manter a paz recíproca, honrando e respeitando os índios “pela razão genérica de vassalos de Sua Magestade”; 3) que não haja restrições ao acesso dos índios aos empregos honoríficos, caso tenham capacidade; 4) que os brancos trabalhem a terra com as próprias mãos, para darem exemplos aos índios; 5) os brancos serão expulsos das povoações, com perdas de propriedades, direitos e bens, no caso da transgressão das ditas regras (FURTADO: 15, parágr. 80-86).

Sem a paz e a concórdia públicas, “as Repúblicas não subsistem”. Todos os meios devem ser utilizados para abolir as distinções odiosas. O casamento entre brancos e índios é possível e necessário. Se os índios podem igualar-se aos brancos como vassalos, devem casar entre si,

para que por meio deste sagrado vínculo se acabe de extinguir totalmente aquela odiosíssima distinção, que as Nações mais polidas do Mundo abominarão sempre, como inimigo comum do seu verdadeiro e fundamental estabelecimento (FURTADO: 15, parágr. 87-88).

A inferioridade do índio é produto das “prejudicialíssimas imaginações dos Moradores”, e pode ser dissipada pela facilitação dos casamentos e estímulos à manutenção da união conjugal. A degeneração do vínculo matrimonial, maus-tratos e deprezo nas relações conjugais, se tiverem origem na qualificação dos índios como inferiores, serão severamente castigados, porque concorrerem para a perturbação da paz e da união pública (FURTADO: 15, parágr. 89-91). O casamento é negócio de interesse do Estado, assunto de segurança pública e conveniência da política de colonização. Na convivência forçada e “pacífica” dos brancos e índios está a natureza das relações de dominação colonial e a preponderância dos interesses públicos (do Estado) sobre os interesses privados (dos colonos).

O absolutismo lusitano tem, no Diretório, a sua proposta de equacionamento da subalternidade e da desigualdade dos povos indígenas, indiferenciados como súditos de categoria inferior, cuja utilidade produtiva e política explica o processo de lusitanização da Amazônia. A reflexão de Moreira Neto neste aspecto é fundamental. A distinção da política do Estado da ação missionária consagra a dominação portuguesa;

“o carisma religioso foi substituído pela presença e opressão física da autoridade local e do colonizador” (Neto: 26, p. 11). As dimensões da colonização são econômicas, políticas e sócio-culturais. A laicização da opressão impõe símbolos novos e outras valorações opostas à lógica comunitária e livre dos índios:

valores abstratos quase sempre incompreensíveis como as posturas e normas legais, a autoridade (pouco convincente e de duvidosa legitimidade) de índios e mestiços convertidos em juízes e vereadores - funções vedadas, via de regra, às lideranças tradicionais do grupo - e [...] símbolos profanos mais ominosos, como o pelourinho. Acima de tudo a nova ordem representava a desistência da autonomia relativa, que é um dos traços mais característicos das comunidades de índios e tiquiutos que coexistiram ou sobreviveram, ao regime das missões; representava, também, a integração inexorável à ordem colonial, onde como colonizados eram necessariamente subordinados aos colonizadores e nunca iguais em direito, a despeito dos textos legais. [...] Considerando-se, no entanto, a quase total ausência de povoados brancos e mestiços na Amazônia, explica-se a integração dos índios tribais e tiquiutos - única matéria humana disponível - no projeto de colonização pombalino. Problemas adicionais [diríamos interdependentes], representados pelas fronteiras contestadas por outros domínios coloniais (fronteiras físicas e políticas coloniais e com a revolução burguesa), exigiam a nacionalização, ou pelo menos uma identificação aceitável do índio dessas áreas com o domínio português (Neto: 26, p. 11-13).

As críticas de Moreira Neto orientam a compreensão da situação presente dos índios da Amazônia, conseqüência da política colonial. Já em 1762, Lourenço Pereira da Costa, primeiro ouvidor da Capitania do Rio Negro, balizava a sua avaliação contemporânea entre a proposta e a prática do Diretório. A aplicação dos índios na agricultura e no comércio não era diligenciada pelos diretores, o ócio não fora combatido, a exploração do índio fora das determinações legais aumentara; os interesses particulares prejudicavam a organização da produção agrícola e extrativa e, consequentemente, os interesses do Estado. Reiterava-se a discriminação; produzia-se mais aguardente do que farinha, os lucros comerciais eram monopolizados, os Princípios não eram contemplados com os governos das povoações, totalmente subordinados aos diretores. O desequilíbrio populacional das povoações, a evasão e a mobilidade dos índios entre elas, voluntária ou cultivada, fazia a ruína de umas e a superpopulação de outras (Costa: 7, p. 38-48). O despovoamento faz parte dos negócios escusos e demonstra o limite da prisão coletiva dos índios nas povoações:

[...] muito mais prejudicial é o conservarem-se nas Povoações Índios fugidos das outras, contra o parágrafo 75 do Diretório, do que suceder engrossarem umas Povoações com a evacuação de outras. [...] Das povoações desta Cidade fogem frequentemente os índios para o Rio Negro, aonde se conservam. A Vila de Thomar se recolheram em Dezembro próximo passado 14 pessoas de Portel e Melgaço, e outros a Barcelos (Costa: 7, p. 38-48).

O conteúdo e a forma da colonização também sofrem desmandos:

Sendo as Escolas tão recomendadas pelo Diretório nos parágrafos 7 e 8 como necessárias para a civilidade e instrução dos meninos, não há uma só escola nas 8 povoações no Rio Solimões. No Rio Negro há três, mas com bastante decadência no cuidado delas (COSTA: 7 p.38-48).

O crivo do ouvidor avalia a convivência dos índios e brancos e do casamento dos brancos com as índias.

Os diretores [...] desistem estes matrimônios [...] e alegam grande série de desordens que praticam os casados. [...] Para estes homens se poderem estabelecer, e com o seu exemplo se estimularem outros a casar, é conveniente dar-lhes todo o auxílio ordenado no parágrafo 80 do Diretório, permitindo-lhes alguns índios oportunamente para a factura das suas casas e roças, sem prejuízo dos mesmos índios [...]. Concorrerá muito para o seu Estabelecimento, que se lhes destinem áreas para as Casas, e Terras para as suas culturas, [...] para que cada um viva, e lave no que é seu, fundando-se em bens próprios para ele, e seus descendentes; e deixando de viver com os ritos dos índios, sem estabelecimento de Casas e Terras (COSTA: 7 p.38-48).

Tempos depois, outro ouvidor avalia severamente o conteúdo e a ingenuidade do autor das "Memórias", acusa-o de não captar a razão política das reformas empreendidas.

Nele (no autor) se não experimenta porém em vós de alta política, dos quais confesso, era capaz. Insta pela execução do Regimento das Povoações dos Índios do Estado que tem o nome de Diretório e se limita assim a detalhes meramente econômicos. [...] Todas as causas que [...] o autor da memória assinala, [...] têm há muito cessado. [...] Os remédios que a estes males aplica o autor da Memória e outros mais radicais e exterminativos, os tem dado com repetidas ordens e providências sábias o Governador e Capitão General que foi do Pará, João Pereira Caldas (Sampaio: 50 p.56-7).

A política de colonização estava no espírito da burocracia ilustrada, mesmo como objeto de discussão e discordância. Estava nos planos do reformismo português e não era só um produto visionário de Pombal. Veio para ficar e, não sendo um plano a mais, prevaleceu. Mas não sem resistência.

BIBLIOGRAFIA


34. TOCANTINS, Leandro. in: MATTOS, Meira, citado.


OS VASSALOS D'EL REY NOS CONFINS DA AMAZÔNIA
-A Colonização da Amazônia Ocidental *-
1750/1798

Maria Regina Celestino de Almeida
Mestre em História e Professora na Universidade Federal Fluminense


Agradeço à Biblioteca Nacional, que reúne importantes fontes primárias e manuscritas sobre a Amazônia colonial, pela utilização do material essencial para a realização deste trabalho.

INTRODUÇÃO

Através da análise de fontes primárias, procuramos caracterizar o processo de formação, funcionamento e reprodução da sociedade colonial portuguesa que se desenvolveu na Amazônia ocidental (Capitania do Rio Negro) a partir da política pombalina. Utilizamos fontes discursivas e estatísticas, cujo cruzamento nos permite comparar os objetivos e a realidade prática dessa política (1).

Acreditamos que os objetivos de Pombal eram basicamente estratégicos e que sua política de estender a colonização para o oeste do Estado do Grão-Pará e Maranhão era incompatível com a realidade econômica e cultural da região. Priorizar a agricultura numa área onde o lucro provinha do extrativismo e transformar os índios, principal força de trabalho, em colonos eram objetivos contraditórios em si mesmos, cujo resultado foi a formação de uma sociedade colonial que funcionava e se reproduzia de forma extremamente precária.

Os povoados portugueses eram incapazes de se manterem por si mesmos. Sobreviviam através de recursos externos e de migrações internas de populações indígenas deslocadas de suas aldeias de origem. A população total da capitania variava ao redor de 11.000 habitantes, dos quais aproximadamente 89% eram de índios aldeados, 8% de pessoas livres ou moradores e 2% de escravos (2). Os índios aldeados, regidos pelo Diretório, obedeciam a regras econômico-sociais distintas das dos moradores e mantinham-se obrigados ao trabalho compulsório (3). Constituíram sempre o elemento básico da empresa colonial e sua extinção como categoria em 1798 justifica nosso corte temporal.

A sociedade colonial da Capitania do Rio Negro organizou-se para manter minimamente suas condições de subsistência.

A AMAZÔNIA PORTUGUESA ANTES DE 1750

A Amazônia ocidental portuguesa ligada administrativamente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão era ainda em 1750 um dos principais redutos de mão-de-obra indígena e drogas do sertão. Era administrada temporal e espiritualmente pelas missões religiosas, que tinham aí duas funções básicas: garantir a soberania do território para a Coroa e organizar a força de trabalho indígena (4).

Foi na segunda metade do século XVIII, como parte das reformas pombalinas, que se iniciou a colonização mais sistemática dessa região. Em 1754, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão dirigiu-se à aldeia de Maruí (depois Barcelos), às margens do rio Negro, para encontrar-se com a comissão de demarcação espanhola e dar cumprimento ao Tratado de Madri (1750) (5). A Capitania de São José do Rio Negro foi criada em 1755 e, a partir daí, toda a orientação administrativa se deu no sentido de promover o desenvolvimento agrícola, através da criação de núcleos portugueses.
O Estado do Maranhão, criado em 1621, para fazer frente às constantes ameaças de estrangeiros ao território colonial português, apresentou sempre características muito peculiares em termos administrativos, econômicos e sociais. Constituiu-se como uma entidade autônoma em relação ao Estado do Brasil, ligando-se diretamente à metrópole. Em termos geográficos, abrangia toda a Amazônia portuguesa, incluindo ainda o Ceará e o Piauí (6). As principais capitâncias reais que ali se desenvolveram foram as do Maranhão e a do Pará, que constituem nosso foco de interesse por ser a sede administrativa da Amazônia ocidental.

No aspecto econômico, deve ser ressaltada a pobreza generalizada que caracterizou toda a Amazônia lusitana até a segunda metade do século XVII, o que tornava sua manutenção difícil e onerosa para a Coroa portuguesa. De acordo com os documentos da época, as despesas frequentemente ultrapassavam os rendimentos (7).

A política da Coroa portuguesa para estimular a incipiente economia da Capitania do Pará foi muito ambígua: se por um lado, houve muitas isenções fiscais para fomentar a produção, não foram raras também as pesadas taxações e proibições, que obstaculizavam ainda mais as atividades produtivas dos colonos paraenses (8).

Tal ambiguidade não foi exclusiva da Amazônia, mas reflete, na verdade, as contradições do próprio mercantilismo: se, por um lado, o objetivo era incentivar a produção e o comércio, principais fontes de rendimento para a Coroa, por outro, era justamente através dos pesados impostos e taxações financeiras que sobreviviam a corte e a nobreza parasitárias.

Embora essa política contraditória não seja um privilégio da Amazônia, acreditamos que ela tenha se tornado mais acentuada ali, em função do enorme esforço que significou para Portugal a ocupação estratégica de uma região distante, isolada e cuja exploração econômica exigia grandes investimentos, tornando-a muito pouco atrativa para os colonos e para própria Coroa, que relatava em injetar recursos numa área que dava poucas garantias de retorno.

Deve ser recordado que após a Restauração (1640), Portugal atravessava um período de crise comercial e o Brasil aparecia aos seus olhos como a grande fonte de recursos que poderia restituir, em parte, os ganhos perdidos com a desarticulação do comércio oriental. Na Amazônia, a metrópole pretendia incentivar a coleta das drogas e mesmo introduzir alguns gêneros do Oriente para substituir as especiarias perdidas. O resultado, no entanto, ficou muito aquém do que se esperava. As condições peculiares da região, tais como a grande distância e as condições ecológicas adversas para o desenvolvimento da agricultura do tipo "plantation", dificultaram enormemente sua exploração econômica.

A produção agrícola foi predominantemente de subsistência, sendo que apenas na região do delta se desenvolveu alguma agricultura de exportação (9). Cabe lembrar no entanto, que o principal produto de exportação, o cacau, adivinha muito das coletas do sertão do que das plantações. O extrativismo e a exploração da mão-de-obra indígena tornaram-se as atividades lucrativas por excelência, mas longe de serem facilmente exploradas, exigiam grandes investimentos de trabalho e de capital, além de apresentarem muitos riscos (10).

Mapa da Região do Estado do Grão-Pará e Maranhão e Parte da Província das Amazonas (Séc.XVIII).
Fonte: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga-Lisboa.

Os cabos-de-canoa eram os grandes privilegiados dos negócios do sertão, dos quais recebiam a quinta parte sem despender um tostão. Para os índios era um trabalho insano e penoso, levando-os frequentemente à morte e à fuga. Houve ocasiões em que sua revolta culminou com o assassinato dos cabos.

As expedições de resgate também envolviam muitos riscos e provocavam grandes mortandades, pois, “por mais que sejam os escravos que se fazem mais são sempre os que morrem” (11). De acordo com o Padre Vieira (séc. XVII), nas cidades de Belém e São Luís não se conseguia mais que quatrocentos escravos por ano. João Lúcio de Azevedo afirma que quando as expedições eram bem sucedidas chegava ao Pará somente a metade dos índios cativos (12).

Por volta de 1750, os negócios do sertão já se encontravam em declínio pela decadência das missões e diminuição dos índios. Nesse tempo, poucos particulares mandavam canoas ao sertão. Segundo Mendonça Furtado, em 1751 apenas os religiosos as despacharam. Os missionários tinham, sem dúvida, grandes vantagens nesse negócio: além do controle sobre mão-de-obra, suas missões encontravam-se, como diz João Daniel, “ao pé de todas as riquezas”. A principal fonte de lucro da capitania era, portanto, dominada pelas missões religiosas, que não pagavam dízimos ao Estado nem direitos nas alfândegas da Metrópole (13).

A difícil situação financeira do Pará agravava-se ainda mais pela ausência de moeda, que só foi introduzida ali em 1752. O comércio era incipiente e havia sérios problemas de abastecimento. A falta de profissionais de serviços e de embarcações públicas foi um dos muitos fatores que contribuiu para incentivar a auto-suficiência dos sítios e das aldeias religiosas dificultando ainda mais o desenvolvimento do comércio interno, que não se apresentava lucrativo.

Ao iniciar-se a segunda metade do século XVIII, portanto, a Capitania do Pará sofreava a dura pena, com déficits constantes na sua balança comercial e com despesas que frequentemente ultrapassavam os rendimentos. O oeste da capitania sob o controle dos missionários constituía-se ainda como a principal fonte de géneros do sertão e de mão-de-obra indígena.

POLÍTICA DE POMBAL NA AMAZÔNIA: OBJETIVOS E CONTRADIÇÕES

Em 1750, a política de Pombal introduziu mudanças significativas na Amazônia. As reformas ali efetuadas devem ser compreendidas como parte de um projeto amplo, que visava basicamente fortalecer o Estado Absolutista Português, livrando-o da dependência econômica da Inglaterra e recuperando o controle sobre a economia de exportação (14).

Em Portugal, Pombal combateu violentamente os três setores que o ameaçavam: o setor antimonopolista da burguesia mercantil, o setor antiabsolutista da aristocracia nobiliária e o setor hegemônico da aristocracia eclesiástica (15).

Na Amazônia, o Ministro investiu primordialmente sobre três questões básicas e articuladas: o combate à hegemonia dos religiosos, a ocupação e garantia do território e o desenvolvimento do comércio e da produção agrícola.
A correspondência de Mendonça Furtado evidencia essas preocupações. A tônica de suas cartas é a denúncia aos religiosos, responsáveis, segundo ele, por todas as mazelas da região, já que exerciam ali, a verdadeira autoridade, desafiando, inclusive, a soberania da Coroa portuguesa. A dose de exagero claramente contida nessas denúncias revela a intenção da administração pombalina em reduzir o poder que os religiosos haviam alcançado. Desde as primeiras cartas, as sugestões de Mendonça Furtado vão no sentido de retirar dos religiosos o poder temporal das aldeias, reduzindo seu domínio político e econômico, que seria transferido para o Estado. Este desenvolveria uma política de fomento à produção dos colonos e ao desenvolvimento do comércio, o que aumentaria os rendimentos da Fazenda Real (16).

Vimos que as missões religiosas haviam, até então, servido aos objetivos da Coroa, cumprindo basicamente duas funções: organizar e reproduzir a mão-de-obra indígena e garantir a soberania ao território. Na era pombalina, no entanto, os religiosos haviam se tornado uma ameaça à autoridade do rei e era preciso combatê-los.

Embora essa política de investir contra as ordens religiosas e, principalmente contra a Companhia de Jesus, não tenha sido exclusiva da Amazônia, tornou-se muito acentuada ali, exatamente pelo importante papel que os missionários desempenhavam. Ora, expulsá-los ou retirar-lhes as funções que até então, mal ou bem, vinham cumprindo, significava ter que estabelecer uma administração leiga capaz de substituí-los.

Cabe lembrar que 1750 foi um ano muito especial quanto à delimitação de fronteiras no território colonial. O Tratado de Madri havia sido assinado, garantindo a Portugal o direito sobre as terras ocupadas na Amazônia e havia evidentemente uma grande preocupação do Estado em fazer cumprir aquela determinação.

Estender a administração portuguesa até os confins da Amazônia tornou-se, portanto, uma necessidade. Era preciso transformar as aldeias missionárias em vilas e lugares lusitanos, povoando-as com índios, que passariam a ser os novos vassalos do rei.

A libertação dos índios atingiria assim dois objetivos: responderia de certa forma ao caráter ilustrado da política pombalina com seus limitados ideais liberalistas, ao mesmo tempo que criaria o "povo" necessário para ocupar os novos núcleos portugueses.

A série questão da mão-de-obra seria solucionada com a criação de uma Companhia Geral do Comércio, que estaria na base de todas essas transformações, resolvendo de início, dois problemas básicos: a introdução dos escravos negros em número suficiente e com preços acessíveis aos moradores e a intensificação do comércio de exportação. O aumento da produção agrícola seria uma consequência natural dessas medidas.

A introdução dos negros pela Companhia aliviaria a pressão sobre o índio, que continuaria servindo sob uma forma específica de trabalho compulsório, legislado pelo Diretório (1757), recebendo para isso um pagamento irrisório e tendo tempo suficiente para desenvolver atividades que garantiriam a subsistência das novas vilas.

O fracasso dessa política parte, contudo, de suas próprias contradições. Fracasso relativo, talvez, se considerarmos que o principal objetivo, ou seja, a soberania sobre
o território, foi atingido. O esforço que isto custou, no entanto, é atestado por toda a correspondência da época e indica que o resultado das medidas adotadas ficou muito longe do que se esperava (17).

A colonização da Amazônia ocidental partiu de duas contradições básicas, que se manifestaram no Diretório e em todo o processo de ocupação da região: a incompatibilidade entre o objetivo estratégico e o objetivo econômico da colonização e o conflito constante entre a lógica de produção das sociedades indígenas e a da sociedade portuguesa mercantilista.

Já vimos que a atividade lucrativa por excelência no Pará era o extrativismo trabalhado pela mão-de-obra indígena e que a Amazônia ocidental, controlada pelos missionários, era o principal palco dessas atividades. O funcionamento desse sistema não exigia a ocupação efetiva daquele território, o que só se tornou necessário a partir da desestruturação das missões. A colonização da região, através do estabelecimento de núcleos lusitanos que fizessem frente à penetração dos holandeses, ingleses, franceses e espanhóis, que desde o século anterior disputavam com os portugueses as riquezas do serrão e a mão-de-obra indígena, foi a solução encontrada para substituir as antigas missões. O povoamento e o desenvolvimento agrícola tornaram-se, então, os objetivos da política metropolitana no oeste da Amazônia.

A preocupação básica era, no entanto, garantir o território. Lembramos que foram as exigências de dar cumprimento ao Tratado de Madri que levaram Mendonça Furtado a se estabelecer no Rio Negro e a fundar a capitania. A política de povoamento foi acompanhada pela de construção de fortalezas. Se até então, só havia na região a fortaleza de São José do Rio Negro, no lugar da Barra (atual Manaus), entre 1760 e 1775 construíram-se mais quatro, todas em pontos considerados estratégicos para fazer frente à ameaça estrangeira: São Gabriel e Marabitanas (Alto Rio Negro), São Joaquim (Rio Branco) e Tabatinga (Alto Solimões) (18).

A imensa quantidade de documentos que trata especificamente da questão das demarcações nos dá uma idéia de sua importância. Criou-se uma legislação e um aparelho burocrático específico para elas, com autonomia e às vezes até sobre determinação em relação à administração civil. João Pereira Caldas, por exemplo, nomeado plenipotenciário português nos trabalhos de demarcação em 1780 era considerado a maior autoridade na região, superior, inclusive, ao governador da Capitania do Rio Negro.

Nos períodos em que as expedições de demarcação se encontravam nos sertões, as vilas e lugares do Alto Solimões e do Alto rio Negro viviam praticamente em função delas. Foram inúmeras as portarias estabelecendo o que essas povoações tinham que fornecer às expedições do Real Serviço: índios e farinhas eram as provisões básicas para sua manutenção e funcionamento. As demarcações influenciavam também o local das povoações, que frequentemente mudavam de lugar para fazer frente à presença espanhola. Os índios eram disputados por espanhóis e portugueses, não apenas como mão-de-obra, mas como súditos, isto é, como o povo necessário para ocupar o território e garantir a soberania para suas respectivas coroas (19).

Afirmar o objetivo estratégico da ocupação da região não significa negar o
O Triângulo e os Pilares Mestres da Amazônia
do Século XVIII
Correspondência Inédita de Francisco Xavier de Mendonça Furtado
1751 - 1758

1 - F. de Macapá
2 - F. de S. Joaquim
3 - F. S. José de Marabita
4 - F. S. Gabriel da Cachoeira
5 - F. de Tabatinga
6 - F. de Bragança
7 - F. Príncipe da Beira

Cuiabá
Vila Bela: 1753
Barcelos: 1754
Belém do Pará: 1751
F. do Rio Negro (Manaus)

interesse econômico, que evidentemente faz parte de qualquer empreendimento colonial. Ressaltamos, no entanto, que a atividade mais lucrativa não exigia a ocupação efetiva da terra e que a chegada da colonização teve efeitos negativos sobre ela. Transformar os índios, principal força de trabalho, em vassalos do rei e tentar impor a agricultura numa área onde o principal lucro vem do extrativismo são objetivos contraditórios que só poderiam redundar em fracasso.

Não se trata de afirmar a vocação extrativista da Amazônia. Os povos indígenas foram predominantemente agricultores, mas praticavam uma agricultura de subsistência e os colonizadores, por mais que se esforçassem, não conseguiam modificar isso.

A forte resistência que os índios impuseram à colonização foi, talvez, a principal dificuldade que os portugueses enfrentaram. Houve revoltas e assassinatos, mas a resistência cotidiana se fazia basicamente através das fugas constantes, que dificultavam imensamente qualquer realização dos portugueses na área, seja no aspecto militar, econômico ou de povoamento. Afinal, os índios continuavam sendo "as mãos e os pés dos europeus". A correspondência sobre as demarcações informa sobre as deserções em massa, que deixavam os portugueses em situação de completo desamparo, questionando até a validade de se castigar os índios, pois isto tornaria ainda mais difícil sua recuperação. São incontáveis as listas de ausentes, desertados e cartas desesperadas informando sobre as fugas.

"Eu me vejo quanto hé possível agonizado com a deserção total que vai havendo nesses povos (...)" (20)

Nadia Faragc levanta razões culturais para o fracasso da política de aldeamento no Rio Branco, que podem ser estendidas para toda a Capitania do Rio Negro. Os novos núcleos portugueses exigiam a produção de excedentes para suprir as guarnições militares e os novos descidos, o que era incomparável com a organização tradicional de produção das sociedades indígenas (21).

A incapacidade dos portugueses em reconhecer o outro, enquanto portador de uma cultura diversa, levou-os a criar o mito da indolência indígena causada no seu entender pela ausência de civilização, problema que seria resolvido através do contato com os brancos. A percepção que tinham dos índios era de seres desprovidos de cultura, prontos a assimilar todos os hábitos e costumes portugueses.

A realidade da colonização mostrou o contrário: todos os esforços no sentido de despertar o interesse dos índios para a produção de excedentes foram balados. Os casamentos mestiços levavam, em geral, os brancos a adquirirem os costumes indígenas e não o contrário. Alexandre Rodrigues Ferreira, o ouvidor Sampaio e muitas outras autoridades locais não cessaram de denunciar o completo desinteresse dos índios em qualquer atividade colonial (22).

Ester Boserup em sua obra "Evolução Agrária e Pressão Demográfica" demonstrou que as comunidades agrárias só aumentam suas horas de trabalho quando a pressão do crescimento populacional exige o aumento da produtividade (23). Warren Dean, referindo-se aos índios Tupinambá, afirmou que a utilização do machado fez com que

eles reduzissem o tempo dedicado ao desmatamento e aumentassem o das festas e guerras (24).

A realidade econômica e cultural da região tornava a política pombalina completamente inviável. A colonização de uma região implica na "paz colonial" e no fim da exploração escravista da população local, que a não ser que seja eliminada ou expulsa deve ser integrada (25). Na Amazônia, o objetivo explícito da política pombalina em transformar os índios em súditos agricultores chocou-se frontalmente com a realidade econômico-social da região que os colocava como principal e quase única força de trabalho. A Lei das Liberdades era inaplicável ali, onde a terra farta e abundante oferecia todas as condições de sobrevivência a populações que no dizer do ouvidor Sampaio, preferiam "a liberdade do homem à liberdade do cidadão" (26). A publicação da Lei das Liberdades foi seguida de um Bando que estabelecia a obrigatoriedade do serviço para que os índios não ficassem ociosos (27).

O próprio Diretório (1757), legislação que regulava a vida e as atividades dos índios aldeados reflete as contradições entre a política metropolitana e a realidade regional. A leitura cuidadosa dos parágrafos desse documento nos leva a identificar ali dois objetivos: o explícito, que visa à liberdade dos índios e a sua transformação em súditos agricultores; e o latente, que cria a condição de "índios aldeados" para servir à Coroa, aos moradores e às expedições de coleta no sertão.

Se os parágrafos 22 e 23 afirmam a prioridade que deve ser dada à agricultura de subsistência, o 46 destaca a importância dos negócios do sertão como principal ramo do comércio ao qual devem se dedicar os diretores. A obrigação do trabalho compulsório fora de suas terras acaba levando os índios necessariamente a abandonar as roças, que deveriam, segundo a própria legislação, constituir suas atividades prioritárias. Além do mais, os serviços para a Coroa, principalmente nas épocas de demarcação, consumiam e desviavam uma boa parte da mão-de-obra, com prejuízo para o povoamento, a agricultura, as coletas do sertão e o comércio.

Diante do exposto, reafirmamos o fracasso da política de Pombal, cujas contradições levaram à formação de uma sociedade colonial basicamente indígena, que se mantinha artificialmente através de grandes esforços das autoridades em criar e continuamente abastecer os povoados com novos contingentes migratórios. Passaremos a analisar o resultado prático dessa política, caracterizando as formas de funcionamento e reprodução dessa sociedade.
SOCIEDADE E ECONOMIA NA CAPITANIA DO RIO NEGRO
ESTRUTURA SOCIAL

A sociedade colonial da Capitania do Rio Negro constituía-se basicamente dos índios aldeados e dos moradores, sendo o número de escravos negros insignificante.

Não é nosso propósito discutir aqui a controvertida questão sobre estratificação social em sociedades pré-capitalistas. O assunto torna-se especialmente complexo na Amazônia, onde a distinção entre os grupos sociais envolve inúmeros aspectos, que além da produção incluem questões étnicas e político-administrativas.

Ao estabelecer o sistema de índios aldeados, a Coroa portuguesa criou os dois estratos sociais básicos da capitania: os índios aldeados e os moradores. As relações de produção davam a tônica de sua distinção: os primeiros tinham a obrigação de servir e os demais, o direito de ser servidos.

Tratando-se de uma sociedade colonial do século XVIII, não se pode esquecer o fator étnico, presente inclusive na própria terminologia dos mapas estatísticos da época: “moradores” ou “pessoas livres à exceção dos índios aldeados; “índios aldeados” e “escravos negros”. Ressalte-se, no entanto, que esta distinção não era absolutamente racial. Os moradores, embora em sua grande maioria brancos, eram também mulatos, mamelucos e principalmente índios (28). Afirmanos, portanto, com R. Stavenhagen que os fatores essenciais na estratificação social são culturais (29).

Na Amazônia, em particular, onde a população branca era extremamente rarefeita, a aculturação cumpria o papel de “embranquecer” alguns índios para elevá-los à categoria de moradores de forma que pudessem ocupar cargos na máquina administrativa da capitania. Conceder honras e benefícios a alguns índios era parte da política portuguesa. O Diretório, no parágrafo nove, estabelece os privilégios que deviam ser concedidos a todos os oficiais índios. Os Principais, pelo seu prestígio junto às comunidades indígenas, foram os mais beneficiados e constituíam a maior parte dos moradores índios. Os demais deviam ser portadores de outros cargos honoríficos em suas aldeias de origem (30).

Esta política da Coroa, que de certa forma incentivava a mobilidade social, deve ser também compreendida a partir das características da demografia local. Os povoados apresentavam baixo crescimento vegetativo e altos índices de fuga e mortalidade. Restava às autoridades manter os níveis populacionais nos povoados através dos descimentos, ou seja, da incorporação de novos contingentes indígenas à empresa colonial (31). A Lei de Casamentos, incentivando a união de soldados com índias havia sido promulgada pelo reconhecimento de que só com a gente da terra era possível povoá-la (32). Ressalte-se, ainda, que os moradores brancos eram predominantemente soldados que haviam dado baixa e se casado com índias. Sua reprodução enquanto grupo, também era insuficiente. Isso dá uma dimensão da importância que assumia o projeto de aculturação, que ainda assim, ficou muito longe de alcançar o objetivo esperado (33).

Afirmar que a adoção de certos traços culturais portugueses tenha permitido a ascensão sócio-econômica de alguns índios, face à necessidade de integrá-los à colonização, não significa negar a discriminação étnica que esteve presente em todo
o período colonial. A própria documentação evidencia isso, ao distinguir os moradores brancos dos moradores índios.

Cabe lembrar ainda que se alguns padrões culturais dos portugueses foram absorvidos por esses índios privilegiados, no que se refere à atividade básica de sua organização social, ou seja, a produção, a tradição foi mantida. Entre os moradores, só os brancos produziam alguma coisa mais além da farinha. Os índios continuavam plantando mandioca basicamente para sua subsistência, além de uma quantidade irrisória de café. Apenas os moradores brancos tinham pessoas a seu serviço, que podiam ser índios de soldada ou escravos negros e sua produção sempre excedia à dos índios (34). A documentação deixa claro que, por se tornarem moradores, os índios absolutamente não viravam brancos; ao contrário, continuavam vendo-se e sendo vistos como índios.

O Mapa de Famílias de 1778 estabelece uma distinção entre os empregos e ofícios dos moradores, sendo que os primeiros parecem referir-se aos cargos remunerados pelo Estado e os outros, às profissões (35). Em termos de emprego, além dos militares, destacavam-se os de diretores e de cabos-de-canao, que eram, sem dúvida, os mais rendosos da região. Os diretores eram, em geral, recrutados entre os colonos que falhavam nas suas empresas particulares e entre soldados que completavam seu tempo de serviço (36). Sua função era dirigir os índios aldeados e exercer um rígido controle sobre as atividades econômicas, das quais recebiam a sexta parte (37). Foram inúmeras as denúncias das autoridades sobre o mau procedimento, abusos e irregularidades cometidos por esses diretores, chegando alguns a responsabilizá-los pelo estado de decadência em que se encontravam as povoações (38). Os cabos-de-canao eram os grandes privilegiados dos negócios do servão, dos quais recebiam o quinto, sem correr nenhum risco de capital. Em algumas ocasiões, a revolta dos índios culminava com seu assassinato. Havia ainda um considerável número de cargos burocráticos que se concentravam na capital. Quanto aos ofícios eram bastante variados, sendo que os mais bem distribuídos na capitania eram os de carpinteiro, sapateiro e alfaiate (39). Quase todos os moradores índios eram Principais ou ocupavam outros cargos oficiais.

As famílias dos moradores incluíam as mulheres, filhos, parentes e agregados, além dos trabalhadores, que eram os escravos e as pessoas efetivas de soldada, que recebiam salário ou pagamento por serviços, incluindo também menores (40). Quanto à distribuição de mão-de-obra na região, verifica-se uma tendência à concentração dos trabalhadores a serviço de uns poucos moradores brancos, enquanto a grande maioria não dispunha de nenhuma pessoa a seu serviço (41). No que se refere à situação financeira, dominava entre os moradores uma pobreza generalizada (42).

O sistema de índios aldeados reproduziu, em parte, os antigos aldeamentos missionários, acrescido, no entanto, de novos encargos que, somados à orientação cultural e ideológica impostas pela administração leiga, tornaram-no mais pesado para os índios e menos eficiente para os objetivos da Coroa.

Uma vez "descidos", os índios aldeados recebiam as terras adjacentes às povoações repartidas entre eles para que tirassem delas "(...) o sustento de suas casas e famílias; e para nelas fazerem as plantações, e as lavouras (...)" (43). Deve-se ressaltar que a palavra sesmarias só é utilizada para a distribuição de terras aos moradores. No caso
dos índios aldeados, fala-se em repartição e posse. A lei estabelecia que os índios não podiam sair para serviço antes de dois anos na povoação, o que era frequentemente desrespeitado (44).

Considerados "rústicos e ignorantes", os índios aldeados não tinham nenhuma liberdade em suas atividades produtivas: a venda dos excedentes, o recebimento dos salários e até a compra dos produtos para suas necessidades eram feitos em seu nome pelos diretores e pelo Tesoureiro-Geral do Comércio dos Índios (45). Em função da cobrança dos dízimos, as roças deviam também ser cuidadosamente fiscalizadas pelos diretores (46).

A distribuição dos índios no trabalho era, segundo a lei, um encargo dos Principais, sob especialíssimo cuidado dos diretores, para que eles não faltassem com esta obrigação. Eram divididos em duas partes iguais: uma que se conservava nas povoações para a defesa do Estado e diligências do seu Real Serviço e outra para se repartir aos moradores (47). Em princípio, os índios sujeitos à repartição eram aqueles entre 13 e 60 anos; na prática, no entanto, os menores e idosos também trabalhavam.

A resistência indígena às tentativas de aculturação se faziam no dia-a-dia, através das fugas e da recusa em adotar os hábitos e costumes lusitanos. A tentativa de impor a língua portuguesa, por exemplo, fracassou completamente, pois em meados do século XIX, a língua geral, apesar de há um século proibida, ainda predominava (48).

**ECONOMIA**

**Agricultura**

A maior parte das terras na Capitanía do Rio Negro não era concedida através de sesmarias, uma vez que estas só eram distribuídas aos moradores, que constituíam aproximadamente 8% da população. Isto somado à abundância de terras na Amazônia e ao fato de que o extrativismo, atividade econômica mais lucrativa da região, não exigia a propriedade da terra, torna essa questão sobre legislação e apropriação fundiária na Amazônia Ocidental do século XVIII, realmente destituída de importância.

As plantações se faziam pelo antigo sistema de coivara e as roças, em geral, localizavam-se em sítios distantes dos povoados, o que segundo as autoridades era mais um fator para dificultar a manutenção dos índios nos núcleos portugueses (49).

Além da mandioca, o Diretório obrigava os índios a plantar feijão, milho, arroz e outros gêneros alimentícios que servissem ao sustento da capitania. Os produtos das roças eram para a subsistência dos índios e suas famílias, sobre eles deviam pagar os dízimos à Fazenda Real é 6% aos diretores. A legislação os incentivava à produção de excedentes para que fossem vendidos sob a fiscalização dos diretores, preferencialmente na capital, ao invés de nos povoados de origem (50).

Além das suas roças particulares, os índios aldeados tinham também que prestar serviço na chamada “Roçado Comum”, espécie de terra coletiva, cujos rendimentos revertiam para os gastos das próprias povoações. Os índios deviam trabalhar na agricultura do comum por “alternativas de semanas”, em cujo período suas mulheres ficariam responsáveis pelas roças particulares. Durante este tempo, o diretor devia prover o sustento dos índios e mandar fiscais para vigiá-los (51).

Na prática, no entanto, o que ocorria era que os índios aldeados mal podiam produzir a mandioca suficiente para sua subsistência, pois a distribuição para o serviço dos moradores e da Coroa os obrigava a ficar fora dos povoados durante quase todo o ano, restando-lhes praticamente apenas um ou dois meses para o cultivo das roças (52).

As povoações nunca arrecadaram o suficiente para suprir as necessidades alimentícias da capitania. Especialmente na década de 80 do século XVIII, quando a IV Partida de Demarcações encontrava-se nos sertões, havia seríssimos problemas de abastecimento. A correspondência refere-se frequentemente à falta de estoques suficientes nos arrozais do comum (53).

As roças dos moradores não eram diferentes das dos índios aldeados. As técnicas agrícolas eram as mesmas: plantava-se sob o sistema de coivara para a preparação da terra, utilizando-se o machado e a enxada; as roças ficavam também distantes dos povoados, às vezes a “um dia de viagem a navegar-se bem” (54). A produção dos moradores superava a dos índios, o que era natural, pois além de terem todo o tempo disponível para dedicar-se às plantações, ainda podiam dispor de pessoas a seu serviço: os índios de soldada e os escravos. A grande maioria, no entanto, trabalhava unicamente com suas famílias, produzindo apenas o básico para sua sustentação (55).

Além da mandioca, alguns moradores, principalmente os brancos, plantavam também alguns gêneros para o comércio de exportação: café, cacau, tabaco e algodão (56). Alguns colhiam excedentes de gêneros alimentícios que eram vendidos na própria capitania, sendo as comissões de demarcação os principais fregueses, já que a produção do “comum” não era suficiente para suprir suas necessidades (57). Deve-se ressaltar, no entanto, que apesar do incentivo da lei, não havia muito estímulo para que os moradores produzissem para o mercado, pois em geral, eles não dispunham de canoas próprias e os fretes eram caros. Além do mais, a situação descrita pelo Padre João Daniel, no período das missões, ainda permanecia: os sítios continuavam sendo auto-suficientes e o comércio interno muito precário (58).

As fontes confirmam o quadro de baixa produtividade agrícola da Capitania do Rio Negro e de uma produção nitidamente voltada para a subsistência. Os produtos alimentícios cultivados, além da mandioca, eram o arroz, o milho e o feijão, sempre em pouquissima quantidade (59). Alexandre R. Ferreira refere-se à existência de cabeças de gado vacum em alguns povoados, mas em pequenas quantidades (60). Dentre os gêneros para o comércio, o produto mais cultivado era o café, seguido do tabaco, depois do cacau e do algodão (61). O fato do cacau ter sido sempre o principal produto de exportação confirma a ideia de que ele provinha principalmente do extrativismo (62). Verifica-se que a produção dos moradores brancos era muitíssimo superior a dos índios, superando-as em 937,9%. A agricultura não tinha qualquer significado nos rendimentos da capitania.

Extrativismo

Os negócios do sertão contribuíam em média com mais de 90% do total dos rendimentos da capitania (63). Era, sem dúvida, a principal atividade econômica da região, na qual mais se empenhavam os diretores e em que se empregavam a grande maioria dos índios aldeados.
As expedições de coleta eram realizadas basicamente pelo “Comum” das povoações. Em princípio, deviam ser organizadas e financiadas pela administração dos povoados: as Câmaras, nas vilas e os Principais, nos lugares, sob o rigido controle e fiscalização dos diretores. Na prática, eram estes últimos os verdadeiros responsáveis e os mais interessados nesta atividade de que recebiam a sexta parte sem despender um tostão. O financiamento acabava sendo garantido pela Tesouraria-Geral do Comércio dos Índios, já que as vilas e lugares, em constante déficit, não tinham a possibilidade de cobrir as despesas necessárias.

Acreditamos que os moradores raramente participassem desse tipo de negócio. Lembremos que era uma atividade cara e arriscada, que suas débeis possibilidades financeiras não permitiam custar. Além disso, a maior parte deles não dispunha de canoas e para transportar os produtos a Belém tinha que pagar fretes caríssimos. Quanto aos Principais, embora pudessem mandar índios a seu serviço na própria canoa do comum, tendo mesmo o direito de pagar seus salários só posteriormente, as fontes indicam que raramente o faziam. As razões para isso devem ser buscadas no próprio desinteresse dos índios e na discriminação étnica por parte das autoridades portuguesas, sempre relutantes em conceder aos índios os privilégios que lhes eram garantidos por lei. Acreditamos, portanto, que as atividades extrativistas da Capitania do Rio Negro restringiam-se praticamente ao serviço do comum.

As povoações tinham uma “canoa do comum” que era enviada ao sertão, em geral, uma vez por ano. Para o recrutamento dos índios necessários, o Diretório determinava que, uma vez concluído o trabalho da agricultura, os diretores deviam chamar à sua presença todos os Principais e demais índios da povoação:

“E achando que todos eles desejão ir ao negócio do Sertão, os nomearão juntamente com os Principaes (....) (64).

Este documento estabelecia que as canoas deviam levar de dez a doze índios sobressalentes para que, no caso de mortes, fugas ou epidemias, as canoas não ficassem ao desamparo. Segundo a legislação só se podia mandar ao sertão 35 índios dos povoados mais populosos e 25 dos menores, além dos que trabalhavam para os oficiais índios (65). A grande maioria dos índios trabalhava “para si” na canoa do comum. Seu pagamento era percentual ao rendimento da expedição, o que era uma forma de incentivá-los ao serviço. Na prática, no entanto, os salários recebidos nem de longe compensavam o esforço e o desgaste empreendidos.

As expedições duravam oito meses, nos quais se incluía a viagem até Belém para o acerto de contas com a Tesouraria-Geral do Comércio dos Índios. Esta instituição, criada em 1757, com sede em Belém, centralizava todo o balanço financeiro das vilas e lugares das duas capitâncias e, portanto, de todas as atividades produtivas dos índios ali-adeados.

As expedições partiam para o sertão, em geral, no mês de fevereiro e retornavam em junho. Até o final de abril ou início de maio, concluíam a colheita de cacau e demais drogas, dedicando-se no mês seguinte à salga e pesca de tartarugas e a fazer breu, estopa e outros gêneros. A fabricação de manteiga de tartaruga era também lucrativa e muitos índios dedicavam-se a ela independentemente do “comum”. Algumas
povoações chegavam a mandar duas canoas por ano a Belém: uma para o cacau e outra para a manteiga (66). A fabricação desta última exigia menos esforços e gastos que as colheitas dos gêneros do sertão, além dela ter uma excelente aceitação no mercado.

O cacau e a salsa eram os gêneros mais comercializados da região, com uma acentuada predominância do primeiro (67). Seguiam-se os produtos advindos da pesca e alguns outros numa quantidade muito mais reduzida.

O crescimento da produção ao longo dos anos não se deu de forma contínua, apresentando muitas variações entre quedas e aumentos bruscos (68). Acreditamos que isto se justifique pelas próprias características da produção extrativista local, predatória e rudimentar, que a deixavam muito dependente das condições do acaso. A própria disponibilidade da mão-de-obra necessária ao serviço dependia, como vimos, do maior ou menor número de mortes ou fugas dos índios no decorrer do trabalho. Tais condições evidentemente não podiam oferecer certeza de lucrados e acreditamos terem sido responsáveis pelas flutuações aleatórias que caracterizaram o crescimento da produção.

As atividades extrativistas, apesar de insuficientes, eram a única possibilidade de renda na capitania. Em 1780, pelo pêssimo estado em que se encontravam a agricultura e os povoados do Estado, proibiu-se o envio de canoas ao sertão, tanto do comum quanto de particulares, com a ressalva de que esta proibição não se estendia ao Rio Negro, dada a importância que as mesmas desempenhavam nos rendimentos da região.

Os mapas estatísticos das contas da Tesouraria-Geral do Comércio dos Índios, elaborados anualmente, a partir das informações enviadas pelos diretores, nos permitem identificar as principais despesas e rendimentos das povoações. Além dos gêneros do sertão, o tesoureiro recebia o dinheiro arrecadado nas próprias povoações, referente aos dízimos que eram já cobrados, aos impostos e às vendas de alguns produtos do comum. O pagamento de fretes constituía também uma fonte de renda para as povoações. Todas as transações comerciais tanto dos índios aldeados quanto dos moradores, eram sujeitas ao pagamento de dízimos. As principais despesas eram com o pagamento dos funcionários e dos índios e com os provimentos para as expedições do sertão (69).

No mês de agosto, as expedições que tinham ido ao sertão seguiam para Belém, de onde regressavam em dezembro ou início de janeiro. Os cabos-de-canoa eram os encarregados de prestar contas ao tesoureiro sobre os negócios realizados. Os produtos coletados no sertão, tanto do comum quanto de particulares, eram levados a Belém, sendo os dízimos ali calculados. Quanto aos demais rendimentos das vilas, tais como arrecadações de fretes, dízimos, impostos, etc., deviam ser, juntamente com as despesas das povoações discriminados e lançados num Livro de Comércio, a partir do qual se tiravam duas vias que, junto com o dinheiro arrecadado, eram levadas à Belém e entregues ao Governador e ao Tesoureiro-Geral do Comércio dos Índios. Este era encarregado de conferir os dados e as contas, fazer o balanço das receitas, despesas e realizar os devidos pagamentos, que de acordo com o Diretório, eram efetuados na seguinte ordem: 1º) o dízimo à Fazenda Real; 2º) despesas que se fizeram com as expedições; 3º) a porção que se arbitrasse ao cabo-de-canoa; 4º) a sexta parte

pertencente aos diretores; 5°) distribuição do remanescente em partes iguais a todos os índios interessados (70). Conclui-se daí que o pagamento dos índios, dividido do que restava do rendimento após todas as demais despesas pagas, só podia ser, evidentemente, irrisório.

No balanço geral da receita e despesa, a segunda quase sempre excedia à primeira. As expedições do sertão eram, na verdade, financiadas pela Tesouraria-Geral dos Índios.

Conclusão

As contradições da política de Pombal na Amazônia delinearam as características da sociedade colonial que ali se desenvolveu.

Tais contradições se expressam através do próprio Diretório, que ao estabelecer uma legislação específica para os índios aldeados, criou na região duas categorias econômico-sociais: índios aldeados e moradores, cuja articulação permitia o precário funcionamento daquela sociedade.

Os índios, grande maioria da população, foram o alicerce da empresa colonial. Sua função não era apenas servir como mão-de-obra. Deviam também como “vassalos do rei” constituir o povo necessário para ocupar o território e garantir a soberania para Portugal. Alguns deles ascenderam à condição de moradores pela necessidade de ocupar cargos administrativos.

De 1750 a 1797, o principal desafio das autoridades foi manter os níveis de população nos povoados, que constantemente se esvaziavam pelas fugas e mortes. Esta precariedade da demografia local é um fator importante para se compreender as formas de funcionamento e reprodução dessa sociedade. Questões como estratificação e mobilidade social na Amazônia do século XVIII não podem ser pensadas sem que se considere as intensas flutuações populacionais da região, causadas sobretudo pelos descimentos e fugas. Se a Coroa impôs a estratificação social como forma de garantir o suprimento de mão-de-obra na capitanía, teve também que permitir ou mesmo incentivar uma certa mobilidade social para assegurar a reprodução desse sistema. Os níveis populacionais tinham que ser mantidos tanto entre os índios aldeados quanto entre os moradores.

A economia da Capitanía do Rio Negro foi basicamente de subsistência. O extrativismo, única atividade que garantia algum rendimento através do comércio, era sustentado através de recursos externos. O suculcro significava, na verdade, a possibilidade de atenuar déficits e não de acumular. As atividades produtivas dos habitantes nunca foram suficientes para suprir as necessidades financeiras locais. As vilas e lugares mantiveram quase sempre uma situação de déficit permanente.

A análise da documentação aponta, portanto, para o fracasso da política pombalina. Tal fracasso deve, no entanto, ser relativizado se considerarmos que os instáveis e incipientes núcleos portugueses que se formaram na Amazônia responderam ao objetivo básico da política de Pombal. O território foi assegurado, mas a sociedade que ali se configurou estava muito longe daquela dos sonhos do marquês. Cabe, inclusive, questionar o real interesse da Coroa na região: promover o desenvolvimento agrícola e comercial, conforme o discurso das autoridades ou apenas manter o território?
Na Capitania do Rio Negro configurou-se uma sociedade colonial basicamente indígena, que se mantinha de forma artificial, de grandes esforços das autoridades em criar e continuamente abastecer os povoados com novos contingentes migratórios e recursos externos. A situação de decadência e abandono de muitas dessas povoações descritas pelos viajantes do século XIX confirma a precariedade de suas existências. Lembramos, ainda, que em 1850, na recém-criada província do Amazonas, a língua predominante não era o português.

NOTAS

1. As principais fontes estatísticas são mapas de população e de produção elaborados por autoridades e viajantes da época com a finalidade de informar sobre o desenvolvimento das várias povoações para efeitos fiscais. Dentre as fontes discursivas destacam-se Memórias, Diários de Viagem, a vasta correspondência entre autoridades e o Diretório, documento que legislava sobre a vida e as atividades dos índios alocados. Para maiores informações, ver ALMEIDA, M. Regina Celestino. "Os Vassalos d'El Rey nos Confins da Amazônia - A Colonização da Amazônia Ocidental -1750/1798- . Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990, Mímeografado., pp. 269-279.


13. MENDONÇA, Marcos Carneiro de, op. cit.; AZEVEDO, João Lúcio de, op. cit.
14. FALCON, Francisco José Calazans, op. cit.; CARDOSO, Ciro Flamarion, op. cit.
15. FALCON, Francisco J. C., op. cit., p. 375.
16. MENDONÇA, Marcos Carneiro de, op. cit., p. 147.
17. Alguns autores como Manuel Nunes Dias e Arthur Cezar Ferreira Reis super-
valorizaram os efeitos da política pombalina na região, considerando-a res-
ponsável por um grande surto de desenvolvimento. Sobre essa questão, ver
ALMEIDA, M. R. C. de, op. cit.
18. REIS, Arthur Cezar Ferreira. "Roteiro Histórico das Fortificações no Ama-
zonas" in: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,
nº 6, Rio de Janeiro, 1942.
19. cf. Correspondência sobre as demarcações.
20. Carta de Marcellino Jozé Cordeiro a João Pereira Caldas - Fortaleza de São
Gabriel da Cachoeira, 27 de março de 1785. MS. A.H.U., Rio Negro, Caixa
10, Doc. nº 1.
21. FARAGE, Nadia. As Muralhas dos Sertões - os povos indígenas no rio Branco
e a colonização; Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas,
s. d.; SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. As Viagens do Ouvidor Sampaio
23. BOSERUP, Ester. Evolução Agrária e Pressão Demográfica. São Paulo,
HUCITEC, 1987, passim.
24. DEAN, Warren. "Las Poblaciones indígenas del litoral brasileño de São
Paulo a Rio de Janeiro. Comercio, esclavitud, reduccion y extinción". In: 
SÁNCHEZ-Albornoz, Nicolás (compilador). Población y Mano de Obra en
49.
25. VERLINDEN, Charles, "Esclavage médiéval en Europe et esclavage colonial
en Amérique" In: Six études historiques, "Cahiers de L'Institut des Hautes 
CARDOSO, Ciro Flamarion, op. cit., p. 198.
26. SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. As Viagens do Ouvidor Sampaio
27. MENDONÇA, Marcos Carneiro de. op. cit., p. 1132.

28. Mapa das Famílias, que, a excepção das dos índios Aldeados, se achavão existindo em cada huma da maior parte das Freguezias de ambas as Capitanias do Estado do Grão-Pará, e da sua possibilidade, e aplicação no Anno de 1778. A.H.U., Documentos Avulsos, Rio Negro, Caixa 10 n° 8.
30. Os Principais eram os chefes indígenas nas aldeias de origem.
   "Directorio...", documento citado, "Mapa de Famílias...", documento cit. e correspondências com a Metrópole.
31. ALMEIDA, M.R.C., "A Falácia do Povoamento: Crescem os povoados e extinguem-se os povos" in__________; op. cit., pp. 161-178. Os descimentos eram expedições que subiam os rios com o objectivo de fazer com que os índios descessem das aldeias de origem para os núcleos portugueses.
32. A Lei de Casamentos de 1755 estabelecia uma série de privilégios aos brancos que se casassem com índias.
35. Mapa das Famílias...., doc. cit.
38. FERREIRA, A. R., op. cit., passim.
39. Mapas dos Gêneros Colhidos pelos Moradores de Moreira, Thomar e Barcelos, documentos citados; Mapa de Famílias..., doc. cit.
40. Idem.
41. Idem.
42. Idem.
44. Idem, § 94, p. 203.
47. Idem, ibidem.


54. FERREIRA, A. R., op. cit., p. 79.

55. ___________, Mapa dos Gêneros Colhidos pelos Moradores de Barcelos; Ms., BN, 21, 1, 1 n° 7; Mapas dos Gêneros Colhidos pelos Moradores de Thomar e Moreira, doc.cit.

56. Idem


60. Idem.


63. Idem.

64. Directorio..., doc. cit., § 49, p. 187.


70. Directorio..., doc. cit., passim; § 56, p. 190.
MANUSCRITOS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA
Coleções, Arquivos e Gavetas

Por Waldir da Cunha
Chefe da Divisão de Manuscritos
da Biblioteca Nacional.
1992

Documentos sobre a INCONFIDÊNCIA MINEIRA
pertencentes ao acervo histórico da Biblioteca Nacional.

Os dois trabalhos que se seguem - "Manuscritos da Inconfidência Mineira, Coleções, Arquivos e Gavetas" e "Inconfidência Mineira: Bibliografia" - são complementares. Enquanto o 1º mostra o conjunto de coleções, arquivos e gavetas de manuscritos aí existentes, alguns até ainda sem tratamento técnico, o 2º é uma bibliografia sobre o evento, englobando, analiticamente, monografias, periódicos, documentos iconográficos e alguns manuscritos de maior significação. O fato de que alguns manuscritos estejam citados nos dois trabalhos, apenas reforça o seu valor para melhor análise dos fatos.

Os Anais da BN estão certos de que, com a publicação desses dois estudos, estão contribuindo para melhor compreensão dos fatos, do contexto e dos principais personagens por eles envolvidos.

Ambos os trabalhos foram elaborados tendo em vista as comemorações do bicentenário da Inconfidência Mineira.

I PARTE:

MANUSCRITOS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA
COLEÇÕES, ARQUIVOS E GAVETAS

Sumário:

I Parte:
1. Das Coleções
   1.1 Coleção Martins
   1.2 Coleção Benedicto Ottoni
   1.3 Coleção Melo Franco
   1.4 Coleção Carvalho
2. Dos Arquivos
   2.1 Arquivos do Conde de Valadares
   2.2 Arquivo da Casa dos Contos ou dos Contratos (séc. XVIII-XIX)
      1ª Comissão (1919)
      2ª Comissão (1922)
      Características do Arquivo
      Divulgação e pesquisa
3. Documentos Avulsos
   3.1 Presença dos Inconfidentes: obras poéticas e autógrafos
      - Cartas Chilenas
      - Poema “À Conceição”
      - Marília de Dirceu
      - Poema “Vila Rica”
      - Autógrafos Vários
   3.2 As Gavetas de Minas Gerais

Notas

II Parte:
“Relação dos documentos trazidos da Agência dos Correios, antiga Casa dos
Contos da cidade de Ouro Preto”,

Diversos

Impressos

Códices

O Universo dos manuscritos desta Divisão contém um acervo documental do período da Inconfidência Mineira assim caracterizado: (1)

1. **DAS COLEÇÕES**
   
   1.1 **Coleção Martins**

   É preciosa pela natureza da documentação que se refere ao Governo Colonial, sendo de extraordinária riqueza, especialmente no século XVIII. De excelente aspecto material. Em parecer acerca da aquisição da coleção pela BN, Capistrano de Abreu afirma "Os ms. provem principalmente das bibliotecas do Marquês de Castelo Melhor e Rodrigo Felner, cujos leilões chamaram a atenção sobre as preciosidades que continham. Os livros impressos foram comprados diretamente da Europa, em London Guartucher e Truebner, em Leipzig e T.A. Brockans, em Amsterdã a F. Muller, em Paris a Dufessé e outros antiquários". O acervo foi comprado pelo Conde de Figueiredo e doado à BN em 1980 (2).

   Parte do seu acervo diz respeito às coisas que se devem notar na **devassa de Minas Gerais**. (3)

   **Principais aquisições:**

   Ofícios e cartas sobre devassa procedida em Vila Rica, a propósito da Inconfidência Mineira e coisas que se devem notar na devassa em Minas Gerais. Interessante a "Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais", por José Elói Ottoni, Lisboa, 1798.

   1.2 **Coleção Benedicto Ottoni**

   Também conhecida como Coleção José Carlos Rodrigues. O Catálogo anotado por Rodrigues na sua **Biblioteca Brasiliense** (4) dá a idéia dos manuscritos arroldados, onde ocorrem numerosas peças sobre a administração colonial em Minas Gerais (escrituras, provisões, cartas de denúncia e autógrafos de vários inconfidentes)(5).


   Importante código é o "Livro de Registro da Guarda-moria do Distrito da Serra da Mantiqueira abaixo até a Paraibuna. São João Del Rei, 12 de abril de 1778". Original, com 72 escrituras, onde se destaca a de Joaquim José da Silva Xavier.

   1.3 **Coleção Melo Franco**

   Apesar de ser uma coleção de papéis que justificam historicamente os meados do período republicano, incorpora testamentos, cobranças de João Rodrigues de Macedo e seqüestro de bens na Vila de Paracatu do Príncipe, pertencentes ao Arquivo da Casa dos Contos, retratando personalidades que conviveram na época da Inconfidência Mineira (cerca de 50 documentos).

   Dos documentos pertencentes ao Arquivo da Casa dos Contos, inseridos na Coleção Melo Franco, destacamos:

   1. Testamento do alferes Antônio da Siqueira. 1760.
   
   2. "Lista dos Rendimentos das Entradas do Gê do Ouro. Fins do mez de abril de 1767."
3. "Lista dos Rendimentos das entradas de Ouro do Registro da Mantiqueira e de Itajubá. 1774".

4. Carta de Antônio José dos Santos a João Rodrigues de Macedo, informando sobre as cobranças executadas na Vila de Paracatu do Príncipe. 1781.


7. Ofício de Manuel Gonçalves Bragança a D. Maria I, Rainha de Portugal, informando que mandasse seqüestrar os bens do padre Antônio Joaquim de Sousa Correia de Melo e fez a cobrança do débito de Manuel José da Costa a Real Fazenda. Paracatu, 31 ago. 1784.


1.4 Coleção Carvalho

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira

O Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, registra a existência de dois volumosos códices, original e cópia, pertencentes a D. Antônia R. de Carvalho, tendo sido mais tarde adquiridos pela Biblioteca Nacional, por compra, que tem por título:

1. Auto de Devassa (1789-1790). Cópia moderna da Coleção Carvalho, extraída do original que se encontra no Arquivo Nacional.


A divulgação dos Autos procedeu-se em 1ª edição, em 7 volumes, datada de 1936-38, sob a direção de Rodolfo Garcia, Diretor da BN, cuja cópia paleográfica foi executada por Manuel Alves de Sousa, e a ordenação em volumes de documentos por Luís Camilo de Oliveira Neto. A 2ª edição, em 10 volumes, datada de 1976-1983, com supervisão geral do historiador Herculano Gomes Matias, que inclui peças de todos os arquivos brasileiros e portugueses até aquela época.

A Fundação Roberto Marinho deverá publicar brevemente a 3ª edição, coordenada

também pelo historiador Herculano Gomes Matias, com um adendo de 44 documentos que não constam das edições anteriores.

Além dos Autos, a Seção é depositária do códice denominado “Sentença dos Prezos de Minas Gerais”. 1792. É uma cópia de 16 fls., anotada no CEHB sob o número 6.541.

2. DOS ARQUIVOS

2.1 Arquivo do Conde de Valadares

Pertencente à Coleção Benedicto Ottoni, organizada pelo Dr. José Carlos Rodrigues e doado à Biblioteca Nacional pelo Dr. Júlio Benedicto Ottoni.

O fundo consitui-se de 12 códices, 3.671 documentos, originais e em cópias. É integrado pela farta correspondência do conde de Valadares, Governador e Capitão-General das Minas Gerais, entre 1768-1773 (7). Retrata a vida administrativa e militar de Minas Gerais, com a presença de alguns inconfidentes. É destaque: “A Expedição do Campo Grande, Cayeté, Abayeté Distrito de Paracatu. De todos os sujeitos que escreveram desta matéria”, (1769), chefiada por Inácio Correia Pamplona, um dos delatores da Inconfidência Mineira.

A partir de 1768 o governo português já se preocupava em registar o modo de vida dos habitantes de Minas Gerais, que não pudessem causar nenhuma revolução, através de um serviço de informações orientado pelos militares.

Totalmente inexplorado, predominam nestes cartapáci os seguintes tópicos:

- “Lº Unico de cartas de Coroneis, Tenº Coronéis, e Sargentos mores”. 1768-1770
- Correspondência militar (passiva). 1768-1770. Contém o “Roteiro das Marchas que traz o Sr. Brigadeiro Antonio Carlos”.
- “M. unº D. Cartº Bº Capº Moº”. 1768-1770.
- “MASO primeiro de Informasoinhs dado ao IIº Exº Senhor Conde de Valladares”. 1764-1769.
- “M. 2º D. Informº- Villa Rica”. 1769-1770.
- “M. 3º D. Informº- “. 1768-1770. Contém informações sigilosas sobre a vida dos habitantes que vivem erradamente ou que causem revoluções.
- Mº 4º Dº Informº Informação sobre cabos e soldados do seu Regimº”. 1769-1770.
- Mº Unico. D’Cartº de Orfaens”. 1769-1770. Contém um alfabeto e presta informações sobre criminosos e a violência em Sabará.

Ocorre: Bando descrevendo a violência dos negros quilombolas fugidos, nas famílias moradores em fazendas.

Ocorrem informações sobre antigos roteiros e descobertas da Região de Jequitinhonha, de Minas Novas e seu descobridor Sebastião Leme do Prado, como também de Brás Esteves” que amotinando um povo o prenderão, e foymorrer à Bahia”. Tejuco, 1770.

2.2 ARQUIVO DA CASA DOS CONTOS OU DOS CONTRATOS. (Séc. XVIII-XIX) (9)

O fundo proveito da Delegacia Fiscal do Tesouro de Belo Horizonte e da antiga Casa dos Contos de Vila Rica, por TA (Transferência de Acervo).

O recolhimento desses papéis procedeu-se em cumprimento ao Decreto nº 1.825, de 20/12/1907, que deu origem a 2 Comissões: (1919-1924).

A 1ª Comissão (1919), composta por Alfredo Mariano de Oliveira, Mário Cardoso de Oliveira e o bacharel Oswaldo Luís da Silva Pessoa, era destinada aos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e os Estados do Sul, para proceder a separação e exame de todos os documentos depositados na Casa dos Contos, (ameacados de destruição e à disposição da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional de Belo Horizonte), e retirar os que seriam destinados às coleções da BN e do Arquivo Nacional, segundo autorização constante do ofício nº 43, de 23 de fevereiro de 1919.


Em 1921 o bibliotecário Manuel Cassius Berlink foi comissionado para ir a Ouro Preto dar prosseguimento ao difícil trabalho de seleção de documentos, como pode ser testado pela seguinte afirmação: “O serviço no sótão da Casa dos Contos, onde encontrei nas duas salas de baixo, pilhas de papéis, com vidros quebrados por cima”. Foi auxiliado por Afonso Henriquez Cachapuz (10), que doou e vendeu vários documentos à B.N. A comissão recolheu 3.971 documentos e 30 códices, sendo remetidos 29 códices e 1.416 documentos para o Arquivo Nacional e o restante para a BN. Os papéis referentes ao Patrimônio-Terras Públicas e Terrenos diamantíferos foram entregues ao Governo do Estado, a pedido do Secretário de Agricultura.

Na Parte II deste trabalho transcrevemos o relatório do bibliotecário Manuel Cassius Berlink, até este momento inédito.

A 2ª Comissão - (1922)

Confiada ao bibliotecário Emanuel Eduardo Gaudie Ley por aviso de 15 de julho de 1922, incumbido de proceder o exame dos documentos existentes na sede da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional de Belo Horizonte, que interessassem à BN e ao Arquivo Nacional, onde seriam recolhidos os de caráter mais administrativos. Teria de limitar-se à escolha de documentos históricos do séc XVIII, e quando muito aos dos princípios do XIX. Durante dois meses, examinou e separou grande massa de papéis.

A coleta em 1922 abrangeu também as cidades de Formiga, Lavras, Pomba, Curvelo, Campanha, São Bento e Paracatu, atingindo 1.836 códices e 372 documentos.

CARACTERÍSTICAS DO ARQUIVO:

Retrata a República nos primeiros anseios de liberdade. Compreende documentos da História Administrativa da antiga Capitania de Minas Gerais. É também um espelho da vida social e econômica da Região no século XVIII e começos do XIX.

Abrange 141 gavetas, 50 códices, num total de 50.000 documentos em bom estado de conservação graças à grande carga de DDT lançada no pós-guerra. 50% da documentação se referem à Inconfidência Mineira.

Abre-se em numerosos tópicos, tais como: (11).
- Administração e arrematação de terras;
- Mineração;
- Contrabando de ouro e diamantes;
- Côongruas (Contribuição Parafiscal-Eclesiástica);
- Denúncias - Inquirição e confissos;
- Próprios nacionais e sesmarias;
- Instrução pública;
- Limite interestadual;
- Erário Público;

Dos códices existentes, os mais valiosos tratam:
- Sedição de 1833;
- Sequestro de bens. 1833;
- Rol de execuções da Fazenda Real (Rio das Mortes). Século XIX;
- Alto de Devassa sobre os descaminhos dos ouros e diamantes;
- Livro de arrolamentos de escravos de várias localidades. 1721;
- Rol de moradores de diferentes lugares. 1717;
- "ABCDARIO DO LIVRO de FIANÇAS em Pergaminho que serviu na Intendência do Rio das Mortes. 1753-1763";
- "ABCDARIO do Caminho Novo";
- "Abcedario. Lª 2ª e 3ª. Comarca de Villa Rica";
- "Abcedario do Lª 4ª Comª de João D'El Rey - Rª das Mortes";
- "Abcedario do Lª 5ª Comª do Rio das Mortes";
- "Abcedario do Lª 7ª Comª de Sabará".
- "Abcedario do Lª 8ª Comarca do Serro";
- "Devassa sobre os extravios de ouro em pó, e Diamantes. Barras, cunhos, guias e marcas falsas e de tudo o mais, que nos itens da mesma se contem". 1779;
- Borrador de cartas a várias personalidades de Minas Gerais. 1799-1802.

De grande importância no Fundo são os conjuntos de correspondência ativa e
passiva do contratador Macedo, de Bárbara Heliodora e Tiradentes (com notas sobre a sua viagem à Europa)

DIVULGAÇÃO E PESQUISA


Foram copiados e anotados pelo Sr. José Afonso Mendonça de Azevedo, “crudito pesquisador da história mineira”.

Neste meio século vários pesquisadores se debruçaram sobre este Arquivo, distinguindo-se Cecília Meireles (quando professora de Literatura do Curso Superior de Biblioteconomia da B.N.), Rodrigo Lapa, Herculano Matias, o poeta satírico Vital Pacífico dos Passos e o escritor Haroldo Maranhão.

Atualmente, Isolda Helena Braus que busca uma nova feição histórica para Tiradentes, tem reunido várias notas do advogado de defesa dos réus, Dr. José de Oliveira Fagundes.

Todo o acervo da Casa dos Contos, guardado na BN, foi alvo de interesse por parte do Ministério da Fazenda - Subdiretoria da Secretaria de Finanças, com vistas à organização de um índice, preparado por computação eletrónica. Mas até o momento nada foi concretizado.

3. DOCUMENTOS AVULSOS

3.1: Presença dos Inconfidentes: obras poéticas e autógrafos. (12)

Cartas Chilenas

O “1º Catálogo alfabético dos manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” (13) organizado por Frei Antônio de Arrábida, entre 1810 e 1822 registra “CARTAS CHILIANAS traduzidas em verso por Tomás Antônio Gonzaga”. O 1º bibliotecário, entretanto, não registrou a notação do documento, como fez aos demais. De modo que a DiMss não possui atualmente em seu arquivo tal peça, que talvez tivesse sido levada para Portugal, juntamente com os manuscritos da Coroa.

O escritor Autran Dourado (14) visitando Tarquínio J. B. de Oliveira em 1976, em sua Fazenda do Manso, em Ouro Preto, informa que o historiador achou um manuscrito apógrafa intitulado “Cartas Chilianas”.

-POEMA “À CONCEIÇÃO”(15)

São fragmentos manuscritos de Tomás Antônio Gonzaga, adquirido por compra pela Biblioteca Nacional a Agostinho Vidal cm 1910, por 25$000. É um inédito (?) de 22 fls.

A Biblioteca Nacional guarda em seu acervo diversas edições raras de Tomás Antônio Gonzaga, adquiridas do historiador Augusto de Lima Júnior.

-MARÍLIA DE DIRCEU (16)

Conceição ao céu, sim aquelas
vontades levantando o teto de pedaço
vem o grande coração, seminal orgânico,
em se feviendo em desprezo
sinuado o coração, gâmbia flutuando
em suas divindades, quase se jogando
que não respeitava nada mais finito
sua vasta extensão e mais irrompível
ideia em que de maravilh!

1ª pág. do manuscrito do poema "À Conceição", atribuído a Tomás Antônio Gonzaga.

-POEMA “VILA RICA”(17).

Anotado no “1º catálogo dos manuscritos da DiMss, por Frei Arrábida (1810-1822), sob o título:

“Villa Rica. Poema em X cantos, por Cláudio Manuel da Costa. 1773, Mss. 279”. Cópia oferecida à BN por José Zeferino de Meneses Brum, em nome do reverendo frei Bento da Trindade Cortez, monge beneditino, último possuidor. É um códice em 1ª grande, de 20 fls. Pertencera a frei Francisco de Santa Senhorinha, irmão do Sr. Antônio Ferreira Viana, a quem fora oferecido, segundo se declara no próprio exemplar, em 30 de maio de 1850, no Rio de Janeiro, por S. P. Pereira Pinto.

Divulgado nos Anais da BN, vol. 1-2, por Teixeira de Melo, que compara o volume publicado em 1839-1841, com a cópia manuscrita do mesmo poema do ano de 1773.

Além deste códice, a DiMss. possui mais 4 códices, tendo como origens a Biblioteca Real, a Coleção Carvalho, o livro Francisco de Paiva e a Biblioteca Fluminense. Todas as cópias estão microfilmadas pela Coordenadoria de Microfilmagem da Biblioteca Nacional.

Em 1901, Antônio Olyntho dos Santos Pires fez doação à Biblioteca Nacional de “6 exemplares de cada um dos folhetos, intitulado”Vila Rica”, de Cláudio Manuel da Costa”.

-AUTÓGRAFOS VÁRIOS

O acervo dos inconfidentes é rico, sendo representado por:
- Cartas de Bárbara Heliodora;
- Papéis de Tiradentes;
- Bens do Inconfidente Inácio José de Alvarenga;
- Cartas e autos de Tomás Antônio Gonzaga;
- Autos do Tribunal que condenou os implicados na Conjuração Mineira, 18 abril 1792. Contém notas do Dr. José de Oliveira Fagundes, defensor de 29 réus, referentes a Tiradentes “Auctor e cabeça fallador - Tirar-Dentes, inimigo de Gonzaga, preterido 4 vezes sendo bom militar pobre, tudo confirmou entusiasmo pla América Inglesa, chegara da Europa”...(18);

- Papéis relativos a Maria Dorotéia Joaquim de Seixas. 1853.
- Documentos dos traidores da Inconfidência Mineira: Joaquim Silvério dos Reis, Basílio de Brito Malheiro.

3.2 AS GAVETAS DE MINAS GERAIS (19).

São 9 (nove) gavetas contendo manuscritos interessantes, oriundos da Delegacia Fiscal de Belo Horizonte, e adquiridos do Príncipe D. Pedro Augusto, de Dona Isabel H. Veloso de Oliveira França, do Conselheiro José Paulo Figueirôa Nabuco de Araújo, de Pedro Massem, Editoras Leite Ribeiro e Briguier, Samuel Soares de Almeida e da Casa de Rui Barbosa.

Os subsídios para a História da Província de Minas Gerais são destaques:
- Ofícios da Tesouraria da Fazenda de Minas Gerais.
- História da Capitania de Minas Gerais por Tomás Antônio Vila-nova

Portugal. Manuscrito inédito pertencente ao Arquivo do Conselheiro Drumond, Coleção Carvalho.

- Papéis de Francisco de Paula Freire de Andrade. 1781.
- Sentenças e algumas partes do processo que se formou por ocasião da sublevação em Minas Gerais. 1789.
- Genealogia de Tiradentes. (20)
- Livro de assentamento de batismo da Matriz de São João Del Rei, de 1742 a 1749. Contém o assentamento de batismo de Tiradentes.

**NOTAS**

1. Na Divisão de Manuscritos, o Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (AHBN) contém um acervo relacionado com a história das aquisições das colecções especiais, compreendendo: Correspondência dos Diretores, ativa e passiva, Relatórios, Registros e Catálogos das Obras. Foi por meio destas fontes que produzimos este texto.

2. Consultar parecer de Capistrano de Abreu sobre a aquisição desta Coleção: “Os livros de Francisco Antônio Martins, escolhido verdadeiramente como foram, zelosamente conservados como estão, representam um grande valor a sua aquisição para a Biblioteca Nacional, imposta a possibilidade de grande progresso nos estudos de nossa história”.


(6) CONTÉM A SENTENÇA CONDENATÓRIA DE TIRADENTES:

"Portanto, condena-se ao Reo Joaquim Joze da Silva Xavier por alcunha o Tiradentes Alferes que foi da tropa paga da Capitanía de Minas a que com barra pegação seja convidado pelas ruas públicas ao lugar da força e, da morte morta natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Villa Rica aonde em o lugar mais público della sera pregadas em hum poste alto até que o tempo a Consuma, e o Seo corpo sera divido em quatro quartos, e pregados em postes pelo Caminho de Minas no Sítio da Varginha e das Sebolas aonde o Reo teve as suas infames práticas, e os mais nos Sitios de Maiores povoacoens até que o tempo tãobem os Consuma; declarão o Reo infame e seus filhos e netos tendo-los, e os seus bens aplicação para o Fisco e Camera Real, e a casa em que vivia em Villa Rica sera arrazada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo propria será avaliada e paga a
seo dono pellos bens confiscados, e no mesmo chão se levantara hum padrão, pello qual se conserve, em memoria a infamia deste abominavel Reo”.

Fac-símile do original que a Biblioteca Nacional doou ao acervo do Museu da Inconfidência: 7,2,5.

Cópia da época: 22,1,5.

Transcrição do original: Maria Lizete dos Santos.

7. BN - DiMss. - 18, 2, 3-7 e 18, 3, 1-7


9. Originalmente Erário Régio (1761), Real Fazenda e finalmente Casa dos Contos ou dos Contratos, localizada na atual Agência dos Correios de Ouro Preto. Em 1803 procedeu-se um incêndio, atacado por uma quadrilha de salteadores, seguido de saque, resultando numa destruição parcial deste grande saco de manuscritos.


BN - DiMss. I-16, 12, 25


13. BN - DiMss. I-16, 1, 36


15. BN - DiMss. - 49, 1,24 n° 1


Catálogo organizado pelo bibliotecário Emmanoel Eduardo Gaudie Ley.

Anais da BN, 49, p. 419.


18. BN - DiMss. - II-31,31,8

19. BN - DiMss. - II-36,2-10

20. BN - DiMss. - 22,3,38
II PARTE:

"Relação dos documentos trazidos da Agencia dos Correios, antiga Casa dos Contos da cidade de Ouro Preto."

Relatório apresentado pelo bibliotecário Manuel Cassius Berlink ao Diretor da Biblioteca Nacional, em 8 de agosto de 1921.
1. Requerimento do alferes Joaquim José da Silva Xavier, pedindo reembolso de certa quantia despendida no regimento do Caminho Novo; com 2 mapas do municiamento de milho e farinha fornecidos ao mesmo regimento, feitos e assinados pelo mesmo oficial. Juntamente com os documentos que instruem o requerimento mencionado, ocorrem um atestado e uma procuração do próprio punho de Joaquim José da Silva Xavier. Tudo vem copiado por informação do tesoureiro João de Souza Benavide. 1785.

2. Cartas (2) de D. Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira (1799) a João Rodrigues de Macedo.

3. Cartas (3) de D. Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira a João Rodrigues de Macedo, fevereiro de 1801.

4. Cartas (2) de Inácio José de Alvarenga a João Damasceno dos Reis.

5. Procuração do próprio punho de Basílio de Brito Malheiros junto a um processo de contas apresentadas pelo mesmo. 1786.

6. Cartas (5) de Bárbara Eliodora a João Rodrigues de Macedo.

7. recibos (5) assinados pelo tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, de várias quantias recebidas do tesoureiro da Real Fazenda para pagamento dos oficiais e soldados que se acham destacados...1786.

8. Declaração de dívida de 1,023$837 passada ao Sr. João Damasceno dos Reis Fig.º Vital, por Inácio José de Alvarenga. 1781.


11. Representação do capitão-comandante José Luís Saião sobre irregularidade na assistência a cargo do tenente-coronel Basílio de Brito Malheiros (fornecimento de farinha e milho) 15 de julho de 1784.

12. Recibo do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade de uma quantia para pagamento de fardamento.... (1784), e uma "Relação" dos mesmos fardamentos.

13. Ordem ao tesoureiro-geral Dr. Mateus Herculano Monteiro da Cunha e Matos para dar, do ouro em pó que tem em arrecadação por depósito pertencente aos beins do réu Inconfidente Cláudio Manuel da Costa, ao procurador da Santa Casa da Misericórdia de Vila-Rica, a quantia de setenta e quatro oitavas e um vintém de ouro. 28 de janeiro de 1807.

14. Atestados (6) do D. Inácio José de Alvarenga Peixoto, a favor de vários indivíduos, para provimento de cargos públicos.

15. Recibo do tenente-coronel comandante Pedro Afonso Galvão de S. Mart. não de uma quantia recebida para pagamento de soldos.

16. Documento de Basílio de Brito Malheiros, passado por letra estranha, dando
por fiador da sua arrematação de mantimentos para os soldados ao capitão João da Silva de Oliveira.

17. Ordem ao tesoureiro Mateus Herculano Monteiro da Cunha e Matos para entregar a Joaquim Coelho Pereira a quantia de cento e quatro oitavas, três quartos e seis vinténs de ouro, pelo produto de setecentos e trinta e quatro mil réis que se acha em depósito do acréscimo que houve da primeira avaliação para o preço porque foram arrematadas as casas do réu Inconfidente Cláudio Manuel da Costa. 6 de maio de 1807. Acompanharem vários documentos.

18. Ordem de pagamento ao tesoureiro-geral D. Mateus Herculano Monteiro, do dinheiro que tem em seu poder por depósito pertencente ao Inconfidente Inácio José de Alvearanga, da quantia de 98$550 a Josefa de Sousa Barbosa que estava a serviço do mesmo. Seguem vários documentos.

19. Carta dirigida a José Alves Maciel em 3 de janeiro de 1790 por José Francisco Pinto.

20. Atestados (5) e certidões de Francisco de Paula Freire de Andrade.

21. Recibos (6) de Francisco de Paula Freire de Andrade.

22. Certidão do auto de arrematação que fez Basílio de Brito Malheiros do Lago dos mantimentos com que assistiu aos soldados pedestres e cavalos de Sua Majestade.

23. Ordem ao tesoureiro-geral D. Mateus Herculano Monteiro da Cunha e Matos para entregar ao D. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos a quantia de 2.400$000 pelo produto que se acha em depósito dos bens do Inconfidente Inácio José de Alvearanga, para remeter à Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro, por conta de maior quantia de uma precatória extraída do juízo dos Feitos da Real Fazenda desta capitania pela casa salda de Dionisio Cavalier contra o dito Alvearanga. Seguem vários documentos.

24. Requerimento do Brigadeiro Pedro Álvares de Andrade pedindo o pagamento do que despenderu nos consertos das casas do Inconfidente Cláudio Manuel da Costa que lhe foram dadas para residência, quando chegou à Vila o seu regimento em noventa e dois. Com um despacho e dois documentos.


26. Documentos (10) sobre Joaquim Silvério dos Reis, figurando em um o seu autógrafo.

27. Procuração do D. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos.

28. Autógrafos de conde [de Assumar], D. Pedro de Almêida e Martinho Vieira. 6 de dezembro de 1719.

29. Portarias (5) com o autógrafo de Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello.

30. Provisões (2) assinadas por Bernardo José de Lorena (e documentos).
31. Portarias (22) assinadas pelo marquês de Anjeja.
32. Provisões (6) assinadas por Luís de Vasconcelos e Sousa.
33. Portarias (112) assinadas pelo conde de Aguiar.
34. Provisão de D. João V referendada por Alexandre de Gusmão.
35. Portaria assinada por José António Freire de Andrade, governador interino da Capitania de Minas Gerais. 1756. Com um impresso.
36. Portaria assinada pelo conde de Valadares. 1770.
37. Ordem régia de D. José referendada por António Carlos Fernandes de Mendonça.
38. Ordem régia de Dona Maria, referendada por Luís da Cunha Meneses. 1724.
40. Folha de pagamento assinada pelo visconde de Barbacena (Códice).
41. Ordem da rainha Dona Maria referendada pelo visconde de Barbacena.
42. Provisões referentes às casas de fundição e "Regulamento provisional para o troco do ouro em pó na Capitania de Minas Gerais" etc. Cópias.
43. Ofício sobre a restituição de 70.000 cruzados assinado pelo conde D. Marcos de Noronha.
44. Ofício de D. Manuel de Portugal e Castro a Anacleto António do Carmo.
45. Ofício do conde de Resende e Bernardo José de Lorena. 1799.
46. Folhas de vencimentos (21) de oficiais e soldados do município de Sabará. 1812. Contém autógrafo do barão de Sabará.
47. Minuta da exposição feita pela Junta da Fazenda Pública de Minas Gerais, sobre o excesso da despesa sobre a receita e inconveniência do pagamento de 120 contos à Administração dos Diamantes do Tejucu pela extinção do quinto do ouro, achando que esse pagamento deve ser feito pelo Banco do Brasil, onde são depositados os mesmos diamantes.
48. Documentos (6) em relação à vila da Campanha da Princesa, criação, terça voluntária para a princesa pela honra que tem a mesma de usar o seu apelido, e por ter sido dotada com a jurisdição precisa...
49. Cópia autenticada de documentos referentes à Bula da Santa Cruzada.
50. Instruções a observar na Capitania de Minas Gerais para a cobrança do Real Subsidio. Cópia.
51. Documentos (2) sobre despesas a fazer com a catequese e aproveitamento dos índios Carnarachós e Capochós. Cópia.
52. Documentos (6) sobre as despesas relativas à criação do Jardim Botânico de Vila Rica e sobre os naturalistas José Vieira Couto e Joaquim Veloso de Miranda.
54. "Lista que veyo da Freg' da Juruoca por onde constamos bens que seus
moradores derão ao manifesto para o lançamento da derrama e fica o seu original no arquivo do Senado da Camara Vª de S. João de El-Rey." Cópia.

55. Documentos (6) sobre a arrematação do contrato dos dízimos dos julgados de Araxá e Desemboque.

56. Carta do rei D. José anunciando o nascimento de uma infanta, 10 de julho de 1769, e ofício assinado pelo conde de Valadares. Cópia.

57. Relação da ordem do conde de Valadares ao coronel da infantaria auxiliar Teodósio Duarte Coimbra para efetuar uma busca para verificar a existência de ouro em pó, e intimar aos moradores da região a o levarem para fundir no prazo de 18 dias, sob pena de prisão. 24 de dezembro de 1762 (duplicata). Com um caderno onde vem repetida a mesma ordem, além de outras notas.

58. Série de documentos relativos à bula da Santa Cruzada. Códice.

59. Documentos (30) relativos a despesas feitas pelo barão de Sabará com as tropas.


62. Despesas feitas com o contrato das entradas. 1785.

63. Mapas (4) de fornecimentos recebidos do assistente Bazílio de Brito Malheiros. 1777.

64. Provisões (2) do ano de 1721 e uma cartidão. Nomeação de um secretário.

65. Carta assinada por Joaquim Silvério dos Reis.

66. "Conta que deu nesta Caza de Contracto Agostinho de Almeyda e Vasconcellos da sua administração da Camara do Serro do Frío a saber do prim." contracto, segundo, terceiro e quarto contracto dos dízimos das freguesias da Conceição de Matto Dentro, e Villa do Principe em 6 de Junho de 1768."


68. Carta de sesmaria de Francisco Pires e Francisco Ayres.

69. "Rendimento dos Registros de Minas Novas consta no mapa firmado pº Cx. 47 docs."

70. Guias (41) de registro de barras de ouro na casa de fundição. 1766. (Cheias.)


72. "Lista extrahida do Livro do Contracto dos Reaes Dizimos que se cobram por conta de Sua Magestade de que é administrador João Soares Lopez do Arrayal de Paracatu..." 

73. Mapas (4) de permuta de ouro por moeda em vários distritos.

74. Mapas (3) do rendimento do Real Subsídio.
75. Mapa geográfico do registro do Sapucahirimir acompanhado de um ofício do capitão José de Deus Lopes, encarregado de proceder a indagações no mesmo registro. Com documentos sobre o mesmo assunto.

76. Relação do rendimento do Real Subsídio e dos gêneros que entraram pelo registro de Sete Lagoas em dezembro de 1771.

77. Plano e condições com que foi ajustado o aquartamento e registro do novo destacamento da Malhada.

78. Mapa dos mineiros que têm o termo da Campanha da Princesa e denominação das lavras; e o número dos escravos que se empregam na mineração no ano de 1816.

79. Cálculo da receita e despesa atual de um ano da Fazenda Pública da província de Minas Gerais extraída quanto à receita pelo termo médio dos últimos anos, e quanto à despesa pelas contas, documentos e folhas do fim do ano de 1821.

80. Balanço da receita e despesa dos rendimentos gerais da província de Minas Gerais que teve o tesoureiro-geral coronel Luís Machado de Magalhães, de 1º de janeiro até 5 de julho de 1822.

81. Contrato de arrematação das passagens do Rio Grande e Rio das Mortes por Francisco José Alves de S. Thiago.

82. Relação do ministro, fiscal e oficiais, que anualmente servem na Intendência do Rio das Mortes, em virtude da carta e provisões juntas. 14 de abril de 1772.

83. Relação dos oficiais da Real Casa de Fundição da Vª Real de Sabará... mais pessoas que vencem ordenados da Fazenda Real....1772.

84. Relação do ministro fiscal e meio oficiais da Intendência de Vila Rica.

85. Relação do ministro.... e mais oficiais da Intendência da Vila do Príncipe.

86. Relação (5) das quitações, documentos e procurações que pagou o tesoureiro da Real Intendência e Casa de Fundição da Vila do Príncipe, Comarca do Serro Frio, o capitão Lourenço Pereira de Sá Sotto-Mayor....1775-1776.

87. Auto de busca que se deu sobre ouros falsos....1806.

88. Donativos e 3ª partes de ofícios de justiça afiançados na Contadoria-Geral de Vila Rica.

89. Mapa das barras de ouro que saíram e se registraram no Registro de Sete Lagoas. 1769.


92. "Rendimento do ofício de escrivães das execuções da Vª de S. João d’El-Rey e do Rio das Mortes....1791."

93. Mapa da importação dos produtos e manufaturas que entram por este Registro da Campanha do Toledo para esta Capitania de Minas-Gerais em todo o ano de 1800.

94. Mapa da exportação dos produtos da Capitania de Minas Gerais no ano de 1800.
95. Tabela que mostra a quantidade de ouro em pó de faisqueira entrado nas quatro Casas de Fundição desta capitania em todo o ano de 1818 e as perdas e lucros que houveram na fundição do mesmo ouro.

96. Ordem régia de D. José mandando pagar 150$000 de ajuda de custa a Antônio Perito Carneiro, alferes de dragões, por haver acompanhado o governador Gomes Freire de Andrade na dilatada jornada que fizera a demarcar as terras dos diamantes... Lisboa, 5 de abril de 1752.

97. Mapas (2) do rendimento que teve o real contrato das entradas no Reg° dos Olhos d'Água. Paracatu em os seus meses abaixo declarados...1769.

98. “Liquidação do que despendeu o thesoureiro da Intendencia da Comarca do Rio das Mortes... em 1826-27. Conforme a folha e documentos, que remeteco.”

99. Relação dos pagamentos que fez o tesoureiro da Real Fazenda Antônio Maurício de Miranda Ribeiro pelo suplemento aos filhos da Folha Civil do ano de 1792.

100. Cópia de todas as ordens respectivas da arrecadação do Real Subsídio que se acham neste registro de Jequitibá.

101. Cópia da arrematação que fazem de sociedade Antônio José Lopes e José Pereira Basto.

102. Provisões régias de 1808. 18 ff. Cópias.

103. Mapa das barras de ouro que... se registraram neste Reg° de Jaguari. 1773.

104. Autos de restituição de novo direito.1761.

105. Relação dos créditos das pessoas que avançaram as suas passagens pelo corrente ano... nos reais portos do 1º contrato do Rio das Mortes e no 2º do Rio Grande... 5 documentos.

106. Mapa(2) dos mineiros e da respectiva escravatura e falcadores empregados de S. João d'El-Rey... 1813 e Relação das lavras da Vila de S. José revistas pelo coronel Fernando de Vasconcellos Parada no ano de 1812.

107. Relação da cobrança deste ano de 1769 pertencente à Real Fazenda administrada pela Intendência da Com.° da Rio das Mortes, de donativos, terças partes e novos direitos de cartas de seguro.

108. Exame dos livros de receita do tesoureiro que foi da Real Casa da Intendência da Vila de S. João d'El-Rey Joaquim Pedro Nogueira...

109. Extrato do rendimento por contratos dos direitos das entradas, dízimos reais e passagens rematados por esta provedoria por conta da Real Fazenda.1770.

110. Relação (3) do rendimento dos donativos e terças partes e novos direitos de ofícios e de cartas de seguro que houve nesta Real Casa de Fundição da Comarca de Serro do Frio. 1763.

111. Relação dos pagamentos que fez o tesoureiro das tropas ordenadas e mais despesas da Real Fazenda Teotônio Maurício de Miranda. 1793.

112. Relação dos devedores à Real Fazenda de donativos e terças partes de ofícios de justiça da Vila de São José... 1771.

113. “Lista dos dízimos que se devem ao prê contracto que foy rematante o S. Mor Pedro Luiz Pacheco da Cunha.”
114. Documento relativo à remessa de 264 resmas de bulas da Santa Cruzada para Vila-Rica.
115. Requerimento de João Daniel Tronche empresário do Teatro de Vila-Rica expondo que a Real Fazenda em 17 anos não recebeu produto dele, e ainda ficou restando 23$460 de concertos... 1809.
116. Ordem do conde de Valadares para que se proceda uma busca em todas as casas, roças e assistencias para verificar o ouro em pó existente. Cópia.
117. Auto de devassa que ex-officio de justiça mandou proceder o dr. intendeante José Caetano Cezar Manity sobre a averiguação do ouro falso que foi achado do crioulo Manoel, escravo do dr. Antônio Afonso Pereira.
118. Lançamento de quantias recebidas pelo tesoureiro dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos resultantes do quinto.
119. Petição ao inspetor do tesouro sobre a arrematação das passagens do Rio S. Francisco.
120. Relação dos créditos e mais clarezas que por ordem do... visconde de Barbacena entrega João Damasceno dos Reis na Contadoria Geral, pertencentes a Joaquim Silvério dos Reis.
121. Auto de devassa a que ex-officio de justiça mandou proceder o dr. José Caetano Cesar Maneti, intendeante do ouro desta comarca sobre o descaminho do ouro e diamantes. 1725.
122. Auto de devassa a que ex-officio mandou proceder o dez.º Francisco Gregório Peres Bandeira, intendeante desta Real Casa de Fundição sobre os descaminhos de ouro e diamantes. 1791.
124. Relação do estado das execuções da Real Fazenda quanto às penhoras.
125. Relação e mapa do rendimento do Real Subsídio cobrado nesta Casa de Fundição do Sabará. 1771.
126. Relação do ouro de que se precisa nesta Casa de Fundição da Vila de Sabará para pagamento, ordenados do dr. ouvidor-geral e intendeante fiscal e oficiais da dita...
128. Folha militar do ano de 1790. Suplemento às folhas de 1788 e 1789.
129. Cartas régias de Dona Maria. Cópias.
130. Lista dos créditos de dízimos da Vila do Príncipe, avençados pelo administrador José da Silva Reis por conta da Real Fazenda. 1774.
131. Heranças e legados que pagaram selos na Intendência da Vila de Sabará. 1816.
132. Avaliações dos oficiais de justiça da Capitanía de Minas Gerais.
133. Livro para servir o Expediente da Contadoria da Real Fazenda de Minas Gerais. 1791.

134. Autógrafo do conde de Bobadela.


136. Auto de devassa contra Manuel, preto de nação Mina, escravo de Ana Mascada, preta forra, moradora em Vila-Rica. (Processo de ouro falso.)

137. Auto de busca e sequestrô feito nos bens penhorados de Bento de Araújo Lima.


139. Requerimento do ajudante-de-ordens João Barreiros Garro para haver a quantia de 725970 despendida com os presos José de Góes, ouvidor-geral e o pe. José Correia, na cadeia da Vila e com a sua condução para o Rio de Janeiro. 12 de agosto de 1776.

140. Ordem ao recebedor da Real Fazenda para que entregue ao procurador da Caixa do Contrato dos diamantes 50 contos de réis. 1771. Com uma letra em 3 vias.

141. Ofício do cap.º mor participando o começo da nova estrada de Ouro Fino para Moji-mirim. 1820.

142. Provisão pela qual obteve Antônio Simplício de Sequeira o ofício de escrivão da receita e despesa com a obrigação de alimentar mãe e irmã, pelo rendimento do mesmo. 1820. Cópia.

143. Ofício do administrador Manuel Pereira Rodrigues de Araújo comunicando a entrada no arraial da família de uma viúva vinda da Capitania da Bahia seguindo depois para Minas Novas sem que na entrada e saída desse obediência ao quartel do registo... 1820.

144. Certidão das pessoas que têm servido ofícios e seus títulos. Mariana 14 de abril de 1822.

145. Provisão nomeando um meirinho. 1817.

146. Ordens e novo regulamento das marchas do Correio da Vila Rica para a do príncipe para o Têjuco. 5 documentos. Cópias.

147. Ordem do príncipe regente para a supressão dos registros centrais e construções dos mesmos nos limites da capitania.

148. Ofício ao conde de Valadares, do marquês do Lavradio fazendo saber que foram entregues na Tesouraria Real dos Rendimentos Reais da cidade do Rio de Janeiro 13 barras de ouro, produto de um por cento dos contratos desta capitania e 9 barras que vieram para se trocarem por dinheiro provincial para a permuta e os registros... 15 de janeiro de 1773. Com 2 documentos.

149. Informação do tenente comandante da Cavalaria Auxiliar Alexandre da Cunha de Norº Menº Sº Mayor nos requerimentos contra os abusos dos oficiais da Fazenda Real que andam aos lotes de 4,5,6 como podem ser quadrilhas de ladrões que segundo os efeitos do seu procedimento assim se mostram.
150. Exposição a D. Pedro I sobre a convivência dos escrivães dos Correios. 26 de maio de 1827.

151. Ofício do presidente da Província de Minas Gerais, relativo ao pagamento de correntes que foram empregadas na condução dos recrutas. 29 de abril de 1826. 3 documentos.

152. Relação do ouro que tem entrado na Intendência da Vila do Príncipe em os anos de 1823 a 1825 e as lavras mais notáveis da comarca pela riqueza e pelo nº de escravos. 23 de abril de 1826. 2 documentos.

153. Informação ao imperador D. Pedro I sobre a execução das provisões que determinam a observância do decreto de 26 de abril de 1826 que derroga inteiramente o de 11 de dezembro de 1822 sobre o sequestro das propriedades portuguesas e que faça executar a provisão de 31 de julho de 1826, relativo ao giro de moeda falsa.

154. Comunicação do tenente comandante José da Silva Brandão de que na Guarda do Tocaio apareceram 53 gentios entre homens e mulheres, grandes e pequenos, de paz... de uma nação nunca vista no país, pelo que determinou que se averiguisse pela língua que ali há, que é um preto forro, qual era o intento deles. Acrescenta que na mesma ocasião recebe a parte do cadete encarregado da guarda do Rio Pardo sobre a abundância de gentios que têm aparecido, e que julga haver grande quantidade dos mesmos pelo Jequitinhonha abaixo, sendo da nação Camarado, e do que mais se admira ê da paz com que entram e saem, e dos desejos que têm de ferramentas, e de se arrendarem e a prontidão com os Tocaio se partarem no real serviço... Dirigida a Bernardo José de Loren, governador e cap.º general. 4 documentos.

155. Informação sobre o estado de ruína em que se acham as casas do Arraial da Campanha do Rio Verde com o plano de uma delas.

156. Documento sobre as condições da derrama de 1750 e de 1769, com uma certidão e vários documentos. 1774.

157. Tabela pela qual se regula o troco do ouro da permuta de Sabará e Piracatu... 21 de abril de 1820.

158. Ofício de Tomaz Antônio da Vila Nova Portugal determinando que fique ao cargo da junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais a arrecadação e a arrematação das rendas reais e ofícios dos julgados de Araxá e Desemboque, mas que se remeta infalivelmente de seis em seis meses à Capitania de Goiás todo o rendimento arrecadado para se aplicar às suas despesas... Rio, 17 de novembro de 1819.


160. Representação contra o desembargador ouvidor-geral Gaspar José de Paiva por ter mandado ao tesoureiro do Conselho da Vila da Campanha da Princesa entregar aos soldados de permuta a real terça da chuva para conduzir
para a Intendência da comarca contra a determinação da carta régia que concede à Câmara a regalia de remessa. Despacho aprovando o procedimento do ouvidor sob o fundamento que expõe. Com 3 documentos.

161. Exposição ao rei feita pela administração diamantína sobre a recepção do aviso em que ele determina que além da assistência que é suprida a Real Extração dos Diamantes seja remetida uma quantia proporcionada ao acréscimo da despesa do ano passado pela carestia dos mantimentos. Comunica que ficaram por pagar os jornais, que constituem a maior despesa, e do que subsiste a maior parte das pessoas da mineração e que expedem o feitor cabeça José Rodrigues Bago com as letras e procuração do costume. Cópia do aviso acima mencionado.

162. Sisas e meias sisas. 1835-1836. 2ª Coletoria, 4ª Coletoria, Mariana (2 cadernos).

163. Relação de ordenados, ajudas de custa e reais rendimentos que vencem dr. intendente da comarca do Rio das Mortes e oficiais que com ele serviram.

164. Balanço da receita e despesa dos rendimentos reais da Capitania de Minas Geraes no ano de 1800.

165. Ofício sobre o recebimento de 15 contos para a continuação do pagamento dos soldos das Esquadrias de Linha da capitania...

166. Lista dos nº das guias, pesos e quilates que se apresentarem ao com.º José Ferreya S. Thago do ouro que se achou nos distritos que lhe foram confiados.

167. Relação dos papéis que entraram nesta Contadoria respectivos para despesa que teve o tesoureiro da Real Casa de Fundição da Vila de Sabará. 1751-1757.

168. Certidão de que tomaram três bestas ao capitão Antőnio José Abranches para a condução dos clérigos Carlos José de Lima e João Gaspar Barreto, os quais foram presos na cadeia desta vila para a cidade do Rio de Janeiro, e mais documentos sobre caixões provenientes do Rio de Janeiro para a armação da capitania com objetos seus, e outros com dinheiro para pagamentos. (Direitos de entrada no Registo do Caminho Novo.) 1779.

169. Cinco documentos sobre pagamento de professores régios por conta do subsídio literário.

170. Provisões de D. Maria I sobre irregularidades de professores régios que se fazem substituir no magistério por outras pessoas não competentes, e providências sobre o assunto e sobre outros assuntos. Cópia.

171. Mapa dos mineiros e sua respectiva escravatura, faiçadores empregados no distrito... das Vilas de Campanha e Baependi e o resultado das suas operações no ano de 1818.

172. Relação de todo o ouro em pó que o capitão Antőnio Manuel Granja achou aos moradores do distrito que lhe foi determinado pelo cº de Infantaria auxiliar Teodóso Duarte Coimbra, em conformidade com a ordem do conde de Valadares. Paratatu, 18 de agosto de 1771.

174. "Mapas (7) do rendimento que teve o real Contrato das entradas em os cinco Registros deste continente de Paracatu." 1787.
175. "Ofícios enviados pelo presidente da província de Minas Gerais (4 de Maio de 1832) Manoel Ignacio de Mello e Souza; dos commandantes das Guardas de S. Antonio de Abacé Villa de Paracatu e Simão Pereira pedindo providencias sobre os quartéis e mais estabelecimentos pertencentes, especialmente quanto a mina de galena."
176. Mapa de todo o rendimento que teve o Real Subsídio das vendas de que é arrematante o cel. d. Teodósio Duarte Coimbra no continente de Paracatu. 1772.
178. Remessa do Real Subsídio para o Rio de Janeiro. 1769.
179. 1795 Contas correntes extraídas no mês de dezembro, que mostram o que se ficou devendo à Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais de cada um dos contratos da mesma capitania.
182. Balanço da receita e despesa do rendimento do real quinto. 1794.
183. Balanço da receita e despesa dos rendimentos reais da Capitania de Minas Gerais. 1795.
185. Liquidação das despesas dos tesoureiros menores da Real Fazenda. 1794.
186. Acusação ao fiel de Jequitibá por ter permutado uma barra de ouro contra as instruções regulamentares, com informações oficiais sobre o assunto e defesa do mesmo.
187. Lançamentos de uma Casa de Fundição de 1761-1765.
188. Ordem para suspender a Antônio Lopez de Souza da serventia do ofício de tabelião provendo no mesmo exercício a Vicente Joseph Lopez de Oliveira. 1783.
189. Contas correntes extraídas em 1793 que mostram o que se ficou devendo à Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais.
190. Liquidação das despesas pagas pelos tesoureiros menores da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais. 1796.
191. Contas correntes extraídas no fim de 1815, que mostram o que se ficou devendo à Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais.
192. Balanço da receita e despesa dos rendimentos reais que teve o tesoureiro-geral da Capitania de Minas Gerais. 1793.
194. Balanço da receita e despesa do rendimento do real quinto, escovilhas e subsídio voluntário da Capitania de Minas Gerais em 1793.
196. Régio alvará de 1768 ampliando as atribuições dos juízes quanto a embargos e penhoras.
197. Cópias de alvarás e provisões do ano de 1804.
198. Suplemento às folhas civis dos anos de 1786 e 1789. Autógrafo do visconde de Barbacena.
199. Santa Casa—Recebimento do que pertence a Santa Casa de Misericórdia entregue pelo tesoureiro alferes Antônio Ferreira de Souza no dia da posse.
200. Remessa para a Intendência da Vila do Sabará para pagamento de ordenado e mais despesas.
201. Mapas do ouro que se permutou no registro de Ouro Fino. 1772-74.
202. Lotação do ofício de carcerário da Vila de Sabará. 1834.
203. Método mandado fazer por ordem da junta da Fazenda para a arrecadação dos gêneros da expedição dos Arrepiados. 1784.
204. Consulta a rainha sobre o modo de proceder na execução que se manda fazer contra José Alves Maciel, caixa do contrato das entradas da Capitania de Minas Gerais.
205. Relação do rendimento de donativos, terças partes e novos direitos de oficiais de justiça, nesta Intendência e Casa de Fundição da Vila do Príncipe no segundo quartel de abril, maio e junho de 1776.
206. Contas tomadas à Câmara de Vila Rica pelo que pertence ao Real Subsídio no decênio de 1756-1766.
207. Carta de sesmaria de Domingos Alves dos Santos. 1763.
208. Relação da cobrança feita na Intendência do Rio das Nortes de donativos e terças partes de ofícios de justiça, novos direitos de cartas de seguro e contratos no terceiro trimestre de 1773.
209. Tabela que mostra a quantidade de ouro em pó de fiasqueira entrado nas quatro casas de fundição desta capitania em todo o ano de 1819.
210. Autos de busca e sequestro feitos nos bens penhorados a Manuel de Araújo Lima. 1789.
211. Carta de sesmaria de Francisco da Costa Afonso.
212. Folha militar do ano de 1781. Com a assinatura de d. Rodrigo José de Meneses.
213. Livro dos arrematantes de dízimos do triênio de 1799-1801.
215. Auto de devassa que mandou fazer o dr. Joaquim Francisco Moreira... juiz de fora na vila de Minas-Novas pelos fatos criminosos praticados por Manuel Pereira Rodrigues de Araújo. Administrador do Rio Pardo. (Pagamento de

216. Lista do ouro que achei na busca que dei por ordem do... conde de Valadares... no Arraial d’Água Suja. Fevereiro 1771.

217. Informações sobre a localização dos registros de Itajubá e Ouro Fino.

218. Auto de devassa a que ex-officio mandou proceder o dr. José Caetano César Moniti intendente da Casa de Fundição sobre os descaminhos de ouro e diamantes. 1791.

219. Relação das pessoas que venderam no decênio passado pelas quais foram obrigadas a pagar uma oitava por mês do Real Subsídio em o distrito de Lavras do Túnel.

220. Requerimento de d. Maria Vieira de Jesus pedindo o pagamento de 21$600 correspondentes a um trimestre de aluguel de uma casa sua, para escola de primeiras letras.

221. Ofício sobre um decreto de 23 de julho de 1822, do príncipe regente proibindo que se faça pagamento de mais de um ordenado ao mesmo empregado havendo incompatibilidade no exercício dos empregos.

222. Execução. A. Capitão João Ferreira dos Santos, réu tesoureiro da Fazenda Real José de Almeida... 1776.

223. Mapa de todo o rendimento que teve o Real Subsídio das vendas no julgado de Paracatu no ano de 1775.

224. Mapa das barras que deram entrada pelo Registro dos olhos de Água... 1769.

225. Carta de ordens do dr. ouvidor intendente José Francisco Xavier Lobo Pessanha a 7 de novembro de 1769, para evitar alguns abusos que... se praticavam sobre a permuta, modo com que se devem remeter os créditos do subsídio à Intendência...

226. Substância das cartas do... conde de Valadares... ao capitão-mor da cidade de Mariana... a respeito do Real Subsídio.

227. Minutas dadas aos oficiais encarregados das cobranças da Fazenda Real.

228. Relação dos arrematantes dos dízimos no triêniio de 1796 a 1798 sem fiadores e testemunhas de abuso.

229. Cópia de ordens de D. João, príncipe regente de Portugal... 1803.


231. Relação dos créditos que por ordem do tenente-coronel Joaquim Silvério dos Reis entregou ao cirurgião-mor Manuel Félix da Costa e Nevia.

232. Fórmulas de registro (13) cheias da Casa de Fundição do Rio das Mortes e 7 em branco.

233. Fórmulas (3) cheias de barras apresentadas à permuta na Casa de Fundição da Lagoa Santa, das quais se tirou o quinto.

234. Relação dos pagamentos que fez o tesoureiro da Vila do Príncipe no segundo semestre de 1788.
235. Caderno com cópia das guias das barras que se fundiram na Casa de Fundição da Comarca de Serro Froio... 1772.
236. Folha das propinas pelos casamentos dos infantes de Portugal. 1786.
237. Relação dos ordenados que vencem o ministro e mais oficiais da Intendência do Rio das Mortes no primeiro quartel de 1817.
238. Conta à Junta Militar da Civilização dos Índios, Comércio e Navegação do rio Doce sobre o aldeamento dos Índios Puris no rio Pardo e Paraíba dada pelo cap.º e diretor-geral dos Índios do Pomba e S. João Baptista, Guido Thomaz Marlière. 3-11-1814.
239. Dezessete ordens assinadas por D. Manoel de Portugal e Castro. Vila Rica, 1819.
240. Mapa de pagamento das praças do 4º reg.º de Cavalaria de Milícias da Comarca do Rio das Velhas... 1817. Com um ofício de D. Manoel de Portugal e Castro.
244. Uma maço de papel intitulado “Minutas do Quinto”.
245. Diário do recebimento do ouro que recebe a Casa do Contrato.
246. Listas e mais documentos que dizem respeito ao contrato dos dízimos - 1766.
247. Autos contendo cópias de cartas, ordens e outros documentos no ano de 1762. Códice.
249. Procuração dô coronel Basílio de Brito Malheiros.
250. Auto de sequestro feito ao réu Francisco Rodrigues do Paço. 1774.
251. Requerimento de propinas por parte de um fiscal da Fazenda Real.
252. Processo sobre diferenças nas contas do ex-tesoureiro Feliciano José da Câmara.
253. Termo de Mariana (índice alfabético).
254. Relação dos ordenados que venceram os oficiais da Casa de Fundição de Sabará. 1763.
255. Informação sobre os limites que se devem contar dos julgados de S. Romão e Paracatu.
256. Informação em 1789 sobre as casas da Fazenda Real edificadas no Arraial da Campanha do Rio Verde.
257. Intendência do Rio das Mortes. Documentos avulsos de despesa satisfeita no segundo semestre de 1803.
258. Copiador das cartas que se escreveram ao administrador dos dízimos.
259. Listas (7) dos efeitos que deram entrada no Registro de Lagos em 1775.
260. Recibo do sr. Manoel José Rebêlo, procurador da Ordem Terceira de N. Sª. do Carmo, da esmola que deu a mesma... Joaquim Silvério dos Reis.
261. Provisão estabelecendo uma administração geral para a cobrança e arrecadação das dívidas atuais da Fazenda Real. 1801.
262. Ordem para se recolher todo o fundo de bilhetes de permuta existentes na Capitania de Minas Gerais.
263. "Diário das buscas que dei neste Registro de Sete Lagos por ordem do Senhor Conde General... Abril "de 1771.
264. Documentos sobre o confisco de ouro em pó apreendido a pessoas que estavam extraindo clandestinamente em terras vedadas no descoberto denominado do Canta Galo. 1800.
265. Ordem do tesoureiro-geral, para entregar às Caixas da Régia Extração dos Diamantes do Arraial do Tejucô 60 contos de réis, importância de assistência que se manda satisfazer de conformidade da ordem do Real Erário, de 3 de março de 1795.
266. Relação dos diversos rendimentos que a junta da Arrecadação da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais remete ao Real Erário (1812-1815).
267. Ordem ao tesoureiro-geral para entregar ao barão de Eschwege, encarregado de trabalhos da mina do Abacé, quatrocentos mil-reis para suprir as despesas dos mesmos trabalhos.
268. Ordem do tesoureiro-geral para pagamentos, algumas com os respectivos processos, sendo 17 de 1815 e as outras, referentes a 1776, 1784, 1789, 1798 e 1823.
269. Provisões (6) de D. José e Dona Maria, e 2 ofícios, um do marquês do Lavradio, e do conde de Valadares, este último com documentos anexos.
270. Recebimento do subsídio literário do triénio de 1825 a 1827 da Comarca de Vila do Príncipe.
271. Documentos (35) sobre interesses particulares constando de traslados de cartório, petições documentadas, relações sobre impostos, listas de conhecimentos de mercadorias, exposições sobre contas etc.
272. Certidões (10) sobre assuntos vários, entre eles impostos e material necessário à Casa de Fundição.
273. Informações à Junta. 1796.
IMPRESSOS

1. Ofício dirigido ao presidente da província de Minas Gerais pelo comendador Carlos Pinto de Figueiredo acerca das vantagens que o porto de Itabapoana oferece ao comércio e à lavrura dos municípios de Ponte Nova, S. Paulo de Muriaé, Ubá, Piranga... Ouro Preto. Typ. do Minas Gerais 1863 (3 exemplares).

2. Diário da Câmara dos Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil, 1829 - Coleção incompleta com os nº nº seguintes: de 4 a 16; de 22 a 44; de 46 a 59; de 61 a 64 (duplicados do último número), de 65 a 78 (duplicados do último número); de 79, 90, 91 (duplicados do último); de 92 a 94 (duplicados do último).

3. Decretos (8) da Regência, desde 8 de janeiro até 4 de junho de 1835.

4. Fala com que a Regência, em nome do imperador D. Pedro II, abriu a segunda sessão, da terceira legislatura, da Assembléia Geral Legislativa. 3 de maio de 1835.

5. Proclamação em 3 de abril de 1835, de Francisco de Lima e Silva, João Brâulio Muniz e Joaquim Vieira da Silva e Sousa.

6. Contrato das passagens do Rio das Mortes e mais passagens a ele pertencentes com José Rodrigues de Aguiar. 1745.


CÓDICES

1. Livro de lançamento de diamantes e ouro a extrair de 1º de janeiro de 1780 em diante, do administrador Felipe José Correya de Lacerda. Tejuco.


3. Livro para se fazerem todos os termos de depósitos da Casa de Fundição da Vila do Príncipe. 1773.


5. Copiador de cartas do ano de 1789 a 1800.


7. Protocolos aduaneiros.

8. Livro para servir a receita do ouro que, dos registros, vem permutado da moeda que os mesmos se remete... “Intendencia do Rio das Mortes.”

9. Livro para os conhecimentos de remessa da moeda provincial que se remeter
em 1775 aos fiéis dos registros.

10. Livro para o administrador Antônio Freire da Costa lançar nele o ouro e diamantes na lavra de João Pinto. Tijuco, 25 de outubro de 1781.

11. Livro para lançamento dos diamantes e ouro extraído da tropa que administra o cap.ª Elias da Fonseca Freire de Andrade, empregado no serviço do Rº Pardo. 1820.

12. Folha eclesiástica. 1815.


15. Folha Civil. Vila Rica, 1792.


17. Folha dos professores. 1792. Todos têm assinatura do “Visconde de Barbacena”.


20. Livro para o lançamento e receita da décima do Sabará. 1817.


22. Receita e despesa da permuta do ouro em pó da Comarca de Serro Frio, de 10 de novembro de 1821 em diante.

23. Folha geral dos ordenados que vencerão no ano de 1789 os empregados na Real Extração dos Diamantes. Tejuco. Junho, 30 de 1789.

24. Livro para escriturar a receita da moeda que se enviava para se permutar nos registros em ouro em pó. Vila de S. João. 1773.

25. 3º livro que há de servir como tesoureiro da Comarca do Rio das Mortes para a receita e recenseamento das heranças intestadas que arrecadar.

26. Tejuco, 30 de junho de 1790. Folha geral dos ordenados que venceram no semestre deste ano os empregados da Real Extração dos Diamantes.

27. Livro para servir na contadoria da Real Extração dos Diamantes para se lançar nele a conta da caixa. 16 de março de 1796.

28. Livro das contas correntes de todos os que arremataram bens sequestrados pela Real Fazenda com a declaração dos mesmos. Vila Rica, 5 de janeiro, 1784.

29. Livro para servir na Contadoria da Administração e Extração da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais. Vila Rica, 9 de novembro de 1802.

30. Livro de Copiar, de provisões de D. João II, de 1811 a 1816.

Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1921
Manoel Cassius Berlinh/Oficial da BN
INCONFIDÊNCIA MINEIRA: BIBLIOGRAFIA
Pesquisa realizada pela Divisão de Referência e Informação Documental
da Biblioteca Nacional

Coordenação: Eliane Perez
Pesquisadores: Dircelea Fernandes de Sá e
Maria José da Silva Fernandes
Apoião: Lucrecia Sant’Anna de Oliveira
<table>
<thead>
<tr>
<th>SUMÁRIO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>MANUSCRITOS.................................................................................. 01</td>
</tr>
<tr>
<td>MONOGRAFIAS.................................................................................. 08</td>
</tr>
<tr>
<td>DOCUMENTOS ICONOGRAFÍCOS.............................................................. 29</td>
</tr>
<tr>
<td>PERIÓDICOS..................................................................................... 30</td>
</tr>
<tr>
<td>ABREVIATURAS................................................................................... 58</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Abreviaturas:


INCONFIDÊNCIA MINEIRA - BIBLIOGRAFIA

MANUSCRITOS

01. APONTAMENTOS bibliográficos acerca de Thomas Antonio Gonzaga, Ignácio José de Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa, Antonio José da Silva e Domingos Caldas Barbosa. Original (?). - [s. d.]. In-fol.2 f. CEHB n.15285

02. AUTO de devassa, a que mandou proceder o Dr. Dezembargador Pedro Joze Araujo de Saldanha, Ouvidor geral e Corregedor desta comarca por Ordem do Ilmo. e Exmo. Cap. Gal. desta capitania de Minas Geraes sobre a sedição e levante, que na mesma se pretendia excitar. Escrivão e Bacharel Joze Caetano Cezar Matnité, - Ouvidor geral e Corregedor da Comarca de Sabará. 1789-90. Original da devassa feita em Villa Rica. In-fol. de 180 f. num., a que se seguem sob diversas numerações os autos de perguntas e mais appensos a dita Devassa. Faltam alguns autos de perguntas. Acham-se mais diversos documentos originaes e por cópias relativos à premeditada conjuração. Nesta devassa ocorre a carta-denuncia do coronel Joaquim Silverio dos Reis, datada de 11 de abril de 1789 e não a 17, como dá o Sr. Norberto; 19 é a carta de entrega pessoal da dita carta. D. Antonio R. de Carvalho possui uma cópia moderna. CEHB n.6534

03. AUTO de partição e medição e posse de quarenta e três datas de terras no meio do rio do porte de Menezes e no tabuleiro do quartel na barra do carrego de Vargem, concedidas e repartidas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. Registro do Caminho Novo, 24/sev/1781. Cópia 1 f.27x21,5 cm. A cópia acima foi solicitada pelo guarda mor.

04. AUTO sumário de testemunhas, a que mandou proceder o III e Exmo Sr. Visconde de Barbacena, Gov., Cap. General desta Capitania de Minas Geraes, acerca de huma carta escrita ao Ministro dos Est. Unidos da América Septentrional, por um estudante do Brazil, que se achava em Montpelier, 1789. É relativo a premeditada conjuração mineira de 1789, mas tracta de um fato especial referente ao que dissera o dr. Domingos Vidal Barbosa, um dos réus...Original. In-fol, 12f. A BN possui uma cópia tirada por outra oferecida ao IIHGB. CEHB n. 6533.


06. CARTA de Tiradentes ao Sr. Carlos José da Silva, relativa aos mantimentos e despesas da tropa. Rocinha Negra, 8 dez. 1781. Cópia. 2f, 32,5x11cm. Cópia de uma publicação da Gazeta de Notícias, de 21 abr. 1890.


08. CARTA do Visconde de Barbacena dirigida ao desembargador e ouvidor geral Pedro José de Araújo Saldanha sobre entendimentos de Domingos Vidal Barbosa, a propósito de uma carta escrita ao Ministro dos Estados Unidos sobre a independência do Brasil. Vila Rica, 30 jul. 1789. Cópia, 1p.


11. COISAS que se devem notar na devassa de Minas [s.l., s.d.]. Cópia, 9p.

12. COISAS que se devem notar na devassa de Minas sobre a denuncia de Joaquim Silverio, e perguntas feitas sem a solenidade a Cláudio Manuel da Costa: referentes a 1 ago. 1789.


16. DOCUMENTOS relativos a premeditada sublevação de Minas Geraes, 1789-92. Cópia do séc. XVIII. 82 f. CEHB n.6532

17. DOCUMENTOS vários ainda não catalogados, referentes a Joaquim José da Silva Xavier, chamado Tiradentes.


28. LIVRO de registro da guarda-moria do Distrito da Serra da Mantiqueira abaixo até a Parahybuna. São João Del Rei, 12 abr. 1778. Original. 86f., 30,5 X 21,5 cm. Traz 72 escrituras, entre as quais uma passada a Joaquim José da Silva Xavier, com assinatura autógraфа.


30. MISCELANEA curiosa que contém várias memórias e noticias referentes à Província de Minas Gerais e outras por Claudio Manuel da Costa. Contém uma narração histórica sobre a Capitania e província de Minas Gerais, sobre a criação de algumas vilas e a táboa da folha eclesiastica demonstrando as despesas feitas pelo Governo com o Bispado de Mariana. [s.l.] 1824. Original. 40p. Incompleto.

31. NOTA sobre a genealogia de um filho de Tiradentes, de nome João d'Almeida Beltrão. Dores de Indaiá, 1 abr. 1870. Original. 1f., 33 x 21cm.

32. NOTAS de Mello Morais sobre acontecimentos da história do Brasil, principalmente referentes a Tiradentes. s.l., s.d. 16p. Formatos diversos.

33. NOTAS de Mello Morais sobre Tiradentes e outros assuntos referentes á história do Brasil. s.l., s.d. 11p., 31,5 x 21,5cm.

34. OBSERVAÇÕES que mostrão não só o crime de rebelião que temoraria, e sacrilegamente intentarão alguns moradores da Capitania de Minas, no Brasil, mas a legítima posse que tem os Senhores Reys de Portugal daquellas conquistas. Por Domingos Alves Brandão Munis Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremôs [s.l., s.d.] Códice original. 53f.

35. OFÍCIO do Visconde de Barbacena ao Sr. Luiz de Vasconcelos e Sousa, dizendo que lhe enviava cópia dos autos originais que mandou processar e os procedimentos que fizera, por sua autoridade, prisões e sequestros,


PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga VER PEIXOTO, Alvarenga.


40. RECEIO relativo aos mantimentos recebidos por Joaquim José da Silva Xavier e seu auxiliar Antônio Machado, do Sr. Antônio Pereira da Cunha. Registro de Zabelle, 1 dez. 1780. Autógrafo, 1f., 15,5 x 21,5cm.


43. RELAÇÃO da formalidade com que se executou a sentença que se deo na Relação do Rio de Janeiro aos Reos da conjuração fomentada em Minas. de 1792. Cópia mod. In-fol n.19633.

44. SENTENÇA de Tiradentes, 1791. Cópia fotostática. 1 f. Tirada de uma página do códice que figura no CEHB n.6538 e transferida em 1942 para o Museu da Inconfidência.

45. SENTENÇA que os da alçada do Rio de Janeiro, proferiram contra os Reos de Alta Traição, e Rebelião, em 18 de março de 1792, pela Rebelião que intentaram fazer nas Minas Gerais. Cópia faci. do seu original assás raro.

47. TIRADENTES, ou amor e ódio. Drama. 29 dez. 1861. Orig. 1 doc. Censura e julgamento feitos por Thomaz José Pinto de Serqueira, designado pelo Presidente do Conservatório Dramático Brasileiro.


MONOGRAFIAS


008. ALVES, Gregório de Protasio. O Aleijadinho e o alferes Tiradentes. Porto Alegre: Nova Dimensão, 67p.IL


027. CARTAS Chilenas. VER CRITILO.


037. COSTA, Claudio Manuel da. VER TAMBÉM CRITILO.


046. ______. ______. Ouro Preto: Typ. do Estado de Minas, 1897. xxxp (1f), 95p.


048. ______. Cartas chilenas... precedidas de uma epístola atribuída a Claudio...

049. _______. Cartas chilenas: (treze) em que o poeta Ciriaco conta a Dorotheo os factos de Fanfarrao Minceio, governador do Chile copiados de um antigo manuscrito de Francisco Luiz Saturnino da Veiga...com uma introdução por Luiz Francisco da Veiga...Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1863. 220p. Na falsa folha de rosto: “Poema atribuído a Thomaz Antonio Gonzaga.”


070. FRIEIRO, Eduardo. *Como era Gonzaga?* Belo Horizonte: Secretaria de Educação, 1950. xv, 73, xvi p. il. (Coleção cultural, 2)


076. GONZAGA, Tomás Antonio. VER TAMBÉM CRITILO.


180. PEIXOTO, Alvarenga VER TAMBÉM CRITILO.


183. PEIXOTO, Ignácio José de Alvarenga. VER PEIXOTO, Alvarenga.


209. TAVARES, Constantino do Amaral. *Gonzaga: drama histórico em 3 actos...*
Rio de Janeiro: Typ e lith de F. A. de Souza, 1869. 72p. (Leitura para todos, 4)


DOCUMENTOS ICONOGRAFICOS

01. CARTA geográfica de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Archivo Militar, ca. 1770. Mapa sem escala 45 x 50cm. (W51°- W40°/S14°15'/S22°45'). Cópia fotográfica.


03. JOAQUIM José da Silva Xavier, o Tiradentes. Litografia. 0,635 x 0,498 m.

04. MAPPA da capitania de Minas Gerais com a desvia de suas comarcas. Escala indeterminável (W51°-W40°/S14°15'-S22°45'). Rio de Janeiro: Archivo militar, [1778']. 1 mapa; 44 x 49cm. Escala Gráfica em léguas (=8cm.) CEHB Nº 9158.

05. MAPPA da comarca de Villa Rica, de José Joaquim da Rocha o fes anno de 1779. Original, aquarelado e ilustrado. Ex. geogh. de 20 léguas 0,405 x 0,795m.

06. TIRADENTES. Fotografia de zinco-gravura. 0,079 x 0,080m.

07. TIRADENTES. Fotografia retocada de um desenho. Ouro Preto, 1822. 0,140 x 0,093m.

08. VILLARES, Délio. Tiradentes. Edição do Apostolado Positivista do Brasil, 1890. Litografia, 0,226 x 0,198m.

PERIÓDICOS

ANAI S DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO


BRAZIL HISTÓRICO


CORREIO DA MANHÃ


**CORREIO PAULISTANO**


**O DIÁRIO**


**DIÁRIO DE MINAS**


**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**


DIÁRIO MERCANTIL


DIÁRIO OFICIAL DE MINAS GERAIS


037. ______. ______. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, ano 29, n. 90, 19 e 20 abr. 1920. p. 3.

038. ______. ______. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, ano 29, n. 91, 21 abr. 1920. p. 5.

ESTADO DE MINAS

039. OLIVEIRA, Maciel. Tiradentes: [poesia]. Estado de Minas, Belo Horizonte, 15 abr. 1962. 3ª seção, p. 3.


042. ______. Tiradentes, o desconhecido. Estado de Minas, Belo Horizonte, 15 abr. 1962. 3ª seção, p. 7.


O ESTADO DE S. PAULO


063. TIRADENTES. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1912. p. 3 il. Reprodução dos autógrafos de Tiradentes, Joaquim Silvério dos Reis e do visconde de Barbacena.

**FOLHA DE MINAS**


**GAZETA DA TARDE**


GAZETA DE NOTÍCIAS


O GLOBO


A INCONFIDÊNCIA


JORNAL DO COMMERGIO


A LEOPOLDINA


LIBERAL MINEIRO

089. 21 de abril. Liberal Mineiro, Ouro Preto, 21 abr. 1886. p 1.

A LOCOMOTIVA


A NOITE


A NOITE ILUSTRADA


PACOTILHA

096. TIRADENTES. Pacotilha, Maranhão, 21 abr. 1892. p 2.

O PAZ

099. TIRADENTES. O Paiz, Rio de Janeiro, 21 abr. 1892. p 1.

REVISTA ACADÊMICA

REVISTA DO ARCHIVO PÚBLICO MINEIRO


102. CARTA de Maria 1ª a Tiradentes. R. do Archivo Público Mineiro, Ouro Preto, ano 2, p. 14, 1897.

103. CARTA do inconfidente Domingos de Abreu Vieira escrita nas vésperas de seu embarque para Angola. R. do Archivo Público Mineiro, Ouro Preto, ano 6, n. 1 e 2, p. 135-6, jan./mar. 1901.


111. DESPEZAS com a condução da cabeça e quartos de Tiradentes. R. do Archivo Público Mineiro, Ouro Preto, ano 3, p.267-9, 1898.


121. SOBRE o sequelto dos bens dos eclesiásticos sentenciados por Inconfidência. *R. do Archivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano 2, p.15, 1897.


**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS**


133. BARBOSA, Waldemar da Almeida. A Vila de São José Del-Rei e a Inconfidência Mineira: oitava aula do curso "A Vila de São José Del-Rei, sua história e
sua gente", em 16 de março de 1968, na sede do IIH de Minas Gerais. 

134. BELO, Luiz Alves de Oliveira. Tiradentes: o inconfidente de fé sincera. 


136. BRILHANTES Solenidades cívicas assinalaram a passagem do dia de Tiradentes 


1957.

1958.

1959.

Horizonte, v.4, p.219-21, 1957.

143. COELHO, Copérnico Pinto. Documento inédito da Conjuração Mineira. *R. 


146. COSTA, Odelmo Teixeira. As cartas Chilenas, seus autores, motivos e repercussão. 
1975.


148. A DATA de 21 de abril reativa o espírito de liberdade e o sentimento da gran-
dez de nacional: brilhante oração proferida pelo governador Magalhães 

149. DATA festiva da Polícia Militar. Consultado sobre o assunto, opina o Instituto 
1958.


**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO**

O TIRA-DENTES


TIRADENTES - OURO PRETO


TIRADENTES - RIO DE JANEIRO

212. TIRADENTES: comemoração annual. Rio de Janeiro, ano 1/5, 7, 9, 12, 13, 15, 16, ... 21 abr. 1882/ 21 abr. 1899.

O TIRA-DENTES - SÃO PAULO


REVISTA ILLUSTRADA


REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO


240. FAGUNDES, José de Oliveira. Defesa de Claudio Manuel da Costa (1791). 
255. POESIAS de Cláudio Manuel da Costa recitados na sessão solene commemo-


Projeto de um
DICIONÁRIO GEOGRÁFICO BRASILEIRO
(1881-1886). III Parte.
Seleção e introdução por Gilberto Vilar de Carvalho
do Departamento Nacional do Livro/Fundação Biblioteca Nacional
Estamos lançando, neste volume 112 dos Anais da Biblioteca Nacional, a terceira parte do projeto do Dicionário Geográfico Brasileiro, já comentado no volume 110.

Desta vez os estados escolhidos são: Pernambuco, Mato Grosso e Goiás. Pedimos ao leitor que se reporte à introdução publicada na I parte, onde se narra a história desse projeto e o porquê do seu fracoasso, assim como as razões que nos levam a publicar as respostas chegadas à Biblioteca, mais de cem anos depois.

De Pernambuco, responderam ao questionário da BN as seguintes cidades: Água Preta, Afgados de Ingazeira, Barretos, Bezerros, Boa Vista, Bom Conselho, Bom Jardim, Cabo Brê, Exu, Floresta, Granito, Glória do Goitê, Ipójuca, Nazaré, Ouricuri, Pajeú das Flores, Quipapá, Taracatu, Triunfo e Vertentes.

Do Mato Grosso: apenas a cidade de Corumbá.

De Goiás: Catalão, Cavalcante, Entre-Rios, Formosa, Morrinhos (que enviou dois relatórios), Porto Imperial (que inclui as vilas de Carmo, São Pedro de Tocantins, Piabah, São Francisco e Pontal), Pouso Alto, Santa Cruz e São Domingos.

Como sempre, procuramos conservar a linguagem e a ortografia originais das respostas.

Tal como das outras vezes, gostaríamos de chamar a atenção para algumas respostas pelo seu pitoresco e muitas vezes pela visão cultural de algumas cidades. A única resposta que nos veio de Mato Grosso, da cidade de Corumbá, relata que aí existem sete escolas primárias, para uma população de apenas "mil almas", o que significa uma proporção extraordinária, até para os dias de hoje. Seis dessas escolas são para o sexo masculino, e apenas uma para o sexo feminino. Corumbá orgulha-se do seu "Arsenal de Marinha, o melhor estabelecimento dessa ordem que tem o Império, depois do da Córte". Motivo de grande orgulho é, também, "a gruta de Coimbra, em nada inferior às célebres grutas D'Arcy e d'Ossele em França e de Ha, na Bélgica". Lamenta, entretanto, o seu relator, que tão bela gruta "seja tratada com o maior desapreço, ficando à disposição dos curiosos dela extrair em que de melhor há em incrustações calcárias".

O relatório de Catalão, em Goiás, talvez seja o melhor de todos, no que se refere à descrição do potencial agrícola, trazendo, além de referências extensas e completas, toda uma nomenclatura científica, ao lado dos nomes populares dados às plantas da região. Há também reclamações: Minas Gerais teima em tomar uma parte do município, numa luta de fronteiras que não tem fim; a Província de Goiás lamenta não ser filha, "mas enfelis enteada da Nação" etc. Alguns casos pitorescos deste relatório: apesar de ter o município um clima temperado, em junho de 1870, em maio de 1876 e em agosto de 1879 "nevo", em toda a região, "o que destruiu quase toda a vegetação"; já se fala em "devastação anual das matas, devido ao machado do agricultor" e às queimadas; existe em Catalão o animal chamado juratitaca, "que se denuncia por seu intenso sabor... Acredita-se que a aspiração de seus crueis clívulos é remédio inefável contra a coqueluche"; existe igualmente uma ave gigantesca, que o relator jura que viu, "que pode voar com um leitão ou uma pequena ovelha" entre as suas garras: "já vimos a perna de uma que igualava o braço de um homem possante". Outra curiosidade de Catalão: "a rua mais larga e mais torta... se chama Dereita". E, para uma população de 4.922 homens, existem 4.995 mulheres. E por falar em casos pitorescos, o prefeito de Cavalcante, ainda em Goiás, à
pergunta sobre se há na cidade estação telegráfica, responde: “Pode ser que sim, pode ser que não.” E mais nada. Entre-Rios, também em Goiás, parece ter uma população que não gosta de pescar: apesar de estar situada entre dois grandes e piscosos rios, o Veríssimo e o Corumbá, os seus 600 habitantes e 50 escravos não pescam o suficiente para o seu próprio consumo interno. Morrinhos, por sua vez, tem um relator humilde, que acha que a sua cidade “será a mais indigna de ocupar uma página da exposição da história e geografia do Brasil. Pela pequena exposição deste município verá V.S. o vergonhoso estado de atraso em que nos achamos, mas certificamos a V.S. que todo esse atraso parte só e unicamente da falta de vistas dos governos sobre esta tão rica como desgraçada província(...). Esta camara, certa do triste papel que vai o seu município representar(...), vem ponderar a V.S. que talvez fosse convincente guardar no arquivo da Bibliotheca Nacional a triste exposição deste município, do que patentar ao mundo inteiro o estado em que se acha uma parte deste Império do Brasil”. Não tão humilde, São Domingos de Goiás relata que uma de suas “curiosidades natureza” é que lá existe “um homem analfabetico (sic), e sem nenhuma educação, que em huma taboca ou gaita da mesma, toca com geral admiração, todo e qualquer toque musical”. O orgulho de Afogados de Ingazeira, em Pernambuco, tem outras causas: já tem, desde 1880, um clube literário, duas escolas noturnas e duas diurnas, uma biblioteca e uma sala onde, aos domingos, se fazem conferências, tudo isso para uma população de apenas mil almas, incluindo 10 escravos. O caso de Bom Conselho, em Pernambuco, é único: um tal de Joaquim Pinto de Campos escreveu a resposta de sua cidade ao questionário da Bibliotheca Nacional. O presidente da província, entretanto, leu o texto e não gostou. Deu ordem para que o prefeito mandasse que fosse redigido outro. Foi escolhido um tal João Baptista Lusitano, “na falta quasi absoluta de pessoas habilitadas que se propusessem a um trabalho d'esta natureza”. Este novo escriba foi apresentado como sendo “um auxiliar pachorrento e consciencioso”, que concluiu o trabalho “no curto espaço de seis mezes”. Este segundo texto foi aprovado e é pena que não nos tenha chegado às mãos o primeiro. O mesmo problema teve o prefeito de Glória de Goitá, que teve de fazer apelo a gente de fora para redigir o seu relatório: o capitão Joaquim Ramos Moreira, que se desempenhou, gratuitamente, com um texto minucioso e cheio de tiradas poéticas e retóricas — por não haver na Câmara ninguém que fosse habilitado para tão nobre missão. O estilo gongórico do prestigioso capitão vale a pena ser lido. Por exemplo, ao falar da indústria fabril do município, o capitão escreve que essa indústria não tem progredido, porque “conserva presas as asas fulgurantes do progresso à falta de estímulo e difusão de luzes para o cultivo da intelectualidade”. De duas coisas a cidade se gloria: de ter 5 escolas públicas e 4 particulares e de ter sido o berço onde nasceu o famoso cangaceiro Cabeleira, já “no epílogo do seculo passado”. Por fim, narra que aconteceu, na cidade, um caso digno de ser estudado por especialistas: o grande açude da cidade, que durante muitos anos havia servido a todos, com a sua água doce e muito boa, de repente, por um fenômeno incompreensível, “tornou-se tão salgado como o mar”. Terminamos esta pequena apresentação com o que diz o relator da cidade de Ipojuca, sempre em Pernambuco: é fabricado aí um vinho de caju que “é o único remédio que cura as três espécies de hidropezias e beriberi”, além de ser “eficaz para todas as moléstias intestinais e dos pulmões”. Ipojuca talvez seja a única cidade do Brasil, nessa época, a ter mais escolas para

o sexo feminino que para o masculino: 3 escolas para homens, 4 para mulheres e uma mista.

Reiteramos o que havíamos dito na introdução à I parte deste trabalho (Anais, v. 110): o fato de chamarmos a atenção do leitor para alguns casos pitorescos pinçados nos relatórios de algumas cidades, não significa que não haja outros, tão ou mais dignos de nota, nos demais. Todos eles valem a pena serem lidos, por mostrarem um aspecto do Brasil do fim do século XIX, talvez desconhecido, talvez jamais mostrado com tanta fidelidade e tanta autenticidade.
Da Província de Goiás chegaram à Biblioteca Nacional respostas das seguintes cidades:

Catalão, Cavalcante, Entre Rios, Formosa, Morrinhos (2 relatórios, com pequenas diferenças), Porto Imperial (tendo anexo relatórios das povoações de Carmo, S. Pedro de Tocantins, Piabanha, S. Francisco e Pontal), Pouso Alto, Posse, Santa Cruz e São Domingos.
DESCRIPÇÃO DO MUNICIPIO DE CATALÃO. (*)
COMARCA DO RIO PARANAIYBA
PROVINCIA DE GOYAZ

Incumbido pela Illustissima Camara Municipal d'esta cidade de dar informações sobre as circunstancias topographicas e historicas do municipio, suas producções naturaes, commercio, agricultura, etc, sentimos que a falta de explorações feitas por naturalistas tenha deixado permanecer desconhecidas suas inmensas riquezas naturaes, e que a nossa ignorancia da materia, e o curto espaço de tempo de que podemos dispõr para colher informações não nos permitto faser dellas uma descrição proveitosa.

O grato dever, porem, de satisfazer tão honrosa missão, e o desejo de concorrer com nossa pedrinha para o grande edifício da civilisação, nos levou a compreender um trabalho que conheçemos ser incompleto e deficiente por falta dos necessarios conhecimentos, mas que terá ao menos o cunho da verdade no pouco que descrever.

Aspecto geral - O municipio do Catalão, situado ao sueste da provin西亚 de Goyaz, ocupa, pouco mais ou menos o 18º e o 19º de latitude austral, e estende-se do 5º ao 7º, de longitude occidental do Rio de Janeiro. Sua maior extensão, do bairro Guaribas a este á foss do Verisíssimo á oeste, é de 356,4 quilometros, e a maior largura, da foss do ribeiro Jacaré ao sul, á do das Paineiros ao norte de 158,4k. com uma área de cerca de 30 000 km² aproximadamente por ter a superfice irregular e com pontas estreitas. Divide-se com a provin西亚 de Minas, no municipio da Bagagem pelo rio Paranaiyba acima des da foss do Verisíssimo até a do ribeirão Jacaré, e com o municipio de Paracatu pelo dito Jacaré acima até a sua cabeceira na serra dos Pilões que continua com a denominación d'Andrelúcul e depois de Tiririca, seguido por esta até defronte o bairro Guaribas, e d'ahi em linha recta até o rio S. Marcos; com o municipio d'Entre-Rios pelo S. Marcos abaixo até o morro do Faccão, seguindo por este até sua extrema nas vertentes do ribeirão Parobas, e por este abaixo até o Verisíssimo, pelo qual continua até sua foss no Paranaiyba.

Para melhor compreensão da situação, limites, rios, etc. do municipio damos uma carta que acompanha estas informações. É um traçado grosseiro e feito sem as preciosas regras de Geographia, mas, pelo conhecimento que temos do lugar, e pelas exactas informações que podemos coher, ousamos asseverar que está ella mais exacta do que as que se ha publicado em que vem muitos erros.

Tratando de limites, seja-nos permitido exterar aqui nosso humilde conceito a respeito da questão entre a provin西亚 de Minas, e a de Goyaz que tem sido objecto de discussões no Parlamento.

Pretende a provin西亚 de Minas, ou antes unicamente o Paracatu desmembrar da de Goyaz o distrito do Rio Verde, que fas parte deste municipio, para augmentar ainda mais ou seus domini
já tão vastos e opulentos, á custa de uma nesga de terra mui afastada de seus centros populosos, e subtrahida á provincia de Goyaz, enfelis enteada da Nação.

Consta dos estudos feitos sobre a materia, principalmente pelo distinto Deputado paracatuense Dor. Virgilio Martins de Mello Franco, que até o anno de 1838 o Rio Verde pertenceu a Minas, sendo a divisa pelo rio S. Marcos, e que desde então tem pertencido a Goyaz com divisa pelo Paranhahyba, Jacaré, Serra dos Pilões, e Andréquicé, como o comprovão o mappa de Candido Mendes, e a carta da provincia de Goyaz do Dor. Joaquim Rodrigues Jardim e outros documentos.

Para justificar o direito que se quer dar á provincia de Minas sobre o Rio Verde invoca o mesmo Dor. Virgilio, como mais fortes raçoes - a posse anterior a 1838, - a conveniencia geographica da divisião pelo S. Marcos e a facilidade de administracao publica.

São tão improcedentes estas raçoes que tendo a pretenção mineira tamaña influencia moral e numerica nos seus representantes, que tem se empenhado com denodado afan, ainda não conseguido até hoje a sanção de seu projecto.

Vejamos e analysemos os fundamentos em que assentão as raçoes allegadas em prol de tão injusto esbulho: o direito de posse primitiva não é procedente - porque não se trata de propriedade individual, e outros são os motivos que devem levar o legislador no exame e demarcação dos limites das províncias. Se a posse desse direito seria a Goyaz que a tem ha 43 annos, sem opoçion efficaz e á face dos governos Provincias e Geral já melhor constituidos, e mais zelosos dos limites das províncias, e não á Minas que se apoderou, como dissem, do Rio Verde no tempo em que quasi nenhum limite era conhecido, porque a acção do Governo não podia ainda estender-se aos invios sertões, e não havia quem lhe constestasse o domínio, só havendo então nas immediações a villa do Paracatu que o chamou a si, de certo á revelia da remota capital de Goyaz, e do Catalão que estava ainda em seu berço. E de mais, si Minas possuio n’aquella quadra o districto do Rio Verde, e o abandonou por motivos politicos, como se dis, dados no Paracatu, porque não procurou logo reivindicar seus direitos, e deixou Goyaz na sua posse incontestada por tantos annos? Quanto á conveniencia geographica da divisião pelo S. Marcos, não tem ella nenhum valor, porque é tão natural e imperecível como a que ora sepa o Rio Verde de Minas, isto é, pelo Paranhahyba acima, na sua maior estension, e depois pelo Jacaré e serra dos Pilões. Quanto á facilidade da administracao publica, a principal raçao que devia visar o legislador n’este assumpto, é o argumento mais poderoso a favor de Goyaz; pois é sabido de todos que a popülação do Rio Verde, em numero pouco inferior a 2.000 almas está quasi toda aglomerada nas margens dos rios Paranhahyba, S. Marcos, S. Bento e Rio Verde, ao occidente do districto, e n’um perimetro que fica de 52,8 a 79,2 kilometros de distancia da cidade do Catalão, de muito mais facil communicação do que para a cidade do Paracatu, a que virá a pertencer se passagrá Minas, que fica de 132 a 158,4 k de distancia occupada pela chapaqda quasi deserta que torna muito mais difficil a administracao publica, morosa a acção da justiça e prejudicial á commodidade d’aquele povo.

O interesse particular, vendo o movel de todas as nossas acçoes é tão bem as vezes indirectamente a causa efficiente dos actos dos Poderes Publicos, que redundão em beneficio individual. Nesta questão de limites, não os direitos de reivindicação a posse antiga, nem o desejo de avizhar commodidades mais naturaes, nem a ambição d’ampliar dominios já demasiados, e nem o zelo pela commodidade dos rieverdenses, ou pela conveniencia da administracao publica os verdadeiros nativos que levam os mineiros á arena da discussão parlamentar, mas sim o interesse particular d’algunhas paracatuenses creadores de gado vacum que, influidos nas vantajosas commodidades que oferecem os campos e bebedouros do Rio Verde para a industria da criação, tem se empenhado instantaneamente com seus deputados para conseguirem a obtenção d’aquele districto, com vistas de fundarem ali estabelecimentos rurais de criação de gado isentos dos direitos de exportação.

Desculpe-nos a Bibliotheca Nacional este pequeno episódio um pouco estranho do assumpto a que nos propomos. Voltamos a elle.

O solo do districto da cidade é geralmente plano, e apenas semeado de colinas pela maior parte pouco elevadas, tornando-se montanhoso unicamente junto aos leitos dos rios Paranhahyba, S. Marcos e Verissimo. Encerra grandes planicies de virentes e variadas gramíneas matizadas de flores que fornecem pingues pastagens aos gados, e numerosissimos valles em que serpeo desd’os pequenos arroios até os caudalosos riberíos margiñados de florestas que porporcionão a abundancia e as melhores commodidades para habitações. O districto do Rio Verde está situado quase todo no grande platô que se estende desde as margens do rio S. Marcos até a Formosa da Imperatriz e immediações do Paracatu. Seus extensos valles a que chamão - veredas - são quasi ao nivel do solo, e os regatos correm por entre
linhas immensas de boritys lindíssimos quasi único vegetal que ali se vê. Estas longas veredas fornecem opima pastagem ao gado vaccum que ali se cria, em extensões de 40 e 50 k, com muita facilidade, isento de bicheiras, bernes e frieiras, e quasi sem despesa de sal que se encontra em Barreiros que o proprio gado vae haurir. Estas campinas desprovidas de matas, de serras e montes são quasi inhabitadas, razão porque o distrito só é mais povoado para o lado occidental nas margens do Paranahyba, S. Marcos, S. Bento e Rio Verde, onde se encontrarão matas e valles mais propios para habitação.

O clima do municipio, embora na extrema zona torrida, é mui sabio e ameno; temperado e humido na estação chuvasa, é fresco e secco na estação contraria. Nos meses de 7 br², 8 br² e 9 br², em que é mais alto a temperatura, quasi nunca marca o termometro mais de 34°; e nos meses de Junho e Julho é raro descer a 0°, e muito mais raro ainda passar abaixo de 0°, como acontece em Junho de 1870, em Maio de 1876 e em Agosto de 1879 em que nevou a ponto de destruir quasi toda a vegetation. Pode-se estabelecer como media da temperatura, para ambas as estações o 25°. Ha uma estação de chuvas de 8 br² á Março com algumas trovoadas, principalmente no principio e no fim, sendo as chuvas mais abundantes ordenadamente em 10 br² e Janeiro, e uma estação de secca de Abril a 7 br². O vento dominante é o de leste que assopra com impetuosity de Julho a 7 br².

Mar e portos - Entranhando no amago do Império, não tent este municipio portos de mar, nem pode gozar dos beneficios que goia os do litoral que lhes proporcionão as vias de comunicação, e a visinhancas dos centros populosos e dos poderes do Estado, motivo de seu escacemente e abandono.

Ilhas - Não contem ilhas, a excepção d'algumas formadas pelo rio Paranahyba, que podem offerecer a unica vantagem de facilitar a construção de pontes.

Serras - Em todo o municipio só ha no distrito do Rio Verde, e de que já fallamos, a serra dos Pilões que começa no valle do Paranahyba e vai, com diversos nomes dividindo a provincia de Goiyaz da de Minas e depois da de Bahia, e vai terminar-se ao norte desta provincia. Esta serra aqui não é mais que a faldia do grande platô que fica todo dentro da provincia.

Rio e Lagos - Os rios de que já nos occupamos mostrando os limites do municipio, são os unicos que o rega. O Paranahyba, que é o mais importante e caudaloso, nasce na provincia de Minas juncto á serra da Mata da Corda e da popuzação - Patos, banha os municipios de Paracatu, Patrocinio e Bagagem, divide a provincia de Goiyaz e depois a de Matto Grosso da de Minas, e junta-se ao rio grande com um curso talvez de mais de 700 kilometros, a principio de sueste a noroeste, e depois de noroeste a sudoeste, fasando uma grande curva.


Não ha no municipio lagos que sejam dignas de notas. As poucas que ha são mui pequenas, sobressaindo entre ellas uma que existe nos suburbios d'esta cidade a cerca de 3 k, n'uma das cabeceiras do Pirapetinga. É perfeitamente redonda e mui pitoresca, tendo apenas uns 100 metros de diâmetro. Abunda em bixas nas estações chuvasas.

Salubridade - A elevação do solo do municipio, suas líndas campinas semeadas de florestas e a pureza do ar que se respira - são condições de salubridade que goçam seus habitantes. Nas variações mais suitas da atmosfera, principalmente quando consistem em abaixamento de temperatura, aparecem epidemicas affectações das vias respiratorias que nenhuma gravidade apresentão. Depois das estações muito chuvasas mostrão-se alguns casos de febres paludosas benignas. As febres tiphoides, as remitentes biliosas, e outras pyrexias são aqui sempre esporadicas e pouco mortiferas. As enterites graves da segunda infancia e chlorose são mais frequentes por causa do estado de miseria em que vive parte do povo, e falta d'observancia dos preceitos higienicos. A mortalidade annual regula 2,4 por cento aproximadamente. Aqui nunca grassarão - o cholerá-norbus, as bexigas, a escariatiná, a peste, ou qualquer outra epidemia grave. Durante a neve de 1870 reinarao com entensidade as
pneumonias e bronchites que ceifarão muitas vidas principalmente de crianças, e agora, desde Abril do ano passado tem reinado o sarampo invadindo quasi todo o municipio.

Minerais - Por falta de explorações jaz ainda quasi totalmente desconhecido a riqueza do reino mineral do municipio. Com o pouco serviço que se há dado tem-se extraido ouro e diamantes em muitos lugares. O rio Verissimo é todo aurífero e diamantino. O Paranahyba e muitos de seus afluentes tem dado ouro e diamantes miúdos em diversos pontos, merecendo especial nota o garimpo da Fos do rio Verde, donde, com pouco trabalho se descobriu um diamante de quatro oitavas, além de muitos outros miúdos. No ribeirão do Ouvidor, a 10 k. da cidade, na estrada do Mão de Pão, alguns garimpeiros, levados pela qualidade do cascalho e outras formações, encontrarão alguns diamantes pequenos, com poucas experiências.

Ha minas do industrioso ferro em abundancia, e em diversos estados. Na distancia de 25 k. a leste da cidade existe uma importantissima de pedras que já foram experimentadas ha muitos annos, e deão omero ferro doce muito maleável. Em um poço d'entro da cidade, junto ao ribeirão Pirapetinga, já se vio por muitas vezes, azougue em estado metalico.

São inumeras e copiosissimas as pedras de construção desd'os diversos granitos durissimos, e das rochas ferruginosas e calcarées até as pedras argilosas e calcarées a que chamão de sabão que se prestão á muitos usos. Ha muitas especies de argillas, taes como finos barros para olaria, ocas amarelas, gessos brancos de carbonato de cal as vezes com veios rosos, tabatingas brancas que servem para caiar o interior das casas, e outras argillas vermelhas, d'oxydo ou carbonato de ferro. Em alguns lugares, como no alveo do Verissimo existem abundantes iatolomites laminosas de mui variadas composições chimicas que se empregão para fornos de toorrar farinha e outros usos: optimas pedras d'amolar de todas as grossuras; e pederneiras silicosas diversas, proprias para ferr fogo.

Ha em diferentes lugares poços ou pequenas grutas que contem chlorureto de sodio e nitrato de potassa para onde afliuem todas as castas d'animales atrahidos pela sede d'esses saes, e de que os agricultores se utilizão com vantagem para a criação do gado.

Ha finalmente muitos indicios da existência de fontes d'aguas minerais salinas, ferruginosas, alcalinas, e outras que jazem ainda incognitas por falta d'analises.

Vegetas Silvestres - Madeiras - A Providencia Divina, prodiga de seus benefícios com este municipio, derramou com espontâneo profusão maxime no districto da cidade, uma variedade e quantidade que parece inexgotável de madeiras de construção das mais aproveitaveis. Apesar da desativação anual devida ao machado do agricultor que, sem consciencia do que faz, derruba e queima as centenas e aos milhares, os preciosos gigantes das florestas, e dos fogos espontaneos que invadem as matas nas estações da secca, parece que ainda estão intactas as matas, principalmente a que margina o Paranahyba em toda a extensão do districto da cidade com a largura de 6 a 12 kilometros.

As especies de madeiras que se prestam ás construções e á marcenearia são variadissimas, e em grande parte ainda não qualificadas, ou conhecidas com nomes vulgares. Sem conhecimentos de botanica, farei uma resenha abreviada das especies conhecidas, classificando em suas respectivas familias as que já houverem sido estudadas.

Na familia das apocineas: temos a paroba vermelha e branca que chega a ter 30 metros de comprimento e 1,5 de diametro.

Na das leguminosas: angico que, alem de seu cerne duradouro para construções, contem muito tanino nas cascas que se empregam no costume de couros, e uma gomma justamente apregoada contra as bronchites, o vinhatico, d'um amarelo alaranjado, e muito apreciado para mobilia; o pão ferro; a sucupira branca e preta; a copahyba; ou oleo; o jacarandá preto ou cabiuna, madeiras de cellulias finas, preto e incorruptivel; o jatobá muito proprio para grandes pipas; o jacarandá roxo e pardo; a brauna; ou Maria Preta; a Cabreueva, o barbatihanão; e a favá d'arara.

Entre as terebinthaceas: a aroeira, que é o cerne mais duro e incorruptivel que se conhece, e de que ha grande abundancia, emprega-se em esteios e outras peças de edificios, e atravessa os seculos incoomere; o goçalo, uma variedade da aroeira com ondas roxeadas e menos duro; a imbura cheirosa de que fasm pipas para aromatisar a aguardente; e a almecegueira.

Entre as laurinæas: a canelha cheirosa; a canela de velho; e a canela amarela.

Entre as meliaceas: o cedro vermelho; o cedro branco; e a canegana.

Entre as bignoniaceas: o ípe de flores roxas; e o ípe de flores amarelas, cerne cimento, duríssimo que contem um pó amarelo brilhante, e estraga facilmente as ferramentas.

Nas cratoxylas: o arco de pipa, madeira abundante e bom combustível para cosinhos.

Nas guttiferas: o landim, ou mangue, que dá varões muito compridos e direitos.

Nas malpigiaceas: o muricy.

Nas salicaceas: o sebastião arruda, madeira dura e lindissima d’um rosa e escarlate vivo ondeado d’amarelo, e a mais preciosa para mobilia.

São conhecidas com nomes vulgares, e sem classificação as seguintes: balsamo, cerne de grandes diametros, de cheiro aromatico e suave, de cor vermelha, proprio para carros, engenhos de cana, e muitas outras obras; garapa, cerne amarelo firme, varões grossos e compridos, empregada com frequencia para linhas e traves de casas; moreira, amarella veia e muito forte; capitão do matto, jantar, cerne firme pardo com ondas roxo avermelhadas; marinheiro; bico de pato; guatambu amarelo e branco, de que se fasesm boas taboas; tamboril, cerne fibroso, roxo, dá as melhores taboas para assalho por não empenarem, e nem abrirem as juntas com a secca; dodel; sobro; perreira, muito usado para pipas como o jatobá, que se fasesm entreira cylindrical e de grandes dimensões, seu diametro excede as vezes a 3 metros; gameleira, joão farinha, vinho, pão candêa: pão terra, rapadura, dá fructas comestíveis, taipoca, pão mulato, resineiro, tento (chamão-no tento porque dé uma semente redonda, catia, cornea e muito dura, a meta da preta, e outra a meta vermelho, de que se servem os jogadores para marcar os pontos), paina, folha miuda, marinh, bandeira; pyndahyba, pyndahyba; catiquá bravo, ou leprento, que solta o cortex amarelo dos leprosos, monjolo, cranudura, pão de lixa, jambiro do matto; pitanga do matto; canjica, cacheta, barru que dá fructas, camboatá, catiquá, urubú, sasafraz cheiroso e medicinal, pinho do brejo, mandioquera, pombo, bico de tecano, sete casacas, salva cavaco, cambúin, que dá frutu; canfaxutula, guapeba, larangeira do matto, beira d’agua; pê de pato; jequitiba monstruoso; cabello de negro; pão santo, carayba, espinho d’agulha, e muitas outras que não tem nome conhecido, ou que não tenham sido lembradas.

Fructas, Plantas Testas, Tintureiras, Industriames ou Economicas e Medecinares - Não é só nas grandes culturas que se mostra a espantosa fertilidade do nosso solo: a magnificência da flora catalonense ostenta em quasi perenne premavera a mais luxuriante vegetação nas suas florestas e campinas. No estado actual de nossos conhecimentos, e sem nenhum estudo feito por pessoa competente, é impossível descrever-se todos os vegetaes de que o homem pode tirar utile proveito. Limitamo-nos a mencionar aquelles que o nosso estado d’atraso permite conhecer mal, e de que já se vae facendo algum uso.

D’entre as variadas fructas que crescem sem cultura nos nossos campos e mattos conhecem-se as seguintes:

Na familia das myrtaceas: temos, no genero psidium, goiabas brancas, e vermelhas com que se fasesm doces em calda e goiabada de delicioso sabor: aracãs diversos, guabirotas saborosas e um pouco indigestas, de pequenos arbustos, que vegeta em extensas moutas, em muitos lugares, e principalmente nas circunvisinhanças desta cidade, constituiendo, nos meses de 9 brº e 10 brº um divertimento aos seus habitantes, e até alimenta à indigencia: no genero steno calyx, a pitanga vermelha.

Nas sapotaceas: a guaapeba e outras.

Nas annonaceas: as varias especies de araticus, d’entre os quais sobreshemen o do matto que é gostoso, mas muito purgativo, o grande e selvagem do campo, e o pequeno vermelho de pequenos arbustos.

Entre as terebinthaceas: temos, no genero anacardium, duas especies de cajús miudos e rasteiros do campo.

Nas passilloreas: temos o maracuja grande que produz embriagues; o maracuja mirim roxo, de cheiro activo e acido; e o maracuja miudo amarelo; e outras especies bravas de bonitas flores.

Nas rubiaceas: possuimos, no genero genipa a saudavel e odorifero genipapo de grande e frondosa arvore.

Nas cacteas: temos a fructa que aqui chamão saborosa do tamanho e forma de um ovo de gallinha cor de rosa, lisa, polpa branca, sementes miudas e pretas, de gosto adociado, que se planta sobre os
muros; a espada do matto que dá fruta menor da mesma forma que a saborosa; a figueira do inferno, de espinhos, dá fruta que se come cosida à maneira de quiabos, outra igual à figueira de inferno, sem espinhos, que supõe-se ser a planta em que se cria a coxonilha; e finalmente o mandacaru e outras que não dão fruto, mas que produzem bonito efeito nos jardins.

Entre as solaneas: conta-se o juá comestível, e o juá bravo que tem propriedades deletéreas; e a fructa de lobo.

Nas leguminosas: uma especie de ingá de grande arvore.

Nas malpigiaceas: o muricy.

Entre as gutiferas: no genero garcienia, duas especies de bacoparys, uma de fructas grandes, resinosas, de arvore, e outra de fructas menores, de caules múltiplos e pequenos.

Nas cameliaceas: o piqui.

Nas coníferas: o pinheiro que não dá pinhões por não sahir hermifrodita.

Entre as papayaceas: temos, no genero carica, o jaraçatiá, e o mamão delicioso que abundam em toda a parte, servindo de grande recurso alimenticio à horda de indolentes e foragidos que povoam as margens do Paranahyba, onde encontrão nas varias fructas, nos palmitos, no mel e na caça alimento sem trabalho, e asilo inviolável à acção morosa e impotente da justiça.

O jaraçatiá contém um leite de sabor aper, e um pouco corrosivo que é preciso lavar-se para comer. Este leite é empregado frequentemente com eficácia pela gente da roça contra a opilação devida aos vermes da especie anchylolomum duodenal, molestia muito comum nas pessoas que vivem privadas das comodidades da vida, e bebem aguas insalubres.

Nas apocineas: temos a importante mangabeira, fructa nutritiva e saborosissima.

A familia das palmeiras: conta numerosas especies que dão fructas de castanhas ou polpas saccharinas, folhas alimenticias, grandes quantidade de oleo, fibra fina e sedosa para redes e cordas, palha para abrigar as cabanas do pobre e ripas para os tectos das casas: taes são: o gigantesco indayá, ou bagassá, a maior palmeira d’aqui, que dá grandes cachos de cócos de castanha dura muito oleosa, come-se a cabeça, ou extremidade superior da haste onde estão as folhas ainda brancas e desprovidas de chororphylla que não desabrocharão, o indayá miudo, a gariroba, que se come tãobem a cabeça, de um gosto amargo, nutritive e muito apreciado, dá com abundancia, e é um genero de frequente e pequeno comercio aqui, o palmito que dá ripas e cabeça alimenticia e doce; o borití, palmeira gigante e poetica que habita as extensas veredas, formando linhas magestosas, dá seda fina em suas folhas, vinho na haste, e grandes cachos de cocos, roxo-vermelhados, de consistência cornea, casca lisa e escamosa como as cobras, atinge grandes alturas, e é de crescimento muito lenito gastando um anno em desabrochar uma folha; o gerybá, magestosa palmeira que tãobem é cultivada como arvore d’ornamento, dá durante todo o anno muitos e grandes cachos de lindo effeto com cócos miutos amarelo alaranjados, de polpa exterior adocicada que os periquitos e os meninos procurão com avidez, o tecum, que contém espinhos duros e agudos, e que dá pequenos cachos de coquinhos como jaboticabas de que fazem excelente vinagre; a macacuha, tãobem muito espinhosa que fornece abundante oleo na polpa do cóco; o bacurú de palmito doce e comestivel; o coquchinho, uma especie atã do campo de que fazem vassouras, e muitas outras.

Entre as bromeliaceas: no genero ananacea, o gravatá, e um ananas bravo d’um vermelho vivo.

Sem classificação, temos o limão cheiroso do campo; a cabacinha, a cagaeteira, fructa deliciosa, acídula, que desaltera o viajante nos aridos desertos, mas que tem propriedades inebriantes e purgativas, como o indica seu nome pouco decente; o figo do matto: o figo de gameleira; a banana de macaco; a mamminha de cadela, fructa vermelha e fribose como algodão, a cabeleda, o velludo branco e vermelho; a uva silvestre, a amora trepadeira, fructa preta como a amora d’arvore, dá em cachos e tem o caule espinhoso e reptante, e muitas outras.

Ha grande numero de vegetaes textis que produzem fibras preciosas de que a industria pode auferir grandes resultados, e que por enquanto só tem sido empregados na confecção de cabos, redes, esteiras, cesos, chapeos, etc., tães são, entre os mais conhecidos, e sem classificação por familias: a piteira, o cipó imbé, e outros cipó, a cambura, a taboca, o jequitibá, a jangada, a copahyba, o borití, a vassoura branca do matto, as bananaeiras, a gigante barriguda de bellas flores rosas, o imbirussá e a jacubeira (genero glossypium?) que fornecem abundante paina de fibra finissima, fragil e macia, d’alvura deslumbrante, com que fasemos coxins, colchoes e travessos: o imbirussá fornece, alem
disto, raios tuberosa e algum tanto feculenta que tem servido para farinha como recurso extremo nos raros anos de carestia que temos tido; e muitas outras espécies.

Das que podem ser aproveitadas, pela arte tinteirura mencionaremos: o anil de diversas espécies do gênero indigo e de outros, o urucu (bíxinas); o pacary, o catiguaí (tinta roxa); o souto á cavalo; o salgueiro; a ruiva dos tinteiruros; a caparosa; a paina; uma parasita, ou herva de passarinho que dá nas larangeiras, de tinta plumbea; e a curcuma, ou açafrão.

Entre as economicas ou industriais, encontra-se: duas espécies de baunilhas (orchideas) que dá com abundancia nos mattsos, nos cerrados e até em pedreiras, e pode tornar-se importante ramo de comercio; a copahyba de que se extraha d'agosto a 9 brá muito oleo que se presta á pintura como o de linhaça, e de que a medicina faz frequente uso; o angico, cujas cascas são empregadas na lucrativa industria do costume de perlas; a mangabeira, que fornece copioso leite igual á borracha da seringueira, tão necessaria ás diversas artes, e de esperançoso porvir; o jatobá ou jatahy com a triplice utilidade da madeira, da fructa e da resina que se emprega nas artes e na medicina, a congonha, ou matte como o do paraguai que vegeta em grande copia na chapada do rio Verde.

Entre as muitas madeiras ricas em potass e soda extrahidas pela incineracao e lixiviao para os usos domesticos, contam-se principalmente: o sabugueiro; a mulher pobre; a aroeinha; a pororoca, e o cinzeiro.

Os vegetaes empregados em therapeutica são tão numerosos e variados que o descrevemos todos seria tarefa inexequivel. Ha muitos dos já estudados, e classificados, e muitissimos unicamente conhecidos pelo povo, e empregados pelos curandeiros muitas vezes com reconhecidos efeito. Limitamo-nos a nomear os mais conhecidos, que são: taiuia, almecega, amambia, angelim, angico, aroeira, avena do brasil, barbatimão, buch da paulistas, caince, verbasco, caroba, paratudo, carapya, centauraea do brasil, cipó de frade, cordão de frade, espelma ou tomba, estramoneo, trombeta, fedegoso, gengibre, gervão, gommas diversas que se approximão da arabica, herva de bicho, herva moura, pé de perdis, herva da santa maria, herva de rato, muito toxica para o gato vacum, (encontra-se em poucos lugares), herva touça, ipê-cacau, ipê bastarda do matte e do campo, jaborandy, ipê ou jalapão, raios de lagarto, japecanga, salgadherilla do matte, jequitibá, jurubeba, cabaça, larangeirinha do matte, balsa de pastor, marinheiro, pão pereira, caapeba, pinhão de purga, quinas diversas, sangue do drago, sapé, sassafras, sucupira, tanchagem, herva de sao ou azedinha do breijo, timbó, toxico com que matão peixes, trapoeiraba, urucú, velames, batatinha do campo ou cravinho, sanbahyinha, (dá boa e fina lixa), urtigas diversas que queimão a pelle de quem as tocca; porrete, assim chamado por ser de instantâneo efeito nas indigestões, barrugudinha contra bienorrhagias, branquinha antisyphilitica, e inúmeras outras.

Ha variadissimo numero de parasitas formosas que produzem fructas, gommas, e flores encantadoras.

Na classe dos cogumelos ha variedades comestíveis, e venenosas, entre as quais conta-se o fungão, que se encontra nas matas, de forma esférica, do tamanho de uma laranja, tecido esponjoso e fóto, contendo um pó finissimo que se emprega como styptico nas hemorragias produzidas por pequenas feridas.

*Vegetaes cultivados - Agricultura (1)* Grande lavoura. As plantas que constituem a maior cultura do nosso municipio são, em primeiro lugar, o milho, o feijão, e o arroz que, por sua abundancia e facilidade de cultura, serão suficientes para a manutenção do povo, e criação dos diversos animaes. Cultiva-se igualmente em maior escala a canna d'assucar, o café, o tabaco, a mandioca, e o algodão. Em menor ponto e como valioso auxilio ás necessidades do homem e dos animais tão bem são cultivados os vegetaes seguintes: aboboras e morangos muit variadas, melancias, pepinos, coroa cheiroso, favas, trigo pouco, amendoin, gergelim, caras de varias especies, batatas doces numerosas, inhame branco e amarello, tayoba, mangarito, jacutupé, cará do ar, quibos, araruta e mamonas.

A estupenda ubeidade de nossas florestas que paga com exuberante profusão o pequeno labor do roceiro, dando-lhe durantes e mais hectolitros de milho colhido por um plantado, e quinhentos

---

(1) Inverti a ordem do questionario para tratar dos vegetaes de uma só vez. (Nota do autor).

d’arros por um etc., não devia de ser um obice ao desenvolvimento do progresso agrícola, já tão fatalmente paralisado pelas trevas da inteligência em que jazemos. Derribão as preciosas madeirias, lanção-lhes fogo, não só para desembrasar o terreno como para destruir a parte orgânica e superficial da grossa camada de humus que, por demasiada força, fazia abastar os grãos, e plantão sem nenhum amanho, com o só trabalho de uma capina, e da cerca que costumão faser com arvores derribadas em linha a que chamão batumes, abandonando o lugar depois do segundo anno. Na extensa floresta que orla o Paranahyba há muitos lugares de madeira fina a que chamão capoeirão aonde é ainda mais fácil a cultura. Basta roçar, queimar, lançar lá grão, e ir buscar os seus produtos tres mesescentuplicado quando sazonado, independente de capina e de cerca. E assim se continua n’esta rotaia de exterminio.

Arboricultura, Horticultura e Floricultura - Ainda é pouco apurado o gosto para estes ramos de cultura que tantsos beneficios trasem ao homem, e proporcionam-lhe as mais inocentes delicias da vida, já se possue com tudo varias especies de fructas indigenas e exoticas, como se João:


Temos variatissimas especies de vegetaes que se cultivao nas hortas como utes auxiliares da alimentação, e como medicamentos. No numero das leguminosas annuaes, das synanherias chiquereas das solanaceas e de outras familias, contamos: a batata inglesa, ou antes americana, porque dissem ser orícinha dos Andes; repolhos diversos: couves diversas, agriões d’agua, e de terra enchuta, allfaces variadas, alhos, almeirões, e chiquereas, crespas e lisos, azeda, cebolas, celga, cenoura, ervilhas, espargos, morangos, mostardas, nabos, rabinetes, salsa, tomates, e outras muitas.

Entre as plantas medicinaes cultivadas podemos mencionar, entre muitas, as seguintes: eucaliptos globulus, de que já possuimos, como arvore d’ornamento, e optimo terapeutico, elevados individuos, abrijunho ou losna, aipo, alfascema, alectrum, alos, arruda, bardana, batiriô, ou ruialbarbo da horta, borragem, camomilla vulgar ou macela, capim cidreira ou jarapé, cochileana, coentro, endro, fumaria, funcho, hera cidreira ou melissa, hera terrestre, hortelã cresp, malva, malvaiço, maraviha, marroio, rosas-branca e rubra, sabugueiro, salva, e algumas mais.

A cultura da flores, esse passatempo tão util quão inocente e agradavel, é peculiar dos corações bem formados, e das almas capases de admirar e reconhecer, por suas lases, a magnificencia das obras do Creador que nos deu, na variedade, no matiz e no odor das minas flores, verdadeiro typo do bello, uma das procas mais visiveis de sua infinita bondade para com o homem. Olhal-as com indifferença que é uma especie de ingratiadão apenas atenuada pelo estado de ignorancia em que vivemos. Para gloria deste abençoado tornão, que entregue de longe os umbraes da civilisação, já se contão amadores que se entressão por essas filhas do céo, e que as cultivão, não em custosos e esplendidos jardins, mas em pleno chão, e em especies já muitissimo variadas, tanto indigenas como exoticas. Deixamos de mencional-as por jugal-o longo.

Animales - Classe dos mammiferos - Ordem dos quadrumanos. Ha n’esta ordem os guarihas pretos de longo pello; os macacos diversos; os saguis; e os mio estrellos de pequeno porte.

Ordem dos Carniceiros - No genero felis, conte-se, o tigre preto de malhas, pouco distinctas, que rarissimas veses aparece: o cangussu, ou onça pintada de duas especies de malhas grandes e miudas; já tãoben raro: a susuara, onça vermelha de dorso preto, e o macacá igualmente vermelho, de menor porte e mais timido, que aparece com mais frequencia; a jaguariúca; e o gato mourisco. As onças já não fasem quasi nenhum estrago nos animaes domesticos porque só aparecem no fundo das longas e desertas florestas.

No gênero canis, temos: o lobo que habita os campos, é timido e sustenta-se quasi exclusivamente de frutas, a raposa, que persegue as gallinhas, e disem que as fascia derribando-as do poleiro com a força magnetica de olhar; os cachorros do matto diversos; a irara; o quati, o quatymundi, a ariranha, a lontra que tem a pelle de bello e finissimo pello; o macanã, o guaquiê, e o ouriço cacheiro.

**Ordem dos roedores** - Nas várias espécies desta ordem, que dão quasi todas excelente carne, temos: a capivara, o caçinglé, a paca de optima carne, a cutia, os coelhos; a preá que é a menor, e o rato d'água.

**Ordem dos pachydermes** - A anta é o maior quadrupede desta ordem e de nossas florestas; sua pelle é a mais grossa e forte que se conhece, domestica-se facilmente sendo apanhada pequena enquanto pintada, mas é sobremaneira incomodada e até perigosa por causa de sua voracidade e estabanamento; tem tromba à maneira do elefante provida de fino faro e muita destresa; temos táobem os porcos do matto, ou queixadas e caetitus, que nos ministra a carne mais saborosa e suculenta de nossas caças: os queixadas andam em grandes manadas a que chamão varas, e são ferocissimos quando accometidos pelos cães que silacerão com seus longos e agudos caninos; batem os dentes com um ruído atroador, e não se afastão do lugar em que estão acoados até que o caçador, de cima de uma arvore fora do seu alcance os possa exterminar. A anta e os porcos do matto são os mais temíveis devastadores das roças.

**Ordem dos ruminantes** - Temos no gênero cervos: o susuapara, o cervo ou galheiro de grandes cornos com muitas pontas; é o maior do gênero; o veado mateiro, o veado catingueiro, e o veado campeiro: são todos muito elegantes, tintudos e veloses, nascem pintados de malhas miudas brancas e quando crescem perdem as pintas, tornando-se mais ou menos avermelhados; criam-se muito bem em casa, e tornam-se muito mansos, mas chegando a quadra da procreação tornão-se inquietos até que fogem para os mattos. A caça de veaós é a mais importante d'áqui, e se faz por diversas maneiras no campo, no matto e nos rios, para o que os amadores grandes matilhas de cães adestrados. A carne de veado não é apreciada, mas as suas pelles fasem o principal commercio d'esse gênero por sua grande aplicação a industria.

**Ordem dos desdentados** - Nesta ordem temos: o tamanduá bandeira, animal temível estando dentro do matto; agarra-se à sua presa com tenaz amplexo, crava-lhe as unhas, e não larga, enquanto não a vê succumbir, e ainda traspasado de muitos projectos, não morre enquanto algum não lhe fere o focinho; sua pelle é a mais forte que possuímos; o tamanduá mirim, o tatu canastra: o tatu medio; e o tatu gallinha. Os tatús são muito nocivos a cultura dos cereais, arrancão os grãos antes de nascer.

**Ordem dos marsupios** - Ha nesta ordem unicamente uma especie de gambá que frequenta as próprias casas da cidade, onde vivem de gallinhas, ovos, toucinho, etc. Sua gestação parece ser muito curta, pois que as crias nascem muito pequenas, sem pello e imperfeitas em numero de duas a seis, e incerrão-se n'a uma especie de bolsa que os gambás tem sobre o abodomen, onde se cria afeitaradas à tetas até que fiquem bem crescidas, quando toma então a bolsa enorme destensão quando são muitas. Desta particularidade natural nasce o prejuizo popular de que os gambás não parem.

**Ordem dos chiropteróforos** - Existem algumas especies de morcegos que sugão o sangue dos animaes: nutrem-se táobem de fruutas e insectos, e mora em locas e nas igrejas e casa inhabitadas, onde deixão muita imundiciude e insuperável mao cheiro.

Temos finalmente a jariatique que se denuncia por seu intenso fedor, que ignoramos a que ordem pertenca. Acredita-se que a de seus cruéis effluvis é remedio infalivel contra coqueluche.

**Classe das aves - Ordem das rapaces** - Ha nesta ordem, entre as diurnas, algumas especies de gaviões de varios tamanhos que vivem de insectos, de cobra e pequenos passaros, aparecendo raramente alguns maiores que podem voar com um leitão ou uma pequena ovelha. Já vimos a perna de um destes que igualara o braço d'um homem possante; o caracará, que se nutre quasi exclusivamente de carrapato do gado vacum vivendo em cima das manadas do gado que o não enxota, pelo que se torna útil; o urububi; o urubudi commum que são de incontestavel utilidade; e o cauã.

Entre as nocturnas, diversas especies de corujas brancas grandes, e pardas menores; cubangos ou Noitibás; e caburé.

**Ordem dos passaros** - Mui numerosas são as especies d'esta ordem, algumas das quais são dignas de nota pela belessa do canto ou da plumagem: merece o primeiro lugar o pocitico sabiá que, com seu saudosos gorgoços, fis o encanto destas plagas nas quadras de seus amores; os assimhangos de diversas cores; os ticoticos, o laborioso joão de barro que cria a prole em casas de barro em forma de forno, com insano trabalho construidas, com repartimento para isenta-a da invasão voras dos tecanos, os melros pretos de plumagem lustrosa e furtacor que fasem orchestra alegre e festival acoutados à fresca sombra.
das laranjeiras; os melros de encontro amarelo, os passaros pretos grandes muito prejudiciais às plantações de arroos que arrancam em bandos inmensos; os passaros pretos miúdos d’um azul ferrete lusídio; a maria branca; a maria preta, a carícia; os colibrís ou beija-flóres de plumagem de diversas cores douradas, o marido-é-dia, o joão tulo; o bemtevi, os canários bastardos, os tesoureiros, e as andorlinhas de três espécies que são d’arribação.

**Ordem dos trepadores** - Ha nesta ordem, entre muitas espécies, o tucano assú, o tucano commum, e o tucano pequeno ou lassary, a arara azul de encontros amarelos, os papagaio diversos, a maracanã, a maritaca, a nhandaia, os periquitos diversos, os annus pretos, os annus brancos, cujo canto lugubre a superstição popular tem por mau agouro; os picapéus ou picanços de ricas e variadas penas, que denuncia nas fasendas a chegada dos viajantes com seu canto agudo; as gralhas variadas, uma das quais imita com perfeição ou arremeda todos os outros animaes, os guaxim grandes e pequenos que fazem uns custosos ninhos em república pendentes e agrupados em grandes arvores; e a alma de gato.

**Ordem das gallinaceas** - Temos: o mutum, o jacuí, o jabú de tenra e deliciosa carne; o nambú assú; o nambú mirim, a perdís e a codorniz que habitão as campinas, a caça destas duas gallinaceás é muita usada e divertida, os caçadores ensinão os cães de raça propria os quaces chegam a praticar actos admiráveis, as capoeiras, as pombas mui variadas, entre as quaes encontrarão as do bando, as amargosas, a solitaria e gremebunda júrity, as rolas do sertão, as vermelhas, e a fogogapou. Todas estas espécies facilmente se domesticação e dão excelente carne.

**Ordem das pernalhas** - Nesta ordem, e em varias famílias, podemos mencionar; a ema, e a serriena que são muito utéis por destruírem as cobras e os insectos, a garça, a colhereira, o jaburí, que é a maior ave que possuimos, os diversos socós, os frangos d’água, as saracuras, e as varias especies de ichthyophagos com o nome de pescadores.

**Ordem dos palmípedes** - Só contamos os patos e os marrecos.

Nestas mesmas ordens existem varias outras aves que deixamos de mencionar por não terem nomes proprio, não podendo desaparecida uma especie pelo esplendor de sua plumagem. Quero falar de um insetivoro que só aparece em agosto e 7 hrs*, é pequeno como uma carícia, mudo, tem as asas de um pardoz escuro, e toda a frente e peito de um escarlate vivissimo, e um lindo topete da mesma cor.

**Classe dos peixes** - Os rios que regem o municipio são muito pouco piscos por causa da grande cachoeira Dourada do Paranáhyba para onde convergem todos elles, que por causa de sua elevada catadupa não dá acesso aos peixes, quando sobem na estação do calor em busca das águas pequenas. Damos a nomeclatura do que nos sa possuem, sem distinção de familias ou generos que não forão ainda estudados, tais são: piampara, pião, timbrê, espada, cachorro, que tem um animal na bocca distinto ou independente, do peixe, de tamanho proporcional ao da bocca, de sorte que a enche, da forma de uma aranha molle, que parece ser a vida do peixe, pois que estreitando-se, elle morre immediatamente, cascudo, jabú, peixe de couro e o maior destes rios, pacaman, ou barbado, dourado, paracanjuba, o mais abundante, saipé, papaterra, ou crumatan, pacuassú, pacumirim, piranha pequena, pirapetinga, tubaranha, bagre, lamby grande e miúdo, mandy pequeno, trahira, sorobim muito raro, piaba e comprido.

**Classe dos reptis** - Ordem dos chelonios - Nesta ordem só temos o kagado.

**Ordem dos saurios** - Existem: o jacaré pequeno; o tiú, os lagartos diversos, e as lagartixas.

**Ordem dos ophidios** - Ha no genero trigonocephalus,o jararacussú, as jararacas, e cambeva, e o urutu que é rarissimo. No genero crotales, a horrorosa cascavel. Estas cobras são todas venenosissimas. No genero colubro, existem muitas espécies que se disem ofensivas, mas contra as quaes devemos estar sempre em guarda, pois ellas cruzão frequentemente as rãssas com as venenosas, e alem disso as mais inocentes podem causar graves symptomas pela unica influencia da imaginação. As mais conhecidas são as corainhas, matadas de vermelho e outras cores, com ferrão agudo na extremidade da cauda com que se defende, as canananas, que devoram sempre as outras, e por isso devem ser consideradas como utéis: a cobra cipó, a cobra vidro que se quebra ao menor toque, e a cobra de duas cabeças. No genero boa, temos a sucuri, e a gêboia que atingem grandes dimensões chegando a primeira a ter 5 metros e mais. Todas as cobras são oivíparas, e algumas tem o instincto de esconder os filhos ainda pequenos engolfando-os todos rapidamente quando sentem a approximação de qualquer perigo.

Classe dos batracíbios - Desta classe só se conta as rãs, e os sapos muito variados.

Classe dos insectos - Encerra esta classe numerosíssimas espécies, maior parte ainda desconhecida, das quais, umas são uteis, outras nocivas e outras inofensivas.

Dias que se pode tirar algum proveito temos: na ordem dos hymenopteros, muitas espécies d'abelhas que dão mel muito variado, cera de diversas consistências e cores, e uma materia dura inflamável a que chamão retame, produtos de reconhecida utilidade nas industrias. As especies aqui conhecidas são as seguintes: jetuby, mindury, mandassia, mombuca, tuby, borá, sanharão, ratin ou sетеportas, mel de sapo (poderoso drástico) urussu-boi, tuyuba, arapuá, marmelada, macaco, mandaquathy, tibuna, guira, mosquitinho e benjoim.

Na ordem dos coleopteros temos um insecto que estraga as hortalícias, e que, apesar disto, é d'utilidade por substituir perfeitamente as cantharidas no efeito venenoso. Temos tôdo nesta ordem muitas espécies de bisouros e outras que pela bellesa de suas vives cores variadas e ousadas podem ser uteis no fabrico d'objectos d'ornamento e adereços de phantasias. Na família das hirudinas, as sanguisugas que existem em quasi todas as lagoas, e prestão importante serviço à medicina substituindo as hamburguesas.

Entre os mais nocivos ao homem, aos animaes e às plantas, que mencionaremos sem classificação, há grande variedade de formigueiros, das quais a sativa, e a quem queem são muito damninhas às plantas, as lombriga de terra ou minhocas que, n'alguns lugares, causão o desespero dos horticultores, e contra as quais não se conhece nenhum preservativo, o cupim, as borboletas varredosas, cujas larvas devastadoras nutrem-se das folhas do café, do tabaco, e de outras muitas plantas, destruindo-as às veses totalmente: cada especie de borboleta, como instrumento passivo da prodigiosa lei do Author da natureza, tem o instincto de conhecer a planta que é propria para a nutrição de sua prole e n'ella só de põe os ovos!! Muitas destas larvas, no tempo de suas metamorphoses, se transformão em chrysàlidas mui lindas como brincos de cores com reflexos brillos, outras, denominadas tataranas são cobertas de casto e longo pelo muito venenoso, uma infinitude de moscas e mosquitos muito damninhas, tais como a mosca que põe o berne nos gados deteriorando-lhes a pelle; a mutiuca que expulsa os rebanhos das matas, na entrada da estação calmosa, com seu aguilhão sangüisendo; os mosquitinhos pernilongo, borrachudo, murissoca e outros, verdadeiro martirio do lavrador; os marabudos de muitas especies, todas mais ou menos venenosas, às aranhas industriosas de finíssimo tacto e variados instinctos admiráveis, algumas das quais são muito venenosas; os carrapatos, nocivos ao homem muito mais aos gados; os escorfios e lacráias temíveis; a giquiranaboia que raras vezes aparece, e que nenhum mal tem feito apesar do terror que causa, e muitos outros de somenos importância.

No numero dos insectos que se podem considerar inoffensivos há grande variedade de espécies, das quais só citaremos por curiosidade os que nos chamão mais atenção como a cigarra, símbolo da negligência, pelo seu entessante sibilo, os pyralmos, pela bellesa de sua phosphorescence luminosa; e os caramujos pela arte com que edificação suas casas ambulantes de materia calcarea tão sólida.

Industria rural - Creação, caça e pesca - Sobre a agricultura já fallamos tratando dos vegetaes cultivados.

A industria da criação está ainda mui pouco adiantada. A criação mais avultada e a do gado suino que só depende de milho e mui pequenos capitães, e por isso está ao alcance de todos. A do gado vacum, a mais importante pelo seu grande merecimento, não he ainda abundante: vae-se desenvolvendo contudo o justo interesse que ella inspira, e os creadores tem se esmerado ultimamente no melhoramento das raças com a introdução de touros escolhidos. O gado cavalar, o muar, o lançero e o cabrúm crião-se em muito menor ponto. As diversas aves domésticas, e principalmente a gallinha crião-se mais em grosso, e produzem ovos e carne com bastante fortura para o consumo.

Não ha aqui episostias nem ensostias que que disimem os gados. A exceção dos bicheiros, dos bernes e frieiras que são mais frequentes nas matas, só apparecem algumas molestias que não são epidemias nem endemicas.

A caça e a pesca não são aqui objecto de industrias propriamente de interesse, principalmente a pesca por causa da minha de peixe.

Foi sempre este município considerado como o mais abundante da provinncia em toda a sorte de generos alimenticios, que formão o principal ramo do commercio interno, sempre por preços muito diminutos, de sorte que torna-se muito fácil e economica a vida para as familias que não dispõem dos precisos recursos.

Indústria Fabril - Nossa principal indústria fabril consiste em fábricas d'assucar, rapadura, aguardente, fumo que actualmente tem se desenvolvido com algum entusiasmo, farinhas de milho e de mandioca, polvilho e alguns cortumes de pelles. Fabrica-se também telhas e outras obras de olaria, queijos, mantiga, tecidos grossos em tiares de mão, velhas de sebo, sabão, azeite de mamona, e muitas outras cousas em pequeno ponto, e só para as necessidades do lugar.

Commercio - O commercio de exportação consiste em gado vaccum e suino, assucar, aguardente, toucinho, fumo por enquanto muito pouco, feijão, arroz, farinhas de milho e de mandioca, polvilho e diversas miudas.

A importação, que parece exceder à exportação, é de sal, fasendas, ferragens, miudas de phantasía, louça, molhados, drogas, chapeos, algum café e muitos outros objectos de fábricas estrangeiras e nacionaes.

Historia - Por falta de documentos authenticos, que não encontramos no arquivo da Camara, e nem em parte alguma, não podemos dar precisamente a chronologia e historia dos factos relativos a este município. Sabemos porém, por tradicção oral, e informações fidedignas, de pessoas contemporâneas, que em 1810 o terreno que occupa esta cidade fasa parte da sesmaria do Ribeirão, e que pertencia como todo o município, ao município de Santa Cruz; que depois disto, não se sabe em que data, o possuidor da referida sesmaria, de nome Antonio Manoel, fes doação a Nossa Senhora Madre de Deus de porção de terreno em que assenta a cidade compreendendo as águas vertentes, com 3,5 quilómetros de extensão de E. a O, e cerca de 2 k. de largura; que em 1828 só havia aqui cinco casas de telha, e finalmente que, de então em diante, os mineiros, de quem se compõe quasi a totalidade dos habitantes do município, tratarão de imigrar para este lugar attraídos pela proverbial uberdade de suas terras, de tal sorte que, em 1834 foi a povoação elevada à villa com a denominação de Catalão que já tinha, dívida á um hespíndol de Catalunha que aqui morara, e era senhor de uma sesmaria annexa em que se interna a extremidade oeste da cidade, e a qual deu àquelle um nome patronímico. Foi então desmembrado de Santa Cruz formando um município que compreendia Entre Riós, naquelle tempo denominado distrito do Vaevem, e o distrito de Calaças. Foi depois disto o Vaevem elevado à villa de Entre Riós, formando município separado, a que mais tarde se annexou Calaças. Esta povoação foi elevada à categoria de cidade em julho(?) de 1859. É cabeça da comarca do Rio Paranahyba compreendendo hoje o município de Entre Riós.

Topographia - A cidade do Catalão está situada quasi toda na margem esquerda do ribeirão Pirapitinga, em lugar bastante elevado, e piteoso, entre dois montes mágicos, um ao sudoeste e outro ao nordeste que domina uma circunferência de 80 k. de raio. Está toda em dois planos pouco inclinados. As ruas são todas largas, e algumas tortas, sendo a mais larga e mais torta a maior e principal delas que se chama Dereita. Suas casas em numero de 190 a 200 são pela maior parte baixas e terracas. Ha três sobrados edificados com algum primor, e oito ou des casas mais altas, mais vistosas e de maiores commodidades. É abastecida a cidade d'abundante agua por um grande rego que cobre toda a sua extensão da margem esquerda e por outros de duas vertentes da margem direira, além de muitos olhos d'agua purissima que ha dentro dos quintaes. Conta alguns estabelecimentos comerciais mais ou menos importantes, e algumas oficinas de pouca monta. Suas obras e edifícios publicos são: uma grande matriz ainda em construção, igreja do Rosario que serve de matriz, cemiterio espaço do regular e bem colocado, casa da Camara e cadea n'um só edificio de sobrado bem construido e espaço, casa publica para escola primaria para o sexo masculino, e três solidas pontes sobre o Pirapitinga.

Ha ainda a capella de S. Antonio no arraial do Rio Verde, pequena e em decadencia, e uma extensa ponte no Rio S. Bento feita com solidez e primor.


Instrução - Temos duas escolas publicas: uma para o sexo masculino e outra para o feminino, e uma escola particular para o sexo feminino dentro da cidade, frequenta por mui limitado numero d'alunos. Alem disto aparecem nos bairros aqui, acól, diferentes escolas particulares que são sempre ephemeras e improfusas.
Tratando d’um assumpto de tamanha transcendência, não podemos furtar-nos ao desejo de disser sobre elle duas palavras, ainda que consciente da nossa incompetência.

O estado d’atraso em que vivemos quanto a instrução publica do município como o de toda a provincia é sobre maneira lamentável; e tanto mais, quanto todos sabemos que é elle a fonte premordial de todo o progreso, e não podemos antevir, em futuro proximo, nenhum elemento para melhoral-a. As causas principaes de tão grave mal são, na opinião de muitos, a falta de recursos dos cofres publicos; a indifferença dos pais de familia, quasi todos analfabetos, para a educação da mocidade, indifferença até certo ponto justificavel porque ninguem pode estimar o valor do que não conhece; e sobre tudo o ostracismo a que estamos condemnados pela distancia que nos separa do litoral onde os poderes publicos concentrao suas vistas beneficas, deixando-nos em quasi completo olvido.

Conhecidas estas causas, facil seria dar-lhes remedio, se o Estado tomasse pela instrução publica interesse igual a sua necessidade. Augmentase a verba destinada à instrução ainda a custa da diminuição de outras; seja o ensino obrigatorio com multas para os pais e tutotores remissos destinadas para o mesmo ensino; faculte-se aos pobres todos os meios precisos para o cumprimento deste dever; e empregue o Governo assiduo desvelo na grande obra da diffusão das luses, distribuindo-o com igualdade por todas as provincias, e veremos logo, em proximo porvir, alargarem-se os horizontes do progreso, e ostentar-se a provincia de Goiay, como todo o Imperio, na vanguarda da civilisação, a par da sua visinha e coesa, a Republica dos Estados Unidos que não dispõe de melhores recursos naturaes.

Divisão Ecclesiastica - Este município pertence a Diocese de Goiay, e consta de uma só parochia que comprende a capella filial de S. Antonio do Rio Verde.

Obras Publicas - As obras publicas estão descriptas no artigo topographia.

Curiosidades naturaes - Nada ha aqui digno de especial menção. Devemos apenas fallar de um pequeno cataclisma que se deo ha quatro ou seis annos n’uma vereda de boritys do bairro Matinha, a 13 k. desta cidade. Repentinamente, e sem bomba d’agua, ou qualquer outra coisa visivel ou conhecida, virão os moradores visinhos correr o terreno do vale até o corrego em que desaguara que represou por muito tempo, levando os boritys ainda em pé, e todos os vegetaes que, pela sua decomposição, causarão fétidos mortíferas. Virão-se os habitantes ribeirinhos obrigados a abandonar suas propriedades por causa de ficarem privados da agua dessa vereda com que se servião. Vê-se ainda até uma grande valla de cerca de 500 metros de extensão, 16 de largura e 5 de profundidade.

Contudo tão bem que nas cabeceiras do Pirapitinga, a 3,3 k. d’ahi ha cerca de tres annos, incendeia-ss-se uma porção de terreno com fogo que poserão no campo, que durou mais de um mes queimando a terra na espessura de um a dois metros; e que ficou o lugar reduzido a uma camada de cinza fofa de grande extensão.

Distancias - Esta cidade dista da capital 528 kilometros ao noroeste.

As distancias as outras povoações dos municipios limitrophes são:

À Cidade de Entre-Rios, 79,2 k. ao norte.
À Cidade de Bajagem, 92,4 k. ao sul.
À cidade de Paracatu, 211,2 k. a leste.

As povoações mais visinhas que não pertencem aos municipios confinantes são:
À Cidade do Patrocinio a 166 k. ao sul, e a cidade d’Uberaba a 211,2 k. ao sudoeste.

Catalão, 27 de maio de 1881.

Francisco Victor Rodrigues.
PROVINCIA DE GOYAZ, MUNICIPIO DE CAVALCANTE (*)
12 DE JUNHO DE 1886.
RESPONSA AO QUESTIONARIO

1º Qual é o aspecto físico do Municipio? = Montanhoso, poucos matos e, quase que em geral, pedregoso; ao sul acha-se sobre a serra de Sant'Anna, a denominada chapada dos viadeiros com uma extensão de 12 leguas, e sobre a qual se veem muitos montes destacados e de forma conica com grandes aglomerações de pedra, e sem nome.

2º Quais os rios que o atravessam, onde nascem, que tributarios recebem, e onde desaguam? = Os rios principaes ã por elle passão são o paranã que nascendo nas quebradas da serra de S. Pedro, municipio de Formosa, corre de sul para o norte atravessando os municipios de Flores e Forte, ate que entrando neste temo (Cav.ª) lhe serve de limites com os de S. Domingos Arrayás e Palma. E uma das m.ª altas cabeceiras do grd.ª tocantins, e navegavel ate pª cima de Flores. O 2º é o rio maranhão que, nascente sobre a chapada da Formosa, no vale do cocal, corre pª o ocidente e depois voltando para norte devido este Municipio com o da Palma desde a barra do pequeno tocantins ate a serra que feixa no rio paranã. Este rio é de tão facil navegação que grandes botes procedentes do Pará, sinagando suasaguas sem o menor obstaculo, podem subir ate a agua quente, tanto este, como o paranã são muito piscosos, e suas margens abundantissimas de caça. 3º é o pequeno Tocantins que, nascendo no alto da serra do forte corre para o poente, dividindo o municipio do m.º nome com o desta villa (Cav.ª) ate fazer barra com o maranhão servindo em parte, de devisa com o Municipio de S. Jose de Tocantins. O 4º é o rio das almas que nasce na chapada dos viadeiros, corre um pouco o oriente volta se para o norte e vai engrossar as aguas do Paranã e os ribeirões de Sant'Anna, S. Bartholomeu, Lavapés, Rio das pedras e m.ª algumas pequenas vertentes. O 5º é o Rio dos boes, igual ao das Almas, tem sua nascente na serra de Sta. Anna corre do levante para o norte, dentro deste municipio até fazer junção com o rio paranã, estes dous ultimos rios são de canaes e o seu curso é de poucas leguas. O 6º é o rio preto que tem sua origem na chapada dos viadeiros, corre, a principio, pª o poente e depois para o norte e vai unir-se ao Maranhão; é rio de canoã, assim como o rio claro, seu tributario; finalmente o rio de S. Felix que tem sua fonte na chapada do Santissimo Sacram., corre de norte pª o poente e fazendo uma pequena curva, fas barra abaixo da Freguesia de Sao Felix, menos de uma legua; este rio dá navegação pª os botes até dentro da Freguesia do m.º nome, onde amarrão, dentro do arraial, e ahí fasem permuta e venda dos generosos que importão do Pará, como feição, sal, louça, molhados, ferragens, fasendas, &. Este commercio estebe paralisado por muitos a.; mas este anno, ahí arriou um grd.ª bote carregado, e dispondo dos generos que trouxe, contractou a venda do que importar no anno vindouro. Se assim succeder, efe restabelecer o commercio fº Pará com os municipios de S. José, Cav.ª, Fonte, e Formosa, todos estes lugares tem de progredir e os desertos que ainda se notão em todos estes municipios

(*) Ilmo. e Exmo. Srn.
A Camara Municipal d'esta Villa em sessão ordinaria de hoje, tem a honra de em cumprimento do que lhe foi ordenado em officio nº 6 de 13 de Janeiro d'este anno, devolver a V. Exa. os exemplares impressos do questionario e modelo que para esse fim foram remetidos pelo Bibliothecario da Bibliotheca do Rio de Janeiro.
Deus Guarde a V. Exa.

Paco da Camara Municipal da Villa de Cav.ª 11 de Junho de 1886.
Ilmo. e Exmo. Srn. Dr. Presidente d'esta Provincia.

Francisco d'Almeida Curado
Miguel Chrysostomo de Carmo
Gualter Ribeiro de Freitas
Joaquim Antonio da Silva
Ney Gomes Curado
Delfino Thomaz de Bastos
Joaquim de Almeida Salerno

comessarão a ser povoados. Resta que o Exmo. G. lance suas vistas sobre esta ocorrencia. Os pequenos ribeirões são tantos neste municipio, que só depoio de um trabalho moroso, e talvez de pouca importância, se poderia levar a effeito.

3º Quaes as serras e morros? (') = São tantos que nos parece impossível enumerar, só notaremos os principaes 1º a Serra de Sant'Anna que não é senão a continuação do braço da serra geral, que parte da chapada da Formosa, deste nascem a Serra dos orfãos, da boa vista, de S. José, serra do ronco, morro do ouro, e morro encantado; todo o municipio é escabroso e grande parte inabitável. A Villa de Cavalcante se acha edificada em um pequeno vale nas vertentes do rio das almas e margem esquerda do ribeirão Lavapés, em um dos pontos mais planos.

4º Quaes os lagos e portos? Não existem lagos nem mesmo insignificantes. So temos, comerciante, o porto de S. Felix, os mais são portos de travessa, por exemplo no paraná, rio dos boes, e Almas, na estrada para Arrayas, no rio preto e tocantins na estrada para S. José, cujo tranzito se faz em canoas.

5º Qual a lavoura? Muito pouca, e é de milho, feijão, arróz, trigo, mandioca, e café, sendo que as especies são a cana de assucar, café e trigo para o que os terrenos parecem ser os mais apropriados.

6º Qual a industria? As unicas industrias são a pastoril e o fabrico de aguardente e assucar, tudo em pequena escala, achando-se abandonada a estração do ouro que em outro tempo tanto preocupou a população, e que ainda deixa preocupar em vista da abundancia deste mineral em todo o território cavalcantense. O celebre morro e buraco do ouro, sitos nos suburbios desta Villa, ainda há de provocar a cobiça de alguma companhia de mineração, que não se arrependerá, em vista das tradigões e lendas que se acha na boca do povo.

7º Quaes os povoados, ainda os mais insignificantes? Esta Villa de Cavalcante que é a sede de Com. do m. nome, as Arraias (freguesias) de S. Felix, e Nova Roma.

8º Qual a população do Municipio? A este resp. nada podemos dizer com segurança, calculamos porem em seis mil almas a população, e se houver diferenca não pode ser gred.*

9º Q que dis a tradição a respeito do origem dos povoados?

Esta Camara nada pode adiantar do que ja fas parte da estoria, e que é, que a povoação de S. Felix commessou em 1776, em consequencia das ricas minas de ouro ali descobertas por Carlos Marinho; floreceu por alguns a. afoi decai com o abandono das lavras e invasões dos selvagens, que por muitas vezes causaram gred. prejuízos na lavoura, e fizerão m. mortes. Nova Roma = Este lugar, foi ha poucos a., descoberto por alguns lavradores que atraídos pela fertilidade do solo, e salubrid. de seu clima, ahi se forão arraizando; cultivâo m. arróz, trigo, mandioca, cana e café, e de tudo exportão, p° os municipios vizinhos; disem que a parte ali, vegeta com tanta forçã como as trepadeiras indigenas, mas ninguem a cultiva. Villa de Cavalcante = Foi descoberta por um tal Domingos Pires, em 1740, o qual em consequencia da abundancia de ouro que encontrou promoveo e obteve effectuar uma sociedade de mineração, e foi tal a quantidade que tirarão que o governo resolveu mudar p° esta Villa a fundição q existia em S. Felix nesse tempo, tudo feito pelo braço escravo, mas com a escassass d'estes pela privacão do traffico, e mesmo por terem extrahido o que havia mais facil, forão abandonando a mineração a ponto de extinguir se esse trabalhu; sendo o pequeno vale em que se acha a villa m. falta de matas para a cultura, forão morrendo os moradores, sem que novas as viesse substituir, de sorte que se acha em uma

(') Em nova Roma ha grandes locas, das quaes extrahem anualmente muitas arrobas de salitre, que exportão.

decadencia ademiravel. Existem ainda uma boa e bem conservada cadea com casa de Camara, uma boa matriz, e outra Egreja de Senr.* da Boa Morte.

10º Qual o clima do Municipio? - Em geral o clima e temperado, marca o termometro cent, na estação fria de 14 a 22 graos, e na quente, de 20 a 30, e com quanto aparessão algumas febres intermitentes, nos paes que são adequiridas no proximo vale do paraná, onde maior p.º dos moradores deste municipio, tem suas faiendas de creser.

11 Quaes as estradas de ferro que possui? Nenhuma.

12. Terá estação telegraphica? Por ser que sim, pode ser que não.

Pão de Camara Municipal de Cavalcante, 11 de Junho de 1886.

Francisco d'Almeida Curado
Miguel Chrysostomo do Carmo
Joaquim Antonio da Silva
Ney Gomes Curado
Delfino Thomaz de Bastos
Gualter Ribeiro de Freitas
Joaquim de Almeida Salerno
PROVINÇA DE GOIÁS
COMARCA DO PARANAHYBA
MUNICÍPIO DE ENTRE RÍOS (*)

Aspecto geral - Este município é geralmente plano, e se compõe de extensos campos, notando-se em muitos lugares algumas matas e buritizeas, só tendo uma serra denominada Cristaes ao sudueste, que dista vinte e duas legoas.

Mar e portos - Não está no litoral, e algum rios que adiante serão mencionados não são navegáveis por vapor.

Serras - A serra dos Cristaes está em linha divisória entre este município e o de S. Luzia.

Rios - Seu território é regado pelos rios Verissimo, em distância de 6 legoas (no lugar mais próximo), Corumbá a oito leguas e o Paranahyba a desesse legoas. Todos correm do nascente ao poente, excepto o rio Corumbá que é do norte ao sul, e são navegáveis para canoas. Diversas experiências se têm feito para a navegação a vapor pelo rio Paranahyba o que não se conseguiu para este município por causa da espantosa caixaça Dourada no município da Villa Bella de Morrinhos.

Salubridade - O município é geralmente salubre, e nunca manifestou-se casos de febre amarela, cólera morbus, e variola, porém aparecem nas margens dos rios Corumbá e Paranahyba, depois da estação das chuvas, febres intermitentes, e raramente febres malignas, molestias pulmonares e algumas enfermidades comuns dos climas intertropicais.

Minerais - Os minerais mais usuais são: a pedra de construção, barro de olaria e ferro em pedra. Ha opiniões de ter jasida de carvão de pedra o que tem sido manifestado por pessoas entendedoras da matéria, e a Camara Municipal já renetou uma amostra ao Presidente da Província. Ha também a pedra de cristal conhecida pela melhor do mundo, e milhares de arrobas têm sido conduzidas para o Rio de Janeiro e para a Europa, cujas pedras são extraiadas da mencionada serra e que tem seu nome. Em todos os rios tem se tirado ouro e diamantes.

Madeiras - Ha muitas espécies de madeira de construção e merecem especial menção as seguintes: a arroba por sua duração e fortidão, beija vermelha por ser toda marchetada e bordada de amarelo, da qual se fá ricas mobiliás para o uso doméstico e o jacarandá, sucurirá, balsa, cedro, amoeira, ipé, vinhático, garapá, angico, tambu, peroba, por serem também de muita duração e muito empregada em construção.

Fructas silvestres - Cajú, goiaba, aracá, gabiroba, araticum, maracujá, marracu, mangaba, pitanga, frutos de diversas palmeiras dos quais alguns são cultivados nos hortos.

Animas silvestres - Onças, pintada e parda, tigre, anta, caitiú, capivara, preá, gato do matto, veadeiros diversos de especies, macaco, guaribas, raposa, queixada, coelho, tamanduá bandeira, tamanduá mirim, lobo e tatius. Quanto ás aves encontra-se nos mattos mutum, pavão, jat, jacu, pato, marrecos e arancu. Nos campos ha perdizes. Também abunda de araras papagaios e periquitos os quais prejudicão

(*) Paço da Camara Municipal da Cidade de Entre Rios, em 14 de Abril de 1881.

Ilmr Senr. Doutor Benjamin Franklin Ramis Galvão, M.D. Bibliotecario.
José Benevenuto e Mendonça.
João de Sousa Pereira.
Jóaquim Jacintho Duarte Manco.
Francisco Domingues Ferreira de Sousa.
Francisco Ignacio de Salles.
José da Cruz Machado.
Francisco Vaz da Costa.

N.B. Também tem curso pela divisa deste município o rio São Marcos, que nasce nos Arrependidos, município da cidade Formosa da Imperatriz, e atravessa-o em maior ou menor distancia, nunca menos de desesse legoas.

muito as lavouras. As aves cantoras são o sabiá, canário, melro, urutuá, e muitas outras. As abelhas que fornecem o excelente mel são as seguintes: mandaguai, mandaçaia, jati e begui. A par destes insectos ha outros que prejudicam as plantações como sejão: o púrpio e gafanhotos. Os rios fornecem diversas espécies de peixes: dourado, pracaçubja, jaiú, piaupara, pacú e muitos peixes miúdos.

**Historia** - Esta cidade há quarenta annos, pouco mais ou menos, foi primitivamente territorio doado ao Divino Espírito Santo, por um individuo de nome Destravam que havia promettido por ocasião que foi mordido por uma cobra. Foi elevada á freguesia com o nome de Vaevem e com a mesma invocação no anno de 1838, e elevada á villa no anno de 1870 e como tal separada do município de Catalão, e finalmente elevada á cathedoria no dia 1º de maio de 1880.

**Topographia** - Esta cidade está situada na margem esquerda do ribeirão Vaevem, entre os dois rios, Veríssimo e Corumbá. As ruas são geralmente tortuosas, algumas casa bem construídas e a maior parte d'ellas são terras. Seus principaes edifícios são a igreja matriz e casa da Câmara em pessimo estado.

Trata-se de construir um cemiterio e de reedificar a capella de N.ª S.ª d'Abbadia e construção da de N.ª S.ª do Rosário.

Ha diversas casas de comerciantes.

**População** - Segundo o ultimo recenseamento, consta a população livre de 5.000 almas e a escrava de 400. Desta população habita a cidade 600 almas comprehendidos 50 escravos. Não há aldeamento de índios.

**Agricultura** - Lavoura: consiste em pequena escala a cultura de café e em maior cana de açúcar, mandioca, tabaco, algodão, milho, arroos, feijão, mamona e amendoim.

Também se cultiva algumas espécies de fructus: laranja, lima, romã, banana, pecego, marmelo, ananaz, melancia, pepino, manga e outras fructus hortenses, além de diversos legumes.

**Crações** - a grande criação consiste em gado vacum, cavallar, lanço, cabruno e suino, sendo o primeiro em maior escala. Há diversas fazendas, que se ocupam desta indústria.

**Pescas** - não dá para o consumo diário.

**Industria fabril** - A industria fabril consiste em açúcar, agoardente, fumo, farinha de milho e de mandioca, telhas e tijolos. Também há tecidos de algodão em teares.

**Commercio** - A exportação limita-se em gado vacum, cavallar e suino, e em pequena escala generos alimenticios.

A importação consiste em todos os generos do estrangeiro.

**Instrução pública** - Ha duas aulas dos sexos masculino e feminino.

**Divisão ecclesiastica** - Pertence este municipio ao Bispado de Goyaz, e tem somente uma freguezia.

**Distancias** - Dista esta cidade da capital da provincia 65 legoas. Das villas e cidades confrinantes: 
Á villa de Santa Cruz ao norte, 12 legoas.
Á villa de Santa Luzia ao nascente, 40 legoas.
Á cidade de Catatão ao sul, 12 legoas.
Á villa Bella de Morrinhos ao oeste, 20 legoas.
Á cidade Paracatú, Provincia de Minas, 32 legoas.

**Curiosidades naturaes**. Nada há digno de menção.
PROVINCIA DE GOYAZ (*)
COMARCA DA FORMOSA
DESCRIPÇÃO DO MUNICÍPIO DA CIDADE FORMOSA DA IMPERATRIZ.

Aspecto geral - Do lado do Norte e do leste é este Município montanhoso, coberto de matos e
collinas; ao oeste se compõe de campos e matos. Ao sul nota-se campos em terrenos productivos.

Serras - As serras que formam a parte montanhosa do Município, são: à do Biserra que se estende
à de Santo Antonio à Municípios vizinhos; às Araras, Corcunda e São Pedro, que distam d’esta Cidade
poucas léguas; à do Cocal e da Bandeirinha, em distancia pouca uma da outra.

Rios e lagos - O território é banhado pelos rios - Bandeirinha, Maranhão e Paraná, afluentes
do Araquaya, Santa Rita, Giboya, Jardim Arrependidos e Biserra - afluentes do Rio-Preta, e este
afluente do São Francisco; Sitio Novo, Mestre d’Armas e Paranhá que formam o São Bartholomeo
afluente do Rio da Prata.

As lagos mais importantes são: Freia, Formosa, de Peixe, do Biserra e Bonita; algumas bastante
pesosas e comem caças; em parte são fundos suficientes para canoas.

Salubridade - O Município é geralmente salubre, aparecem porém em alguns pontos, mórmente
depois da estação chuvosa, febres palustres, intermitentes e pleuriz, notando-se, que a enfermidade
que mais vítima faz em todos os tempos é a hidropisia, ignorando-se a causa que origina esse mal.

Minerais - Os minerais mais usuais são pedra de construção, ferro, calcarea e salitre. Ha
suposição da existência de ouro, no se tem por em verificado.

Madeiras - Há muitas especies de madeiras de construção e de marcenaria; as mais importantes
são: jacarandá, balsamo, arco, umburana, araçá, cedro, tamboril, peroba, pão-ferro ou violeta,
perobinha, sucupira, garapa, vinhático, ladim, cabohy, brabuna, jacaré, angico, canela de velho e
jateú, além de outras muitas qualidades.

Fructus silvestres - Cajú, goiaba, arãça, guabiroba, araticum, pequi, bacupary, gravatá, pitomba,
pitangas, jaboticaba, saputí, mangaba, cabo de machado, maracujá, grão de gallo, jatoba, janipapo, angá,
cocos-lícory, chodó, andaya, boririba, guariróba, palmitos, e gerívá & & sendo algumas destas cultivadas.

Animalia silvestres - Anta, caiuti, queixada, veados de diversas especies, coelhos, capivara, pradé,
onças (pintada, tigré, e suasuranha), gatos (pintados, pretos e pardos), guará, lontras, tamanduás
(bandeira e mirim), tatús (canastras, viadeiros, bado, peba, galinha e boi), papa-mel, muritaca, caca,
sapussa, guachinim, costi, paca, uriz caixeiros e outros muitos.

As aves que se encontram nos matos são: mutum, joá, inhambú, saracuras, inhumas, guachos,
grande e pequeno, caburé, jacu, socó grande e pequeno, pavásinho, cão-cão. Nos campos: quem-
querem, perdizes, codornas, émas, syriemas, abundam as araras, papegaios, perequitos, jandaias,
maracaiáns, maritacas, passaros-pretos as quaes prejudician excessivamente a lavoura.

As cantuarias são: o sabiá, pinta-silgo, canarios, patitivas, curricho, mutum, joá, inhumas,
pavásinho, João de barro, saracuras grandes e pequenas, caburé, João-conquinho, passaro-preto,
bucutos & &

(*) Provincia de Goyaz.
Palaço do Governo, 26 de Abril de 1886.
Ilmo. Serr.
Transmitido a V. S. as informações juntas prestadas pela Câmara Municipal da Cidade Formosa sobre as circunstancias
topográficas do respectivo Município.
Deus Guarde a V. S.
Guilherme F. Cruz.

- 187 -
As abelhas que fornecem óptima cera e mel, são: bijuihi, urucú, patubia, manda-saia, mumbuca, mocca-branca, mandaguary, pirati, marmelada, borá manco e bravo, chupé e arapuá, este é ordinário; juntos a estes insetos ha outros muitos nocivos às plantações como sejam a saúba, formigas, grilos, gafanhotos, & &.

Os rios fornecem diversas espécies de peixes, taes são: durado, surubym, pacú, tubarana, trahira, pirapetinga, pira-canjuba, jahú, mandym, cruvina, caxoro, tremete-treme, bicudo, molle e bagre, pião e outros mais.

Historia - A Cidade Formosa foi primitivamente, uma povoaçaõ pouco habitada, e creada ha longos annos por caçadores, depois conhecida pela denominação - Couras, por serem as suas casas cobertas de pelles de animaes; em 1833 a 1838 augmentando-se sua população e commercio com Minas e Bahia, edificou-se uma capella com a inovaçaõ - Nossa Senhora da Conceição. Pela ley Provincial de 1838 foi erecta em Freguesia de natureza collativa, e a 1º de Agosto de 1843 - elevada a cathegoria de Villa, e instalaçaõ a 22 de Fevereiro de 1844; a 22 de Julho de 1877 foi elevada a cathegoria de Cidade, sendo instalada a 20 de Setembro do mesmo anno. Fazendo parte da Comarca da Imperatriz, foi separada e creada a Comarca pela ley Provincial de 10 de Julho de 1878, composta dos Municipios da mesma Cidade e da freguesia de Mestre d’Armas.

Topographia - Esta Cidade está assentada sobre o espinhaço da serra geral, quasi na forquilha em que esta se divide em dois ramos, um que segue á esquerda para Cavalcante e outro á direita para a Posse e São Domingos, formando no meio d’estes o Vão do Paranã; uma parte d’elle occupa terrenos elevados, a outra se estende na planicie aatrindo as suas nascentes alguns moradores para este ponto que, pela uberdade de seu solo, ameno clima, salubridade e pastos bons, animaão aos negociantes de Minas, Bahia e d’outras procedencias a todos os annos em tempos de esto, virem negociar com gado, sola, pelles, salitre e animaes cavallar, & &. permitendo-os pelas suas mercadorias.

As ruas são algumas estreitas, mais outras se observão largas e rectas; suas casas são em sua totalidade terreas, e em parte bem edificadas.

Seus principaes edificios são: uma Igreja com a invocaçaõ de Nossa Senhora da Conceição, servindo presentemente de Matriz, Casa da Camara que serve de Cadêã, e o Semiterio publico. Está em construçaõ uma outra Igreja que será a Matriz.

Existem diversos estabelecimentos commerciais.

População - Calcula-se em dose mil almas (12) incluindo-se n’esse numero, quatrocentos trinta e sete escravos (157).

D’esta população habitam a Cidade duas mil almas, comprehendidas cento e cincoenta escravas.

Agricultura - A fumana consiste na cultura do caffe, canas de assucar, milho, arroz, feijão, mandioca, amendoim, batatas, trigo em pequena quantidade, tabaco e algudão; além d’estes se cultivão algumas espécies de fructas, como laranjas, mangas, romãs, bananas, marmello, acta ou pinha, ananás, melancia, aboboras, morango, pepinos, quiados, e outras fructas além de legumes diversos.

Criações - A grande criação consiste em gado vacum e cavallar; lanigerro, cabrum e suino em pequena escala. A pequena criação consiste em aves domesticas. Há pouca pesca, a qual consome-se na Cidade.

Industria fabril - A industria fabril consiste em assucar, aguardente, fumo, farinha de milho e de mandioca, obra de olaria, como sejam louça de barro, telha e tijolos.

Existem tambem diversas tentas de sapateiros, ferreiros, selleiros, alfaiates, carpinteiros, marchineiros, pedreiros, e ourives; em algumas d’estas trabalham com alguma perfeição.

Commercio - A exportação consiste em gado vacum e cavallar, sola, couras, fumo e salitre.

A importação consiste em fasendas, ferragens, drogas, louça, molhados, chapeos e objectos de armarinho vindos do Rio de Janeiro.

As exportações são em geral para as Provincias de Minas e São Paulo; as mercadorias importadas do rio de Janeiro são recebidas nas ultimas estações das vias ferreas d’aquelles pontos, pelos tropeiros que as transportam á esta Cidade em costas de animaes.

Instrução - Existem duas escolas publicas da instrução primaria, sendo uma do sexo masculino e outra do feminino, além de particulares.
Divisão eclesiástica - Pertence este Município à Diocese de Goiás que divide-se em duas paróquias, à esta Cidade e à de Mestre d'Armas. Foi elevada aquelle em 1º de Agosto de 1843 como já se disse e esta pela Resolução Provincial de 2 de Abril de 1880, distando desta Cidade sete leguas ao sul.

Divisão policial - O Município conta uma Delegacia e duas Subdelegacias, à esta Cidade e do Distrito de Mestre d'Armas, assim como 35 quarteiros que tem as seguintes denominações: Rua Formosa, Rua das Mineiras, Rua dos Ourives, Rua de Goiás, Rua do Dr. Antero, Larga, Santa Rita, Agua Clara, Capitinga e Furados, Araras, Barreiro do Meio, Santa Cruz, Lagoinha, Santo Antonio, Tabaco, Biserro (devedido em dois), Burithy, Comprido, São Lourenço (devedido em dois), São Bento, Burithy Vermelho, Lamarrão, Manga, Mestre d'Armas, Lagoa, Sonhina, Pindahybas, Buraco, Lambary, Corrego Rico, Santo Antonio das Brancas (devedido em dois), Agua-fria e Estreito.

Obras públicas - Paço da Câmara Municipal e Cadeia.

Rendas - As rendas municipaes são constituídas pela imposição de 100 rs. pela produção do gado vacum e cavallo; 1$000 por cabeça de gado vacum para o consumo; 500 rs. por cabeça de gado suino; 800 sobre cada metro de terreno concedido para edificação; 1$000 sobre cada negociante de fасendas ou tavernheiro; 1$000 sobre barril de aguardente importado; 500 rs. sobre rolo de fumo importado; 800 reis por cada taboa, importada: 800 reis por cada buro curtilo, exportado: 800 reis por cada meia solla, exportada: 1$000 sobre matricula de carros do Município; 2$000 rs. por afferição de metros; 700 rs. por balanco pequeno até 100 grmas.; 1$200 por tono de pesos de 500 grmas.; até 15 klyos: 1$200 por medida de seccos, de 1 até 20 litros; 6$000 por nascatos do Município; 12$000 por negociante da Provincia e fora do Município; 5$000 sobre negociantes de fora da Provincia; 12$000 sobre Retratistas e Dentistas; 12$000 sobre espetaculos publicos; 5$000 sobre cada secpultura aos adultos, e 3$000 aos menores.

Há mais imposições que nenhum rendimento dão à Municipalidade, tendo porém outras rendas como seção — as multas e beens eventuaes.

No último quinquênio as rendas municipaes subiram a Rs. 4,313$417, e no último exercicio, a soma de Rs. 981$818.

A Collectoria geral rendeu no último exercicio Rs. 2.051$778 e a Provincial Rs. 2.252$164.

Curiosidades naturaes - Do lado oriental da serras das Araras existe uma caverna com em metros de circumferencia e duzentos de profundidade; notando-se que aquella circumferencia é no seu asento, a bocca, porém, é muito menor.

Essa caverna é cercada de lagos contendo em seus arredores bôas madeiras de construção; dentro ha matos de cultura e ha probabilidade de extrair-se bem salitre: existe tambem agua porem salobra. Dista sete leguas d'esta Cidade a dita caverna, e para penetrar-se n'elle, só auxiliado por cordas, isto mesmo com grande dificuldade.

Existem tambem duas cascataes em o citado rio - Bandeirinha, em distancias d'esta Cidade: uma a legua e meia e outra a uma legua. Suas alturas e de varios metros, especialmente á da que se acha em maior longitude, pois que, nas horas silenciosas ouve-se o seu bramido perfeitamente.

Existe mais em distancia de meia legua d'esta Cidade, nas margens do referido rio - Santa Rita, um poço do qual se extrai-re sitio e para area muito propria para os trabalhos de fundação. Tem esse poço uma pequesa circumferencia portuma profundidade desconhecida.

Para a extracção da area é necessario muita prudencia e cuidado, pois que tem cile a propriedade de solver qualquer objecto, que se lhe toque por levemente que seja.

Distancia - Dista esta Cidade, da Capital da Provincia, 408 kilometros. As distancias das Villas e Cidades confinantes são as seguintes:

- À Cidade de Santa Luzia - 120 kilometros, ao sul; à Villa de Sao Jose do Tocantins - 216 kilometros, ao noroeste; a Villa de Santa Rosa - 72 kilometros, ao noroeste; à Villa do Forte - 180 kilometros, ao norte; à Cidade de Paracatu (Minas) - 240 kilometros, ao sudeste.

O Município conta quatro estradas reaes que são: para Santa Luzia e Capital, Paraná, São José e Minas Geraes.
Paço da Câmara Municipal da Cidade Formosa da Imperatriz em sessão ordinária de 9 de Abril de 1886.

Ermingo Diocleciano de Loyola
Valeriano Rodrigues de Castro
Honório de Souza Lobo
Francisco de Paula Mello
Reginaldo José Lins Negro
João Fernandes de Sousa.
PROVINCIA DE GOYAZ
CAMARA DE SANTA CRUZ, QUE SE COMPÔE DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CRUZ E VILLA BELLA DE MORNINHOS (*)

DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE MORNINHOS.

Aspecto geral - Este município é geralmente plano, e compõe-se de extensos campos, cobertos de matas as mais das vezes nas margens dos numerosos rios que o banhão.

Mar e portos - Este município é todo central, e o maior volume d’água que por elle passa e que serve de divisa da província de Minas, é o do Paranahyba, que, quanto seja volumoso, contudo não se presta a navegação, e fornece duas portos que dão entrada e saída à exportação e importação por meio de barcos tocados a remos.

Ilhas - Ha neste rio duas ilhas cobertas de matas, medindo uma mil e quinhentos braças de comprimento mais ou menos, e outra a metade desta.

Serras - A unica serra que faz parte deste município é a serra denominada de Caldas Novas, bem notavel pela sua configuração, elevação e a seus poços d’água termas, onde os leprosos e reumáticos se vão procurar alívio para seus males, banhando-se nelas: esta serra, sem ter seguimento de uma outra, surge isolada da terra com uma extensão de quatro legoas de comprimento.

Rios e lagos - Seu território é regado e cortado por diversos rios, todos navegáveis para canoas, sendo o mais importante o Paranahyba, depois delle o rio Corumbá, Peracamba, Meia ponte e o rio dos Bois, todos tributários do Paranahyba que a elle se unem dentro da extensão de 50 legoas.

Salubridade - O município é geralmente salubre, mas á margem dos rios Paranahyba, Meia ponte e dos Bois, aparecem, depois das chuvas, febres intermitentes. Em 187(*) estas febres causarão grande prejuízo à população, viandantes, chegando o preço do sulphato de quinina, único remédio infalível, á 10$000 reis por 0/8.

(*) Paço da Camara Municipal de Villa Bella de Morninhos, em sessão ordinaria de 25 de abril de 1881.

III "Sr.

A Camara Municipal de Villa Bella de Morninhos, achando-se de posse de circular de V. S.ª como Director da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro firmada em 2 de Janeiro do corrente anno, vai levar ás mãos de V. S.ª o rude trabalho da descrição deste município, conforme solicitou na referência circular, e de acordo com o questionario, que a ella acompanhou. Não fôi senão por um dever que esta Camara tratou de analise do seu pai, pois ella será á mais indiga de ocupar uma pagina da exposição da historia e geografia do Brazil. Pela pequena exposição deste município verá V. S.ª o vergonhoso estado de atraso em que nos achamos, mas certificamos a V. S.ª que todo esse atraso parte só unicamente de faltar das vistas dos governos sobre esta tão rica como desgraçada provincia. Onde que d’ora em diante, pela pequena exposição deste município, os governos tomem em consideração o desenvolvimento dessa província e município, rica em todos os 3 reinos da natureza. Esta Camara, certa do triste papel que vai o seu municipio representar na proxima exposição, vem ponderar a V. S.ª que talvez fosse conveniente guardar no arquivo da Bibliotheca Nacional a triste exposição deste município, do que poderia ao mundo inteiro o estado, em que se achá a parte deste grande império do Brazil, se não diz em progresso e civilizado. Esta Camara agradecendo as dedicadas palavras do ultimo tomo da citada circular, oferece aos representantes da Bibliotheca Nacional é da qual é V. S.ª muito digno Director, o seu fraco concurso para tudo que for útil ao nosso pai, e aproveita o inceo para apresentar a V. S.ª os protestos de mais subida consideração aos dignos membros encarregados da Bibliotheca Nacional.

D.ª G.ª a V. S.

III "Sr. D.ª Benjamim Franklin Ramiz Galvão.

M. D. Diretor da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

Candido Martins Parreira - O Presid.*
João da Silva Camargo.
João Domingos da Silva.
Jozé da Costa Xavier.
Pedro Nunes da Silva.

(*) O ano está incompleto no original (N.da R.)

Minerais - Alem de grande quantidade de pedras de construção, inclusive a pedra de sabão, existe ottimo barro de olaria. Existe tambem ouro em abundancia na faldas da serra de Caldas, e no distrito de Santa Rita do Pontal, onde consta haver em grande quantidade, pois existe um roteiro do entrepedido (sic) descubridor destes seroes de nome Anhanguera dando este distrito como riquissimo de ouro, indicando tambem a perda de uma espada com copo de prata, a qual sendo achata, foi desmanchada em uma cobra para a imagem de Santa Rita e padroeira dessa localidade. Ha muitos materiaes aproveitaveis, e talvez o carvão de pedra, mas infelizmente a provincia, de que faz parte este municipio, até hoje esta esquecida dos governos do paiz. Dentre estes minerais faz parte o diamante, cristais de cores e grande abundancia de salinas aproveitaveis á criação do gado.

Madeiras - Ha diferentes especies de madeiras de construção e marecnaria, taes sao: aroeira, jacarandá, balsamo, sucupira, ipê, oleo, viulatico, cedro, jatubá, peroba e muitas outras que se prestao com solidez a qualquer construção.

Fruitas silvestres - Cajú, goiaba, araçá, goabiroba, araticum, pequi, maracuja, macamellada, limão do matto, pitangas, bacopary, guapervá, jatubá, mangaba e muitas outras.

Animais silvestres - Antas, caitiitis, quirique, vazados de diversas especies, coelhos, capivaras, onças, gatos do matto, cutias, macacos, rapozas, lobos, irares, pacas e outros. Encontrao-se nos matos, diferentes aves como seio: mutuns, maqueus, jaos, inhambas, capoeiras, inhumas, jacus, etc. Nos campos ha perdes em quantidade, emas, seriemas, corodoras, sodebos e sodebosses. Tambem ha abundancia de araras, papagaos, periquitos de diversas especies que muito prejudicao a lavoura. As aves ou passaros cantores, sao: o sabia, patativas, ues, pintacilgos, povi, dragonas, joao couquinhas, e outros. Abundao nas mattas e nos campos diferentes especies de abellas, taes sao: jatahy, manastaia, mumbuca, uruçu, borã, mandaguay, bejoy, arapuã, as quais fornecem excelente mel e cera. Os rios fornecem diferentes especies de peixes, como seio: dorado, piau, carana, jabo, pirapitinga, piracanjuba, mandy, peixe espad, papatera, trahira, tabanara, surubim, bagre, pacu, piapara, tumburé e muitas outras qualidades; encontram se tambem em grande quantidade, ararirama, lontra, que costem os peixes, kagados etc.

Historia - Esta villa foi uma pequeno povoao criada em 1825 por Florentino José de Araujo, Antonio Correa e Gaspar de tal, os quaes apossando-se de uma grande sorte de terras, onde se afazendarao, separarao desta uma parte, onde fundarao uma capella com a invocao de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos, por causa de dois morros elevados coniguos á povoao. Por lei provincial de - (N) foi ereta em lreguiao, por outra de 1856 foi elevada á categoria de villa, e como tal separada do municipio de Santa Cruz á que pertencia.

Sendo suprimida por desacordo politico, foi de novo elevada á villa em 1872. Topographia - Esta villa esta situada á margem direita de um pequeno corrego tributario do Piracicamba com o nome de Minouso, occupando uma excellent planicie capaz de receber a mais bonita cidade. Estando ainda em começo sao poucas as suas rues, mas bem alinhadas. Tem dois largos grandes proprios para serem arborizados. A maior parte de suas casas sao terceas, mas existem muitas assuladas e bem construidas. Seus principaes edificios sao: a igreja matriz, a capella de Nossa Senhora do Rozario apenas comecada, a caza da Camara que tambem serve de cadeia, e o cemiterio publico; todos estes edificios achao-se em mao estado e precisando de reparos. Tem duas pontes importantes, uma sobre o rio Meca ponte, e outra sobre o rio dos Bois na estrada que segue para a capital. Ha diversos estabelecimentos comerciaes.

Populacao - Segundo o ultimo recenseamento consta a populacao livre de milhares, e 699 escravos até esta data.

Agricultura - Lavoura: coexiste na cultura da canna de assucar, mandioca, tabaco, algudão, milho, arroz, feijao. Tambem se cultivao algumas frutas, como seio: abacate, laranja de diversas qualidades, lima, romã, banana, marmelão, ata, ananaz, melão, melancia, pepino, aboborcas, jabuticaba, figo.

---

(Não consta no original a data desta lei. (N da R.))
A criação, digo, a grande criação consiste em gado vacum, cavallar, suino e lanigero em pequena escalla, assim como algumas aves domesticas.

**Industria fabril** - A industria fabril consiste em assucar, aguardente, farinha de mandioca, de milho. Obras de olaria como seja potis de barro, telhas, tijollos, e fumo, sendo este a principal fonte de richeza do municipio, considerado como o mais precioso fumo do Brazil, tanto no gosto, como no cheiro.

**Commercio** - Limita-se somente á exportação em gado vacum, cavallar, soino, fumo e couros de diferentes qualidades. A importation consiste em sal, café, ferragem, vidros, louças, pannos e outros objectos de fábricas estrangeiras, ou nacionaes, como vinho, cerveja, e outros licores.

**Instrução** - Existe uma unica escola publica de instrucção primaria para o sexo masculino!!! Esta circunstancia por si só é bastante para depor contra o governo da provincia, e mostrar o estado de atraso em que se acha a população deste municipio, assim como todas as mais porque estão nas mesmas circunstancias.

**Divisão eclesiastica** - Pertence este municipio a Diocese de Goyaz e divide-se em tres parochias sendo uma que é a sede do municipio a parochia de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos. As outras duas são a de Santa Rita do Paranahyba a 16 legoas ao sul desta villa e a de Caldas Novas a 10 legoas tambem a leste desta mesma villa.

**Obras publicas** - Paço da Camara Municipal e cadeia que é o pavimento inferior do mesmo paço, e um bom rego d'agua potavel.

**Curiosidades naturaes** - No rio Paranahyba ha uma linda caixeira denominada cachoeira Dourada, a mais interessante possivel, e que merecia figurar na carta geographica do Imperio, como uma das primeiras caixeiras, mas, que por infelicidade desta provincia, dorme ella no esquecimento apesar do seu continuo murmuro.

**Distancias** - Dista esta villa á capital da provincia 48 legoas ao norte. As distancias ás villas dos municipios coninantes são as seguintes: á villa de Santa Cruz, 16 legoas á leste; á villa de Pouso Alto, 9 legoas ao norte, e á Villa do Rio Verde, 40 legoas ao oeste.

Paço da Camara Municipal de Villa Bella de Morrinhos, 13 de maio de 1881.

O presid. "
Candido Martins Parreira.
Pedro Nunes da Silva.
Januario Rugerio de Moraes Montemândio
João da Silva Camargo.
Jorge da Costa Xavier.

---

PROVINCIA DE GOYAZ
CAMARA DE RIO PYRACANJUBA
MUNICIPIO DE MORRINHOS (*)

Aspecto geral - Este Municipio é geralmente plano, e compõe-se de extensos campos e soberbas mattas ao mais dóo veses nas margens dos numerosos rios, que o banhão.

Mar e portos - Não existem por ser todo central.

Ilhas - Existem no Rio Pyrakanjuba, um dos maiores tributarios do Paraná, duas elegantas ilhas cobertas de mattas medindo a mais importante 6 kilomètres de extenção mais ou menos e 1 de largura, medindo a outra 2 kilometros de extenção e 500 metros de largura, alem de outras ilhas que não merecem descrever-se.

Serras - A unica serra que faz parte deste Municipio é a denominada de Caldas Novas, bem notável pela sua configuração, elevação, e pelos seus poços de aguas termaes, onde os rheumaticos vão procurar allívio para seus males; esta serra surgiu isolada da terra com uma extenção de 21 kilometros.

Rios e lagos - Este Municipio é regado e cortado por diversos rios todos navegaveis em canoas, sendo o mais importante o Paranahyba, depois elle o Comumbá, o Pyrakanjuba, o Meia Ponte e os dos Bois, todos tributarios do primeiro, que a elle se unem dentro da extenção de 500 kilometros; o seu curso é de nascente ao sul.

Salubridade - O Municipio é geralmente salubre, mas a margem dos rios Pyrakanjuba, Meia Ponte, Rio dos Bois, aparecem depois da estação chuvosa, febres paludosas. Em 1874 estas febres causarão tão grande prejuizo à população de Santa Rita do Paranahyba, deste Termo, aos viandantes que por elle transitarão, que o preço do sulphato de quinia, unico remedio infalivel, tocou ao exaggerated preço de 10$000rs, a oitava.

Minerais - Alem da grande quantidade de pedras de construção, inclusive a pedra denominada de sabão existe optimo barro de olaria. Em grande quantidade abunda o ouro nas fraidas da serra de Caldas, e no districto de Santa Rita do Pontal, onde consta haver grande abundancia em vista de um roteiro do intrepidio Anhaguera, descobridor destes serões, considerando este districto como o mais rico de ouro, do mesmo roteiro consta ter-se encontrado nesse lugar uma espada com copos de prata, que sendo desmanchado produzio uma coroa para a imagem de Santa Rita do Pontal, a Padroeira do districto. Há outros materiaes aproveitaveis, e talvez o carvão de pedra, mas infelizmente a Provincia, de que pertence este Municipio, jáz esquecida dos governos do Paiz. Dentre estes minerais também figurão o diamante, crystaes de diferentes cores e sal de outras tantes qualidades.

Madeiras - São bem diferentes as especies de madeiras de construção e marcinaria. Taes são: aroeira, jacarandá, balçamo, sucupira, ipé, oleo, vinhatico, tamboril, cedro, jabutá, peroba, gonsalo alves, cabauna e outras mais.

(*) Paço da Camara Municipal da Villa Bella de Morrinhos, em 12 de Maio de 1886.

Ilmo. S/Y.

A Camara Municipal, satisfeito a exigencia do Governo desta Provincia, em oficio de 13 de Janeiro do corrente anno, remete a V. S.º o questionario respondido sobre circunstancias topographicas deste Municipio. E bem difficil daram-se todos os esclarecimentos necessarios, mas esta Camara esforço-se em informar o que esteve ao seu alcance.

Deus Guarde a V. S.º.


Pedro Nunes de Silva, presidente
Antonio Alexandrino da S. Pinto
Manoel Afonso da Silva
Cyrillo Cardozo de Almeida

---

Fratas silvestres - Cajú, goiaba, araçá, guabirosa, araticú, piqui, maracujá, mangaba, marmellada, limão do matto, jaboticaba, bacapora, guapera, &.

Animais silvestres - Anta, caititi, queixada, veados de muitas espécies, coelho, capivara, onça, gato do matto, jaguar, macacos de diferentes espécies, irara, lobos, raposa, lontra, ariranha, tamanduás, tatú, &. Encontrar-se no matto diferentes aves, bem como o motim, macuco, jaó, inhambú, capoeira, inhumá, jacu. Nos campos abundam perdizes, emas, siriemas, codornas. Também há abundância de araras, papaegas e periquitos, que muito prejudicam a lavoura. As aves cantoras são: sabiá, patativa, tê, pintaisgo e uma infinidade sem qualificação. Abundam diferentes espécies de abelhas, taes são: jatate, mandasaia, mumbuca, urucu, borá, mandaguary, bijuhy, araruta, cujo mel é excelente. Os rios fornecem diferentes peixes: o dourado, piu, caranha, pyrapitinga, pyraçunja, peixe-espada, papatera, traira, tubarana, jaú, surubim, bagre, mandy.

História - Esta Villa foi uma pequena povoação creada em 1825 por Florentino José de Araujo, Antonio Correia e Gaspar, os quais associando-se de uma grande sortez de terras devolutas, onde se afastarão, delas separarão uma sorte onde levantará uma capela com a invocação de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos, denominando esta derivada de 2 elevados morros contíguos à Povoação. Por lei Provincial de 31 de Julho de 1855 foi erecta em freguesia, por outra de 1856 foi elevada à categoria de Villa, e como tal desmembrada do Município de Santa Cruz, a que pertence. Sendo suprimida pela resolução provincial n° 6 de 19 de Agosto de 1859 por desacordo político, foi de novo restaurada à Villa pela resolução de 19 de Julho de 1871.

Topographia - Esta Villa está situada a margem direita de um pequeno correlo denominado Mimoso tributário do Pyraçunja, ocupando uma excelente planície capaz de receber uma formosa Cidade. Outra em atraso, hoje é rapido e o seu progresso; possui 7 ruas bem alinhadas, 3 largos, sendo 2 próprios para serem agradados. A maior parte de suas casas são assoalhadas e de boa construção; os principais edifícios são: a Igreja Matriz, a Capela de Nossa Senhora do Rosário em construção, a cadeia contendo o Paço da Camara sobre se e um mâu semiter. Possui 5 pontes, sendo 2 mais importantes, a do rio Meia Ponte e dos Bois na estrada que segue para a Capital. Existem diversos estabelecimentos comerciais e industriais.

Poulação - Sendo modico no último recencimento, tem ella hoje triplicado devida á emigração interna, podendo-se calcular em 8 mil almas ou menos livres e escravas, 434.


Industria fabril - A industria fabril consiste em asusar, aguardente, farinha de mandioca, de milho, obras de olaria, como seja: potes de barro, helhas, tijolos e fumo, sendo este a principal fonte de riqueza do Município e considerado como o mais precioso fumo do Brazil, tanto no gosto como no cheiro.

Commercio - Lematia-se somente na exportação de gado vacum, suino, fumo, cursos de diferentes qualidades. A importação consiste em sal, cafe, fazagens, vidros, louça, pannos e outros objectos de fábricas estrangeiras ou nacionaes, assim como o vinho, serveça e outros licores.

Instrucção - Existem duas aulas publicas de instrucao primaria, 1 para o sesso masculino e outra para o femeino.

Divisão eclesiastic - Pertence este Município á diocese de Goyaz, e dividem-se em 3 parochias, sendo 1 a da sede da Villa denominada Parochia de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos; as outras sao: a de Santa Rita do Paranahyba a 96 kilometros ao sul desta Villa e a de Caldas Novas a 60 kilometros ao nascente.

Divisão policial - O Município conta uma delegacia e 5 subdelegacias, a da Villa, de Caldas Novas, de Santa Rita de Paranahyba, do Distrito de Bom Jesus e do Santa Rita do Pontal.

Obras publicas - Paço da Camara Municipal e Cadeia, que é o pavimento inferior do mesmo paço e um bom rego d'agua potavel.

Redas - As rendas Municipaes são constituídas pela imposição de 500 rs. por cada um barril de aguardente, de 6$000 rs. pela licença e a asfrição de pesos e medidas de casa de negocio, de 6$000


- 195 -
Rs. por cada um mascate, que entra no Município, sendo da Província de 50$000 rs. sendo de outra Província, de 4$000 rs. por cada um anel d’água potável, 1$000 rs. por cada cabeça de gado vacum para o consumo, 500 rs. por cada cabeça de suino, 100 rs. por cada cabeça de bezerro, 200$000 rs. sobre os joalheiros que venderem joias de ouro que não seja de lei e de 30$000 ouro de lei; o produto dos bens do evento que é mais importante, multas dos jurados e outras estabelecidas no nosso código. No último exercício a renda Municipal subiu a 600$000 rs. A Collectoria Geral rendeu 2:314$645 rs. A Provincial 851$742 rs.

**Coriosidades naturaes** - No rio Paranahyba há uma linda caxoeira denominada Caxoeira Dourada, a mais interessante possível, e que merecia figurar na carta geográfica do Império como uma das principaes caxoeiras, mas que por infelicidade desta Província dorme ella no esquecimento apesar de seu continuo murmúrio.

**Distancias** - Dista esta Villa da Capital da Província 290 quilómetros ao norte. As distancias às sedes dos Municípios confinantes são as seguintes: á Villa de Santa Cruz 96 quilómetros ao este; á Villa de Pouso Alto 54 ao norte; a Villa do Rio Verde 240 ao oeste. O Município conta 4 estradas sendo uma que se derige á Capital, outra que vai á Villa de Santa Cruz, outra para a Villa de Pouso Alto e outra para a do Rio Verde, todas ellas abertas pelos povos, a exceção da da Capital, que se conserva à expensa do Thesouro Geral e Provincial.

Pão da Câmara Municipal de Villa Bella de Morrinhos, 12 de Maio de 1886.

Pedro Nunes da Silva, presidente
Antonio Alexandrino da Sº Pinto
Manoel Affonso da Silva
Cyrillo Cardozo de Almeida.
PROVINÇIA DE GOIÁZ
COMARCA DE PORTO IMPERIAL (*)
DESCRIPÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO IMPERIAL

Aspecto geral - De alguns lados, este grande município é montanhoso, mas de outros é plano e se compõe de extensas campinas, salvo pequenas matas que se encontra em diversos lugares.

Serras - As serras que formam a parte montanhosa, são as seguintes: Serra Geral ou Espinhaço central que atravessa todo território do município passando longe da cidade 28 quilômetros ao lado do Nascente e se estende segundo dizem até a província do Maranhão; a serra do Carmo que é um galho da Geral, e a serra do Pontal.

Montes - O de S. João, que apesar de ser notável pela sua altura, é desconhecido nos mapas geográficos: dista da cidade 10 quilômetros pela parte do Nascente; o das Carahibas, uma e meia legua de distância a E.S.E.; o monte da Estrela a 60 quilômetros a Oeste, e outros mais pequenos.

Rios e lagos - Seu território é regado por diversos rios; mas delles o mais notável é o Tocantins, o qual, nascendo em Goiás, reune-se com o Araguaia, depois com uma parte do grande Amazonas, passa pelo Pará e desemboca no mar ainda conservando o seu título. Este rio nos meses de Dezembro até

(*) Paço de Camara Municipal de Porto Imperial, em sessão extraordinária de 11 de Março de 1886.

Ilm. Exm. Snr.

Respondendo a carta oficial datada de 16 de Janeiro último e officio de 13 do mesmo mes que V. Exa: se dignou dirigir a esta Camara, ela têm a honra de remeter a V. Exa. as informações exigidas pela Bibliotheca Nacional e o Doutor Moreira Pinto, sobre as circunstancias topográficas deste município; trabalho que, sendo organizado com prontidão, não deixa por isso de faltar alguns pontos, cuja descrição seria de muito interesse para o fim a que elle é destinado.

Deus guarde a V. Exa.


Antonio Dias de Amorim
Camilo Rodrigues da Silva
Donato de Sante Anna
Pacofo José Pedreira
João Bizarra......(ilegível).

Descrição sobre aas circunstancias topográficas do município de Porto Imperial Provincia de Goiás. Organizada de ordem da Camara Municipal pelo vereador L. Leite Ribeiro Porto Imperial Março de 1886

Secretaria da Presidencia de Goiás, 7 de Maio de 1886.

Ilm. e Exmo. Snr.

De ordem de S. Exº Vice Presidente da Provincia transmitto a V. Exº as informações juntas, em originais, prestadas pela Camara Municipal da Cidade de Porto Imperial sobre as circunstancias topográficas do respectivo Municipio.

Deus Guarde a V. Excia.


Servindo de Secretario

O off.º maior
Joaquim Augusto Teixeira de Carvalho e S.º

Abril, tempo em que conserva-se checo pode ser navegado por pequenas lanchas a vapor desde a referida do Pará até além desta cidade; mas, infelizmente, ainda houve pessoa alguma que quisesse fazer esta experiência: uns por faltar-lhes os recursos necessários e outros pelo temor que lhes causa a exagerada notícia que espalha dos perigos das cachoeiras. Os mais notáveis tributários que este rio recebe no município são: Manoel Alves do Sul, Aréas, Mangues, Rio do Sonho e Manoel Alves do Norte, além destes, muitos outros ribeirões grandes que não deixam de contornar água em tempo algum, tais como o ribeirão do Porto, Aquiajuja, Manança, Agua-fría, Taquaruçu, S. João, Lageado, Santa Luzia etc.

Não há lagôa digna de menção: as maiores, não medem 4 quilómetros de comprimento, e muitas delas só conservam água durante a estação das chuvas.

Também não há ilhas notáveis.

Salubridade - O município é geralmente muito salubre, salvo um ou outro caso de fêbres intermitentes na época do inverno: Janeiro à Março e pleurizes nos meses de Agosto e Setembro. No território nunca se manifestou malação alguma epidemica, tais como a fêbre amarela, cholera-morbo e variola; unicamente aparece as vezes o sarampo, mas de um caracter que não tem causado prejuízos a população cristã e apenas faz alguns estragos nos índios que habitam o município.

Minerais - Em todos os lados deste município, existe ouro em grande quantidade, especialmente nas beiras das serras e montes de que se fazem as provas dessa existência, são as escavações, grutas e outros vestígios de grandes e vantajosos serviços que os antigos habitantes fizeram no século passado; entre estes, mencionaremos um dos predecessores da família Lopes de Almeida - que segundo a tradição, muitas vezes seco nos raios do sol e espalham em courcos de gado vacum, arrobas do precioso metal, fruto de alguns dias de trabalho! Também se encontra cristal de diversas cores, indicios evidentes da existência do ferro, e salitre; mas actualmente ninguém se ocupa na mineração por falta de pessoas que tenham preciosos conhecimentos da arte.

Madeiras - Diversas são as espécies de madeiras de construção e de marcenaria. As principais são: rediro, jacarandá, sucupira, oleo, vinhatico, aroeira, angico, pão-brazil, gonçalo-ales, piquiá, iandim, louro e maca-oaxorro.

Fructus silvestres - Cajú de diferentes qualidades, goiaba, araçá, muri, guabiroyba, urutucum, piqui, marcujá, marrelada, mangába, pitomba, buriti, bacaba, caranã, puçá, cícus de diversas espécies, oiti etc.

Animaes silvestres - Anta, javali, caitiu, veado, coelhos, preis, capivaras, onças (tigres, pintadas e sucuranhas), gato do mato, macaco, tamanduá, guariba, ourico cachorro, rapoza, coati, cutia, jabi, niquara, paca, tatú, lobo e outros.

As aves mais conhecidas são: inhuma, mutu, jacutinga, jacupima, macuco, joa, inhambo, perdiz, codorniz, abestruz, seriema, pato, ganso, jaburú, garça, marreca, tucano, arara, papagaiu, jurti, colheiru, pavaoczinho e periquito, este ultimo assim como algumas aves prejudicam a lavoura.

As avelas fornece excelente mel; tais são: a jatuh, bejuhi, tiuba, aratim, tatiara, e a afamada mumbuca que chega dar 50 litros de mel.

Os rios fornece aos pescadores diversas espécies de peixes: pirahyba, jahú, surubim, perauna, curvina, sardinha, piabahua, caranã, babado, trahira, cacoxor, dourado, piranha, assim como mariscos.

Historia e Topographia (*) - Porto Imperial - Esta cidade foi criada pelo Dezembargador Joaquim Theotonio Segurado em 1810, segundo algumas opiniões; porém o verdadeiro motivo de sua criação foi o seguinte:

Os habitantes do arraital do Carnó, tinham uma comunicação activa com os da extinta Freguesia do Pontal: e era aqui o porto de que se serviram para atravessarem os Tocantins; dahi veio a origem de seu primeiro nome - Porto Real.

(*) Para simplificar os nossos esclarecimentos, respondemos estes dos questionarios de uma só vez, referindo-a cada uma das localidades do município em artigo separado.

O Auctor.
Certo especulador, cujo nome ignoramos, edificou uma pequena casa que ainda existiu até poucos tempos, com o fim de albergar os viajantes, e ao mesmo tempo alugava sua canoa para eles passarem o rio; depois foram aglomerando os especuladores, até que quando Segurado por aqui passou, já se contava algumas casas.

Dista da Capital 1.115 quilômetros; foi ereita freguesia de natureza collativa pela lei provincial de 23 de Julho de 1835; sendo povoação, cujo nome é como já dissemos - Porto Real -, foi elevada a categoria de villa com a denominação de Porto-Imperial, e depois a cidade pela resolução provincial n° 333 de 13 de Julho de 1861.

Está situada em terreno elevado na margem direita do rio Tocantins. Contém 317 casas de telhas pares de adobes, destruídas em três largos, seis ruas e seis travessas. Algumas ruas são tortuosas mas outras são largas, rectas e planas. Todas as casas são terceas exceptuando duas assobradadas, porem entre elhas algumas bem vistosas.

Os edificios publicos são: a igreja matriz feita pelo povo, o semiterio e uma capelinha construídos em 1875 por iniciativa do Frei Antonio de Gange e coorducação do povo, a casa da Camara, comprada em 1882 e o producto de uma subscrição promovida pelo Sr. Benicio Pinheiro de S. Anna e a casa da matriz da Diocese também comprada em 1883 com o producto da outra subscrição, promovida pelo Sr. Joaquim Ayres da Silva.

Carmo - Este arraial, que já está em decadencia, foi descoberto em 1746 por Manoel de Souza Ferreira. Dista desta cidade 28 quilometros a Este; foi ereita freguesia de natureza collativa pela lei provincial de 23 de Julho de 1835.

Contém duas ruas e dous largos, assim como duas igrejas: a matriz que tem a invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo e a de N. Senhora do Rosario.

Foi rica pela abundancia de ouro que ali se extraiu no seculo de sua creação.

S. Pedro de Tocantins - Povoação moderna, e antigo aldeamento dos indios Caraós, situada na margem direita do rio Tocantins ao pé da barra do rio do Sonno.

Dista desta cidade 200 quilometros ao Norte, e apcear de ser pouco auxiliado, caminha vigorosamente para o progresso.

Ja tem duas ruas, um largo e uma boa capella construída o anno passado por iniciativa e auxilio do Frei Antonio de Gange; ineacável propagador do engrandecimento deste municipio.

O territorio do districto de S. Pedro do Tocantins, é vastissimo. A sua maior população é indígena e a outra parte, compõe-se de muitas familias de Paramagüi que para allí tem se mudado.


S. Francisco. - É outra pequena povoação composta de alguns fazendeiros e laboriosos lavradores. Tem uma capella que foi construida sob os auspicios do conego José Manoel Pinto de Cerqueira. Dista desta cidade 2 quilometros pelo lado do Sul.

Pontal. - Foi uma grande povoação e freguesia, situada ao pé da serra de seu nome, do lardo esquedo do Tocantins a 28 quilometros a Oeste da cidade. A origem de sua creação foi a extracção de ouro; infelizmente porem, os indios cherentes que até então erão selvagens, perseguiu tanto os pontalenses, que elles se viram obrigados a abandonarem completamente a povoação, transportando a mobilia, imagens e paramentos da igreja para esta cidade. Foi pena, um abando no dessa ordem, devido talvez a falta de um destacamento que permanecesse no lugar para garantir a vida e tranquilidade dos habitantes.

População. - Ignoramos a população livre do municipio. A escrava, até Junho de 1885 éra de trezentas e poucas almas segundo os dados da matricula.

Existe tambem neste municipio, duas grandes tribus domestecadas. Uma a dos Caraós situada nos arredabales de S. Pedro do Tocantins com mil e poucos indios; e outra da naçao dos Cherentes dividida em diversas aldeas nos arredores de Pibianha com dois mil sete centos e tantos.
**Agricultura. Lavoura** - Consiste na cultura da cana de açúcar, mandioca, algodão, milho, arroz e feijão. Cultiva-se também algumas qualidades de frutas em pequena escala: abacates, laranja, lima, cidra, banana, batata, pinha, ananás, melancia, pepino, abobora e outras frutas hortícolas, além de diversos legumes.

**Criações** - A grande criação, consiste em gado vacuín, cavallar e suino. Há muitas fazendas que se ocupam desta indústria.

**Pesca** - A pesca não é em todos os tempos suficiente para o consumo diário.

**Industria fabril** - Consiste em assucar, aguardente, fumo, farinha de mandioca e de milho, obras de olaria etc.

**Commercio** - A exportação limita-se em couros secos de gado vacuín, de caças e o próprio gado vacuín.

A importação consiste em ferragens, sal, vidros, louças, pannos e outros objetos de fabricas estrangeiras.

Os generos são exportados para o Pará em botes que navegão o Tocantins tripulados por vinte a vinte cinquê homens. Uma destas embarcações conduz quasi quatro mil arrobas; mas não tem maquinisimo algum, e é por isso que se gasta trinta dias de viagem d’áquê ao Pará, e cinco, seis e muitas vezes sete meses de regresso!

Também se exporta o gado vacuín para a Bahia, e destas duas praias vem todos os generos importados.

**Instrução** - Há em todo o municipio apenas cinco escolas publicas providas, sendo tres do sexo masculino e duas do feminino; notando-se urgente necessidade de ser restaurada a do arraiol do Carmo que foi suprimida em 1879.

**Divisão ecclesiastica** - Pertence este municipio a diocese de Goiás, e se divide em tres parochias que são:

- A de N. Senhora das Mercês de Porto Imperial que, como ja dissemos, foi ereta pela lei provincial de 23 de Julho de 1835; a de N. Senhora do Monte do Carmo, pela mesma lei; e a de S. Pedro do Tocantins.

**Divisão politica** - O municipio contem uma delegacia e tres subdelegacias nas parochias acima referidas.

**Obras Publicas** - O Paço da Camara Municipal e a Casa da mitra diocesana destinadas para a fundação d’um collegio.

**Rendas** - As rendas municipaes são constituídas, além de outras, pela taxa de 50$000 paga pelos negociantes ambulantes de fora da provincia, 100 reis pela producção do gado vacuín e cavallar, 1$000 pro cada rão de fumo que se vende nas povoações, 1$000 por cabeça de gado vacuín abatida para o consumo e afferição de pesos e medidas. Havendo boa arrecadação pode render 1:500$000 anual.

A Collectoria geral pouco rende, e a provincial 6:000$000 uns pelos outros exercícios.

**Estradas** - No tempo invernos, as vias de comunicações por terra são difficílimas, porque existe muitos ribeirões que impedem a passagem dos viajantes; o único e melhor meio de extinguire estes obstaculos e construir-se pontes em cada um desses ribeirões, como bem nos que atravessam a estrada d’aqui para Natividade e S. Pedro do Tocantins.

**Distancia** - D’aqui à villa de Natividade, um dos municipios limitrophes, são 128 kilometros ao Sul.

**Cachoeiras** - Neste municipio, o rio Tocantins tem diversos saltos e cachoeiras: entre estas as mais notaveis são: Carreira comprida, Todos os Santos, Pilões, Mares, Lageado e Funic. Estas cachoeiras muito tem prejudicado os habitantes em particular e a provincia em geral; por tanto, destruir as pedras que constitue os seus maiores perigos, seria um grandissimo melhoramento para a navegação e o mais seguro meio de impedir os naufragios que são frequentes nelas.
PROVINCIA DE GOYAZ
COMARCA DO RIO CORUMBÁ
DISCRIPÃO DO MUNICÍPIO DE POUSO ALTO. (*)

Aspecto geral - O territorio deste municipio é geralmente plano, e todo cortado de ríbeiros, cortados de matas, contendo apenas algumas pequenas serras, tendo estensos campos, em geral cobertos de serrados.

Rios - Os principaes rios que percorrem este municipio são o rio dos Bois que devido esta freguesia com a do Alencão, municipio da capital, notável pela abundância de peixe, navegavel em todo o tempo para canoas. Este rio é pestiño no tempo das secas por causa de ser muito parada a sua agua, e mesmo ter muitas lagosas junto ao mesmo, a sua direcção segue de norte a sul, sendo um dos grandes afluentes do rio Paranahyba. O rio Meia-pont, também notável pela abundância de peixe, sendo navegável na estação chuvosa para canoas em algumas extensões, em outras não por causa da caxoeira e pedras que obstruem o seu leito, recebendo este diversos tributários, e de entre estes o rio Dourado que é o mais caudaloso. O rio Meia-pont atravessa este municipio na direcção de norte a sul, indo dar barra no rio Paranahyba logo abaixo do grande caxoeira Dourada. Finalmente o rio Piranãuba que corta este municipio em toda a sua extensão de norte a sul, indo ter também ao rio Paranahyba logo abaixo da barra do rio Corumbá.

Salubridade - O clima deste municipio é muito saudável, conquanto bastante quente no verão, e frio no inverno.

Minerue - Encontra-se neste municipio, ouro e diamantes no rio Meia-pont e também em outras partes, porém não explorados.

Madeiras - Há muitas especies de madeiras de construção e marcenaria. As principais são: aroeira, pão d'arco preto, pão d'arco amarelo, angico preto, angico branco, jacarandá preto, jacarandá roxo, babuino, amoreira, garapa, jatobá, peroba roxa, peroba branca, sicupira, vinbatico, sobre, pão roxo, tamborí, peixeira, cedro, cangarana e sabugueiro.

Fructas silvestres - O cajú de arvore, o cajú rasteiro, mangaba, muri, corriola, fructa de quina, gahiroba, piqui, artibeus de arvore, artibeus rasteiro, grumixama, sapucaia, cabo de machado, marmelada, pitanga, fructa de ema, gravatá, júi, fructa de jaraçati, bacopari do campo, bacopari do nato, limão do nato, fructa de macaco, inga de corda, inga cabeluda, açaí e genipapo. Fructas cultivadas nas hortas: laranja e lima de toda qualidade, limão, banana de toda qualidade, goiaba branca, goiaba vermelha, açaí, jaboticaba, ata, ameixa, amâncie de várias qualidades, maracujá redondo, maracujá comprido, maracujá miúdo, uva, com especialidade a americana, romã, abacate, tamarindo e manga.

Palmeiras - Há diversas qualidades de palmeiras, não só no nato como nos campos, com especialidade o buriti por ser mais elegante, que chama a atenção aos viandantes quando por algum buritizal passam.

Animae silvestres - Há variadissimas qualidades de animaes silvestres, como sejam: onça pintada, onça tigre, onça vermelha, jaguereteca, gato do nato de varias especies, ana, porco do nato com o nome de queixada, caititi, viados de varias especie, capivaras, lontra, ariranha, lobo, cuati, rapoza.

(*) lém. * e Exm. * Senhor,

A Camara Municipal desta villa satisfaçendo ao pedido que V. Ex* se dignou dirigir-lhe, a fim de que esta Camara ministrasse informações fidejuns e minuciosas sobre as circunstancias topographicas e historicas deste municipio, para servir de material concençado e exacto aos que hajam de tratar da geographia e historia do paiz, tem a honra de remeter á V. Ex* as referidas informaçoes da conformidade com o questionario que lhe foi por V. Ex* enviado.

Deus guarde á V. Ex*.

Pouso Alto, 12 de Mayo de 1881.

Ilm. e Exm* Sr Dr. Benjamin Franklin Ramirez Galvão, Digitt* Bibliotecario da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

João Antonio de Araujo Valle,

Presid.* da Camara Municipal.

macaco, guanabara, cutia, pacá, coelho, surumbe, especie de macaquinhos, irára, e outras muitas
qualidades de varias especies que deixamos de dar seus nome por serem insignificantes.

Quanto às aves encontram-se nas matas mutum, jacu, jaó, inhambú guassú, inhambú mirim,
gralha, papagaio, piriquito, pato do mato, zebellé, gavião de penacho, macachan, pomba de bando,
juritu e pavião.

Nos campos há muitas qualidades de aves, que são: perdizes, hêma, sêrimba, orubúmb, gavião,
quiriquiri, pomba rolhina, araras, suas moradas nos buritizes. Papagaio e periquitos há com
abundancia, os quais prejudicam muito a lavoura. Há também aves cantoras, como sejam: o sabiá, de
duas especies, e outras muitas aves de toda especie e de todo o tamanho que ao romper da aurora e
ao meio dia falam sua melodia sonora. Nas lagóas há varias qualidades de aves aquaticas. O jaburú
muleque, o jaburú pequeno, a garça, a marreca, o mergulhão, e uma especie de garça roxada com o
bico semilhante a uma colher, que por isso é conhecido aqui por colherheiro. Também há muitas
qualidades de abelhas que fornecem excelente mel, taes são: a jatai, a mandaçaia, a marmelada, corá,
mangaduha, bijui, e outras muitas qualidades que deixam de referir por ignorar seus nomes.

A par destes insectos, outras ha, como a sauva mui prejudicial às plantações.

Nos rios já referidos há diversas qualidades de peixe, as principaes são: o dourado, a pirançuba,
o pacú, a caranha, o piu, a tubarana, o papatera, e a trâiba, todos estes de escama, o jabú e o surubim
de couro.

HISTORIA - Esta villa foi primitivamente uma povoação fundada em 1833, pelo guarda Mor Francisco
José Pinheiro, português, naturalizado por se achar neste Imperio antes da Independencia, o qual
edificou uma capella com a invocaçao de Nossa Senhora d'Abadia de Pouso-Alto, fazendo doação de um
territorio à mesma Senhora d'Abadia para fundação de sua capella.

Em 1856 foi erecta freguesia de natureza collectiva por acto d'Assemblea Provincial do mesmo
anno; em 1869 pela resolución da mesma Assemblea Provincial, foi elevada à cateogoria de villa com
o mesmo nome, e em 6 de Junho de 1874 tomou posse de villa, e com tal separada do municipio de
Bomfim a que então pertencía.

TOPOGRAPHIA - Está edificada esta villa em lugar alto e plano na forquilha de dois pequenos
corregos que abastecem de abundante e excelente agoa, indo fizer sua barra estes corregos, já então
juntos no rio Pirançuba distante desta villa tres legos, a esquerda da mesma. Contem poucas ruas,
e estas sem alinhamento regular; algumas boas cazes ou edificios particulares; uma excelente e
espaçosa igreja matriz.

POPOLAÇAO - Consta a população do municipio de quatro mil almas, sendo insignificante o numero
da população escrava.

AGRICULTURA - A sua lavoura consiste na cultura do fumo, cana de assucar, milho, feijão, arroz,
mandioca, algudão, café, e trigo. Cultiva-se também muitas especies de fructas, como sejam estes:
laranja, lima, banana, pecego, marmelo, atá, ananaz, melancia, abobora da roça, abobora da agua, e
outras fructas hortens, além de diversos legumes.

INDUSTRIA FABRIL - A sua industria fabril consiste principalmente no preparo do fumo que exporta
em grande quantidade, e fabrica-se também assucar e aguardente, porém sómente para o consumo,
igualmente faz tecidos de algudão iguais aos de Minas Geraes, sendo muito procurado para o consumo.

COMMERCIO - A exportação deste municipio consiste tão sómente no gado e no fumo.

INSTRUÇAO - Existe duas escolas publicas de instrução primaria, sendo uma do sexo masculino,
e outra do sexo feminino.

DIVISAO ECLESIASTICA - Pertence este municipio à Diocese de Goiax, e consta de uma unica
paroquia, como já disse foi creada em 1856.

OBRA PUBLICAS - Paço da Camara Municipal e cadeia, esta bem ordinaria.

DISTANCIAS - Dista esta paroquia da capital da provincia 36 leguas ao noroeste. As distancias às villas
e cidades dos municipios confinantes, são as seguintes:
- À cidade de Bomfim, 15 leguas, ao nordeste.
- À villa de Santa Cruz, 12 leguas ao leste.
- À villa de Morrinhos, 9 leguas ao sul.
- Pouso Alto, 12 de Mayo de 1881.

PROVINCIA DE GOYÁS.
COMARCA DA POSSE
MUNICÍPIO DA POSSE. (*)

Descrição do Município da Posse - Do lado do norte é um campo saudável e de muito proveito para toda criação. Do este também é campo proveitoso para o mesmo fim, e na distância de duas legoaes de esta Villa se encontra a serra geral, que divide esta província com a da Bahia, pelo desagregado. D'este são matas de cultura e pastagem, m. proprias de criar. Do sul existem terrenos muito adaptados para uma boa lavoura, sendo igualmente aplicados à criação de animais, tanto vacum como cavallar, pelas pessoas que ali residem e com alguma vantagem.

Serras - A serra que faz a parte montanhosa excede a este Município, estendendo-se a outros, tanto pelo lado do sul como pelo norte.

Rio e lagos - Seu território é todo regado de rios e corregos, de este a oeste, não sendo nenhum navegável, e os mais notaveis são: Água quente, Prata, Pyracanjuba, Burity, Riachão, Vermelho e Corrente, todos tributários do rio Paranam, que corre de sul a norte, e que divide este município com a Villa de Cavalcante, havendo em suas margens diversos lagos de pouca importância.

Saúde - O Município é bastante salubre, apenas nas margens do Paranam, distante desta Villa oito legoas, apresentam-se febres intermitentes em occasião do inverno, mas de caracter benigno.

Mineraes - Os mineraes mais notaveis são diamantes, na serra geral já mencionada, e salitre nos lugares mais baixos, sendo de notar-se a grande abundância de diamantes minados no corredo denominado rico da egaes, e que, pessoas m. praticas disem, ser corrido da serra geral, havendo

(*) Paço da Câmara Municipal da Villa da Posse, 27 de Fevereiro de 1886.

Ilmo. Exmo. Senhor

Temos a honra de passar as mãos de V. Exa. a resposta que nos cumpria dar sobre o questionario a que se refere o Oficio de V. Exa. de 13 de Janeiro último, sob nº 6, não podendo fazermos melhores declarações porque estão fora de nosso alcance, certo de que estávamos possuidos dos melhores desejos p. satisfazem a V. Exa. máxima em um serviço tão util à nossa patria, p. quem V. Exa. tanto se desvila.

Aproveitamos o ensejo para expressar a V. Exa. o quanto temos desejos de cumprir suas ordens, e mostrarmos nossas dedicações a quem tanto é merecedor.

Deos Guarde a V. Exa.

Ilmo. Exmo. Senhor Doutor Guilherme Francisco Cruz, M. D. Presidente desta Provincia de Goayaz.

José Baldivino de Sousa
Evaristo Joze da Silva
Marciano Quinas d'Oliveira
Genésio Gomes d'Oliveira.

Provincia de Goayaz
Palacio do Governo, 24 de Março de 1886.

Ilmo. Senhor.

Transmito a V. S. as informações juntas prestadas pela Câmara Municipal da Villa da Posse, sobre as circunstancias topographicas do respetivo Município.

Deos Guarde a V. S.


Guilherme F. Cruz.

para isso grande probabilidade, sendo de lastimar-se não ter tido ate hoje quem se encarregue do trabalho para tam grande vantagem d'esta povoação e dos particulares que a este emprego se devem. Quasi todas as pedras dos lugares mais baixos dão cal e de qualidade m. boa e apreciada.

Madeira - Há grande numero e de muitas qualidades, porem as de que se mais uza no Mun. são:
- jatobá, sedro de diferentes qualidades, peroba, pão d'areo, aracoca, moreira, jiquitiba, pão ferro,gonçalo-aires, sucupira, branca e preta, vinhatico, Jacarandá, landim e louro.

Frutas silvestres - As fruutas silvestres de mais preço são caqui, goiaba, aracá, garibeira, araticum, pnáça, piqui, jacoboca, maracujá, mameela, mangaba, pitomba, bortu, pinha, cocos, macahubás, guariroba, barú, azedinha, tucum e andaiá e m. outros que também dão olio mas são menos apreciados pelos habitantes.

Animaes silvestres - Anta, caitatu, tatu de diferentes qualidades, veados de varias espécies, isto é, mateiro, catlingueiro, servio e galheiro, cocíchos, preça, cutia, moco, paca, capivara, onça, de 3 qualidades preta pintada e vermelha, gato, raposa, macaco, guarija, guaxinim, tamandua mirim e guará, que é uma das espécies de lobo. Quanto as aves encontram-no nas matas Já, aracuã, maritaca, periquito, arara de 3 qualidades vermelha azul e amarela, tucano, patos, marreco, ema, sirema, papagaio, e também nos campos muita perdiz. Respeito às aves mais miudas é difícil enumerar-as, entrando n'este numero diversas qualidades de pombas, e rôlas. As aves cantoras são o sabiá, o canário, o jonconguinho de m. qualidades e bastante notável porque canta igual a outro qualquer passaro e tendo visto uma ou duas vezes desempenhar o canto. As abelhas fornecem grande quantidade de mel, sendo as melhores a jatavy, mandacaia, tabahara, tabim, uruçú, seteportas e mundury. Apar d'estes insectos outros há como a lagarta e gaçanho que perseguem muito a lavra. O Paranam, corrente e agua quente fornecem varios peixes, como jahú, surubim, doirado, curimata, matrinexam, trahira, curinha, pacuí, piracanjuba, piái, mandim, caranha, arraia e piratinga sendo estes muito notável por seu tamanho, e bem assim o peixe cobra que nada o pode resistir por sua electricidade. Outras qualidades de peixes há, porem menos notáveis.

História - A villa da Posse foi primitivamente uma povoação creada em 1831 por Nasario da Silva Ribeiro, o qual edificou em suas terras a capella que existe com a invocaçã do S. Anna, e foi erecta freguesia pela lei provincial de 24 de Novembro de 1855, e pela resolución nº 485 de 19 de Julho de 1882 foi elevada a cathegoria de Villa e sede da Comarca da Posse em o anno de 1875 tendo sido separada do Munício de S. Domingos, que hoje faz parte da Comarca, que consta de dois termos, Posse S. Domingos.

Topographia - Esta Villa está situada em uma planicie sendo seu terreno arenoso por fazer parte da Chapada onde ultima as campinas, terras devolutas, da Província da Bahia. A povoação forma no centro um quadro e pelos quatro lados, por detrás, uma rua. Todas as casas são terras. Seus principaes edifícios são Egreja, Cádcia, e Casa de Câmara.

População - O ultimo recenciamento consta de 4 mil pessoas livres pouco mais ou menos, mas no presente é de crer-se existirem 6 7 mil pessoas em vista do progresso do lugar, e quanto a população escrava nada se pode dizer porque n'este Munícipio não existem livros de matricula e sim na Villa de S. Domingos.

Agricultura - Lavoura. Consiste na cultura de canha de asucar, mandioca, tabaco, milho, arroz, feijão e uma pequena safa de café.

Criações. A grande criação consiste em gado vacum, cavallar, lanigero, cabrun e suino.

Pesca. É tam somente para o consumo e não para comercio por não haver especulação da parte dos povos.

Industria fabril - A industria fabril consiste em asucar, aguardente, fumo, farinha de mandioca, milho e obras de oleria como seio, tijolos e.

Commercio - A exportação limita-se a gado vacum e cavallar. A importação consiste em fasendas secas, ferragens, sal, louça, espiritos fortes &.& &.

Instrução - Para a instrucção primaria existem duas escolhas, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino, ambas publicas.

Divisão eclestética - Pertence este municipio a Diocese de Goyaz e consta de uma so parochia, cuja padrezeira e S. Anna que foi erecta em 1831.
Divisão policial - O Município consta de uma Delegacia e uma Subdelegacia.

Obras públicas - Paço da Câmara Municipal e Cadeia.

Rendas - As rendas municipaes são constituídas pela imposição de 50$000 pagos pelos negociantes de outras províncias. 6$000 por cada mascate que entra no município, 1$ por 15 quilos de fumo, 500 por cada garrafão de espírito forte. Tanto no último quinquênio como no último exercício as rendas municipaes têm sempre regulado 200$000 anuais, pouco mais, pouco menos. Por um calculo aproximado a collectoria geral rende 50$ anuais, e a Provincial por estar anexa a Correia a quantia de 1:500$000, pouco mais pouco menos.

Caçariedades naturaes - Um pouco solitário que repugna todo objecto que se lança nélle, a ponto de expulsal-o imediatamente para fora, sem o que não fica quieto.

Distancia - Dista d'esta Villa a Capital de Goyas 726 kilometros. As distancias das Villas e Cidades confinantes são:

Da Cidade Formosa 48 legoas, ao sul
Da Villa de S. Domingos 18 legoas, ao norte
Da Villa de Flores 18 legoas, entre o sul e o este
De Cavalcante 36 legoas ao oeste.
A Villa do Rio da Eagle provincia da Bahia 50 legoas ao este.
PROVINCIA DE GOYAZ
COMARCA DO RIO CORUMBÁ 16 DE JUNHO DE 1886.
DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DA CIDADE DE SANTA CRUZ. (*)

Aspecto geral - Do lado do Norte este Município é montanhoso e coberto de campos e mattas. A leste, oeste e sul notou-se alternativamente bosques e campos, em terreno ondulado. Mas, portos e ilhas não existem neste Município.

Serras - Ha neste Município duas serras, á do Maratá e a do Muquem, ambas atrevesão este Município de leste oeste.

Rios - Seu território é regado por diversos rios. Mais delles os unicos navegáveis para canoas são, o Curumbá que nasse no Município de Meia ponte, o rio do Peixe e Peracanjuba nassem no município de Bomfim, e todas três correm este município em toda sua extenção do norte ao sul, recebendo diversos tributarios. Com a dinominação de rios há varios; taes são os chamados Brumado, Caiapó, Passaquatro, rio dos Bois, Muquem, Areias, Santo Ignacio e Santa Barbara.

Salubridade - O Município é geralmente salubre.

Mineraes - Os Mineraes mais usuasse são, o ouro, a pedra de construção, o ferro e o barro de ofaria.

Madeiras - Há muitas expecces de madeiras de construção e de marcenaria. As principaes são: Jácarandá, sucupira, oleo, vinhatico, landim, aruca, balçamo, sedro, peroba, tamburi, e canjarana.

Frutas silvestres - Cajú, goiaba, arasa, guabiroba, arcticum, piqui, jabuticaba, maracujá, marmelada, mangaba, corriola, guapera, anga e haco-pari.

(*) Provincia de Goyaz.
Palacio do Governo, 5 de Junho de 1886.

Ilmo. e Exmo. Senr.

Envio a V. Exª as inclusas informações prestadas pelas Camaras Municipaes de Santa Cruz e Cavalcanti, nesta Provincia, sobre as circunstancias topographicas dos respectivos Municípios.

Deus Guarde a V. Exª


Dr. Julio Barboza de Vasconcellos
1º Vice-Presidente.

Ilmo. e Exmo. Señir.

A Camara Municipal de S. Cruz tem a honra de passar às mãos de V. Exa., a fim de ser transmitido á Bibliotheca Nacional, o incluso quadro contendo as informaes de que tratao o questionario e modelo, que por essa Presidencia foram enviados a esta Camara em data de 13 de Janeiro do corrente anno.

Deus Guarde a V. Exa.

Paço da Camara Municipal de S. Cruz, 17 de Junho de 1886.

Ilmo. e Exmo. Señir. Des.º Julio Barbosa de Vasconcellos, M. D.
1º Vice-Presidente da Provincia.

Antonio Luiz Braz Prego
Francisco de Paula Gonzaga
Joaquim Alves Guimarães
Lino Corrêa de Souza
Francisco de Sousa Lobo.
Animais silvestres - Anta, caetitú, quexada, viado, de deverzas expcies, coelho, priás, capivara, onça, cuia, pacá, raposa, e gato do mató.

Quanto à aves - Encontrão-se nas matas mutum, joá, nhambú, jacú; Nos campos á perdizes, tão bem abundam araras, papagaios, e periquitos, de aves cantouras há sabiá. As abelhas fornecem excelente mel. Taes são amendaçaia, jatay, marmelada e outras. A par destes encetos outros como a saúva muito prejudicial às plantações.

Historia - A cidade de Santa Cruz foi primitivamente uma povoação criada em 1722, e em 1833, foi elevada á categoria de villa, passou á Cidade pela lei de 29 de Agosto de 1884.

Topographia - Esta Cidade está situada a margem direita do Rio Curumbá. A povoação extende-se em terreno plano. As ruas são geralmente tortuosas e estreitas. Todas as casas são terreiras. Seus principaes edifícios são as duas Igrejas Matriz, e do Rosário, e casa da Camara, a Cadêa, a da Escolla e o Cimiterio.

População - Segundo o ultimo recenciamiento, consta a população livre quatro mil almas, e a escrava duzentas almas, sendo as de dentro da Cidade seiscentas compreendidas oito escravas.


Industria fabril - A industria fabril: consiste em assucar, aguardente, fumo, farinha de mandioca e de milho. Obras de olarias como sejão louças de barro, telhas e tejolos.

Commercio - A exportação limita-se em gado vacum, suino, fumo, couro de gado de viado e solla. A importação consiste em sal, ferragem, vidros, louça, pannos e outros objectos de fabricas estrangeiras. Os generos são exportados em geral para a Provincia de Minas, o transporte para fora do Municipio é feito em carros ou costa de animaes.

Instrução - Para a instrução primaria á duas escollas publicas, sendo uma do sexo femenino e outra masculino.

Devisão eclesiastica - Pertence este Municipio á Deocese de Goyaz, e consta de uma só parochia, que é a da cidade.

Devisão policial - O Municipio conta uma Delegacia uma sobdelegacia e vinte e doous quarteroes.

Obras publicas - Paço da Camara Municipal, Cadeia e Casa da escola.

Rendas - As rendas municipaes são constituidas pela a imposição de treis mil reis, por casa de negocio de cincoenta mil reis por cada mascate de fora da Provincia, e seis mil reis pelos da Provincia quinhentos reis por quinze quilos de fumo, um mil reis por pipote de aguardente, doentos reis por cada poldro e seis reis por cada bizarro. No ultimo exercicio as rendas municipaes subirão a quinhentos mil reis. A Collectoria geral rende seis centos mil reis. E a provincial dois conto e quinhentos mil reis.

Distancia - Dista desta Cidade a Capital da Provincia cincoenta legoas.

As distancias as Villas e Cidade dos municipios confinantes, são as seguintes

Á Villa de Pouso-Alto 12 legoas
Á Villa Bella de Morrinhos 18 legoas
Á Cidade de Bomfim 14 legoas
Á Cidade de Entre rios 12 legoas

O municipio conta duas estradas sendo a que vai para a Capital da Provincia, e a que atravessando parte das Provincias de Minas, São Paulo vai á corce, não se conhece a data em que foram abertas estas estradas.

Antonio Luiz Braz Prego.
Antonio José Alves
Francisco de Paula Gonzaga
Joaquim Alves Guimarães
Lino Correia de Souza
Francisco de Sousa Lobo.
PROVÍNCIA DE GOIÁS
COMARCA DA POSSE
DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE S. DOMINGOS (*)

Aspécio geral - Do lado do norte, é este município alternativamente, coberto de campos e montanhas, como do lado sul, e do poente; e neste último, até de grandes matas; do lado do nascente, é cortado pela serra geral, ou do Espinhacão, a qual, como fronteira, divide esta Província da Bahia.

Mar e Portos - Não existe, por ora, que sejam ainda navegados por grandes barcos e vapores, apenas, os rios Paraná, que é transitado por pequenas canoas ainda, mas, oferecem boa, franca, e talvez venturosa navegabilidade para barcos e vapores, havendo exploradores e bons pilotos, que estudem......... (1) Qualquer obstáculo que o mesmo rio ofereça.

Ibas - Não existem no município, se não pequenos lagos nas margens do Rio Paraná, e de outros, os quais, até secam alguns, quando há pouca chuvas, em alguns anos.

Serras - Há diversos montes no Município, como seja, uma cordilheira de pedra de cal, que a corta de norte a sul, em linha reta, dividindo assim, a parte de catingas do mesmo Município,........ (1) Além destas, e de outras pequenas montanhas, existe a serra Geral, ou do Espinhacão, que faz a fronteira do Município, e da Província, como disse cuja serra é duma altura considerável.

Rios e lagos - Seu território é regado, por diversos rios; mas, deles um único navegável para canoas, e talvez para botes, e mesmo vapores, é o Paraná de que falei o qual, nascendo na chapada da Formosa, e dividindo este Município, do da Vila do Cavalcante, toma mais a baixo o nome de Tocantins, depois de receber isto, menos considerável e com a última e em próprio nome vai lançar-se no mar, recebendo diversos tributários. Com a denominação de rios, há tão bem, o rio alto seco, que só contém água nas estações das chuvas. Existe realmente além destes, outros muitos rios abundante d'agua, como são Domingos, Rio Manco, São Vicente, Palmitas, Aguaquente, além dos pequenos ribeirinhos: Maravilhas, Bizerra, Freio, São Bernardo, São João etc. O primeiro destes rios, isto é o São Domingos, que passa encostado às ruas, oferece alguma vantagem de navegabilidade, sendo explorado, e possui grandes riqueza minerais, que não têm aproveitadas como, ouro, diamante, chumbo, prata, esmeril, e outras pedras estimadas, e algumas até desconhecidas, no município. Sobre tudo, suas margens, montanhosa, abundam em excelentes pedras de ferro. Este rio, parece não despensar, uma ponte, dentro das ruas, e isso não se tem podido montar. Não existe lagóas, apenas, os pequenos lagos de que falou-se, e mais o pouco chamado das Camisas de que falarei adiante.

(*) Duas palavras illegíveis. (N. da R.)

(1) PAÇO DA CAMARA MUNICIPAL DA VILA EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21 DE MAIO DE 1881
Ilmo. e Exmo. Srns.
A Camara Municipal da vila de São Domingos, na Província de Goiás, tem a distinta honra de passar as dignas mãos de V. Excia. as inclusas respostas dadas por esta Camara ao questionário - V. Excia. a ela enviada, sentindo ao mesmo tempo que, semelhantes respostas não correspondessam tanto quanto ela desejava as patrióticas vistas de V. Excia. e da mesma camara, devido a falta de dados e tradições principalmente relativo a parte histórica da criação deste Município, cujos papeis já não existem no Arquivo Municipal, contudo, sabe-se que foi fundado em 1700, e nada mais consta.
Esta Camara, pois, espera ser oportunamente honrada com um dos novos exemplares da parte geográfica da história do país, que assim, se vai melhorar.

Deus Guarde a V. Excia.

Exmo. Srn. - Deutor Benjamin Ramiz Galvão,

O Presidente da C. Domingos Jª Pab de S. Coms.
Francisco de Castro Serren
Nominato José de Sousa
Francelino Batista Citarago
Cândido, Fernandes Lima Oliveira

Salubridade - O município, é geralmente salubre, apenas, nas margens de alguns rios, aparecem depois da estação das chuvas, febres intermitentes. Aparece alguns casos de pleurites, nas estação calmosa, ou de mudança atmosférica, e mais nada.

Minerais - Os minerais mais usuais são a pedra de construção e o barro de olaria. Há abundantemente turo, nos rios e nas montanhas, como também aparece aí mesmo, diamante, amora de prata, de chumbo e de outras pedras estimáveis, e desconhecidas. Abunda especialmente o cristal de diversas cores, e a pedra de ferro, esta, quase em todo o município.

Madeiras - Há muitas e variadas espécies de madeiras de construção e de marcenaria. As principais são baú, jacialâ, cajá, succupira, succupiruçu, vinhatico, gongo, almióquê, pau ferro, ladim, jatobá, jatupapó e outras muitas.

Frutas silvestres - Cajú, goiaba, araçá, guabiruba, araticum, pequi, jaboricaba, maracujá, marmelada, urai, manga, mangaba, cagaita, pitomba e buriti. Destas algumas são cultivadas.

Animais silvestres - Anta, catitu, diversas espécies de veados, onças, coxo, porcos do mato, tatus, pacas, coelhos, ouriço, caixos, guaiú, lontras, pécas, capivaras, gatos do mato, tamanduás etc.

Quanto as aves, encontram-se nas matas, aracuam, jucutinga, jacupima, jau, enxambú. Nos campos há muitas perdas. Também há abundância de araras, papagaos, piriquitos, e passarinhos de diferentes cores e qualidades, os quais, prejudicam muitas as labores. Há igualmente, nos campos, muitas emas e siriema, cujos ovos são comestíveis e em abundância e os da primeira espécie, e que valem a uma dúzia dos de galinha.

As abelhas fornecem excelente mel, tais são: o jatai, a mandassaia, manulhada, mandaguareu, bora, manaça e brabo tatai, urucú, arapuá, upe e outras.

Apar destes enxertos, outros ha como gafanhoto, a formiga, cupim etc. Mui prejudiciais às plantações. Nos rios, se pesca diferentes espécies de peixes como osvulim, jari, piranha, dourado, traia, mandim, barbado, torpes, piratinga, piano, piabanhas, matrinas, ladina além de outras qualidades. Há igualmente, maricas como seja, caranguejos e outros. Também, abunda nos rios e pequenos lagos, existentes, monstrosos jacarés e sucuris, ou sucuriju.

História - A vila, de São Domingos, foi primitivamente uma povoação criada em 1.700 pouco mais ou menos, por Domingos Fiuza de Brito.

Topografia - Esta vila, está situada à margem esquerda do Rio de São Domingos; toda ela, está em terrenos montanhosos e escoadoreos. As ruas, são geralmente tortuosas e estreitas; mas, outras isto é, uma especialmente, é cumprida reta e estreita igualmente. Todas as casas, são térmicas, e não existe sobrado algum. O principal edifício existente, é a Igreja de São Domingos, que, serve de Matriz, á única que existe, e achase atualmente, em completa ruína, e feis, vã repará-la, por expensas próprias. Carece-se muito e muito duma ponte no rio São Domingos, e não se tem podido consígui-la, como já disse. Não há estabelecimento algum, comercial e industrial, e o município dele carece tanto, como de tudo mais indispensável para viver-se; e por tal falta, o comércio e a Indústria deixou-se e abateu-se.

População - Segundo o último recenseamento consta a população livre de 3.100 almas e a escrava de 380. Não existe nos aldeamentos, alguma de índios.

Agricultura - Labradores - consiste na cultura de café, cana de açúcar, mandioca, tabaco, algodão, milho, arroz, feijão e feito. Também se cultivam algumas espécies de frutas: laranjas, limão, romã, banana, ata ou pinha fruta de coude, ananás, melancia, melão, aboboras, pipíns, além de muitas outras hortícolas, e diversos legumes.

Criações - A grande criação consiste em gado vacum, cavalar, suino, lanígero e cabrwm. Há diversas fazendas que ocupam-se destas indústrias. A pequena criação, limita-se a aves domésticas, como seja galinhas, perús, coca(s) (?), patos, pavão e outras espécies diferentes.

Pescas - A pesca não dá nem para o consumo diário e nem para salgas, não pela falta de peixes, que antes, há abundância, mas sim, pela falta de pescadores e de indústrias materiais próprios para a pesca.

Indústria Fabril - A indústria fabril consiste em assucar, aguardente, fumo, farinha de mandioca, e de milho, obras de ofaria como seja louça, telha e tijolos. Fabrica-se também tecido de algodão. Fais indústrias, são fabricadas, em estabelecimentos impróprios a qualquer perfeição e abastecimentos, tais

como: engenho tocado por bois, rodas por braços humanos tais como tocados igualmente pelos esforços humanos.

**Comércio** - A exportação limita-se do café, açúcar, aguardente, fumo, farinha de mandioca, arroz e gado vacum e cavalar. A importação consiste em ferragens, vidros, louças panos e outros objetos de fábrica estrangeira, como máquinas etc.

**Instrução** - Para a instrução primária, existia duas escolas públicas, sendo um dos sexos feminino e outra do masculino. A primeira foi suprimida por ato do Excelentíssimo Governo da Província há dois ou três anos. A última, ou a segunda, está fechada; e em concurso, para ser vitalicamente provada, em consequência do ato do Exmo. Governo da Província, ora publicada.

Não existe aulas particulares. Não existe igualmente aula pública de latim, e nem particular. Também, não existe - sociedade literária que franquei ao público, de maneira alguma.

**Divisão eclesiástica** - Pertence este município á Diocese de Goiás, e forma uma só Paróquia, que é, a de São Domingos, que como já disse, foi criada em 1700.

**Obras públicas** - Paço da Câmara Municipal, Cadêa; não há chafarizes algum.

**Curiosidades naturais** - A exceção do Paraná, todos os mais rios de que aqui se tratou nominalmente, passam por subterrânos três a quatro quilômetros, pouco mais, ou menos. Existe neste município, o poço vulgarmente, chamado da Camiza, cuja fundura, parece até inacessível, se não imaginária: e não tem sido explorado, pelo grande horror que inspira a todos que o vistam e disso se arrependem. Parece conter água em sua grande profundidade, e é, entre rochedos e cascatas, e em lugar alto, distando da sede da vila, quatro ou cinco quilômetros. Bom seria, que este notável Poço, fosse explorado e observado. Tem neste município, um homem analfabético, e sem nenhuma educação, que em uma taboca, ou gaita da mesma toca com geral admiração, todo e qualquer toque musical, que tinha ouvido a um qualquer profissional, não tendo por mestre, saino a curiosidade e natureza.

**Distancias** - Desta vila, á capital da Província dista, cento e trinta leguas. As distancias, as confinantes, são as seguintes: À vila de Arrais, vinte leguas, ao norte. À vila do Cavalcanti, trinta leguas ao oriente. À vila do Chapeu dezoito leguas, ao oriente. À vila da Posse, dezoito leguas ao sul. Pelo lado do nascimento, é uma fronteira desta Província, com a da Bahia, divididas pela serra geral, cujo geral e travessias ermas é de cincoenta leguas e demais, e de menos, em outras.

Apresentado e aprovado em Camara Extraordinária de 21 de maio de 1881.

O Presidente da Camara - Domingos José Valente de Santa Cruz

O Secretário - Gregório Siqueira Braz.
MATO GROSSO

Da Província de Mato Grosso apenas a cidade de Corumbá respondeu ao questionário da Biblioteca Nacional

PROVÍNCIA DE MATO GROSSO
COMARCA DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ (*)
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

Aspeto geral - O município de Corumbá é geralmente composto de terreno plano e em grande parte sujeito às inundações dos rios Paraguai, S. Lourenço e Taquari, sendo a parte mais montanhosa a compreendida entre Corumbá e o Fecho dos morros.

Mar - Não faz parte do litoral.

Ilhas - Existem duas ilhas, sendo uma formada pelo Rio Paraguai e um braço do mesmo denominado Paraguai Merim e outra formada pelo riul Taquari e um braço denominado "Formigueiro", compondo-se ambas de terrenos que allagão por ocasião das grandes encheentes dos referidos rios Paraguai e Taquari, mas que no tempo da seca oferecem excelentes pastagens.

Serras - Existem várias cadeias de montanhas não muito pronunciadas que se denominam dos Dourados, Chane e etc.

Rio e lagos - Atravessam o município os rios Paraguai, S. Lourenço, Taquari e Mondego e são outras tantas vias de comunicação para Cuiabá, cidade de S. Luiz de Caceres, Freguesia de S. José de Herculanea e Vila de Miranda. Os dois primeiros rios prestam-se no tempo das encheentes à navegação de embarcação de grande calado, e no tempo da seca oferecem alguns passos difíceis que somente podem ser transpostos por embarcações de pequeno calado. Os dois últimos "Taquari e Mondego", já por serem estreitos, já pelo pequeno volume d'água que carregam só se prestam a navegação de pequenos vapores e mesmo assim somente no tempo da crescente. Existem no município a "Bahia Negra" e as lagos de Caçeres e Manduriç, sendo que na de Caceres e que a República de Bolívia tem o seu porto, concedido pelo tratado de limites celebrado entre o Império e a mesma República em vinte e sete de Março de mil oitocentos e sessenta e sete. Dista o marco divisório quatro léguas da cidade de Corumbá e está colocado o da margem ocidental da mesma Bahia, na latitude de 18°58' - 10" e longitude - 14°25' - 5" a oeste do meridiano do Pão de Açúcar (Rio de Janeiro) e da margem oriental na latitude de 18°55' - 10" e longitude - 14°30' - 5". E mais porto e somente acessível a vapores de pequeno calado no tempo das grandes encheentes do Rio Paraguai.

Salubridade - O município é geralmente sadio, notando-se somente na cidade de Corumbá alguns casos de febre intermitente, que se podem atribuir ao uso da água do Rio Paraguai, que é mar em certas estações da crescente e descrescente do mesmo rio.

Minerais - Os minerais, cuja existência se conhece no município são: o ferro nos lugares denominados "Pirapitingas e no morro do Rabicho", e o diamante e ouro no Rio "Coaxim e Taquari".

---

(*) Ilmo. Exmo. Sr.
A Camara Municipal da Cidade de Corumbá, da Província de Mato Grosso, tem a honra de acusar recebido o ofício que V.Sa. se dignou endereçar-lhe em 2 de janeiro do corrente ano, pedindo-lhe informações positivas sobre as circunstâncias topográficas e históricas deste município, acompanhado de um modelo, no qual se acha descripto um município fictício, a fim de servir de norma às respostas do questionário; esta Camara, no intuito de satisfazer ao melhor modo tão justo pedido, nomeou dentre os membros, uma Commissão para organizar semelhante trabalho, a qual apresentou a exposição que ora lhe va à consideração de V. Excia. esperando que V. Excia. desçaêfe não só a impertinência da, como a demora havida na sua remessa.

Este Camara, prestando em se de presente ensaye assegura a V. Excia. os protestos de sua alta estima e distinta consideração que tributa a pessoa de V. Excia, a quem

Deus Guarde,

Ilmo. Exmo. Sr.
Doutor Benjamin Franklin Ramiz Gaivão
Digníssimo Bibliotecário da Biblioteca Nacional

O Presidente
Antônio Serafim Roiz Ar.
O secretário,
Salvador Augusto Moreira.

---

sendo suas jazidas nas proximidades da Freguesia de S. José de Herculânea.

**Madeiras** - As madeiras que se encontram no município são: arecôa, guatambú, peroba, piuva ou ipê, jatobá, angelim, pau ferro, pau-branco, angico-branco, vermelho e jacaré, jCACarandá, sihatico, tatujuba, sañhazã e pau-santo (guaiaco) e muitas outras, sendo geralmente as oito primeiras empregadas em construção e as outras em obras brancas (marcenaria).

**Frutas** - Existem a jaboticaba, bacauiuva, bagaçuã, saputá, pitomba, guapomba, goiaba, acajá, mangaba, tucum, bacoopara, nicaga, ingá, assai, aracá, guabiroba, imbê, cóco de iracuri, marmelada bola, dita de espinho, cascudo, fruta de veado, tarumá, maracujá, amorã, e outras muitas.

**Animais indígenas** - Onças de quatro espécies, tamanduás bandeira, macacos de diversas espécies tatú, gambá, capivara, anta, coelhó, cutia, lobo e lobinho, irara, veado de diversas qualidades, corvo, porco espinho, sinumbú, lagarto, paca e outros.

**Aves** - Gaças de diversas qualidades, tuiuui, cabeça sêca, carão, perdiz, cadorna, mambé, macuco, uritá, mutum-cavalo, mutum de assobio, jacutinga, jacucaça, aranquán, frango dagua, socó-boi, coruja, urutau, bararau, papá-arroz, sabiá, cardial, bicudo, curiu, patativa, João-pinto, soldado pago, papa-capim, cabira do pantanal, dito do brejo, chorão, canário, pinta-silgo, pomba das almas, pomba aza-branca, pomba-rola, arara, caninê, papagaio de diversas qualidades, macacan, baiata, caturrita, periquito, jandaia, pavão do rio, gavião, cará-cará, tico-tico, andorinha, macarrão, saracura, batuira, tocana, picapau de diversas qualidades e tamanhos, correia, martim-pescado, curuva, urubú-rei, urubú comum, gavião-rei, beija-flor, gralha, anhuma ligita e poca, sariemma, ema ou abustroz, marrecas de diversas qualidades etc.

**Cobras** - Giboia, sucuri, caninana de diversas qualidades e córes, cascavel, coral, jararaca, jararacussú, boi-peva, urutau, cobra-sipó, dita de veado, salamandra, cobras de duas cabeças, e algumas outras.

**Peixes e mariscos** - Jatí, pintado, jeripoca, jaripe, lido, palmito, curvina, pacó, pacú-peva, pirapitinga, piassú, corimbá, piava, sardinha, doirado, corapé, lambari, manti, pintadinho, peixe-calhorrão, camaráo, pitú, suá, concha de diversas qualidades, caranguejo de diversos tamanhos, jacaré de diversas qualidades, e muitas outras.

**População** - Segundo o último censoamento calcula-se em cinco mil almas a população do município.

**Agricultura** - A indústria da lavoura consiste na plantação do feijão, milho, arroz, mandioca, cana, batata, banana e amendoim, e na criação de gado vacum somente e em muito pequena escala na posca, que alimentam os habitantes das margens do rio.

**Indústria fabril** - Uma fábrica de sabão, duas de serrar madeira e quatro de fabricar aguardente e assucar, são as que existem no município.

**Comércio** - O de exportação consiste em couros de boi e de onça, carne seca, cebo, cabelos e cal, e o de importação tanto nacional como estrangeiro, de todos os generos secos e víveres, visto como do úlitimos os que produzir o município são insuficientes para o seu consumo.

**Instrução** - Existem no município sete escolas de ensino primário, sendo públicas do sexo masculino três e do feminino uma, e particulares do sexo masculino três. Não há bibliotecas, nem sociedades literárias.

**Divisão eclesiástica** - Pertence o município a diocese de Cuiabá e compõe-se das Freguesias de Sta. Cruz de Corumbá e S. José de Herculânea no Coxim, dirigidos ambas pelo missionário Frei Mariano de Bagnaia, que é também vigário da Comarca do Baixo Paraguai.

A cidade de Corumbá está situada à margem direta do rio Paraguai em terreno alto (26 metros acima das águas na média crescente do rio) na latitude de 18º 59'-20º sul e na longitude de 59º 56'-45º a oeste de Pari. Possui um bom porto e pode-se dizer o melhor e mais frequentado da província. Com quanto seja uma povoação muito nova, pois data de 1858 a sua criação, apresenta já grande desenvolvimento e promete muito para o futuro. Suas construções são sólidas e de gosto moderno, e entre as obras públicas conta-se uma Igreja, Quartel, Cadêa, Alfandega e Depósito de Artigos Bélicos.

Uma legua desta cidade existe o Arsenal de Marinha do Ladário, o melhor estabelecimento dessa ordem que tem o Império, depois o do da Corte.

**Curiosidades naturais** - No rio "Taquari" e nas proximidades da Freguesia de S. José de Herculânea, existe a cachoeira chamada da "Barra", de cerca de 800 metros de extensão.
A uma legua do "Forte de Coimbra" encontra-se uma gruta, onde existe variedade de cristalizações muito lindas; belos stalactites e stalagmites tem sido dela tirados. Na encosta de um morro e por uma descida de cerca de 50 metros chega-se ao primeiro compartimento da gruta, onde já se encontra água, o que denota alguma comunicação com o rio, e daí passam-se a outros muitos compartimentos, não se tendo ainda descoberto o seu limite.

A gruta de Coimbra em nada inferior às célebres grutas D'Arcy e d'Osele em França e de Ha na Belgica, é entretanto para lamentar que seja tratada com o maior desprezo, ficando à disposição dos curiosos dela extrairsem o que há de melhor em incrustações calcáreas.

Na margem esquerda do rio "Paraguai-Merim", à 5 leguas mais ou menos de Corumbá, existe uma outra gruta menos mágastosa que à de Coimbra, onde, porém também existe grande variedade de lindas encrustações calcáreas.

Distancias do Município À Capital Da Província E Às Cidades E Vilas Dos Municípios Limitrofes
- De Corumbá a Cuiabá - 147 leguas, sendo 37 de navegação no rio Paraguai, 27 no rio S. Lourenço e 83 no rio Cuiabá.
- De Corumbá a Freguesia de S. José de Herculânca 100 leguas, sendo 7 de navegação no Paraguai e 94 no Taquarí.
- De Corumbá a cidade de S. Luiz de Cacares 146 leguas no rio Paraguai. De Corumbá a Vila de Miranda 75 leguas, sendo 18 de navegação no rio Paraguai e 57 no rio Monteiro.

História - Conta o Forte de Coimbra a sua fundação de 1775. Sendo então um pequeno presídio, tinha por fim essa posição militar, imperfeitamente defendida, servir de garantia à navegação dos paulistas, pondo-os a coberto das numerosas encruzadas dos índios Guiacuris, que levavam suas carreiras até Vila Maria, hoje cidade de S. Luiz de Caceres.

Recorda o Forte do Coimbra um sucesso glorioso para as armas portuguesas, o fato de haver no começo deste século repelido o primeiro ataque que contra ele foi dirigido pelos espanhóis, que dispõem de recursos muito superiores aos dos portugueses que então guarneciam a posição, foram repelidos e forçados a uma retirada. Comandava então a posição militar de Coimbra que como disse se achava preparada somente para resistir aos ataques dos índios, o herói de Francisco d'Anjedida quando em Setembro de 1801 foi atacado pelos espanhóis, tendo como Chefe D. Lazaro de Rivera, que se fez acompanhar de 4 galeotas de guerra e vinte canoas.

Em um dos intervalos do combate recebeu o comandante de Coimbra uma intimação dirigida pelo Chefe da flotilha espanhola nos termos seguintes:

Abordo da galeota nossa senhora del Carmen 17 de setembro de 1801.

Ayer á tarde tive o honor de contestar el fuego que Y.S. hizo de ese fuerte, e habiendo reconocido que las fuerzas con que voy inmediatamente á atacarlo son muy superiores a las de Y.S., no puedo menos de vagarinarle el último infortunio, pero como los vasallos de S.M. Católica saben respetar las leyes de la humanidade a un en medio de la guerra, por tanto pido a Y.S. se rienda á las armas del rey mi amo, pues de lo contrario á canon y espada dicideré de la suerte de Coimbra, sufriendo su disgraciada guarnición todas las extremidades da guerra, de cuyos estragos se verá libre Y.S. se convinitese con mi propu esta, contestando-me categóricamente esta en el término de una hora.

"D. Lazaro de Rivera".

A esta intimação deo o Comandante de Coimbra a seguintes resposta.

Coimbra 17 de Setembro de 1801.

Tengo el honor de contestar a Y.E. categóricamente que la desigualdad de fuerzas fui siempre un estímulo que animó mucho á los portugueses á no desamparar su puesto y defenderlo hasta las últimas extremidades, á repeler al enemigo, á sepultar-se bajo las ruinas de los fuertes que se les confirieron. En esta resolución están todos los individuos de este presidio, que tiene el distinguido honor de ser en frente á la exelsa persona de Y.E. a quem

Dios guarde.

"Ricardo Franco d'Almeida Serra"
A vista da resposta do Comandante de Coimbra o Chefe da flotilha espanhola compreendeu bem a firme disposição em que estavam os portugueses de defender a posição que ocupavam, e depois de nove dias de sitio retirou-se com algumas perdas.

Importa entretanto dizer que a única artilharia de que Ricardo Franco dispunha era um canhão de calibre 1, que ainda hoje existe no depósito de artigos bélicos desta cidade.

Em 1864, isto é, sessenta e três anos mais tarde, teve o Forte de Coimbra de empenhar-se em novo combate com forças da República do Paraguai. Então já fortificação regular, dispondo de sórtivel artilharia e guarnecida a praça pelo 5º Batalhão de Artilharia após, que quando muito dispunha de 80 combatentes, sustentou o assalto do inimigo por dois dias, e foi forçado o seu comandante, por falta de recursos, a evacuar a praça no dia 28 de dezembro de 1864, pela 8 horas da noite, embarcando no vapor Anhambai toda a guarnição com destino a Corumbá. No dia imediato nenhum movimento descobrindo o inimigo no interior da fortificação, depois de feitos os necessários reconhecimentos e certo de que ninguém existia, apoderou-se do Forte e sem demora tratou de fazer seguir para Corumbá os vapores de guerra de que dispunha, levando tropa para desembarque.

No dia 2 de janeiro de 1865, teve lugar a retirada das forças que guarneciam Corumbá por entender o seu Chefe que não podia sustentar a posição pela deficiência de força e outros recursos. Seria longo numerar as funestas consequências que resultaram dessa desastrosa retirada, em vista da falta de meios de transporte, que na ocasião se ofereceram.

Sendo a posição de Corumbá ocupada pelo inimigo nos primeiros dias de janeiro de 1865, de posse dela se conservou até o dia 13 de junho de 1867, dia em que foi tomado pelas forças brasileiras ao mando Tenente Coronel Antonio Maria Coelho, que então dispunha de um corpo de vanguarda de 400 combatentes, chegando poucos dias depois o restante da força e vários navios de guerra, que conjuntamente devia atacar a posição.

Apesar da força e outros recursos, de que então se dispunha, para o que levou-se três anos em preparativos e planos de ataque, apesar da fraqueza que então já o inimigo mostrava pelos muitos revéses que havia sofrido em seu exercito e esquadra foi a posição de novo abandonada, ficando assim justificada das ocucações que sofreu o comandante das Armas, por não haver três anos sustentado a mesma posição, quando então não dispunha dos mesmos elementos de defesa.

São estes os fatos históricos mais notáveis do município.

Os membros da Comissão nomeada por esta Câmara, em sessão ordinária de 14 de maio último, nada mais se lhes oferece dizer sobre o questionário que lhes fora apresentado, pedindo entretanto a esta Câmara desculpa da imperfeição de semelhante trabalho.

Paço da Câmara Municipal da Cidade de Santa Cruz de Corumbá, 1 de junho de 1881.

António Ant. Galvão
António Vieira de Morais.
PERNAMBUCO

Da Província de Pernambuco chegaram à Biblioteca Nacional respostas das seguintes cidades:
Água Preta, Afogados de Ingazeira, Barretos, Bezerros, Boa Vista, Bom Conselho, Bom Jardim, Cabrobó, Exu, Floresta, Granito, Glória do Goitá, Ipojuca, Nazaré da Mata, Ouricuri, Pajeú das Flores, Quipapá, Tacaratu, Triunfo e Vertentes.
PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE PALMARES

DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO D'ÁGUA-PRETA. (*)

Aspecto Geral - É de todos os lados montanhoso e coberto de matas. O centro é geralmente plano e se compõe de extensos campos. Nota-se alguns bosques.

Ilhas - Há poucas e pequenas ilhotas mais ou menos productivas, porém não merecem importância.

Serras - Não tem este Município serra alguma, apenas alguns montes elevados, entre os quais notase o do Cajuá, ao noroeste, do Município, importante pela abundância de cajueiros, ondulado e tão areiado, de forma que aparece ao observador um aspecto inteiramente de praia.

Rios e lagas - Seu território é regado por alguns rios, sendo entre elles os mais notaveis Jaque e Rio Preto, os quais o cortam em diversos sentidos e são piscosos. Com a denominação de rio há diversos riachos, como o Pirangy, e entre esses alguns que só contêm água durante a estação invernoz.a

Salubridade - O Município é geralmente salubre, notando-se durante as chuvas casos de febre amarela além da beixiga, que de quando em vez faz suas vítimas.

Minerais - Os minerares mais usuais ou communs são: a pedra de construção e o barro de olaria. Consta que há minas de ouro, carvão e ferro.

Madeiras - Há variadíssima especie de madeiras de construção e marcenaria, como são sucupira, oleo, sapucaia, pau-ferro, piiquiá, ... , vinhatico, louro, e amarello; etc.

Frutas silvestres - Caju, goiaba, araticum, jaboticaba, sapucaia, maracujá, massaranduba, amorá, umbuamba. Dessas, são algumas cultivadas, como o caju.

Animaes silvestres - Caiteua, veados de diversas espécies, paca, coelho, preá, capivara, quati, quandá, e guaribas. Quanto às aves, encontram-se nas matas mutum, aracuá, jacupema, macaco, torquás e outras.

As abelhas fornecem excelente mel, taes são: jati, uruçu, arapuá, muna buca, etc.

A par desses insetos, outros há, como a saua, mui prejudiciaes às plantações. Nos rios pesca-se carapeba, traíra, camarim, piranha e outros.

Historia - A Villa d'Agua-Preta foi primitivamente uma posse de um indio que, por um indivíduo cujo nome se ignora, fora comprada e fizer doação ao patriarcha S. José d'Agonia, edificando-se em suas terras uma pequena capella. Com o andar dos tempos, dirigiu-se em freguesia, sendo elevada logo depois a cethgoria de Villa. Tem sido muitas vezes comarca e ultimamente pela Lei n° 1405, de 12 de maio do anno proximo passado, foi-lhe conservada a mesma cethgoria, sujeita á Comarca de Palmarees, hoje Cidade.

Topografia - Esta Villa está situada a margem direita do rio Una, em terreno plano, mais ou menos. As ruas são irregulares contendo-se estreitas e largas. Todas as casas são terreas, notando-se

(*) CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA PRETA EM 23 DE MARÇO DE 1881.

Iºº Sr.

Em resposta ao officio de V. S.º, incluo remeto as informações minuciosas sobre o estado geographico deste Município, a fim de que preencha o fim desejado.

DEGS GUARDE A V. S.º.

Iººº Sr. Dr. Benjamin Franklim Remiz Galvão,
M.º D. Bibliotecario da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro,

Pedro Francisco de Albuquerque
Presidente
Alexandre José Rogério Filho
Secretario

apenas um pequeno sobrado e em meio estado. Seus principais edifícios são a Igreja Matriz de S. José d’Alegria, arruinada, a casa do Camarão, a cadeia em concreto e o cemitério. Tem uma boa ponte sobre o rio Una. Há diversos estabelecimentos comerciais e alguns industriais.

**População** - Segundo os dados a que recorremos consta a população livre de 20.000 almas e a escrava de 500. Desta população habita à Villa 2.000 almas, compreendidos 20 escravos.

**Agricultura - Lavoula** - Consiste na cultura da cana de açúcar, mandioca, tabaco, algodão, milho, feijão, café e arroz. Também cultivam-se algumas especies de frutas como a laranja, romã, lima, mamão, banana, pitanga, jacate, amêndoa, figo e outras frutas hortelãs.

**Criação** - A grande criação consiste em gado vacum, cavalos, lanigeros, cabra e suínos. A pequena criação consiste em aves domésticas.

**Pesca** - A pesca dos rios só dá para o consumo diário.

**Indústrias fabril** - A indústria fabril limita-se ao açúcar, aguardente, fumo, farinha, obras de olaria, como sejão, tijolos, telhas e louças de barro.

**Comércio** - A exportação consiste em açúcar, aguardente, fumo, farinha de mandioca, e algum arroz. A importação em ferragens, vidros, pano e outros objectos do estrangeiro.

**Instrução** - Para a instrução há algumas escolas públicas sendo uma só de sexo masculino e outra do feminino, além de muitas escolas particulares nos engenhos e povoados.

**Divisão eclesiástica** - Pertence este Município ao Bispo de Pernambuco, e por si só faz uma freguesia.

**Curiosidades naturaes** - Há diversas grutas no Município, sendo a mais notável a do Caju, metonha e profunda, onde se encontram diversas fontes e muita pedra de roxo.

**Distancias** - Dista esta Villa da Capital da Província, 28 leguas ao norte:
- à Villa de Gamela, 6 leguas ao norte;
- à Cidade de Palmares, 2 leguas ao poente;
- à Villa de Barreiros, 8 leguas ao nascente.

Agua Preta, 23 de março de 1881
Pedro Francisco de Albuquerque
Presidente
Alexandre José Rogerio Filho -
Secretario
PROVINCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE INGAZEIRO

DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DE INGAZEIRO (*)

**Aspecto geral** - O terreno do Município é no geral ondulado em todas as direções não tem matas, apenas algumas arvores maiores em ilhas de riachos.

**Mar e portos** - Não tem.

**Ilhas** - Não tem.

**Serras** - O Município é ladeado de serras, sendo ao norte por um ramo da Borborema com a denominação de Conceição, e ao sul pela serra da Carapuça.

**Rios e lagos** - Não há no Município rios nem lagos, a ribeira Pajeú que nasce nas faldas da Serra do Teixeira da Província da Paraíba do Norte, desemboca no Rio de São Francisco, cortando este Município de Este à Oeste, recebendo diversos riachos como tributários; apenas tem agas durante a estação das chuvas.

**Salubridade** - O Município no geral é salubre, só nos principios e fins de inverno, aparecem alguns casos de febre biliosa. A cholera morbus que aqui apareceu nos anos de 1856 e 1862 causou grande mortandade na população.

**Minerais** - Há no município a pedra que pode prestar-se para construção, barro de olaria, pedra calcarea, giz de diversas qualidades e córtes.

**Madeiras** - Há diversas espécies de madeiras de construção e marcenaria. As principais são: cedro, baraúna, aroçira, violeta, socupira, pau-d'arco, e pau branco.

**Frutas selvagens** - Cajú, goiaba, jaboticaba, maracujá, pitomba, camboim, oíty, umbú, juta, quixaba, jabotá. Algumas destas são cultivadas.

**Animais selvagens** - Caiuá, veado, precás, mocós, onças, raposas, gato do mato, aves encontram-se urubú, carcará e gavião. Há também a cedorniz, aça-branca, namú, jurity e outras. Abunda também em papiagaio, maracanás e periquitos que muito prejudicam a lavoura. Aos cantoros são: o sabiá, o canário, o roxinol e o Hofreu (?).

Tem diversas qualidades de abelhas que produzem excelente mel, tais como, mandassia, moça-branca, tesbiha, canudo, mumbuca e outras. Há outros insectos tais como a sauba que muito prejudicam as plantações. Por ocasião das enchentes da ribeira piscação-se em pequena escala, o mandim, dourado, piáu, traíra, curimatá e algumas piranhas.

**História** - A Villa de Afoagados de Ingaizeiro foi até o ano de 1879, uma povoação que teve princípio na fazenda do mesmo nome, pertencente a Manoel Ferreira o qual edificou nas suas terras

---

(*) Paço da Câmara Municipal da Villa de Afoagados de Ingaizeiro
7 de Janeiro de 1886.

Ilm. Sr.

A Câmara Municipal de Afoagados de Ingaizeiro em satisfação à circular da Presidência da Província de 24 de Novembro do ano Passado, tem a honra de passar às mãos de V. S a inclusa descrição deste Município, feita de acordo com o modelo anexo à mesma circular, e dados de que dispunha esta Câmara para essa descrição.

Deus Guarde a V. S

---


José Matheus Coimbra Campos

Presidente

Antonio José de Souza

Antonio Pereira de Souza

Francisco da Almeida

---

uma pequena Capella sob a invocação do Senhor Bom Jezus dos Remedios (ignorando-se ao certo a data de tal edificação). Pela lei provincial nº 1434 de 27 de Maio de 1879 foi elevada esta Capella a Matriz sob a mesma invocação, e para ella foi transferida a sede da Matriz de São José de Ingazeiro creada pela lei provincial nº 23 de 9 de Junho de 1836 que ficou extinta. Pela lei provincial nº. 1403 de 12 de Maio de 1879 foi elevada a Villa e para ella transferida á sede da Comarca de Ingazeiro, creada pela lei provincial nº 1260 de 26 de Maio de 1877, que a desembrou da Comarca de Flores a que pertencia este Municipio, então denominado de Ingazeiro, que fora creado pela lei provincial nº 295 de 12 de Maio de 1852.

Topographia - Esta villa está situada á margem esquerda da ribeira Pajeú, todo o terreno ocupado por ella contém mais ou menos elevações, e forma uma praça com 80 metros de largura e 150 de cumprimento. Todas as casas são terreas, sendo a edificação no geral má. Não tem edifícios publicos ou particulares dignos de menção. Ha alguns estabelecimentos comerciais, e duas bolandeiras para o fabrico de descascar algodão.

População - Pelo ultimo recenseamento verificou-se que a população livre era de 11.400 almas e escrava 1.154, mas com o desmembramento do territorio que hoje compreende o novo Municipio de São José do Egypto e que então fazia parte deste, avalia-se ser a população livre cerca de 8000 almas e escrava 200. Desta população habita a villa 1000 almas comprehendidos 10 escravos.

Agricultura - Lavoura. Consiste na cultura da canna de asucar, mandioca, tabaco, algodão, milho, arroz e feijão. Cultivam-se também algumas frutas: laranja, lima, limão, banana, ata, anaz, melão, melancia, abobora e outras frutas tropicales, além de diversos legumes.

Criação - A grande criação consiste em gado vacum, cavallar, lanigero, cabrum e suino. Ha algumas fazendas que se ocupam desta industria. A pequena criação limita-se á aves domesticas.

Pescia - Não dá para o consumo.

Industria fabril - A industria fabril consiste em rapaduras, fumo, fasenda, farinha de mandioca, obras de olaria, como sejam louças de barro, telhas, tijolos de alvenaria. Ha ainda algumas bolandeiras do fabrico de descascar algodão, e pequenos teares para tecidos de algodão.

Commercio - A exportação limita-se ao algodão, couro salgado, couro espichado, pelles de cabra, couríños e gado vacum. A importação consiste em ferragens, louças, vidros, fazendas e outros objectos de fabricas estrangeiras. Os generos são exportados e importados na costa de animal.

Instrução - Ha duas escolas publicas de ensino primario, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino. Em 1880 criou-se uma sociedade literaria denominada "Club Literario de Afogados de Ingazeiro", com o fim de propagar a instrucção, e para esse fim franqueou ao publico duas escolas nocturnas, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, uma bibliotheca, e abriu conferencias sobre diversas materias, todos os domingos. O estado de ignorancia da população e o pouco gosto pela instrucção faz baquear tão bella instituição.

Divisão ecclesiastica - O Municipio pertence a diocese de Olinda, e consta de uma unica parochia que é a do Senhor Bom Jezus dos Remedios.


Obras Publicas - Não há.

Rendas - As rendas Municipais são constituídas pelos seguintes impostos: 10 r. por casa de vender bebedas alcolicas, 3 r. por casa de negocio, 120 r. por carga de legumes vendida nas feiras, 500 de cada reza abatida para consumo, dizemos de minas 5 f. por mascate. As rendas, geraes e provinciaes regulam de 1.000 r. a 1.200 r. para cada uma das Collectorias.

Curiosidades naturaes - Não há.

Distancias - Desta Villa á Capital da provincia dista 485 kilometros

As distancias das Villas dos Municipios temitrophes são:

À villa de Flores ao oeste 50 kilometros.
À Villa de São Jose do Egypto á leste 65 kilometros.
Á Villa da Princeza ao norte 50 quilometros.
Á villa de Alagoa de Baixo á sul 70 quilometros.
Este Municipio não tem estradas de rodagem, as que existem são abertas pela população para serventia e no geral todas são más.
Paço da Cam. Municipal de Afogados de Ingazeiro 7 de Janeiro de 1886.
José Matheus Coimbra Campos
Presidente
Antonio José de Moura
Fr. Cassim. d'Alm.P...
Antonio Pereira de Souza.
PROVINÇIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE BARREIROS.

DESCRIPÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE BARREIROS.

Aspecto geral - Do lado de sul, norte e poente é este município montanhoso e coberto de matos. Ao leste notou-se alternativamente matos e campos em terreno ondulado.

Mar e portos - Pelo lado oriental é o município banhado pelo mar, e apresenta dois portos de embarque, um na povoação de Abreu e outro na povoação de São José da Coroa Grande. Alguns arrecifes no pôrto de São José da Coroa Grande tornam perigosos os aproximar da costa.

Ilhas - Não existe, que se saiba, nenhuma, por que a unica que existia a Ilha do Jardim, hoje achase ligada ao continente por uma barragem e uma ponte, tornando-se por isso um dos bairros mais comerciais da Villa.

Serras - As serras que formam a parte montanhosa do município não são conhecidas nominalmente.

Rios e lagóas - Seu território é regado por diversos rios, mas d'elles o unico navegável por canoás e barcaças é o de Una, o qual nasce no interior da Província desemboca no mar, cortando este município em toda sua extenção do nascente ao poente, recebendo diversos tributários. Com a denominação de riós existem os raios denominados: Carimã, Itapirihi e o Persinunga, que no verão conservam sempre aguas, sendo que este ultimo serve de limite à Província de Pernambuco com a dos Alagoas. Lagóas - não existe nenhuma que se torne digna de menção pela sua extenção e profundidade.

Salubridade - O município não é salubre, principalmente na costa a margem dos rios, por que aparecem depois da estação das chuvas febres intermitentes, bronchites, phcticas e outras molestias indemicas. Em 1855 e 1863 o cholera morbus causou grande prejuízo à população.

Minerais - Os minerais mais usuahs são a pedra de construção e o barro de olaria.

Madeiras - Há muitas especies de madeiras de construção e de marcenaria. As principaes são:

Paço da Câmara Municipal de Barreiros, em sessão extraordinaria de 27 de Fevereiro de 1886.

Ilmº Exmº Sr.
A Câmara Municipal de Barreiros, em cumprimento ao officio circular de V. Exº. datado de 24 de Novembro de anno passado, tem a honra de enviar a essa Presidência as informações prestadas sobre o assunto do questionario remetido pela Bibliotheca Nacional.

Deus Guarde a V. Exº.

Ilmº Exmº Senº Conselheiro José Ferreira da Costa Perº. Jº.
M. D. Presidente da Província de Pernambuco.

J. Nicolau P. Santos
Prezº
Olímpio Deodoro da Sº.
Joaquim dos Santos Diniz
Antonio Siqº Lins.

Secretaria da Presidência de Pernambuco.

Em 8 de Março de 1886.

Ilmº Senº.

De ordem do Exmº Senº Conselheiro, Presidente da Província, transmitiu a V. Sº as informações, em original, prestadas pela Câmara Municipal de Barreiros sobre o assunto do questionario que acompanhou ao officio de V. Sº de 12 de Novembro do anno proximo findo.

Deus Guarde a V. Sº

Ilmº Senº Dr. João Saldanha da Gama,
Director da Bibliotheca Nacional do
Rio de Janeiro.

Pelo Secretoº
Emiliano E. de Mamboren.

---

sucupira, gararoba, pão-ferro, gitahy, amarelo, condurú, jabotá, louro, oiticica, pão d'arco, coração de negro, pão carga, emebiriba preta, massaranduba, prahiba, babatemou, sapucaia, sapucairana, camaçari, leiteiro, corão, murta, mangue da mata e outros.

**Fructas silvestres** - Cajá, goiaba, aracá, guabiroba, guagirú, araticum, jatobacaba, pitomba, oiti, sapucaia, maracujá, massaranduba, mangaba, imbauba da mata e amôra.

**Animais silvestres** - Caimitú, tatú, paca, veado, coelho, presa, cipapava, gato do mato, quindând, jurupará, tamanhadu, piquiúca e cutia. Quanto às aves encontram-se nas matas, aracuá, namã, jurití, pomba galéga, e tropical, uru, periquitos, jandaia, mutum e macuca. As aves cantoras são, o sobiá, o canario, o curiú, a patativa, o bicus, o chichêo, gurinhata ou gaturamo, o cabocloinho curupião ou concriz, o bigode, pintasulgo, ferreiro da mata ou araponga, e outros. As abelhas fornecem excelente mel: tais são, a urussú, a monbuca, a gitahy, a jatib, tubaba e outras. A par d'estes insetos outros há como a saúba e o grilo, muito prejudiciais às plantações. O mar fornece diversas espécies de peixe, tainha, carapeba, camorm, cutipá, currimão, patai, sioba, carapitanga, garópo, serigado, charéo, charelete, garassuma, garassimbora, garajuba, enchova, badêjo, pampo, bagre, cavalla, cararina, casso, urubaiana, serra, agulha, sardinha, gallo, beijó-pirá, bicuda e outros peixes de pedra. Nos rios se pesca o camorm, carapeba, cutipá, piranha, bauru, jundiá, traihá, angico, jocari, pará, pitú, camarão, piaba, carito, sarapó e outros.

**Historia** - A villa de Barreiros foi primitivamente uma povoação. Por Alvará de 26 de Maio de 1819 foi egeada com Freguesia pela Lei Provincial no 314 de 13 de Maio de 1853 foi desligada do termo de Rio Formoso para que se como a Agua Prata formarem um novo termo tendo por sede a Povoação de Barreiros, que n'esta mesma data foi elevada a Villa. Passou a Comarca de 2ª entrada pela Lei Provincial no 1057 de 7 de Junho de 1762.

**Topographia** - Esta Villa está situada a margem do Rio Una. Uma parte dessa ocupam terrenos elevados por montes, a outra se estende na planicie. As ruas são geralmente tortuosas e estreitas; a maior parte das casas são terreiras havendo por custom alguns sobrados. Seus principais edifícios são a Igreja matriz as capelas das Povoações de São José da Coroa Grande, e de Abreu de Una em construção, casas de Instrução publica, da Camara, mercado em construção e os cemitérios da Villa e Povoação São José da Coroa Grande. Tem uma ponte no rio Cariná e uma barragem no mesmo rio. Há diversos estabelecimentos comerciais e trapiches.

**População** - Segundo o ultimo censo do 1921, que consta a população d 10.981 almas. Existem nesses proximidades da Villa um aldamento de índios manos.

**Agricultura / Labour** - Consiste na cultura do café, mandioca, fumo, milho, arroz, feijão e cana de açafrão, que se fabrica em 55 engenhos; abacate, laranja, lima, roças, banana, ata ou pinha, condé, ananaz, melão, melancia e outras fructas ortencas, além de diversos legumes.

**Criações** - consiste em gado vacum, cavallar, ovellum, cabrum e suino.

A pequena criação limita-se a aves domesticadas.

**Pescas** - A pescas dá porque é porque para o consumo, como para as salgas com destino a exportação.

**Industria fabril** - A indústria fabril consiste em açafrão, aguardente, fumo, farinha de mandioca, obras de olaria, como sejam louças de barro, telhas e tijolos de avena.

**Commercio** - A exportação limita-se ao açafrão, mel de furo, aguardente, fumo, farinha de mandioca, arroz, couro seco ou salgado e madeiras de construção. A importação, consiste em ferragens, vidros, louças, pannos e outros objectos de fabricas estrangeiras ou nacionaes. Os generos são exportados em geral para a cidade de Recife, capital da Provincia de Pernambuco, d'onde vem quasi todos os generos importados. Para fora do Municipio o transporte é feito por barcaças. Dentro d'elle é feito por canões abertas ou por carros e costa de animaes.

**Instrução** - Para a instrução primaria há 4 escolhas publicas do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Em 1877 creou-se uma biblioteca, que já conta 500 e tantos volumes; pertence hoje a uma sociedade denominada - Club litterario - que a franca do povo sem retribuição alguma.

**Divisão eclesiastica** - Pertence este municipio a diocese da Provincia de Pernambuco, contendo uma só parochia - a de São Miguel de Barreiros.

**Divisão Policial** - O municipio conta com uma delegacia, tres subdelegacias, e dous districtos de Paz.

**Obras publicas** - Matriz, Paço da Câmara Municipal, casa de Instrução pública, ponte e barragem, casa do mercado e cemitérios.

**Rendas** - As rendas municipais são constituídas por diversos imposições estabelecidas por lei Provincial. No último quinquênio as rendas municipais subirão a 14.082$253 r. no último exercício a 2.692$650 r. A collectoria geral rendeu 4.980$006 r. , e a Provincial 5.411$298 r.

**Curiosidades naturaes** - Nada consta a tal respeito.

**Distancia** - Dista esta Villa da Capital da Provincia 23 leguas ao norte da mesma Villa. As distancias as cidades e villas dos municipios confinantes são as seguintes:

- À cidade do Rio Formoso - 5 leguas ao norte
- À cidade de Palmares - 10 leguas ao Poente
- À villa de Porto Calvo 10 leguas ao sul; e a villa de Serinha em 8 leguas ao norte. O município não conta estrada alguma de rodagem.
PROVINCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE BESERROS
TERMO DE BESERROS
DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE BESERROS

Aspeto geral - Ha duas serras que formam a parte montanhosa do município, ambas distam da vila menos de legua. Uma ao norte que é a falada serra negra e outra ao sul que é a chamada serra do ar, ou sapato, a qual partilha com a serra da russa.

Rios - Neste município há um rio chamado Ipoojua tem suas nascentes na serra das miças em Mochotou, cinquenta leguas ao poente deste município, e no coro nas estações do inverno.

Salubridade - Todo este município é geralmente salubre, as vezes aparece, antes ou depois das estações das chuvas, algumas febres, pleuriz e malignas, foram tudo moderado. Em 1856 a choler morbo causou grande prejuízo á população, e em 1862 de novo apareceu e fez grande estrago, assim como também a febre amarela grasseou extraordinariamente.

Mineraes - Ao pé da serra negra descobriu-se uma pedra de ferro, a qual já foi examinada por dois engenheiros, e pela Camara Municipal foi enviada um pedaço à exposição na capital.

Madeiras - Ha muitas qualidades de madeiras de construção como bem seja aroeira, grauna, pau d'arco, pau ferro, pau Santo, cabraibba, amargoso e morosó, assim como tambem para marcenaria, as principaes são amarelo, cedro, sucupira, angico, piquiá e juruna assú.

Fructas silvestres - Jaboticaba, aracá, uvusia, pitomba, batingo e umbú; e para as matas araticum, maracujá, peroba e assú, massarranduba, guapeba e sapucaia. Tambem há cajú, goiaba, ananaz, bananas e outras, as quais são cultivadas.

Animais silvestres - Caiuti, viado, capoeira e campineiro, coelhos, pretá, mocó, tatú, patã, cutia, tamanduá, preguiça, jurupará, quati, quando, onça e gato do matto, estes dois ultimos são prejudiciales fazem grandes estragos nas criações de aves.

Aves - Na catinga abundam as seguintes: juritis, inhambús, rabanais, e corduniz, e nas matas
mutuns, tucanos, aracuan, macuco, zabelê, parary e arapongá. Tem mais jandais e piriquitos, estes estragam o milho e o algodão. As aves cantoras são, o abáli, o canário, o bico, o checheu, a seriena, e guriatá e a patativa.

**Abelhas** - Tem o oruçê verdadeiro e mirim, o canudo, o visquesto, a mandassaia, a rajadinha, a jaty, a cupira, a mumbará e o arapuí, que fazem um excelente mel, e de mais apreciação o inxú, tem mais a tubuá e a moça-branca.

**Peixes** - O rio fornece alguns peixes, sendo a trahirá, o acará, o juadá, o carito e a piába.

**História** - A vila de Bezerrros foi uma fazenda de criação, o proprietário levantou uma capela e de pouco a pouco foi aumentando casas até que tornou a uma povoação. Em 1778 passou a freguesia, segundo consta dos livros de batizados. Pela lei provincial n° 919 de 18 de maio de 1870 foi elevada a categoria de vila, ficando separada do município do Bonito a que pertencia; e pela lei provincial n° 1500 de 30 de maio de 1881.

**Topografia** - Esta vila está situada a margem direita do referido rio Ipujuca. As ruas são de boa largura, apezar de ter algumas tortuosas. As casas são terres, havendo porém algum sobrado. As ruas são divididas, constando as seguintes: rua dos Coelhos - rua do Comércio - rua do Jardim - rua da Bôa Vista - rua da Matriz Vovó de Janeiro - rua da Caridade - rua do Rosário e rua do Giqua. Seus principais edifícios são as duas igrejas, sendo a Matriz e o Rosário, a Matriz tem duas famosas torres, uma com 108 palmos e outra com 105, a casa da caridade, a casa da câmara, o cemitério, um pequeno teatro. Tem uma ponta sofrível no rio de trás da rua sendo particular, tem um belo assude no mesmo rio, tem o açougue. A cadeia é uma casa particular contraída com o governo. Há diversos estabelecimentos comerciais e industriais.

**População** - Segundo o último recenseamento, consta a população em 11.111 almas contendo os escravos em número de 1925. Desta população habitam na vila 650 almas, compreendendo 20 escravos, os mais moram nos arrabaldes na povoação de Gravatá deste município.

**Agricultura** - Lavoura, consiste na cultura do café, cana de açúcar, mandioca, tabaco, algodão, milho, arroz e feijão. Também se cultivam algumas espécies de frutas: laranja, lima, romã, banana, atá, ananaz, melão e melancia, como também algumas frutas hortenses, além de diversos legumes.

**Criação** - A grande criação consiste em gado vacuum, cavallar, ovelhum, cabrun e suino. Ha diversas fazendas que se ocupam desta indústria. A pequena criação limita-se a aves domésticas.

**Indústria fabril** - A indústria fabril consiste em açúcar, aguardente, rapadura, fumo, farinha de mandioca, obras de olatia como sejam louças de barro, telhas e tijolos de alvenaria. Ha bastante tecidos de panos de algodão em teares de pau.

**Comércio** - Deste município exporta-se para a capital, açúcar, aguardente, fumo, farinha de mandioca, algodão, milho, feijão e gado vacum.

A importação consiste em ferragens, vidros, louças, miudas e panos de fábricas estrangeiras.

**Instrução** - Para a instrução primária há cinco escolas públicas, três do sexo masculino e duas do sexo feminino, além de uma escola particular do sexo feminino na casa da caridade, e mais algumas do sexo masculino, particulares.

**Divisão eclesiástica** - Pertence este município à Diocese de Pernambuco, e se divide em duas paroquias, uma das quais está incluída na vila, e outra a freguesia de Gravatá, cinco leguas ao nascense desta vila.

**Obras públicas** - Paço da Camara Municipal, açougue e assude.

**Feito notável** - Em 1873, na fazenda denominada Cócos, três leguas desta vila, no pé da serra negra ao lado do norte, um morador casualmente encontrou debaixo de uma grande pedra a gente de uma casa, um osso da canela de criatura humana. Propalando-se a notícia na vila, a policia foi examinar, e empregada a deligência procedendo-se a escavação, foram encontradas de 16 a 20 sepculturas, constando de grandes e pequenos. Nas mesmas sepulturas encontrava-se infiada de pequenos ossos a proporção de rosários, como também pedras de 1/2 polegada, chatas e oitavadas e um grande dente desconhecido todos furados como o fôsse objeto de trazer ao pescoço. Também achou-se uma pedra que regulava duas libras pouco mais ou menos, a qual deixando-se-lhe um pingo d'água daria uma excelente tinta de cor de roxo terra, e tendo uma baixa no meio como causa que dela fisessem algum mister. Entrou no conhecimento que não era obra da natureza e sim artificial. Depois de tudo
examinado entrou no conhecimento ser um cemiterio dos indígenas, e se ainda existe tudo em perfeito estado, era porque o vão da dita pedra é virada para o norte e não chovia dentro.

**Distancias** - Dista esta vila da capital da província 25 leguas ao nascente.

As distancias as vilas e cidades dos municipios confinantes são as seguintes:

À cidade de Santo Antonio 16 leguas ao nascente.
À cidade da Escada 18 leguas ao leste-sueste.
À vila de Bonito 8 leguas ao sul.
À cidade de Caruarú 6 leguas ao poente.
À cidade de Limoeiro 16 leguas ao norte.

Faço da Câmara Municipal da Vila de Bezerros em secção ordinária 23 de junho de 1881.

Pro Presidente  Manoel Antonio de Mendonça
Felipe da Cruz Pereira Brayna
José Francisco Pereira
Antonio Ferreira da Costa e Silva
Manoel Quintão de Veras França
PROVINÇA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE BÓA-VISTA
MUNICÍPIO DE BÓA-VISTA

**Aspecto Geral** - Do lado do norte leste e oeste compõe-se de extensas catingas e é em alguns lugares montanhoso. Ao sul é o terreno geralmente plano, limitando-se com o rio São Francisco.

**Mar e Porto** - Pelo lado do sul que é banhado pelo rio São Francisco, tem o porto da Villa de Bóa-Vista, onde ancoram as barcas canoas e os vapores, cumprindo notar que é este Municipio o ultimo a que pode descer os vapores.

**Ilhas** - Existem muitas sendo as mais notaveis, a do Pontal, que fica numa lagoa abaixo do limite ocidental do Municipio de Petrolina, a denominada Pequena, a da Missão, Carapitú, Inhamum, Missão Velha, Marreca, Ilha Grande, Santa Maria, São Felix, Itapé, Aracapi e São Miguel, servindo todas ilhas para a agricultura e criação.

**Serras** - Existem muitas sem significação conhecida.

**Rios e Lagos** - Rio. O de São Francisco cuja nasce na Província da Minas Gerais, navegable para canoás e barcos em toda sua extensão até a povoação de Jatobá da Comarca de Tacaratu desta Província e por vapores até esta Villa; e banha este Municipio e toda sua extensão de oeste a leste; e com a denominação de riacho, o do Jacaré innavegable, e só contem agua na estação da chuva, e direção do noroeste para o nascente.

**Lagos** - Existem muitos nas proximidades do rio São Francisco, nos logares denominados Carahybás, Goises, Ginipapo e Malhada Real, e suas dimensões variam de 200 a 400 metros, sendo todas bastante pescosas e com fundo sufiçiente para canoã.

**Salubridade** - O municipio é geralmente salubre, mas as margens do São Francisco e Jacaré, aparecem durante a estação das chuvas, febres intermitentes.

**Minerais** - Não existe conhecidos.

**Madeiras** - Há muitas especies de madeiras de construção e marcenaria. As principaes são: aroeira, pau d'arco, jatobá, perico, angico, umburama de cheiro, pau ferro, brauna, coração de negro ou violeta, e carnauba.

---

Paço da Câmara Municipal da Villa de Bôa Vista 13 de janeiro de 1886.

Ilm° e Exm° Senh.

A Câmara Municipal desta Villa passa as mãos de V. Ex.° as informações exigidas na circular de 24 de Novembro do ano

Ilm° e Exm° Senh. Conselheiro Presidente da Província.

Deus Guarde a V. Ex."°

Vicente de Ferreira de Carvalho Pinto.

Martins Loureiro de Sousa.

Cyrilo Dávila de Silva.

Manoel Bento da Bôa Ventura.

Salvio de Sá Gonzaga.

Secretaria da Presidência de Pernambuco

Em 30 de Janeiro de 1886.

Ilm° Senh.

Em additamento ao meu ofício de 21 do corrente, transmito a V. S° as informações juntas, em original, prestadas pela Câmara Municipal de Boa Vista sobre o assunto do questionário que acompanhou o seu ofício de 12 de Novembro do anno passado.

Deus Guarde a V. S°


O Secretario.

Pedro Franc° Corrêa de Oliveira.

---


- 230 -
Frutos silvestres - Umbú, queixaba, araticum, araçá, massom, mary, jujú, cajú, goiaba, destas são algumas cultivadas.

Animais silvestres - Onças de diversas qualidades, como seijo: pintada, tigre, sucuarana de 2 qualidades, gatos de mato, também de diferentes qualidades, caititu, queixada, viado, tamanduas, bandeira e mirim, raposas, cutias, tatu, verdeiro, peba e bolla, mocós, preás, capivaras, jacarés, giritacaca, timbú ou sarué, guará, saquiç e macacos, tuitú, ou tjuassú, camalão. Quanto às aves encontrou-se nas catingas, jacus, emas, sarienmas, patos, patury, marrecas, galças brancas e pardas, jaburus, papagaios, piriquisitos, araras, maracanas, coa, sericoria, mais da lua, carauna.

As aves cantoras são: passaro prato, caraúna, sabiá, canario, curupiá e gallo de campina.

As abelhas fornecem excelente mel. Taes são, mandassaia, mundury, moça branca, cupira, tuby, arapuá, e canudo.

O rio fornese diversas espécies de peixe: taes são pirá, surubim, mandim doirado, curimatan, curviana, piranha, porambuba, matrinchan, piu, traia e pacamão.

Historia - Ignora-se a historia desta Villa por falta de documentos oficiais.

Topographia - Esta Villa é situada a margem esquerda do rio São Francisco, em terreno elevado. As ruas são espaçosas e alinhadas; as casas são todas terreas. Seus principais edifícios é a Igreja Matriz e o Cemitério. Há poucos estabelecimentos comerciais.

População - Consta de 4 a 5 mil almas, habitando na Villa cerca de 600 almas.

Agricultura - Lavoura. Consiste na cultura de mandioca, milho, arroz, feijão, cana e batatas. Também se cultiva alguma espécie de frutas: laranja, lima, romã, banana, pinha, ananaz, melão, melancia, abobora e diversos legumes.


Pesca - A pesca dá para o consumo e para a salga com destino a exportação.

Industria fabril - A indústria fabril consiste em rapadura, farinha de mandioca, obras de olaria, como seijo, louças de barro, telhas e tijolos de alvenaria.

Commercio - Exportação. A exportação limita-se de farinha de mandioca, arros, milho, feijão, couros, peixes, gado vacum e cavallar. A importação consiste em ferragens, vidros, louças, panos e outros objectos de fabricas estrangeiras.

O transporte é feito por barcos e canoas na margem do rio São Francisco, e para os demais logares em costas de animais.

Instrução - Para a instrução primaria ha 2 escolas de sexo mascolino e uma sexo feminino.

Divisão eclesiastica - Pertence este Municipio a Diocese de Pernambuco com a unica freguesia de Santa Maria de Bôa Vista.

Divisão Policial - O municipio consta uma delegacia, 2 sub-delegacias, á da Villa e á de Carahyba, 12 quarteiros.

Obras publicas - Nenhuma.

Rendas - As rendas municipaes são constituídas pela imposição de arrendamentos de Ilhas, impostos de dísimo, licenças municipaes e direito de açougue.

Curiosidades Naturaes - Nenhuma

Destancia - Dista esta Villa da Capital da provincia 150 legoas. As distancias para os municipios confinantes são as seguintes: á Villa de Petrolina 25 legoas á do Ouricuary 35 e á de Gaborôbó 15.

Paço da Camara Municipal da Villa de Bôa Vista 13 de Janeiro de 1886.

Vicente Ferré de Carvalho Ventura. P.
Martiniano Gomes de Souza
Cyrillo Dias da Silva
Manoel Bento da Bôa Ventura
Salvio de Sá Gonzaga.

PROVINÇA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE BOM-CONSELHO
DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM-CONSELHO

Aspecto geral - O território deste município é bastante montanhoso ao sul, menos elevado a leste, e plano ao norte e oeste. O terreno sul, pela humidade relativa aos inúmeros rios e raios que o circundam e pelas espessas matas que ainda contêm prata-se exuberantemente à cultura da canna, café, e toda a espécie de cereais e árvores frutíferas.

Posição geográfica - Ainda não foi determinada a posição geográfica do município; no entanto dissemos que o seu território é todo central, e que o local da villa dista a 28 leguas do litoral, pois tantas distam d'aqui à cidade de Pilar, nas Alagoas.

Serras - Dentre as serras que constituem a parte montanhosa do município, a principal é a feralissima serra da Prata, ao nordeste da Villa coberta de frondosas matas, e d'onde emanam diversas e perennes fontes. Um dos seus principais galhos estende-se ao sul, terminando no rio São Francisco, depois de tomar as seguintes denominações: Jeri-mongo, Escalvados, Leão, Batingas, Palmeira, Língua, etc. O outro galho segue ao nascente, terminando na cidade de Garanhuns, onde se comunica com a Borbroema. Neste curto espaço de 8 leguas os seus nomes principais são: Bastiões, Catimbão, Jussara e Fojos.

A oeste notam-se as serras da Atravessada, a dos Cavalhos, a dos Mares e a das Béstias, e a sueste, a serra do Taboleiro, formando um semi-círculo com 6 leguas de circunferência.

Secretaria da Presidência de Pernambuco.
Em 21 de Janeiro de 1888.
Ilrmº Snr.

De ordem do Exmº, Snr. Presidente da Província transmito a V. Sª as informações, em original, prestadas pela Câmara Municipal de Bom Conselho sobre o assunto do questionário que acompanhou ao ofício do V. Sª. de 1º de Novembro de 1885.
Deus Guarde a V. Sª.

Ilrmº Snr. Dr. Diretor da Biblioteca Nacional do rio de Janeiro.

Servindo de Secretº
Emiliano E. do Manhom

Paço da Câmara Municipal da Villa de Bom Conselho em Sessão ordinária ..., de janeiro de 1888.
Ilrmº e Exmº Senhor

Temos a sobra honra de passar às mãos de V. Exº o inclusive manuscrito, contendo a história topográfica deste Município, organizada pelo cidadão João Baptista Lusitano, missão que lhe foi confiada por esta Câmara, em obediência ao ofício circular de Exmº Presidente, datado de 24 de Novembro de 1885, para o fim de satisfazer a exigência do Diretor da Biblioteca Nacional em circular de 12 do referido mes e anno, cujo trabalho, já outrora organizado pelo Senhor Joaquim Pinto de Campos, foi, atento a sua imperfeição devolvido por essa Presidência.

Na falta quase absoluta de pessoas habilitadas que se possuíssem a um trabalho da natureza, julga esta Câmara que na pessoa do Senhor Lusitano encontrou um auxiliar pachorrento e consciencioso, concluindo no curto prazo de seis meses uma noticia exacta e minuciosa do este Município, prestando assim um valioso subsídio à história do país.

Deus Guarde a V. Exº.**

Ilrmº e Exmº Senhor Conselheiro Manoel Euphrasio Correia.
M.D. Presidente da Província de Pernambuco.

O Presidente da Câmara
Augusto Martins Soares Vieira
Francisco Albusº
Custódio Elzeu de Britº. Pinangé
João Ferreira Barros
Tude Pinto Crespo.
É nos férteis baixios desta serra que existem os melhores partidos de café do município, e onde já se contam 25.000 pés fructificando. O cimbo produz apenas epecoacanha, cañha e feno.


Depois do Parahyba segue-se o Trape, cujas nascentes são no Morro Grande de S. Pedro, 2 leguas ao poente desta Villa, d’onde segue para o sul até a villa do mesmo nome, na província das Alagoas, onde entra no S. Francisco, depois de um curso de 30 leguas.

Os seus afluentes neste município são: Carnijó, Leão, Riacho dos Campos, Oliveira, Olho d’Agua Velho e Salgadinho.

Temos ainda o Riaçhão, formado das Vertentes de Páu-ferro e Jussára, cujas águas correem de norte a sul e entram no Jaranhunhino, na barra da Jussara.

Os seus tributários são: Agua Vermelha, Baixa do Estribo, Batingas, Brejão, Buracão, Cafundó, Caçaara, Caldeirão, Camarateuva, Genipapo, Grotão, Lagoinha, Olho d’Agua do Cachorro, Olho d’Agua do Felix, Olho d’Agua do Ignacio, Pacavira, Picuira, Pindoba, Prata, Quayy e Safobre. 


**Salubridade** - A exceção do local da Villa, onde ( ao que parece ) , a visinhação da serra e as emanações putridas dos raios Lava-pec e Papacacinha influem nas mudanças de estação para o aparecimento de fevers de mão caráter, fazendo algumas vítimas nos habitantes, o clima do município é geralmente sadio, noting-se apenas nas mudanças de tempo o aparecimento da coriza, a coquechhe, molestias muito communs em todos os climas. O Choiera-morbus ceifou milhares de vidas nas duas vius que aqui fez em 1856 e 1863, maxime nos sitios Brejos, Ladeira Vermelha, Baixa-Grande, e em toda a parte sul do município, sendo para notar que ao norte e oeste foram registrados poucos casos fatais desta terrível molestia.

**Minerais** - Não ha noticia positiva da existência de minerais no território do município; no entanto, acredita-se, e com bons fundamentos, que não e elle o menos aquinhoado neste particular. 

Nas varzas da serra da Prata teêm sido encontrados diversos fragmentos de carvão de pedra; no Serro do Frío, polo culminante da referida serra, existem monóculos de pequenas pedras da forma e transparencia do cristal; e no Taboleiro, segundo a opinião de um estrangeiro que se dizia entendido na materia, existem excellentes minas de ferro e cobre.

**Madeiras** - As mattas e cagesas do município abundam em madeiras de construccion, mmercearia e tinturaria, taes são: almêcega, amarello, amargoso, angelim, angico, aracá, arapiraca, arteieira, balsamo, banana de papagaio, barauna, barriguda, batinga, bom nome, cabo de facão, cañá, cambota, cana-fistula, canedo, canela de viado, canzenze, carahyba, catingueiro, cedro, cipahuba, cocão, coração de negro, cuipuna, estrallador, fr. Jorge, gmelincheira, gararoba, genipapo, gitó, goaiabeira-brava, goiabinha, gonsalo-ales, imburana, itapicurú, jacarandá, jatobá, joaquim-fófo, jucá, jurémia, lacre,
larangeara-braba, leiteiro, louro, mameluco, mandacaruá, mangaba, maria-prêta, massaranduba, miringuiba, mitum, molungu, mororô, munguba, muricy, mutamba, pão d’arco, pão d’haste, pão d’oleo, pão-ferro, pão-pombo, pão-sangue, pão santo, parahyba, pereiro, pinhão, pitimíjú, piororoca, query, salgueiro, sapucaia, sapucaia-rana, senhora-avô, sicipra, tambori, tarajuba, trapia e vinhático.

**Frutas silvestres** - Dentre a variada quantidade de frutas silvestres que se encontram nos bosques e matas do município, destacam-se como principais: amêixa, aranha, araticu, cafaj, cafarana, cafaj, cambom, catolé, católa, chicote-chique, gangóia, gargauba, genipapo, goiaba, gravata, guabiraba, ingá, jaboticaba, jaranacê, jatobá, joaç, mamão, mandacaruá, mangaba, maracujá, massaranduba, miringuiba, muricy, oureicury, pitombe, quixaba, sapucaia, trapia, uabaia, e o umbú.

Entre as cultivadas sobresaihem o ananã, a abobora, a banana, a cidra, a conde, o coração da índia, o cruá, a fructa-pão, a jaca, a laranja, a llima, a manga, a melancia, o nabo, a pinha, o tamarindo, as uvas, e outras espécies.

**Animais silvestres** - Das inúmeras espécies de quadrupedes conhecidos no país, abundam nas florestas do município: câgado, caiteú, callangro, camallão, cambaba, capivara, catita, coelho, cutia, furão, gato do matto, guará, guariba, guaxixin, macaco, mariquita, mocó, onça sussuarana, paca, papamél, piporé, preá, prequica, quatié, quaty, quaty, purú, queixada, quissaco, raposa, rato, seguir, tamanduá, tatu, viado, e outros muitos que seria enfadonho mencionar.

Accidências temos o boi, o cabra, o cão, o cavalo, o jumento, a ovelha, o porco, etc.

D’entre as aves apontarmos: alma de gato, andorinha, anum, aracuam, araponga, arara, arrisção, arumara, azu-hran, azulão, beija-flor, bentevi, bico, caca-cebo, câlangi, canário, canbonge, canção, caracará, cará, casaca de couro, canan, cheche, codorniz, coruja, curiti, ema, encontro, ferreiro, gallina d’água, gallo de campina, gars, gavião, inacupé, inambu, jacanâm, jacó, jacupena, jandiaia, Jesus meu deus, João de barro, juruj, lavandeira, macaca, mãe da lua, maracanam, marreca, mergulhão, nambiú, papa-arroz, papa-capim, papa-formiga, papagai, paraí, paty, pé, peita, penica-pão, petitugary pinto-silgo, piriquito, pomba, rasga-mortalha, roça, rouxinol, saibá, salta-caminho, sanhassú, sericoia, seriémia, socé, sofreu, solteira, urinquim, trocAz, tucano, vivo, zabelé, outras diversas espécies.

As abelhas conhecidas entre nós são: a amoregosa ou pimenta, a aripuá, a borrachuda ou mosquito, a breu, a cupira, a jaté, a limão, a mandassia ou papa-terra, a moça branca, a mumbuca, a pé de pão, a rajadinha, a sanharão, a túbua, a urucu-mirim e a vamos.

Entre os reptis notamos: a salamandra, a casca, a jarcussú, a surucucu, terrires pelo efeito mortífero do seu veneno, a caninana, a jaranca, a coral, a costela de vaca, a sarapo, a giricua, a papagaio, a cipó, a rainha, a duas cabeça, a verde, a giboia, a papa-ovo, a vibora, a preta e a corra campo.

Dentre os insectos mencionaros os mais danninhos, taas são: aranhas, cupim, carrapatos, formigas, gafanhotos, moscas, mosquitos, munhães, muturas, bezuos, bichos de pé, pulgas, etc.

Entre os jabutis temos kagados, tatu, e infinidade de espécies de lagartos, rans e sapos.

**Historia** - Ainda é estreitíssima a história do município de Bom-Conselho. Até 1824 era elle muito pouco habitado, e o proprio local da villa constituído em fazenda de criar, pertencente ao proprietario Antonio Anselmo da Cruz Villela.

A data deste anno, os parentes de Antonio Anselmo, coveringo para ali, foram edificando algumas casas, até que actualmente já conta 430 habitações divididas pelas seguintes ruas: Praça de D. Pedro 2º, 60; Praça do Commercio, 19; rua do Vigario João Clemente (antiga Caborge), 27; rua de D. Pedro, 19; rua do Sol, 19; rua Sete de Setembro, 18; rua de Fr. Caetano, 17; rua da Vassoura, 16; rua de Aguas Bellas, 60; rua do Cotovelo, 15; rua da Boa-Vista (antiga Palmeira), 44; casas dispersas, 116, sendo: Bairro da Matriz 305; Bairro do Bom Conselho 125.

Neste numero estão compreendidos 8 sobrados divididos pelas seguintes ruas: Praça de D. Pedro 2º, 5; Praça do Commercio, 1; rua de Aguas Bellas, 1; rua do Cotovelo, 1.

A primitiva capella, edificada pelo capitão, Mathias da Costa Villela e consagrada a Jesus Maria e José; subsistio como matriz até a pouco anos; quando foi benta a capella mor da nova igreja, que 1ª pedra foi lançada no anno de 1853 pelo fallecido Fr. Caetano de Messina, de saudosa memoria. O territorio do município de Bom-Conselho, fazendo parte do termo de Garanhuns, foi erigido em freguesia pelo art. 2º da lei de 12 de Junho de 1837, promulgada pelo presidente de então Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo, com a denominação de Jesus Maria e José de Papacaca, cuja lei
assim se esprima: Fica creada uma paroquia na capella curada de Jesus Maria e José, na povoação de Papacaça, que terá por distrito a porção desta província cujas aguas correm para o riacho Trapú, ou entram no rio Parahybá do Sul, exceptuando o terreno, cujas aguas entram no riacho Secco acima da capella da Santa Cruz do brejão inclusivamente. Pela lei provincial n° 204 de 26 de Junho de 1848 foi o territorio desta freguesia annexado à de Correntes, creada freguesia a Villa pella citada lei, a qual foi derrogada pela de n° 239 de 30 de Maio de 1849, que de novo transferia esta freguesia para a sua primitiva séde.

Ainda a lei provincial n° 476 de 30 de Abril de 1860 elevou a povoaçao e freguesia de Papacaça a cathegoria de Villa, com a denominação Bom-Conselho, dando lhe por termo a respectiva freguesia, a qual Villa só foi inaugurada a 6 de Fevereiro do anno seguinte.

Em 1872 foi o territorio da Villa de Bom Conselho constituído em comarca pela lei provincial n° 1057 de 7 de Junho, e a 10 de Julho do mesmo anno foi ella declarada de 1ª entrada, pelo decreto n° 5004.

O governo municipal é rigid por um código de posturas, habilmente conce乎ionado e sancionado pela lei provincial n° 1174 de 26 de Abril de 1875, no qual se notam salutares disposições, que pena e, não sejam fielmente observadas.

Dividido o terreno de creer de agricultura assim se exprime no seu art.65:

Fica exclusivamente destinado para plantações o terreno comprehendido nos limites seguintes: principalìará na serra de Pedras rumo directo ao rio dos Mocós, e por ella abrigo até a barra do mesmo, e d’ahi seguirá rumo directo ao cemiterio da Cachoeira, seguindo na mesma direcção ao rio Parahybá, e por elle acima até sahir na estrada de Garamunka, no lugar denominado Olho d’agua de Luiz Joào. Deste ponto seguirá pela estrada desta Villa, e d’aqui pela estrada da Boa-Vista até o tanque das Lages, seguindo rumo directo ao Lago de Serra Grande, partindo deste ponto em rumo directo à serra do Leão, até divisar com a serra da Palmeira, da província das Alagoas, sendo a parte do sul desta divisão igualmente comprehendida nesta designação.

Papacaça, papaceiros, écurrucção dos vocablos Capa-caça, capa-ceiros, aplicados antigamente ao povado e seus primitivos habitantes pelo uso que tinham de castrar os veado e caïteús que apanhavam vivos em estado de magros, aos quais castravam davam lhes de novo a liberdade, para mais tarde caçal-os gordos e nafados.


População - Não possuímos dados estatisticos sobre a população do municipio; apenas nos dizem que, segundo o recenseamento de 1872, a população da comarca atingiu a cifra de 22.000 habitantes, incluindo uma parte do territorio do distrito da Lagoa do Remigio, hoje pertencente ao municipio de Correntes. Este numero comprehendia 2.577 escravos, matriculados no mesmo anno e dos quais restam hoje apenas 362, segundo a ultima matricula encerrada a 30 de Maçôo do anno passado.

Agricultura - Os ativos que constituem a principal cultura do municipio são: a cana de assuçar, mandioca, fumo, algodao, milho e feijao. O café vai-se propagando pouco a pouco, já existindo cerca de 45.000 pés frutificando. Também cultivam-se diversas especies de fructas e outras muitas especies de plantas horténs e leguminosas.

Criação. Afora a parte sul do municipio, em todo o demais terreno cria-se em grande escala gado vacum (do qual existem 115 fazendas), cavallar, lanigero, cabrum e suino.

Industria fabric - Consiste a industria fabric do municipio em algum assuçar, rapadura (para cujo fabrico contam-se 78 engenhos e engenhocas), aguardente, fumo, farinha de mandioca, queijos, obras de olaria, obras de couro, chapês de palha de ourique, azeite de mamon, cordas, europemas, baias, e tecos rusticos de algodão.
Commercio - A exportação limita-se ao fumo, algodão, couros secos e salgados, e gado vacum e cavallar. O café ainda está longe de chegar para o consumo do município. Mui raras vezes importa cereais, e em alguns annos nos escassos de chuvas, os exporta para as comarcas do interior.

A importação abrange todos os objectos de uso ordinario. Os generos são importados e exportados á costa de animal das cidades de Garanhuns, Maceió, Pilar, S. Miguel, Penedo e Pão d'Assucar.

Instrução - A instrução primaria é administrada por 3 escolas publicas: 2 do sexo masculino e 1 do feminino. Duas destas escolas tem sua sede dentro da villa e foram creadas: a do sexo masculino, por lei provincial nº 242 de 14 de junho de 1849; a do sexo feminino, pela de nº 715 de 20 de Maio de 1867, e a de Baixa-Grande, do sexo masculino, pela lei nº 1714 de 29 de julho de 1882.

Divisão eclesiastica - Este municipio pertence á Diocese de Olinda, e comprehende uma só parochia sob a invocação de Jesus Maria e José de Papacãa.


Ignoramos a data da criação do districio da delegacia, bem assim do 1º distrito de subdelegacia.

O 2º distrito policial foi logo do portaria de 3 de Outubro de 1884 com os limites seguintes: começará pela estrada de S. Pedro, até onde dividir-se com a comarca de Aguas-Bellas, e seguirá pela dita estrada, na direcção da Villa do Bom-Conselho, até o Riachoro, e por esta acima até confrontar com o sitio Pão-Ferro, que ficará com todo o quarteiros de Jusára, fazendo parte do novo distrito. Do 1º ponto irá rumo direito á baixa do Juaizeiro, e d'ahi em linha recta á chã da serra do Pão-Bonito, até os limites da comarca de Garanhuns.

O 3º e 4º distritos, creados por portaria presidential de 24 de Janeiro de 1887 limitam-se assim: Distrito de Taquary: começará no lugar Poço do Cosme, na estrada que vai de Aguas-Bellas para Papacãa em direcção até a lagoa dos Mosquitos, e d'ahi seguirá rumo direito por cima da serra da Atravesada até a ladeira do Mendes, na primeira casa que houver, seguindo d'ahi no mesmo rumo até o sitio Mata-Verde, pertencente a Antonio de Aninhia; d'ahi seguirá ainda no mesmo rumo até o sitio Cafundô, a encontrar a casa onde reside Custódio Finangé, a qual ficará pertencendo a este distrito, e dessa casa seguirá pelo sitio Cafundô abaixo até encontrar o riacho Morcego, e por este abaixo até sahir na estrada que vai para o sitio Caldeirães (do Guedes), e por essa estrada seguirá até o limite com a provínicio de Alagoas ficando os terrenos ao poente da mesma estrada pertencendo ao mesmo distrito. Distrito da Barra do Brejo 4º: começará no sitio Alto-Grande, na estrada que vai da Villa de Bom-Conselho para a Barra do Brejo, até a casa de Joaquin Antero da Silva Vieira, d'ahi seguirá em linha recta em direcção ao sul, até o sitio Grotas-Funda, pertencente ao capitão Francisco Teixeira, onde mora o seu rendeiro de nome Geraldo, seguindo d'ahi pelo riacho Morcego até sahir na estrada que vai para Quebranguelo, e passa no sitio Caldeirão, e d'ahi seguirá até os limites com a província de Alagoas, ficando os terrenos ao nasciente e norte dessa estrada pertencendo a esse mesmo distrito, que se limitará com o termo de Correntes pelo rio Paraíba riacho Secco até a fazenda Jacaré, e d'ahi até os limites das comarcas da Garanhuns e Bom-Conselho, por cuja estrada seguirá para o sitio Olho d'Água de Luiz Joaõ, até encontrar a casa de Luiz Paixão, ficando dita casa pertencendo ao mesmo distrito, e d'ahi rumo direito até o sitio Alto-Grande.

Obras Publicas - Como obras publicas temos apenas que mencionar a igreja matriz, com o respectivo patrimônio, o cemiterio, e as duas pontes de madeira que ligam o bairro da Matriz ao do Bom-Conselho.

O Collegio, posto que feito á custa dos fins, e subvencionado pelo governo provincial, é obra exclusiva dos Capuchinhos.

Alem da igreja Matriz, existem no município mais 11 capelas filiadas, algumas das quais possuem um pequeno patrimônio, e são do domínio publico, e outras, de uso a propriedade particular, são ellas.

Capela da Santa Cruz na Prata; Capela de Santa Quitéria na Barra do Brejo; Capela de N. Senhora do Carmo no Caldeirão do Guedes; Capela de S. José no Logradouro; Capela de S. José na Lagoa da Domingas; Capela da Santa Cruz em Mâe-Luzia; Capela de N. Senhora do Céu no Taquary; Capela de S. Antonio no Taquary Velho; Capela do Senhor do Bom-Fim no Gigante; Capela de S. Miguel, na Cruz de S. Miguel e; Uma capela no Gito, sem orago.

**Rendas** - As rendas municipais, consignadas na lei provincial nº 1897 de 24 de Maio do ano findo, são: 50.000 r$ por mascate de fazendas, miudezas, e objectos de folhas de cobre, sendo estrangeiro, e 10.000 r$ sendo nacional. 100.000 r$ para armaz circo ou pavilhão; 20.000 r$ para vender fogos; 20.000 r$ pelo uso de armas defesas; 15.000 r$ para ter estribarias de cavalos de trato ou de aluguel de vaccas ou bois; 15.000 r$ por cada fabrica de fogos artificiais; 15.000 r$ por cada casa que vender bebidas espirituosas; 15.000 r$ para soltar fogos de vista; 10.000 r$ para vender polvora; 6.000 r$ por talhados ou magarze; 5.000 r$ para ter theatrinho, exposição de vista, tivoly ou qualquer divertimento publico e 2.000 r$ por cada espectactulo; 5.000 r$ para soltar fogos do ar; 4.000 r$ para ter olaria; 3.000 r$ por conductor de marmotas e râlejos; 3.000 r$ para colocar tabelochas ou inscrições; 2.000 r$ por cada quitanza; 5.000 r$ para ter rancho na Villa, e 2.500 r$ nos subúrbios, 5.000 r$ para ter garapeiras; 2.000 r$ para fazer cornija, para-peito, reboco, no exterior das casas; 2.000 r$ para rasgar, tapar ou mudar varanda, porta, janela, no exterior de predio; 2.000 r$ para qualquer obra ou concerto; 2.000 r$ para armar coretoes, linear postes para arcos ou enbandeiramentos para festas; 2.000 r$ para armar barracas em tempo de festas; 500 r$ por cada cabeça de gado vacum e 200 r$ por suino, ovelhau o cabrãm talhado nos açougues publicos ou particulares; 500 r$ por carga de aguardente; 520 por carga de carne secca, linguicas, queijos, rapaduras, bacalhau e outros peixes; 200 r$ por metro corrente de arriamento, e 100 r$ nas demais povoações; 120 r$ por cada carga de farinha e qualquer producto exposto à venda nos mercados ou feiras; 100 r$ para armar barracas e quiandas nas feiras; 20 r$ por metro corrente para construir muros; 10 r$ por metro quadrado de terreno para edificar casas; 2% sobre o valor locativo do predio urbano ou parte dello em que estiver estabelecido, comprehendidio no lançamento da décima urbana; 5.000 r$ não comprehendidios na decima e nas demais cidades e villas e 3.000 r$ nos subúrbios e povoações; e o Dizimio do gado suino, cabrãm o ovelhau.

A renda liquida das Collectorias no exercicio de 1886 a 1887 foi:

Provincial 2.720:584
Geral 1.685:811
Municipal 631:000

**Curiosidades naturaes** - Ao sudoeste do taboleiro, confronte ao sitio Fracheiras, existe um subterrâneo, com dous compartimentos, um dos quaus (o da frente), comporta 20 pessoas. O outro, para o qual se entra de rasto por uma pequena fresta, não podemos precisar a sua extensão, visto como é impenetravel ao ar, a ponto de não poder-se ali acender uma vela.

A porta que dá entrada para a 1ª sala, apesar de estreita, permite entrar uma pessoa em pé.

Por cima do tabuleiro existe um orificio que se comunica com a 2ª sala.

No Serro do Frio, ponto culminante da Serra da Prata, existe uma lagoa, em cujas aguas (segundo nos informam pessoas de fé), se observa, em pleno mez de Outubro, um fenomeno semelhante ao fluxo e refluxo das marés, isto é, pela manhã desaparecem totalmente as aguas, reaparecendo de novo pela tarde. Este fenomeno é digno de ser esutado pelos entendidos. Em Santo Antonio, no rio Traipu, no lugar conhecido por Pedra Grande, nasce uma pequena vertente, na gruta que fica por traz da mesma pedra, cujas aguas são um poderoso antidoto contra as dores de colica. Estas aguas devem ser minerais.

Nas desobstruções das antigas lagoas, assude e caldeireiros, têm sido encontradas ossadas disformes de animais, que bem mostram pertencer a raças extinctas. Há opinões de que taes quadrupedes são anti-deluvianos, outras, porem, pretendem, e com melhores fundamentos, que taes ossadas, existindo unicamente nos lugares de aguas, prova o reinado de uma seca ocorrida antes da descoberta de Cabral, na qual tais animaes vinham aliá saciar a sede, onde, não encontrando uma gottta d'água, e ja exaustos de fome, aliá morriam.

**Distancias** - Esta villa dista da capital da Província 74 legas ao noroeste.

*do Penedo*  40° ao sudoeste  
*de S. Miguel*  28° ao sul  
*de Pão de Assucar*  30° ao sudoeste  
*do Pillar*  28° nascente  
*de Buique*  24° ao noroeste  
*da Pedra*  23° ao noroeste  
*de S. Anto. da Buique*  16° ao noroeste  
*de Aguas Bellas*  14° ao poente  
*de Correntes*  12° ao nascente  
*de Garanhuns*  10° ao norte  
*de Palmeira dos Indios*  07° ao sul  
*de Quebrangulo*  06° a sueste  

Fim.

Bom-Conselho, 9 de janeiro de 1888.  

João Baptista Lusitano

---

**Retificação:**

Deixamos de dividir os quadrupédios, aves, répteis e insectos pelas respectivas classes, por julgarmos isso enfadonho, e inútil, cerco de que, os que tractarem da historia do Paz, não esquecerão esta divisão, ficando então preenchida esta lacuna.

João Baptista Lusitano

---


- 238 -
PROVINCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE BOM JARDIM

DESCRIPÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

Aspecto geral - Do lado do norte e leste é este Município montanhoso e coberto de matas e de grossos capoeireiros. Ao oeste, se é geralmente plano, também nota-se ser pouco montanhoso, e se compõe de campos e matas. Ao sul, igualmente observa-se matas e grossos capoeireiros em terreno ondulado.

Serras - As serras que formam a parte montanhosa do Município, são as de João Congo, e Verde, que se estendem de um e outro lado dos municípios vizinhos: Cabaceiras e Ingá, da Província da Paraíba; Taquaretenga e Nazareth, desta Provincia.

Rios e Lagos - O território do Município é regado pelos rios Tracunhaém e Serigy, mas nenhum delles é navegable. O primeiro, nascendo nas faldas da Serra Verde, no logar denominado Doredongo, desemboca no mar, em Goiana, cortando este Município em toda a sua extensão do norte e este, recebendo diversos tributários. O segundo, nascendo nas faldas da dita Serra-Verde, no engenho Condado, desemboca igualmente no mar, na mesma direção do primeiro, cortando parte do território deste Município, ao lado do norte, e recebendo deversos tributários. Com a denominação de rios ha varios sulcos torrenciais, que só contem agoa durante a estação invermosa; taes são os chamados rios da Caiaí, Crebó, Canguengo. Ha tambem para o lado do leste uma lagoa, a tres legos desta Cidade, denominada Lagôa Torta, que nunca seca pelo verão mas que não é navegable.

Salubridade - O Município é geralmente salubre e a febre amarella, o týpho, a variola, o sarampo e tantas outras como suas congêneres, que são endêmicas nos lugares baixos e pantanosos, aqui, quanto da-se o facto de aparecerem accidentalmente, faz-se sentir como muito ligeiramente os seus terribilíssimos, efeitos, não fazendo mais que de 4 a 5 victimas em todo o seu percurso. Só em 1855 e 1862 foi que o cholera-morbus causou algum prejuizio à população, mas nunca com a intensidade que se observou em quasi todos os pontos dos municípios da Provincia.

Minerais - Os unicos minerais conhecidos são: a pedra de construção e o barro de olaria. Não consta que haja ouro, nem outras especies de minerais.

Madeiras - Há inúmeras especies de madeiras de construção e de marcenaria. As principaes são: amarelo, sucipira, sapucaia, baruina, angico, xurema - assú, arecira, cedro, cumaru, balsamo, marfim, supucarama, gororoba, pão-santo, tatujaba, pequi, pão d'arco, amarelo, pão d'arco róxo, jatobá, sepauha, mororó, louro-de-chereiro, jucá, umburana, muricy, pão d'arco rabugem, chincho, estalador, goiabinha, perere, mameleiro, páo-ferrão, gonaço-ales, campineiro, canafistula, angelim, louru-prêto, armisea (?)inberiba e birindiba.

Fruitas silvestres - Ha o caju, a goiaba, maracujá-susú, maracujá-pano, maracujá-peluixo, jaboticaba, a pitombia, a quichicha, araticum, umbi, o gravatá, o passa-mão, o ingá, ameixa e o genipapo.

Secretaria da Câmara Municipal de Cidade de Bom Jardim, 7 de Abril de 1881.

Ilmº Exmº Senr

Aquiriendoo ao generoso appalto que V. Exº, em nome da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro se dignou dirigir-me em officio circular de 2 de Janeiro do corrente anno, no alias favorável intuito de obter informações fidalgas e menuciosas sobre as circunstancias topographicas e historicas dos municípios do Brasil, a fim de oferecer material consciencioso e exacto aos que hajem de tratar de geografia do Paiz, de bom grado passo às mãos de V. Exº, as informações concernentes a este Município do Bom Jardim que, nas termos do que appretei ao aludido officio de V. Exº. são, a meu ver, se bem que deficientes, em parte as que me cabe ministrar, segundo os dados que me foi possivel colher.

Serei sumamente contente se estas informações poderem de alguma sorte concorrer para o realce e brilhantismo da Exposição de Historia e Geographia do Brasil que a patriótica Bibliotheca Nacional, sob o benéfico influxo de V. Exº, conta levar a efeito no mez de Setembro proximo fucturo.

Aproveito o ensaio para apresentar a V. Exº, os protestos da minha mais subida estima e alta consideração.

DEUS GUARDE A V. EXº.

Ilmº Exmº. Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão.


O Presidente da Câmara Municipal:
José Cipriano Bezerra de Melo.

Animais silvestres - Ha raposas, mararajás, viados, campineiros e capoeiros; coelhos, cotias, preás, tatús, verdadeiros e pebas; paccas, papa-mel, furão, cauxito, timbú, e kagado, jabutí, juruparó e tamanduá.

Quanto à aves, encontram-se nas matas e campos a jurity, inhambú, turury, arribação, rôlas, aracuan, siricoia, codorniz, araponga, papary, patury, marrecas e jacassanás.

As aves cantoras são: o canário, o corió, o checheu o encontro-de-bananeira, a patativa, o galode-campina, o sabiá, o gurita, o papá-arroz-prêto, e o azuão.

As abelhas fornecem excelente mel; taes são a jaty, o uruçu, a moça-branca, o arapuá e o echú.

A par destes insectos outros há, como a saúba, e a lagarta, muí prejudiciais as plantações.

Os rios fornecem em infima quantidade a trahira, o jundiá, o mussú, o acará, a curimatan e o cascudo.

Historia - A cidade do Bom Jardim foi primitivamente uma povoação, mas a data de sua criação perde-se na escuridão dos tempos.

Do arquivo parochial consta quando foi ereta em curato e depois em freguesia e por se acharem os livros e mais papéis inteiramente delacerados pelas traças.

Existem porem, dois sinos com as seguintes inscrições e datas de quando foram elles oferecidos: o 1º, a S. José, em 1782; e o 2º a Nossa Senhora Santa'Anna, pelos irmãos, em 1796.

Por Lei Provincial de 1870 foi elevada a cathegoria de villa; instalada pela posse dos Vereadores em 24 de Julho de 1871, foi como tal serpada do Municipio do Limoeiro a que pertencia.

Passou a cidade pela Lei Provincial de 1879.

Topographia - Esta cidade está situada a margem direita do rio Tracunhãem. Toda ella occupa terrenos elevados. As ruas são geralmente largas e rectas. A maior parte das casas são terreiras, havendo porem alguns sobrados e entre elles alguns bem vistosos. Seus principaes edifícios são: a igreja Matriz, a Capella de Nossa Senhora das Dores, o cemiterio, o Paço da casa da Câmara, a cadeia e o açougue. Há diversos estabelecimentos comerciais e industriais.

População - Segundo o ultimo recenseamento, consta a população de 30.974 almas. Desta população habitam à Cidade umas 6.000 almas, comprehendidos 100 escravos.

Agricultura - Lavoura. Consiste na cultura da canna de açúcar, mandioca, fumo. algodão, café, milho, arroz, fava e feijão. Também se cultivam algumas especies de fructes: laranja, lima, limão-dóce, roman, sapoty, banana, pinha, ananaz, melão, melancia, condessa, mangas, jacas, aboborãs e outras fructes hortenses, além de diversos legumes.

Criações. Consiste em gado vaccum, cavallar, lanigero, cabrum e suino. Ha diversas fazendas que se ocupam desta industria.

A pequena criação limita-se á aves domesticas, taes são a gallinha, o peru, o pato e o ganso.

Pesca. A pesca é tão diminuta que não dá para o consumo diário.

Industria fabril - A industria fabril consiste em assucar, aguardente, farinha de mandioca, pannot d'algodão, (em theares), rôdas, obras de oalaria, como sejam louças de barro, telhas e tijolos.

Commercio - A exportação limita-se ao assucar, aguardente, fumo, farinha de mandioca, algodão, couro salgado, milho, fava, feijão, gado vaccum, suino, gallinha e perús.

Instrução - Para a instruccion primaria ha 6 escolhas publicas, sendo 3 do sexo masculino, 2 do sexo feminino e 1 mixto. Ha tambem nesta cidade uma escolha particular.

Divisão eclesiastica - Pertence este Municipio á Diocese de Pernambuco, constitue uma só freguesia, que é a de Nossa Senhora Santa'Anna de Bom Jardim que, como já se disse, não se sabe precisar a época em que foi ella erecta.

Secretaria da Camara Municipal da Cidade do Bom Jardim, da Provincia de Pernambuco, em 7 de abril de 1881.

O Presidente da Camara Munc. de Bom Jardim.

Joé Cyprianno Bezerra de Mello.
PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE CABROBÓ
DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE CABROBÓ

Aspecto geral - Este Município, quer para o norte, leste, sul e oeste, é alternativamente plano e accidentado.

Serras - Tem este Município algumas serras, como Pellado, Bendó, Ouricuri, Orobó, e serra da Raposa e a da Ponta da Ilha.

Rio - Pelo lado sul é banhado este Município pelo magnesto rio São Francisco.

Com a denominação de rio ha dois sulcos torrenteais, que só contém água durante a estação das chuvas; Taes são o rio da Bregida e rio da Terra Nova, que todos desembocam no rio São Francisco, sendo este em toda a extensão deste Município, contaminado de catadupas, pelo que torna-se somente navegável nesta parte por canoas, que comportem carga de 700 a 800 arrobas no máximo.

Ilhas - Ha diversas ilhas no rio São Francisco na parte que banha este Município e geralmente se prestão a criação e lavoura, sendo entre ellas, as principaes a ilha d'Assumpção, com 5 legoas de extensão e em algumas partes della com meia legoa de largura; a ilha Grande, que tem 3 legoas; a ilha da Varzea, que tem 2 legoas; e as mais são menores, mas todas com boas proporções para o fim a que se prestão.

Salubridade - O Município é geralmente salubre, mas á margem dos rios aparecem, depois da estação das chuvas, febres intermitentes. No verão manifesta-se alguns casos de febres malignas, pleurizias e cattarrões.

Não existem madeiras e nem minerais, isto é madeiras para construção.

Frutas silvestres - Caju, goiaba, umbu; destas só a ultima não é cultivada.

Animaes silvestres - Caetetu, queixada, viados, tamanduás, mocós, preás, onças, gato do matto, tatus, raposa, cuia e capivara.

Quanto ás aves, encontram-se nos campos, cordorniz, nambu, asa-branca, papagaio, cordilheira, jacu, emu, seriena, juriy, cauam, pato, patyury, marreca, caraúna, carão, garça, socó, jaburu, caracará e gavião. Tambem abundão muitos periquitos e araras, sendo estes muito prejudiciaes a lavoura.

As aves cantoras são: o sabia, o camaro, o corruapião, e passaro-prêto.

As abelhas fornecem excelente mel; taes são manadaquia, arapuá, mundury, uruçú, taira, camudo, mosquio, papata-terra, moça-branca, brabo e cupira.

O rio São Francisco fornece diversas espécies de peixes: urubipirá, mandim, curimatá, curvina, dourado, jutubaranã, pacú, acary, trairã e piranha, sendo este ultimo, o mais feroz, que extraga qualquer ente vivo que pode pegar, sendo toda via um peixe pequeno; alem deste ainda tem a matrixam e o piãoo.

Historia - A Villa de Cabrobô foi primitivamente uma poção e depois freguezia, cujas criações com certesa não se precisam as datas, porque não existe no arquivo da camara, nem em outra repartição.

Paço da Camara Municipal da Villa de Cabrobô, 28 de Março de 1881.

Ilm.ª Sr.º

Esta Camara, representada por seu presidente e secretario, e em resposta do officio de V. S.º de 2 de Janeiro do corrente anno, em que pede informações de circunstancias topographicas e historicas deste Município, passa ás mãos de V. S.º as referidas informations, organizadas de conformidade com o modelo que veio junto ao referido officio.

Esta Camara aprova o ensaio para apresentar os protestos de estima e consideração á pessoa de V. S.º, a quem DEUS Guarde.

Ilm.ª. Senr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão.

Angelo Vieira Sampaio - P. Presidente
Manoel Pereira de Araujo Paranau, Secr.º

publica, a Lei que a creou, pela sua antiguidade, sendo certo que do arquivo eclesiastico consta que
no ano de 1760 fora desmembrada desta Freguezia e d’Assumpção, que depois, pela sua decadência, 
fôra á de Cabrobô, por ordem de D. João 6º. Pela lei provincial N° 315, de 13 de Maio de 1854, foi elevada 
à categoria de Villa, e como tal separada do Município de Boa Vista, a que pertenceu. Foi elevada á 
comarca no ano de 1862.

**Topographia** - Esta Villa é situada á margem direita do magistoso rio S. Francisco.
Toda ella occupa terrenos planos; as ruas são geralmente tortuosas e largas.
Todas as casas são terreiras e mal construídas. Seus principaes edificios são a Egreja Matriz que 
ainda não esta concluida, a casa da Câmara; a Cadeia, a casa de feira e um cemitério.
Há diversos estabelecimentos comerciais.

**População** - Segundo o último recenseamento, tem esta Villa, digo Município, 5.711 almas livres 
e 742 escravos. Por Lei Provincial foram no anno passado tiradas deste Município algumas fazendas 
para as freguesias de Boa Vista e Leopoldina, constando a população tirada de 700 e tantas almas.

**Agricultura** - Lavoura. Consiste na cultura de mandioca, batata, milho, feijão, e arroz, os quaes 
apenas dão para o consumo do Município.
Também se cultiva alguma especie de fructas: mellão, melancia e aboboras.

**Criações** - A grande criação consiste em gado vaccum, cavallar, cabrum, suino e lanigero. Há 
diversas fazendas que se ocupam desta industria.

**Pesca** - A pesca apenas dá para o consumo.

**Industria fabril** - A industria fabril consiste em farinha de mandioca, poucas rapaduras e 
requeijões, fazendo-se estes em porção que, não só chega para o consumo como dá para ser exportado.

**Commercio** - A exportação limita-se ao gado vaccum e cavalar.

A importação consiste em ferragens, vidros, louças, pannos, e outros objectos de fabricas 
estrangeiras.

**Instrução** - Para a instrução primaria há duas escolhas publicas, uma do sexo masculino e a outra 
do sexo feminino.

**Divisão eclesiastica** - Pertence este Município á Deocese de Olinda e só tem esta Parochia de 
Cabrobô.

**Obras publicas** - Paço da Camara Municipal, Cadeia, Casa da feira e cemiterio.

**Distancias** - Dista esta Villa da Capital 716 kilometros ao leste.

As distancias dos municipios confinantes são as seguintes:
Á Villa de Leopoldina, 14 legoa ao norte.
Á Villa de Salgueiro, 14 legoa ao norte.
Á Villa de Floresta, 20 legoa ao leste.
Á Villa de Boa Vista, 15 legoa ao oeste.
PROVINCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE OURICURY
DESCRIPÇÃO DESTE MUNICIPIO DO EXU.

Aspecto geral - É este Municipio quasi todo coberto de mattas. Do nascente ao puente, para o lado norte, é circulado da Serra Araripy, e quazi toda é calçada de elevados serrotes, mui pedregozos. Do lado do puente eleva-se uma grande pedra, denominada Claraman a qual tem de altura novecentas braças, e mil e quinhentas de largura e nasce do pé della do lado sul treis oulihinhos d’água que não secão, e tem dentro da mesma pedra deversas formas, onde de uma nasce um ouliho d’água, o qual é tão estenso para o interior da pedra que ainda não se pode ver o fim della, e tem de altura seis metros e de largura dois.

Mar e portos - Não tem

Ilhas - idem

A serra que há é a do Araripy, que se estende com muitas leguas de comprimento de nascente ao puente, pelo lado do norte; a sua altura avial-se em mil e quinhentos metros, e devede esta Provincia com a do Ceará. A sua maior largura é de douze leguas. E quazi cuberta de matta, porém tem muitos campos, onde fazem-se soltas de gados. As pastagens são o capim agrente, e o andú quazi. Os campos são cobertos de pequizeiros, cajuseiros, mangabas, araticums, araçais, jaboticabas, cambuins. As mattas são excelentes para mandiocas, annanáis, café, mangleiras, cannas, bannaneiras, e parece que produz tudo quanto se plantar. O terreiro é o mais plano possivel, não tem pedras, nem grutas em que se possa fazer depósito d’água; por esta causa não pode ser bem cultivada pela longitude em que ficão as aguas ao pé della. As arvores são quazi todas medicinaes, e tal é frescura de seu clima, que rara é a arvore de que cai a folha na estação do verão. Se o Governo tomasse em consideração que mandace fazer grandes cisternas, seria o paraizo terreal. Nas mattas há diversas qualidade de abelha, que dão soboroso mel, a saber: as de xão são o urucú, a muribueca, e o mosquito. As das arvores são: jandaira, o tubuín, o mançó, canudo, moça-branca, mandury, mancel de abreú, gitay, cupiras nos cupins.

A cordilheira da Serra é toda calçada de pedra vermelha, a semilhança do tanhá, de cima abaixo, representando uma muralha.

Rios e Llagas. O territorio é cortado por diversos riachos, porém só correem nos anos invernos; o mais notável é, o da Brígida, e do Bodóco que devede este termo com o de Auricury, todos nascem no pé da serra Araripy, e dão boas aguas de cacimba permanente; o da Brígida nasce ao pé desta Villa, a sua fós é de uma corrente d’água cristalina e dôce, porém só dá para regar faverous d’um grande sitio em pequena escalla.

Saudade - O Municipio é geralmente salubri. Em 1849 a variola causou algum prejuizo à população, porém em 1879 causou grandes estragos.

Paço da Camara M*. da Villa do Exú em 22 de Abril de 1881.

Ilm* Seir.

Esta Camara nesta data remette a V. S* o aspecto geral do Municipio, não é bem feito como tóra para desjalar, mas é pouco mais ou menos, como se pode fazer. Esta Camara aproveita a occasião para reter a V. S*, os protestos do mais elevado patriotismo.

D.ª G* A. V. S*, pr. mais annos.
Anistides Neuton Sald. d’Alencar
Vice - Prez*.
Victor Ulysses de Oliveira e Silva
Thomaz da Costa Gomes
José Soares de Oliveira
Joaoquim José de S*., Anna Gois
Raimundo Gomes Ferreira
Francisco Martiniano de Melo e Silva.

Mineraes - Não há mineraes, apenas há pedra de cantaria e de cal e o barro d'olaria, e ao pé da serra Araripy há em alguns lugares salires, sal, e também ao norte pedras piquenhas que se quebrando ao comprimento se encontram semelhança de um peixe, isto em grande quantidade, as quais são grandes e pequenas, e queimadas dão bom cal.

Madeiras - Há muitas espécies de madeiras de construção e marcenaria. As principais são, o cedro, o balcâno, cumbia, pau d'arco, jatobá, ynharé, brauna, pau d'alho, arueira, angico, pau ferro, viúna, sucupira, abengu, pequi, macaracu, masaranduba, oitizeiro, frej форме, marnubeiro, pereiro, canna-fista, pau amarelo, tatujuva, que dá excelente tinta amarela.

Frutas silvestres - Pequi, cajuhy, mangaba, iraticum, jabuticaba, cambuim, maracujás, goiaba, umbu, catolé, pitomba, murtas, jatobá, gravatá, mandacaru, xiquexique, ouricuri, ingá, oiti, amêixa, trapihyá, icó, jenipapo, budim, tumatu, carnauba.

Frutas domesticas - Laranja, manga, bananas, jaca, fruta-pão, lima, caju, pinha, mandaca, graviola, macuba, jambo, couco-da-praia, annanás, rumã.

Animais silvestres - Onça de diversas qualidades, caitiu, queixadas, viados de diversas espécies, cutia, tatúis de diversas qualidades, moxoc, peças, tamanduás, quandús, quaty, guambá, macaco, sagui, tiucaçu, papa-mel, furões, cangaçu, camaião, rapoza, gatos de diversas qualidades, cangambé, punará.

Quanto às Aves - Araras, arapongas, jacu, jacu-pema, ema, seriena, (ilegível), jurity, roulas de diversas qualidades, caburub, aza-branca, zãbelce, cordons, pato, patiory e marreca, papagaio, macanã, e periquitos que destroem as lavouras, garibú, sopo, galça, carão, crauã. As aves cantouras são o sofere, o rouxinol, o sabiá, o canário, a patativa, o azulão. Ainda tem o urubú e o gavião de diversas qualidades porém não cantouras.

As abelhas - São as mesmas da serra Araripy.

Serpenites - A mais venenosa é a cascavel, jaranacu, salamanta, jaranaca. As mais são a jiboia, caninana, cobra preta e outras mais.

Historia - Das pessoas mais habilitadas colheemo os seguinte. Huns dizem que em 1777, foi esta Villa elevada a curar; em 1787, foi erecta Matris; mas também dissem outros que em 1777 foi Matriz, não tendo sido curar; o que é certo, é que um destes anos foi em 1777, por que ainda hoje se vê que a marca com que se marcou os gados de patrimonio dados, naquelle tempo são duas letras de sete como de proposto ou em memoria, para não esquecer. Em alguns livros, velhos de patrimonio vê-se que em 1787 foi fundada por D. Anna 1ª de Portugal, do patrimonio de Sr. Santo Cristo de Exú, comprehendendo todo o termo que ocupou e gozava a tribu Ançu, mesmo de por que a Casa da Torre fez questão e lançou mão de uma grande parte deste patrimonio. Foi elevada a Villa em 1849 e depois transferida para Auricuri. Em 1858 foi novamente criada Villa e em 1864 transferida para a povoação de Granitos. Em 1875 foi outra vez criada Villa.

Topographia - Esta Villa está situada ao norte, ao pé da Serra Araripy, o povoad ocupua um terreno elevado, as ruas são bem alinhadas, e as casas são terras. Os principios edificios é a Igreja Matris do Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Não há cadeia e nem casa de Camara, servem-se de edificios particulares, por alugares. O semiterio é de pedra e barro, fica um-tanto arredado da Villa. Esta Villa dista doze leguis das cidades de Crato e Cariry Novo, Provincia do Ciar, e não há grande exportação devido às proximidades, e a principal é que fica em frente desta Villa que com cinco contos de reis se aperfeiçoava e desenvolvia o mais importante commercio.

População - Segundo calculo que não pode falhar, avalia-se em cinco mil almas livres, e a escrava em 120.


Industria fabric - A industria fabric consiste em rapadura, assucar, aguardente, fumo, farinha de manique, obras de olaria, como seijão louças de barro, têlinhas, tijo e fabricas de tecido de algudão.

Commercio - Não há

Instrução - Apennas há uma cadeira de instrução primaria nesta Villa, a qual é do sexo masculino.

Divisão-Eclesiástica - Pertence este município à diocese de Olinda em Pernambuco, e só há uma Parochia. Existe uma capela em São João do Araripy edificada em 1868, pelo Coronel Gualter Martiniano d’Alencar Araripy a sua custa que não gastou menos de 8,000.000 de rs, dista seis leguas desta Villa. Aquelle lugar é o mais bello e o mais importante para ser a principal Villa do centro, tem tudo quando se precisa para construção. Ali passa a estrada que vai desta a Inhamirim povoação do Cararã para o Rio São Francisco, e outra que vem do Caririy Novo da mesma provinicia para as P......(ilegível).

Os seus donos não querem de todo dar patrimonio. Já existem duas diverças moradas de cazes importantes, e o terreno oferece um espaço vasto que se fosse edificado, cabia a Capital mais importante da America do Norte devido a sua enorme planura. Há verdade que essas mesmas planuras são cortadas por diversos riachos e corregos, onde se podem fazer grandes assudes. Pasa ao pé d...... quazi povoado o riacho da Bregida, as ágoas são flor na terra, e permanente. Em 1872, foi creada alli uma cadeira de instrução primaria e era frequentada por mais de 20 alunos; em 1874 foi suprimida ficando aquellas crianças sem poderem continuar. Um ato ante-patriotic do Governo.
PROVINCIA DE PERNAMBUCO  
COMARCA DE FLORESTA  
DESCRIPÇÃO DO MUNICIPIO DE FLORESTA

**Aspecto geral** - Do lado do Nascente e do Norte é este Municipio montanhozo e coberto de pequenas matas. E para os mais lados é geralmente plano e se compõe de estancos campos.

**Mar e Portos** - Este Municipio não há parte que seja banhada pelo mar e não tem porto nenhum.

**Ilhas** - Há 52 ilhas do poente ao sul, no rio de São Francisco pertencentes a este Municipio as quais servem não só para soltas de animaes vaccum e cavallos nas quais se refazem muito bem os ditos animaes como para plantações de mandioca, canna de assucar, milho, feijão, batatas, arróz, nas quais dão com abundancia ditas plantações.

**Serras** - As Serras que formao a parte montanhoza do Municipio são as seguintes: as do nascente são Serra Negra, e Periquito, e as do norte as serras do Arapuá, e urnau, todas dentro deste município e nos campos de criações a deverças serras pequena e exteriores que para nada serve, que não vala apenas descrever-se.

**Rios e Lagos** - Seu território é regado por deverças Rios, maies deles o único navegavel para Canoas e Barras é o São Francisco o qual devido este Municipio com a Provincia da Bahia; com a denominação de Rios a vários sulcos torreniciaes que só contém agua durante a estação das chuvas, tais são os chamados Pajeú, Navio, Entre as Serras, São Pedro, Capim Grosso, Ambrozio, Mandantes, Feijão, São Gonçalio e Poço de Negro, e lagos não a nenhuma que mereça descrever-se por que só contém agua nas estações da chuva.

**Salubridade** - O Municipio é geralmente salubre, mas nas margens dos Rios S. Francisco, Pajeú, e Navio, nas ocasiões de suas exentes aparece as febres entermitentes ou sezoés. E no verão aparece as vezes as febres amarellas, e a pleuris em 1863, o cholera morbo causou alguns prejuizes a população.

**Minerais** - Os Minerais mais uzuais são pedra de construçao e o barro de olaria. Consta também que à ferro cobre e cristal de roxas, assim como muita pedra calcária.

**Madeiras** - Ha muitas especies de madeiras de construçao e marcinaria. As principaes são: Sucupira, oléo, sapucaia, pau de arco, jatobá, aruereia, barapara, balsamo, perê, carnaubeira, sedro, umburana, angico e pau ferro.

**Fructus Silvestres** - Umbu, aracá, araticum, quixaba, ...., maracujá, pitomba, macaranduba, chiquexique,.......; trapiá, oiti, jôa, ...., muricy, mandacaru, estas as que a probrera fazem uzo dellas para alimentação.

**Animais Silvestres** - Onça de diversas especies, gato do mato de diversas especies, caiteu, viado, mocó, prães, capivara, cotia, tatù de diversas especies, furão, guará, raposas, sarique, macacos e saquim.

---

Paço da Camara Municipal da Villa de Floresta 25 de Abril de 1881.

Ilm° e Exm. Senr.

Recebi o officio de V. Exª. datado de 2 de janeiro do corrente anno.

Pelo muito grande desejo que tenho de servir a V. Exª. tomei a deliberação de invidar todos os meios a fim de responder o questãoiro que junta ao officio de V. Exª. acompanhou, pois nas Camaras do Alto Sertão como esta não se encontra nada nos Arquivos motivo este de não ir a resposta mais satisfatoria. Além disto me falta a intelligencia precisa para dissermenho de um tão importante trabalho, portem para satisfazer a V. Exª. junto encontrar a descrição deste municipio, desculpando V. Exª. se não for a gesto pois fu o que pude.

Tendo e honra de oferecer a V. Exª. os meus serviços tanto publicos como particulares.

DEUS GUARDE A V. EXª.


M.D. Bibliothecario da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro

Firmino Gomes de Menezes

Presidente

---

Curiosidades naturaes - Há duas pequenas cachoeiras no rio de S. Francisco, as quais com bom piloto passão canoas e barcos, as quais são Vau e Espinho.

Distancias - Dista este Municipio 120 leguas da Capital da Provincia ao Nascente. As distancias das Villas dos municipios confinantes são as seguintes: á Villa Bella 20 leguas ao norte; á Villa de Tacaratù 20 leguas ao Sueste, ou Sudeste; á Villa de Alagóa de Baixo 50 leguas ao nascente; á Villa de Pajeû de Flores, 30 leguas ao nordeste; á Villa de Salgueiro, 24 leguas ao noroeste; á Villa de Cabrobô 20 leguas ao poente; ao Rio de São Francisco onde devide este Municipio com a Provincia da Bahia, 7 leguas.

A Villa Bella que está em primeiro lugar é em quarto, seguindo-se ás demais na ordem que estão escritas, sendo Tacaratù em primeiro lugar.
PROVINCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE OURICURY
MUNICIPIO DE GRANITO

**Aspecos gerais** - Do lado do norte e leste é este Municipio cercado da serra Araripe, que o divide com os municipios de Jardim e Barbalha (Ceará). Ao leste e sul, extrema com os municipios de Exú e Leopoldina

**Ihjas** - Não há nenhuma

**Serras** - Só existe a Araripe, já mencionada.


**Salubridade** - O Municipio é geralmente salubre, aparecendo apenas, nos fins do inverno algumas febres.

**Minerais** - Não há nenhum

**Madeiras** - Ha muitas especies de madeiras de construção e de marcenaria. As principais são: sedro, jacarandá, Pao ferro, tatujuba, violeta, aroeiro, pão d’are, jatobá.

**Frutas silvestres** - Cajú, umbú, pitomba, cravatá, budiunho, jú, umary, quixaba,

**Animais silvestres** - Caiitu, veado, garapu, preá, mocós, tamanduá, tatu de diversas qualities, catia, onças de diversas qualities, gato do mato e rapoza.

Quanto as aves: encontrão-se nos matos, ema, sereima, jacú, nhambú, jurity e muitas outras aves de menor importância. As aves cantoras são o sabiá, o canario, sope, o azulão, e o chéchéo. As abelhas fornecem excelente mel, taio bão, o brabo, mandassia, jaty, arapiú, canudo, mandury, capira, breu, e abelha branca.

**Topographia** - Esta Villa está situada a margem esquerda do Ria do Braz, as ruas são bem alinhadas, e as casas, embora terreis, são bem edificadas, tendo doos sobrados, sendo um pertencente ao Governo para Casa da Camara e Jury, o qual ainda não está acabado. Tem a igreja Matriz ainda em obras e um Cemiterio.

Ha diversos estabelecimentos comerciais.

**População** - Resumê-se a população livre em 4.000 almas e a escrava em 50 almas

**Agricultura** - Lavoura consiste na cultura do café, tabaco, algodao, cana, mandioca, milho, arroz, e feijao. Tåobem se cultiva muitas especies de fructas, laranja, lima, banana, pinha, ananás, melão, melancia, abobora, etc.

**Criação** - A grande criação consiste em gado vacum, cavallar, lanigero, cabrume e suino.

**Industria Fabril** - A industria fabril, consiste em assucar, aquardente, fumo, farinha de mandioca, obras de olaria, como saio loça de barro, telhas e tijolos.

---

Secretaria da Presidencia de Pernambuco
Em 21 de Janeiro de 1886.

Ilm. Senh.

Em aditamento ao meu ofício de 9 do corrente, transmito a V. Sª. as informações juntas, em original, prestadas pela Camara Municipal do Granito sobre o assunto do questionario que acompanhou o seu oficio de 12 de Novembro hindo.

Deus Guarde a V. Sª.

Ilm. Senhor Bibliotecario da
Biblioteca Nacional do Rio
de Janeiro

Pelo Secretº.

Emiliano E. do Mamborim

---

Commercio - A exportação é quasi nenhuma, que todos os produtos apenas da para o consumo, a exceção do gado vacum, e cavalar, que é vendido para o Ceará e Parahyba do Norte.

Instrução - Para a instrução primária há duas escolas do sexo masculino e uma do sexo feminino.

Divisão Eclesiástica - Pertence este municipio a Dioceze de Per. e comprehende uma só Parochia, a que foi erecta em 1861.

Divisão Policial - O municipio consta de uma delegacia e uma subdelegacia e 16 quarteirões Granito, Algodões, Sitio, Caririzinho, Genipapo, Mundo novo, Sancto Antonio, Sao Joaquim Baxio, Angiso, Caemubinho, Matta boi, Furqilha, Borocó, Cachoeira e Canta Gallo.

Obras Publicas - Paço da Camara Municipal

Rendas - No ultimo quinzenio 1.000$000 r, e no ultimo exercicio 180$000 r.

A Collectoria Prov no exercicio de 1884 a 1885 rendeu 400$000 r e a geral 180$000 r.

Curiosidades Naturaes - Nenhuma

Distancia - Dista esta Villa da Capital da Provincia 150 legosas a leste.

As distancias ás Villas e Cidades dos Municipios confines são as seguintes:  Á Villa do Exu 10 legosas ao norte; á do Ouricury 16 legosas ao oeste.  Á Villa de Leopoldina 10 legosas ao sul.  Á Villa de Salifemim 19 legosas ao leste.

O municipio conta duas estradas uma que vem da Cidade do Crato (Ceará) para o Rio São Francisco e outra da mesma Cidade do Crato para o Piauí.

Paço da Camara Municipal da Villa de Granito 19 de Dezembro de 1885.

Raymão Florêncio D’Alencar

Prezê

Nivaldo José Leal.

Alexandre Jozé de Oliveira

Antholianno Peixoto d’Alencar

Raymundo Ferreira da Cruz
PROVINCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE PÃO D'ALHO
TERMO DA GLORIA DE GOYTÁ
DESCRIPÇÃO DO MUNICÍPIO DA GLORIA DE GOYTÁ.

Aspecto geral - O município da Gloria de Goytá é, na sua sede, cidade do mesmo nome, situado em terreno plano e rodeado de campinas bellíssimas, que pelo inverno se adornam de uma vegetação soberbamente linda, e pelo verão se estendem tristemente nus, quasi combustos pelos raios do sol ardentíssimo que os abrasa. As pequenas arvores, que em capões se povoam, e às vezes em matagães rendilhados, se assemelham a uns robustos esqueletos negros, symbolizando a penúria do camponio, que de receio parece presentir arrefecida a natureza, e os mugidos plangentes do novilho tardo, que ao longe vê o seu rebanho, como elle se mirando de forne.

Às estas campinas se seguem matas, verdejantes em bons tempos de variadíssimo matiz, ora espessa e ora abertas, desfeitas aqui e ali em vastos campos pelo valente machado do laborioso agricultor, que lhe cerceára arvores seculares, e onde esses apostolos benditos do trabalho primitivo levantam casas para residir e engenhos para o fabrico de assucar de cana e farinha de mandioca, e alastram grandes lavras de diversas plantações uteis. Esses lindos descampados, bem como os referidos matos, são ora em immensas planicies, embora sempre e sempre anfastalous, e ora em terreno ondulado e tão ondulado as vezes, que formam valles e collinas harmonicamente poeticos.

Serras - Ao lado do sudoeste da cidade vê-se uma pequena cordilheira, formada pelas serras, pouco notáveis, denominadas: Palmeira, Canavieira e Guilherme, das quaes são acessíveis e matagosas, com

Secretaria da Presidência de Pernambuco
Em 22 de Março de 1886.

Ilm. Senr.

De ordem do Exmo. Senr. Conselheiro Presidente da Província, transmoto a V. Sª.: as informações juntas, em original, prestadas pela Camara Municipal da Gloria de Goytá, sobre o assumpto do questionario anexo ao seu ofício de 12 de novembro do anno proximo findo.

Deus Guarde a V. Sª.

Ilm. Senr Dr. João Saldivia da Gama,
Director da Biblioteca Nacional do Río de Janeiro.

O Secretario,
Pedro Francisco Corrêa de Oliveira

Paço da Camara Municipal da Gloria de Goytá, 4 de Março de 1886.

Ilm. Exm. Senr.

Respondendo o ofício de V. Exmo de 24 de Novembro do anno passado, remetemos a essa Presidencia a descrição do Município nos termos em que V. Exmo. recomendou a esta Camara.

É cumpre disser, que, não tendo d’entre os seus membros pessoa habilitada para se encarregar de semelhante trabalho, elle incombimos o Capº Joaquim Ramos da Sª Moreira, que gratuitamente o desempenhou de modo para nós satisfatorio, e é como incluio ver V. Exmo.

Deus Guarde a V. Exmo.

M. D. Presidente de Pernambuco.

grandes clareiras nos junções ou gargantas, onde existem casas pequenas e choupanas de camponeses que vivem de labores agrícolas.

Riachos - O território do município é banhado por 4 riachos: o Toytá, que é o mais notável, entre eles, e nasce na serra dos Russos da visinha comarca da Victoria; o Salgado, que nasce na fraixa da serra Canaíva, em outra epígrafe mencionada; o Camurim, que se forma ao sopé da serra Guilherme, já também indicada; e o Pilão, que começa a formar-se em pontos limitrofes do município com aquela dita Comarca. São de pequeno curso, innavegáveis e insignificantes mesmo, chegando até a secaarem antes de chegar a verão, conservando em um ou outro pôco águas salgadas e salobras.

Lagoas e corregos - Existem algumas lagoas no município, que quase não merecem menção, sobresaindo, entretanto, a que denominam - Lagoa-Grande, a mais legua de distância da Cidade e ao Oriente desta. Conserva água doce, durante todo o ano, e quando o verão é muito prolongado a água desce para o seio da serra, como vulgaramente dis-s-s, tornando-se preciso cavar-se cacinhas para descobrirla. De algumas dessas lagoas, que em metade são lagomosas, se formam pelo inverno pequenos regatos a deslizar mansamente em estreitos corregos pendentes.

Salubridade - O município é geralmente sabulube, se bem que apareçam às vezes febres intermitentes, em maior escala no estio. Em fins de 1855 e princípio do subsequente ano, o choleramorbos lavrou no município uma grande intensidade, enchendo enormemente o obituario.

Minerais - Não há minerais no município que conduzam à riqueza o País; os que são usados de ordinário, cífram-se no granito disperso ou quebrado no barro de olaria, e, como dito, em tijolos e telhas, que servem para construção de casas.

Madeiras - Ha grande variedade de madeiras nas matas do município, para construção e de marcínaria. As principais são: areceira, amarelo, pão-ferro, pau-árvo, pão-brasil, tatujuba, sapucia, angico, goiabinha, canafístula, freijorge, camundongo, brauna, imberba, sicupira, cabrabaiba, quabeba, araruba, peroba, laranjá, massaranduba, pão-santo e pitá. Algumas destas dão tinta e casas mais abundam são as mensionadas em 4º e 7º lugares.

Frutas silvestres - Existem com abundância nas matas e des Campos do Município: o cajú, goiaba, aracá, araticum, coração da índia, as especies de maracujás, peroba, assú, perilão, nuxia, da mata e de estrela, pitomba, cajú, trapia, jaboticaba, jabotá, oitis das seguintes especies, coró, oitisi, urubá e murim: capitão, inga, jujuba, ameixa, cará, coco-cotó, batinga, umari, caldeiro, gorgóbia e gravatá-assú. Todas estas frutas são indígenas, mas muitas delas se cultivam.

Animais silvestres - Nas matas, nos campos e nas lagoas se encontram aqui e ali, em tempos indeterminados, os seguintes animaes Mamíferos: veado campineiro, raposa de gato e de cachorro, furão, paca, coelho ou lêbre, pécar, tamanduá preguiça, cotia, maracajá, caítatá, tatú-verdealito, bôla e peba, saqui e raio caitá. Aves: - nambás das seguintes especies: zelê, codorniz, pê-róxio e pé-encarnado, rôlas das seguintes especies: juriti, vermelha, assú, parari, cascavel e picui, periquito, beija-flor, ou colibrí, urubú ou corvo, gavião, vento, espanta raposa, roxinol, ferreiro, maria-de-barro, marinha-farinha, salma-caminho, pitiguiru, urú, e lavandeira. As que cantam em gaiolas: saibá, corrupião, gallo-de-campinha, canario, patativa, pintasilgo, chechê, encontro, papacapin, pêgodé, cabocolinho, papa-arros e sanhassi. Meta de destes passaros é prejudicial às lavouras. Os que se encontram nas lagoas: galliná d'água, jassaná, marreco, mergulhão, aracú e sincoa.

Insetos - abelhes que fornece bom mel: urussú verdadeiro, urussú-meirim, urussú-boi, jati, moça-banca, maned d'abreu, tobiba, mosquito, canudo e aripo.

Os que prejudicam as plantações: formigão, tainca e formiga-preta, inclusive, se é cabivel, a lagarta branca, uma larva da familia dos lepidopterços, ou oviparo, que ataca de preferencia e descomunalmente as lavouras de primeira necessidade.

Recetes: os ophidios são: cascavel, cobra de veado, que se assemilha à giboia, cobra rainha, salamanta ou salamandra, cobra-verde, sorucô de malha, corhal, papa-ova, sorucô-urahira, costella de vaca, sibó, girciú, cascabulho, gopeba, caninana, duas cabeças, sorucô de fogo e cobra-preta. Os oviparos são: oteju, camaleão, lagartixa, calangro, papa-vento e viboras-verde e preta. E, finalmente, as moliúscos: caramujo branca e caramujo listrado, menor em tamanho.

Peixes: urahira, crumata, acará, acará, jundiá, jacundá, tuntú, mousá, camarão, peixe-rei, sabarará, pitú e guará.

Historia - O município foi primitivamente uma insignificante Povoação, na qual edificou-se uma Capela sob a invocação de Nossa Senhora da Graça em terrenos doados, para patrimônio desta Santa por David Pereira. Por lei provincial, n° 38, de 6 de maio de 1837 foi ereta em Freguesia por lei, n° 1.297, de 9 de julho de 1877 elevada à categoria de Termo e Villa, e como tal com o seu foro relativo; e por lei n° 1.805, de 13 de junho de 1884 à categoria de comarca e cidade, separando-se assim de Pão d’Alho a que pertencia; não estando, porém, ainda provido como comarca.

População - Segundo o último recenseamento constava a população do município de 17 mil almas; devendo por tanto, habitado hoje umas 20 mil almas, inclusive 1.479 escravos.

Agricultura - A lavoura no município consiste na cultura da canna cayana, mandioca, algodão, milho, feijão, macacéira, arroz, inhames e tabaco.

Também se cultivam algumas espécies de frutos nacionaes, em sitios e quintais, e são, a laranja, lima, bananos, compriça, curu, anã, maçã, vermelha e prata, piña, cordessa, melancia, girimúm, abobora, abacaxi, ananás, e afora outras propriamente hortenses: algodão sobrescata a tudo.

Criação - A grande criação, consiste no município de pequenos lotes de gados vacum, cabrêm, lanígero e suino, sendo que o primeiro apontado se conserva nos campos sob a vigilância de pastores.

A pequena criação consiste das aves domésticas seguintes: peru, gallinha, gato, capote, e dos palmipedes - ganso, pato-blanco e patoro, que de dão vivem na água e a noite guardados em chiqueiros.


No município, como ainda em quase todo o norte, a arte manufatureira conserva presas as asas fulgurantes do progresso à falta de estímulo e de difusão de luses, para o cultivo da intelectualidade.

Commercio - A exportação limita-se, no Município, ao assucar, aguardente, milho, feijão, goma de mandioca, farinha e fumo, que concorrem ao mercado da capital e feiras das vizinhas comarcas.

A importação consiste de ferragem, panos, louças, vidros, e generos de estiva da capital.

O transporte é feito por equitação.

Instrução - Existem no Município 5 escolas publicas de instrução primaria, sendo 2 de sexo masculino, 2 de feminino, e 1 mista; assim como 3 particulares do sexo masculino e 1 do feminino. Já não existe mais um club literário que se criara em 1884.

Divisão eclesiástica - Pertence este Município à Diocese de Olinda e se compõe de uma só Parochia de Nossa Senhora da Graça de Goyá, que foi ereta na data já mencionada na epigrafe - Historia. Está ao Norte da Província, digo ao noroeste da Província.


Topographia - A cidade está instalada em terreno plano, como já foi dito em outra epigrafe, e compõe-se de dois quadros e algumas ruas. O quadro mais antigo e mais povoado está ao Nascente, e ao lado esquerdo e na frente da Matriz; o mais novo em edificação, e que agora é que começa a completar o seu quadrilatro, está colocado ao sudoeste em um sólo muitissimo plano e preside-o o edifício da Cadeia pública. Para comunicar-se de um quadro ao outro se faz o trajeto por uma rua larga e recta, que da mesma forma se estende além do ultimo quadro, ao norte, caminho ao sudoeste.

Do quadro chamado da Matriz sahem pequenas ruas e derredor de casas muito insignificantes, que servem de habitação às gentes mais desprezadas da fortuna, e de sociedade inferior.

Ao norte e por detrass da face do quadro da Matriz e rua, que este comunica ao outro, existe uma velha estrada, de casas deterioradas, que em forma de rua se estende recta e longamente ao noroeste, oferecendo ao espectador a mais bella perspectiva, porque n’uma imensa planicie fende as campainhas que circundam a Cidade, pelo inverno tão exuberantes, tão formosos, tão ricos de seiva e de vida. Esse derrocado boulevard, que assim o chamaria o poeta, ou essa velha e extinta rua, fallada por ter n’ella, segundo a tradição, nascido no epilogar de século passado, terrível assassino e valente mameluco José Gomes Cabelleira, de que já se occupa a historia do norte, chama-se hoje - Barrancão.
ou rua do Barrancão, e quasi que se acha divorciada da comunhão da cidade, civicamente fallando, visto que não sofrem collecta, ou antes o peso do imposto predial, as suas bastantes e arruinadas casas. Ha estabelecimentos comerciaes na cidade.

**Obras publicas** - As obras publicas que se contam no Municipio são: a cadeia publica, a Matriz da Freguesia, o respectivo cemiterio e 4 açudes, sendo tres proximos a esta cidade e 1 á distancia de 1 legua.

A primeira foi construida a esforços masculos do digno cidadão italiano pº Vicente Felippe, em 1878, então vigario encomendado desta Freguesia, o qual produsio uma subscripção que levantou d'entre os seus paroquianos somma de dinheiro suficiente e outros auxilios próprios para o fim a que se propozera.

Notaveis foram os serviços que á essa empresa prestou o bondoso agricultor Capº Antonio Bezerra de Menezes, a par de outros muitos distintos cavalheiros, que seria enfadonho mencionar.

A matriz foi, no alvorecer do presente seculo, lavantada pelo povo, ainda como Capella, por via de esmolas, como no Brasil sóe acontecer com todas as obras pias.

O Cemiterio, que é bastante grande e circundado por um alto muro, foi construido em 1884 pelo Vigario collado João da Costa Bezerra de Carvalho, sacerdote distincto pela sua inteligencia e dotes moraes quasi unicamente ás suas expensas: pois, para semelhante desideratum muito pouco concorreram os fieis, ou antes os seus paroquianos.

Os açudes proximos á Cidade se denominam de açude da Penha, açude de Cima, e Mãe de Deos. Este ultimo é grande e sômente desaparece á sua agua, quando o verão é muito forte e por demais prolongado. Foram feitos a esforços de missionarios da Penha, entre elles o varão distintissimo Frei Fideles Maria Fagnano.

O açude que se distancia 1 legua da Cidade, é chamado - Açude - Grande; é o maior de todos, conserva sempre agua, apesar de forte verão, e, sendo sempre de agua muito doce e boa, ha cerca de 20 annos, sem que precedesse qualquer anormalidade geologica ou atmospherica vista ou conhecida, tornou-se tão salgado como o mar, e assim se conserva despresado para a necessidade mais uteis.

**Rendas** - A Collectoria geral rende 3:257$000 r; a Collectoria provincial rende 3:210$000 r; a Camara Municipal rende 1:925$000 r. Suas rendas são constituídas pela imposição de tributos sobre casas de negocios de lascadas, molhados, mercados na feira publica, contribuição que variam annualmente.

**Distancias** - Desta Cidade á capital dista 12 leguas ao Nascente.

As distancias ás cidades vizinhas confinantes são:

- À Cidade da Victoria, 4 leguas, ao sul; à Cidade do Limoire, 6 leguas, ao oeste; e á Cidade do Esperito-Santo de Pão d’Alho, 4 leguas ao Nordeste.

São estes os municipios linitrophes, cuja comunicação se faz por caminhos estreitos, do povo, desde desconhecidas eras e não por estradas feitas pelo Governo, largas, e para rodagem.
DESCRIPÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO O' DE IPOJUCA DA COMARCA DO CABO DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO.

Aspetto geral - Do lado do norte, oeste e sul, é este município montanhoso, todo retalhado em engenhos de fabricar açúcar, nos quais há partidos de lavruras cercados para pasto dos animaes, matas e capoeiras.

Ao leste é geralmente plano e é a zona paralela ao Oceano, e se compõe de extensas varzeas, sendo que fica mais proximo da costa todo de areia, e o mais central é de barro de uma produção espontânea.

Mar e portas - Peio lado Oriental é o município banhado pelo mar em extensão de cinco leguas; apresenta um único porto pequeno e arriscado que é de Gallinalhas, que dá acesso na praia-mar às barcaças, embarcações de pouco pontal e bastante veleiras que fazem a pequena cabotagem. A costa é defendida com estreito recife, que começa ao norte da barra do Suape e vai encravar-se em terra firme na distancia de sete quilometros.

Ilhas - Não ha fora da costa.

Serras - Há no engenho Gaipio, a vinte cinco quilometros ao oeste da costa deste município, uma com a denominação de serra Selada, muito conhecida pelos navegantes da alta cabotagem, por ser vista de grande distancia e indicar a eles que estão a leste do Cabo de S. Agostinho, quando se achar em distancia que não podem reconhecer a costa.

Rios e lagos - Seu território é regado por diversos rios, que são de pequeno curso exceto o Ipojuca, que nasce na serra Jacarará, ramos da dos Cariris Velhos, junto do nascente do Capiberibe, e correem ambos paralelamente, para o nascente, obra de trezentos quilometros em terras próprias para o cultivo dos algodoeiros e canas de açúcar, e desemboca no mar cortando este município em toda a sua extensão do oeste para leste, recebendo diversos tributarios, e é somente navegável até proximo a povoaçao do mesmo nome, por ser dali para cima tortuoso e raso até as cachoeiras; a navegação deste rio é feita por barcaças que conduzem açucar, mel, aguardente, couros, salgados das rézes que se abatem para o consumo deste município, tudo em grande quantidade para o Recife, e dali trazem generos de importação.

Ipojuca, 26 de abril de 1881

Irmº. Serm.

Esta lançar do ofício de V. S. datado de 2 de janeiro do corrente ano, para dar as informações fidedignas e minuciosas, sobre as circunstancias topograficas e históricas deste municipio, e havendo eu aceitado tão arduas tarefas, e embora consciânt da fraqueza de meus recurso e in competencia pratica em semelhante materia, unicamente guiado pelo mira de corresponder dedicadamente ao interesse e louváveis desejos de V. S., remeto o meu trabalho, que se eu tiver a fortuna de que V. S. ache esse servico satisfivel, dou por bem empregado os meus esforços, asseverando a V. S. que sempre me achará disposto com toda franqueza, a mostrar no desempenho de suas determinações, o quanto sou dedicado à Biblioteca Nacional, e a pessoa de V. S.

Quem Deus guarde.


Muito Digno Bibliotecário da Biblioteca Nacional.

Antonio Juvencio Pires Falcão - Presidente da Camara Municipal de Ipojuca.

Cidade de Gloria de Goyta, 18 de fevereiro de 1886.

Ilme Sr.

Tenho a honra de apresentar a V. V. S. S. o trabalho adiante seguido - descrição deste Municipio - de cuja confecção me incumbiram, para que lhe deem o conveniente destino. Ressente-se elle de muitas lacunas, attenta a minha incompetencia, mas, a partir disso, sobreveem meu animo, sempre disposto ao serviço desta Camara, a maior somma de boa vontade. Douste como vivo, não pude melhorar-o.

Deus Guarde a V. V. S. S.

Ilme Sres. Presidente e mais Membros da Camara Municipal de Gloria de Goytá.

Joaquim Ramos da Silva Moreira.
O rio Marepê que faz confluência na foz do Ipojuca, nasce neste município, recebe tributários que servem de motor aos engenhos que ficam ao sul e norte deste termo, e no lugar denomiando - Ponte da Juruparaná, onde existe uma ponte municipal, torna-se navegável, pelo fluxo e refluxo das marés. Com denominação de rios, há vários que servem de motor a muitos engenhos, tais são: Penderama, que nede o engenho deste nome e desagua no Ipojuca; Maria-Fula, que faz mear os engenhos Cachoeira, Pindoba, e Agua-Fria e engrossa ao Merepe; Sibiró, que nasce no engenho Sibirô Grande da freguesia da Escada, moê, União, Sibiró da Serra, Fernandes, Jussará, Sibirozinho, Sibiró do Mato, S. Rosa, Todos os Santos, São Paulo, Ginipapo e Sibiró de Cavalcante, e desemboça no rio Serinhãem, perdoa da foz ao Sul deste município. Todos estes rios desaguam no Oceano pela barra do Suape que fica ao sul do Cabo de Santo Agostinho do mesmo nome, onde também deságua o rio Massangano, que serve de limites deste e daquele município.

Salubridade - O município é geralmente salubre, mas na zona da costa e à margem dos rios aparecem depois da estação das chuvas, febres intermitentes.

Mineraes - Os minerais mais usuais, são: barro de Olaria, e nos recifes há Pedras-Cabeça de Carneiro que depois de queimadas dá cal muito alva própria para o fabrico do Açucar; e a Pedra-Caraca que dá cal, que se chama cal preta, é natural que haja outros minerais ainda não explorados.

Madeiras - Há imensidade de madeiras de construção e madeiraria, as principais são: vinhático, sucurira de três qualidades, oitica, pão-ferro, pão-d'arco, pão caraça, barabú, sapucaia, sapirucanana, massaandubã, cabribabã, pitã, coração de negro, masaçari de duas qualidades, jatobá de duas qualidades, genipapinho, larajinho, pão-santo, sedro, cajatinga, caroba, peroba, leitteiro, emberíba de três qualidades, louro, anarcol, visqueiro, urucuba, jaguarana, paraiba, almescabra-brava, dita mansa, que dá excelente vexina medicinal, e gaitier (que é dos mangues).

Fructas Silvestres - Caju, do qual se fabrica excelente vinho que além de ser muito agradável ao paladar, é eficaz para todas as molestias intestinais e dos pulmões e único remedio que cura as três especies da hídropesias, e berbère, por ser muito deputativo. Goiaba, do qual se faz excelente doce, araca de três qualidades, guaribara, artacum, jatobicolor, sapucaia, mangaba, massandubã, pitomba, oiti de três qualidades, baba de boi, gargua, amora, pitanga, genipapo, camboim, guajerú, inga de diversas qualidades, maperutunga, maracujá, assú, e morim, ananás e gravatá.

Frias Medicinas - Pinhão, sipó de chumbo, pegapinto, jurubeba, batata de purga, batatinha, caroba, carobinha, lingua de vaca, vassourinha, guadiao, manacá, caepba, mata pasto, mastrozo, pedegozo, jaborandí, tinhórao, salva, mangroebã, cardo santo, bete-cherezo etc.

Animas Silvestres - Paca, viado, lontra, cutia, capivara, tatu, guachenin, quanduí, quati, tamanduá, porco do mato, rapoza, jururutá, saguim, cassaco, ou timbú, gato do mato, camaleão, teju, assú, coelhos e precis.

Quanto as aves, encontram-se nas matas, araquam, curú, hinambú, jacú, pica-pão, tucano, aracari, rolas, jutius, parari, galega e trocal.

Nos campos há diversas qualidades de rolas, como cascaivas, vermelhas e outras. Também abunda periquitos e jandias, que danificam as plantações. As aves cantoras são: sabia da mata, da praia, gongá, araponga, curú, gurinheta, checheu, canario, bicudo, patativa, caboclinho, pintaciglo, corrupião, galo de campina, ou cardel, e encontro.

Nos mangues há, tamateiro, garças brancas e pardas, marreca macarico e socó. Nos brejos ha; jassaná, galinha d'água, e agachadeira.

Ave de rapina: carará, gaviões de diversas qualidades.

As abelhas fornecem excelente mel, tais são: ouruçú assú e mirim, numubaça, jati, e araputá.

Os insetos são: suba e as formigas de roça, muito prejudicial à lavoura, Horto e jardins; os páes de galinhas que estragam as plantações de canas, e transformam-se em bizouros que danificam os canavais.

Ha grandes buzouros que matam os coqueiros; há muito cupim que danificam os predios.

O mar fornece imensidde de peixes como: cavais, serigados, garoupos, siobas, capitangas, urubaanais, galo do alto, garajubas, garacuças, chareus, charlecas, chicharros, bichupiras, cações, tubarões, bicudas, meros, bagues, arraias, camorins, carapebas, curimbas, tainhas, sanhoás, agulhas, sardinhas e cangulos: nos rios e alagados há: jandiai, traira, roncador, sarapó, cará, ticupá, jucudá,
tamboatã, e muçus: nos recifes há muitas lagostas, lagostinhos, polvos e aratús. Nas crouas dos rios, há mariscos, serrambi, marisco pedra, e unha de velhas.

Nos mangues há muitas ostras e crustáceos de diferentes qualidades, todos muito saborosos. Ha um peixe pequeno denominado baiaçu, cujo fél é um veneno fortíssimo.

**História** - A Vila de Nossa Senhora do Ó de Ipojuca, foi primitivamente um pequeno povoado, nele morava o padre Manoel do Ó, que convidou aos povos vizinhos e encarregou-os para edificar uma Igreja com invocaça de Nossa Senhora do Ó, e fez doação do terreno para patrimônio da Igreja.

Com as guerras de 1817 e outras, os povos que oravam ás margens das estradas, amedrontados com as tropas e guerrilhas que cruzavam em direção de Serinhãel e Barra Grande, foram-se mudando para o pequeno povoado e edificando suas casas.

No ano de 1845, a assembléia Provincial, transferiu a sede da comarca do Cabo para este povoado, que com isso, tomou grande incremento; outra lei provincial em 1849, tomou a sede da camara para o Cabo.

A lei provincial nº 499 de 21 de Maio de 1861 elevou a vila.

Por outra lei provincial de 1 de junho de 1864, foi transferida a sede da Vila para a povoaça de Ipojuca.

Outra lei provincial nº 918, foi de novo transferida a Vila para Nossa Senhora de Ó. Segunda vez, foi transferida para a povoaça de Ipojuca, pela lei provincial nº 1404 de 12 de Maio de 1879; finalmente a lei provincial nº 1514 de 4 de Agosto de 1880 restabeleceu a vila de Nossa Senhora de Ó, e para ela foi transferida a sede do termo.

**Topografia** - Esta vila está situada em uma planície, três quartas partes do terreno é foreiro ao patrimônio de Nossa Senhora do Ó. Tem 226 casas com 992 habitantes, seus suburbios retalhados em sitios que abundam de imensidade de arvores de frutas. A menos de um quilómetro, passa o rio Merepe, de sul ao norte que vai fazer confluência com o rio Ipojuca, que passa do Ocidente para o Oriente ao norte da vila, em distancia de um quilómetro, onde está colocada o ponte do Salgado.

Cruzam-se no centro da vila duas estradas, uma que vem das praias do Cúpari, e Cambóia e segue para o poente. A outra vem das extensas praias do porto de Galinhas, Muracaip e ponto de Serrambi; atravessando o Ó de sul a norte, e segue a ponto do Salgado, ramificando em direção da cidade de S. Agostinho do Cabo, e do Recife.

As ruas são geralmente largas e retas, mas outras se observam estreitas. As casas são terreas, havendo porém muitas bem vistosas.

Seus principais edifícios são: a Igreja Matriz que é vasta com dois espaçosos corredores, sacristia e consistorio, que serve para as reuniões do Juri.

Uma casa de mercado vasta e bem construída com sete portas na frente, e cinco ao lado oposto.

O Cemiterio vasto, todo murado, com cinquenta catacumbas, dois mauzoleos, portão de ferro, tendo no centro uma elegante capela.

Ha diversos estabelecimentos comercias e industrias, como padarias, fabrícias de charutos, oficinas de mercenários, seiroiros e curtidores, e uma feira nos dias de sabado.

A cinco quilómetros da vila do Ó para o noroeste, está a ex-vila de Ipojuca, que principia na base de um outeiro, sobe até a chan, com as casas intercaladas, apresentando vestigios de um povoado antigoissimo, situado em terrenos de senhores de engenhos, tem pouco mais ou menos 130 casas, com 550 habitantes, não tem suburbios.

O rio Ipojuca passa ao sul, em distancia de menos de 1 quilómetro.

Só ha uma estrada que atrevessa pela base, do nascente à poente, sendo o outeiro de sul à norte, por onde não ha transito, é por esta razão que não pode prosperar, apezar de ser mais antiga do que a guerra Holandea.

Tem feiras nos dias de domingo.

Possue algumas casas de comercio: tem um convento de franciscanos um tanto arruinado em um dos seus angulos, mas a sua Igreja está em muito perfeito estado e bem paramentada; tendo a imagem do Senhor Santo Cristo de Ipojuca, que é muito conhecida e venerada pelos povos em geral; A Igreja

---

do Livramento acanhadissima, tendo uma só porta na frente. Tem um cemitério não murado. Já teve cinco templos. A matriz com a inovação de São Miguel, foi devorada pelas chamas no dia 29 de Setembro de 1812, depois da festa do Orago e até o presente ainda não foi reedificada. Os outros dois templos com as inovações de São Roque e Nossa Senhora do Rosário, apenas existe os alicerce de um.

À margem da costa, existem dois pequenos povoados, Cupe e Porto de Galinhas, habitados por pescadores, e ao centro deste termo, há o povoado denominado São José de Gaipiô, que tem duas aulas publicas de ambos os sexos, e uma feira nos Domingos; é de pequeno comércio.

População - Segundo o ultimo recenciamento, a população livre, é de 16.220 almas, e a escrava é de 3.286; desta população habitam na vila 992 almas.

Agricultura - Lavoura - consiste na cultura de cana de açúcar, mandioca, tabaco, que apenas chega para o consumo, vinho de cajú, que dá para exportação, café, cacau e cocos.

Também se cultiva algumas espécies de palmeiras como coqueiros, dendêzeiros etc.

As frutas são: bananas de diversas especies, laranja  idem, limas, limões, romães, atas ou pinhas, mangas, condessas, jacas, biribas, mamões, jaboticabas, abacates, sapotas, sapotis, melões, melancias, aboborás que cá se chamam gerimum, e jambo; e muitos legumes e frutas hortenses.

Criações - Há vacum, lanigero, cabrum e suino, sendo a freguezia toda agrícola, não se pode criar para negócio; o mesmo sucede com as aves domesticas.

Pesca - A pesca não só dá para o consumo diário, como para salgas com destino a exportação. A pesca neste município consta de jangadas, redes, curraes, tarrafas, e linhas; o pessoal empregado é de quarenta pessoas matriculadas, e outras tantas não matriculadas: o numero de jangadas de velas e remos, é de cinquenta e pouco mais ou menos:

Industria Fabril - A industria fabril, consiste em açúcar, aguardente, fumo, farinha de mandioca, vinho de cajú, azeite de dendê, obras de olaria, como sejam louças de barro, telhas, tijolos, formas para o fabrico do açúcar, jarras e potes.

Comercio - A exportação limita-se em açúcar que fabricam sessenta e dois engenhos, sendo trinta e um movidos com agua, vinte a vapor, e onze com animaes.

Aguardente que a maior parte dos engenhos destilam, não só com as cachassas, como com o mel de furo e de retame, e da própria cana.

Algum gado suino, couro salgado, peixes, cocos e farinha de mandioca.

A importação consiste em xarque, bacalhão, farinha de trigo, querosene, ferragens, louças, café, sabão, pano, e outros muitos objetos do fabrico estrangeiro.

Instruções - Para a instrução primaria há três escolas publicas do sexo masculino, quatro do sexo feminino, e uma mixta.

Divisão Ecclesiastica - Pertence este município á Diocese de Olinda, e só tem a paroquia de Ipojuca.

Obras Publicas - Não há

Curiosidade - No rio Ipojuca, ha uma cachoeira extensa, desde o engenho Crassú até o engenho Maranhão, com mais de dois quilometros de extenção; esta grande curiosidade tem passado desapercibida, e por se achar na maior parte oculta, por uma mata, não se pode calcular a altura, por esta razão.

Distancias - Dista esta vila, da Capital da Provincia, que é o Recife, dez leguas ao sul pouco mais ou menos.

Dista á cidade de Santo Agostinho do Cabo, que é a sede da comarca, cinco leguas também ao norte.

As distancias ás villas e cidades dos municipios confinantes, são as seguintes: á cidade de Escada, sete leguas ao poente. Á villa de Serinhaêm, quatro leguas ao sudoeste.

Feito pelo tenente-coronel Antonio Juvenacio Pires Falcão.

Presidente da Camara Municipal de Ipojuca - Em Março, de 1881.

PROVINCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE NAZARETH

Aspecto geral - O Municipio é mais ou menos montanhoso, cheio de corregras e de algumas varzeas; suas matas têm sido devastadas para plantações, um ou outro engenho somente ainda conserva pequenas matas virgens de onde tirão madeiras para construção, existindo porem em quasi todos os engenhos capoeirões que fornecem madeiras para edificação de casas, cercados e outros misteres.

Serras - A serra mais importante é a que deixa este Municipio com o de Itambé, e que sendo uma só cordilheira tem diversas denominações, como sejas: serra de Coités, Jundiaí e Mascarenhas, havendo outras de menos importância, que são: serra de Tabatinga, de Morojó, de Conceição e de Trupuá, sendo todas cobertas de matas onde ainda se encontra madeiras para grandes construçoes.

Rios e Lagos - O Municipio apenas contem dois Rios denominados Tracunhaém e Serigy, os quaes são correntes pelo inverno e pelo verão grandes poços que não seca. O primeiro entra no Municipio pelo lado do poente, no lugar denominado Cedro, tendo sua nascencia na Serra Osundongos da Comarca do Bom Jardin, e sua foz no Rio Japomim da Comarca de Guyana, e o segundo nasce na Serra Meirim, da Comarca de Bom Jardin e entra neste municipio, pelo engenho Tabatinga e atravessando o municipio faz sua foz no Rio Capibaribe, de Guyana. Existem os diferentes Riaobos denominados, Tapynassú, Pagy-Tamanatupe, e Titanduaba e Ribeiro Graude, e estes também correntes pelo inverno, pelo verão deixam poços que dificilmente seca, e em alguns das quase ha varios sulcos territenciaes que só conserva agua durante a estação inverno. Existem tambem muitos açudes feitos por proprietarios de grande numero de engenhos desta Comarca, os quais, pela grande abundancia d'agua, servem de utilidade não só à seus proprietarios como a grande numero de moradores.

Salubridade - Este Municipio é geralmente salubre e seu clima ameno, aparecendo entretanto antes e depois da estação das chuvas, febris intermitentes e que as vezes se tornão malignas. Em 1885 porém, causou o choler a morbus grande prejuizo à população.

Mineraes - Os mineraes mais ususae são: a pedra de construção e o barro de olaria.

Madeiras - Ha muitas especies de madeiras de construção e de marcenaria. As principaes são o vinhatico, sucupira, óleo, sapucaia. Pau-Brasil, tatjuba, araroba, augiao, pitia, quiritiga, cajatinga, louro, cedro, aroeira, jucá, macaranhuda, raúlbe, pitia, martim, imbiriba, oitiêca, pau-ferro, guarabú, freí-jorge, pau-d' arco, urucuba, pau-canga, marmajuba, suruagy, paratyba, gitahi, mameluco, balsamo e juremna.

Fructas Silvestres - Cajú, goiaba, aracá, guabiraba, araticum, pitomba, jenipapo, joboricaba, sapucaia, macucuá, oíty, uava, ameixa, macaranhuda e mais outras.

Animeses Silvestres - Caiteu, veado, capecitos e camponeiros, coelhos, presas, capivaras, rapozas, gatos, maracajás, pacas, tatús, cutias, tamanduás, quanduás, quatis, suguins, e outros. Quantos as aves temos nas matas a jurity, a paraty, a araquam, o jaci, o macuco, o saíba, o nambú, e muitas outras entre as quaes, contam-se muitos prejudiciaes a lavoura. As aves cantoras são o saíba, o gallo de Campina, o canario, a patativa, o concilis, o chechão, o pintasilgo, o curiti, o cabocelinho, o papa-arroz, o incontro, a girinhatá, o bigode, o bauá, o bico, e neste genero é grande a variedade.

Ilm. Exm. Senr.

Ascendendo ao apelo, que faz a Bibliotheca Nacional as Camaras Municipaes do Imperio, na qualidade de Presidente da Camara Municipal da Cidade de Nazareth da Província de Pernambuco, venho remeter a V. Ex. o Questionario a respeito deste Mº.; relevando V. Ex. as incorrecções que nelle se notão junto um mapa, certo que toco a sem arte feito, servirá para indicar as posicasões do Mº. e suas longitudes a sêde da Cidade.

Deus Guarde a V. Ex.

Paço da Camara Mº. da Cidade de Nazareth da Prov. de Pernambuco em 12 de Maio de 1881.

Ilm. e Exm. Senr. Dom Benjamin Franklin Ramiz Galvão.
M. D. Bibliothecario da Bibliotheca Nacional.

José Jerônimo Pacheco d'Albuquerque Maranhão
Presidente da Camara.

As abelhas, uruçú, jaty, mandaçaia e arapuá, fornecem excellente mel.

A par deste insectos temos a sauda e outros muitos prejudiciaes a lavoura.

Os rios, bem como os açudes, fornecem muitos peixes, dentre elles, a traíra, o jundiá, o acará, o jacuída, o tamboatá, o acary, a curumát, o camorim, o mussú, e o pitu.

**Historia** - A Cidade de Nazareth, foi primitivamente uma povoação creada em 1808, na qual edificou-se uma Capelinha com a Invoçação de Nossa Senhora da Conceição. Foi creada villa e comarca em virtude do Decreto de 13 de novembro de 1832, e pelo Oepridente da Provencia feita a sua divisão em conceito no ano seguinte, em virtude do artigo 3º da Divisão das Comarcas, cujo artigo é o seguinte: A Comarca de Nazareth abrangerá os Termos de Nazareth e Pau d’alho; § 1º. - Fica creada a Villa a povoação de Nazareth da Matta e seu Termo compreenderá as freguesias de Trancunhaém e Larangeiras. Foi instalada a comarca no dia 4 de outubro de 1838, prestando juramento nesse dia a Camara Municipal.

Por acto da Assembléa Provincial foi em 1838 transferida a Freguesia de S. Joaquim de Larangeiras para esta Cidade, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição. Ainda por acto da mesma Assembléa, de 1850, passou a Villa de Nazareth a ter a cathegoria de cidade.

**Topographia** - A cidade está situada a margem esquerda do Rio Trancunhaém, em uma distancia nunca menos de trezentos brazas: está assentada em um terreno pedregoso e um pouco assidentado; as ruas são geralmente tortuosas, tendo duas praças, uma com a denominação de Pedro 2º; e a outra de Visconde do Rio Branco. As casas são terres em quasi sua totalidade, havendo apenas tres ou quatro sobrados. Seus principaes edificios são: a Igreja Matriz, Cadeia, e casa da Camara, havendo mais a capella do Senhor Bom Jesus e a de S. Sebastião no cemitério publico. Tem uma ponte de ferro lançada sobre o Rio Trancunhaém e diversos estabelecimentos Commerciais e industriais.

**População** - Pelo ultimo recensamento se vê que a população livre é de trinta e tres mil e quinhentas almas, e a escrava de seis mil quinhentas. Desta população habitação na cidade tres mil e quinhentas almas, comprehendidas cincoenta escravas.

**Agricultura** - A lavoura consiste na canna de assucar, mandioca, tabaco, algodão, milho, arroz, feijão e muito pouco café. Também cultivam algumas especies e fructas, como bem, a laranja, lima, romã, bananas, pinhas, melão, melancia, abóbora, jaca e manga, alem de diversos legumes, como, a batata, o cará, favas, etc.

A grande lavoura, isto é, a cultura da canna é neste Municipio, que fica distante quinze leguas da Capital, cultivada por cento e oitenta engenhos de fabricar assucar, os proprietários e rendedores que os dirigem, vivem como que asfixiados. É sensivel a falta de Brazos e de Capitans para o custeio dos engenhos e augmento da produção, entretanto esta não tem diminuido apezar da escacez dos brazos, tal é o esforço e constança dos agricultores.

Reduzidos estes, em sua maioria, a recorrer aos poucos brazos livres que temos para produzir o genero, tendo de dar a terça parte de seu producto pelo transporte feito em costas de animaes, pouco lhes fica para sua subsistencia, de maneira que é desanimator o estado dessa lavoura.

O algodão é cultivado neste municipio somente pelos possuidores de pequenas propriedades, por isso que os senhores de engenhos não consentem que se cultive em suas propriedades; entretanto este anno sua produçao atingiu a mais de quatro mil sacas. Covem declarar que a produçao do assucar, fabricado em todos os engenhos deste Municipio, em annos regulares, pode ser calculada em 20.250.000 quilos ou 1.350.000 arrobas.

O fumo também é cultivado neste Municipio com vantagens, abastecendo não só os consumidores do Municipio, como os mercados de outros lugares. O café é cultivado nesta Comarca em tão pequena escala que bem longe está de atingir ao que se consome.

A pequnena lavoura, os seus productos, o milho, o feijão, a mandioca, são de uma produçao espantosa, e a não termos sofrido a seca, à que está infelismente sujeito este Municipio, bem podia caber-lhe o nome de celebre da Provencia. É, se os productos dessa pequena lavoura não aflue em maior escala ao mercado da Capital, é devido a não compensar a dispeza feita com a conduçao desses mercados para aquele mercado. Em breve se fará ouvir neste Municipio o silvo civilizador das locomotivas da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro, com o ramal para esta Comarca e então facil será o transporte dos productos da grande como da pequena lavoura para o mercado da Capital. Este melhoramento ainda ficar dependendo para a prosperidade da agricultura, da criaçao de bancos que fornecam capitales com juros modicos e a longos prazos, o que tanto reclama seria aattenção dos poderes do Estado.

**Industria fabril** - A indústria fabril, consiste em assucar, aguardente, algodão, fumo, farinha de mandioca, feijão, milho, arroz, obras de Olaria, que são tijolos, formas, telhas e outras mais.

**Instrução** - Para a instrução primaria ha seis escolas do sexo masculino, cinco do sexo feminino, e uma mista, alem destas existem escolas particulares.

**Divisão Ecclesiastica** - Pertence este Municipio a Diocese de Olinda, e se divide em duas paroquias, uma das quais é a da Cidade, e a outra é a de Santo Antono de Tracunhaém, que fica a duas leguas ao sul da Cidade. Compreende o Municipio seis povoações com as seguintes denominações. Alagoas do Carro, Tracunhaém, Alagão Seca, Aliança, Vicencia e Angelicas. Está dividida em doze districtos de Paz, compreendendo a Freguezia de Tracunhaém, seis, que se denominão o 1º, Povoação de Tracunhaém, 2º Povoação de Alagoas do Carro, 3º Buenos Ayres, 4º Tabatinga, 5º Primavera e 6º Marotos; compreendendo a Freguezia de Nazareth outros seis, que são: 1º Cidade, 2º Alagão Seca, 3º Aliança, 4º Trigueiro, 5º Vicencia, e 6º Laranjeiras. A divisão policial consta de uma delegacia e oito subdelegacias, sendo quatro destas na Freguezia de Nazareth com as seguintes denominações: 1º Cidade, 2º Alagão Seca, 3º Vicencia, e 4º Aliança, e quatro na Freguezia de Tracunhaém, sendo a primeira na povoação, a segunda, em Alagoa do Carro, a terceira na Tabatinga e a quarta na Primavera.

**Obras Publicas** - Paço da Câmara Municipal, Igrejas Matrizas, Cadeia, e uma ponte de ferro lançada sobre o Rio Tracunhaém.

**Curiosidades Naturaes** - A serra que deprime este Municipio com o de Itambé, que se denomina Mascarenhas, tem três grandes pedras de cujas eminencias são descobertas a cidade de Goyanna, que fica na distancia de oito leguas, e os povoados deste Municipio que ficão em menor distancia. Ha nas imediações desta serra á pedra une e malacachetas.

**Distancias** - Dista esta cidade da capital da provincia, quinze leguas ao nascente. As distancias ás Villas e Cidades dos Municipios confinantes, são as seguintes: Cinco leguas ao Sul da Cidade do Espírito Santo; Nove leguas ao este, á cidade de Goyanna; dez leguas ao Norte, á Cidade de Itambé, oito leguas á leste, á Villa de Limoeiro; e doze leguas á Leste á Cidade de Bom Jardim.

Traz anexa, uma planta da comarca de Nazaréth, Província de Pernambuco.

---

PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE OURICURI
DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE OURICURI

**Aspecto geral** - É este Município composto de campos rasos limpos e cobertos, tem a serra Branca no norte e a serra do Iguaçu ao poente, e diferentes nomes.

**Mar e portos** - Não há.

**Ilhas** - Não há.

**Serras** - As serras que formam a parte montanhosa do Município fazem parte do Araripe, a Serra Branca e Serra do Iguaçu.


Tem duas grandes lagos chamadas, uma do Espírito Santo, e outra o Disterro, as quais nos anos que enchem tem até dois anos.

**Salubridade** - O Município é geralmente salubre, apesar de aparecerem alguns annos, a febre intermittente.

**Minerais** - Não há.

**Madeiras principais são** - Cedro, pau d'arco, angico e báunia.

**Fructas silvestres são** - Umbú, umurú, eurícy, pitomba, maracuja, júia.

**Animals silvestres** - Caetiti, queixada, tatu de diversas qualidades, viado, onça, gato do matto, presas mocó e cotias, bandeira, raposas, tuacíu.

**Quanto ao areia** - Encontra-se nos campos cobertos, jacuí pemas, jacutinga e zabeles nos campos limpos; há codornizes, nambú, papagaios, periquitos que muito prejudicia a lavradeira, emu, seriema, picapau, e gaviões de diversas qualidades.

**História** - A Villa do Auricury foi primitivamente uma povoação creada no anno de 1840 pelo Padre Francisco Antonio da Cunha o qual edificou-a nas terras de Manoel Monteiro, que della fez patrimonio uma capella com invocação de S. Sebastião que foi erecteda freguesia no anno de 1844, e foi elevada a Villa no anno de 1847, e como tal separada do Município de Boa-vista, a quem pertencia.

**Topographia** - Esta villa está situada a direito do riacho Auricury e se estende na planicie, as ruas são geralmente tortuosas e longas. Mas outras se observam largas e erectas as casas são todas terresas, seus principaes edifícios são: a Igreja Matriz, a casa da Câmara que serve de cadeia e o cemiterio.

Há diversos estabelecimentos comerciais e alguns industriais.

---

**PAÇO DA CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO OURICURI EM SESSÃO ORDINARIA 12 DE ABRIL DE 1881.**

**Urnas Excmº. Senº**

Esta Câmara tem honra de passar às mãos de V. Sº. a informação exigida no ofício de V. Sº. de 2 de janeiro do corrente anno, tendo feito o que lhe foi possível afim de satisfazer a incumbência referida.

Aproveitamos o ensino de apresentar a V. Sº. nossos protestos de estima e alta consideração.

**O Grande Mercador de V. Sº.**

**Urnas e Excmº. Dr. Benjamin Franklin Ramírez Galvão.**

D. Bibliotecário da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Francisco Galdino de Araújo V. Pr.
Bernardo Severino Ruiz de Macedo
João Gomes de Souza
João Salvador de Sta. Anna.
Jorge Clemente da Costa.
Severino da Paixão Monteiro.

---


População - Segundo o último censo, constava a população livre de 10.333 almas livres e escravos, de 405. Hoje a vista do flagelo das seca e pestes dos três anos, haverá pela metade não existe nos suburbios desta villa a ideamento de índios de nação alguma.

Agricultura - A lavoura consiste em mandioca, algodão, milho arroz feijão, canna, que faz raspadura também se cultivam algumas espécies de frutas: laranja, lima, romã, banana, atta cajú, annanáz, melão, melancia, e aboboras.

Indústria fabril - A indústria fabril consiste somente em raspaduras, fumo, farinha de mandioca, obras de Ollarias, telhas e tijolos.

Commercio - A exportação consiste em farinha de mandioca, algodão e gado vacum. A importação consiste em: café, açúcar, aguardente, vinho, vidros, ferragens, pannos e objectos de fabricas estrangeiras.

Instrucção - Para instrucção primaria ha somente duas escolas publicas, sendo uma do sexo masculino e outra do feminino.

Divisão ecclesiastica - Pertence este Municipal a Diocese de Pernambuco occupa uma só freguesia que é de S. Sebastião, como já se disse.

Obras publicas - Paço da Camara Municipal, que serve de cadeia e um açude.

Curiosidade natural - Não existe.

Distancia - Dista desta Villa a Capital 162 leguas ao nascente as distancias as villas e cidades confinantes são as seguintes: a Villa de Piauí, 18 leguas ao norte a Villa do Granito 16 leguas ao nordeste a Villa de Leopoldina 16 leguas ao nascente, a Villa de Cabrobô 30 leguas ao sul a Villa de Boa vista, 30 leguas, também ao sul a Villa de Petrolina 45 leguas ao oeste.

A Villa de Jaicós, Provincia do Pernambuco 40 leguas.

Paço da Camara Municipal da Villa do Auricury em sessão ordinaria 12 de Abril de 1881.

Francisco Galdino de Araujo-Vice Presidente
Bernardino Severiano Rodrigues de Macedo
Joao Gomes de Souza.
Joaquim Salvador de Sâ Anna
Jorge Clemente da Costa
Severiano da Paixão Monteiro.
PROVINCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE PAJEÚ DE FLÓRES
DISCRIPÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLÓRES.

Somente dos lados do norte e leste, justamente nos pontos que separam o município de Flores dos vizinhos, está todo montanhoso o terreno em exame. Todo outro território, senão é geralmente plano, porque de espaço a espaço há ondulações consistentes em pequenos montes pedregosos, e sem maior importância, oferece campos num proporção que se pode quasi considerar o geralmente plano; e coberto de matas de maior ou menor vegetação conforme se distanciam mais ou menos das proximidades dos mananciais d'água que os rege na estação invernal, produzindo por isso mesmo num terreno conhecidamente seco melhor vegetação.

Serras - As serras que formam a parte montanhosa do município, ao norte, no ponto em que limitam-se o mesmo com o novo município de Piancó, finalmente desmembrado do de Piancó, da Provincia da Paraíba, são ramificações da grande cordilheira da Borburenha, separando aqui as duas províncias pelas águas num uma extensão talvez de 10 leguas, e com as denominações de serras de Quixadas, Oelho d'água, Vermelha e Colônia, conforme as ondulações que em continuidade, vão oferecendo na direção do nascente.

E a leste foram tão bem a parte montanhosa do município a separar com o da Alagoa de Baixo, novamente criado na comarca de Cimbres, por uma ramificação da serra do Jabuticab em toda extensão de norte a sul, e que igualmente por aquelas ondulações, tem tendo o nome de serras da Carapuça, Pereiros, Letras, Torre e Sítio.

Rios e Lugares - Há um só rio regando o território do Município, com a denominação de Pajeú, e que corre de nascente a poente na direção da parte alta do S. Francisco. Elle e todos os seus saltos torrenteais, que são rios de mais ou menos força, conforme a natureza dos invernos, quasi sempre escassos por estas paragens, só contem água da estação das chuvas. Passa aqui com um curso de mais de 30 leguas e raro é o anno que se o vé formando um perfeito volume de águas em toda sua força e mesmo que conserve correnteza por 3 meses.

Deixa poços mais ou menos consideráveis, e em distâncias incertas ou variáveis, sendo d'elles o único permanente n'este município o Poço Grande de Sít. Roza, há quatro leguas acima d'esta Villa.

É geralmente forrado de ladeados o leito do rio, e por isso não é raro nas grandes secas desaparecerem as águas nos pontos onde aquelles ladeados não oferecem bastante profundidade. Não há lagos. Pequenos volumes d'água na estação das chuvas não é raro encontrars-se aqui, acolá, prestando os melhores resultados, mas nada tem de salientes.

Salubridade Pública - O Município é conhecido como um dos pontos mais salubres dos sertões do norte. Clima extraordinariamente seco, e por isso ardente, mas refrigerado por noites muito agradáveis, gostou em algum tempo dos fóruns de vicerio de tizicais até do Rio de Janeiro. Causas diversas, ou antes falta absoluta de meios de comunicação prompta e commoda, com o litoral, fizeram-n-o esquecer por esse lado.

Minerais - Nada há de conhecido sobre essa especie de produtos na localidade.

---

Paço da Câmara Municipal de Flores 7 de Abril de 1881.

Ilmº Srs.

Satisfazendo, como me cumpre, o pedido constante do office do V. Sa. de data de 2 de Janeiro d'este anno, em que solicita informações topographicas e historicas, sobre este Município, afim de habitar a Bibliotheca Nacional a ofrecer material consciencioso aos que hajão de tratar de geographia e historia do paiz, apresento a V. S.º o resultado do trabalho que conseguvi organizar tendente a tal assumto, de conformidade com o modelo que se dignou oferecer.

DEUS GUARDE A V. S.º.

Ilmº Srs. Dr Benjamin Franklin Ramiz Galvão

Pedro Pessoa de Siqueira Campos
Presidente da Câmara.

---

Faltam-se em minas de salitre, ferro e até de ouro; mas com critério não se pode dizer senão que há na maior abundância, e da melhor qualidade a pedra calcária.

**Madeiras** - Há madeiras de construção e de marcenaria no município, senão muito abundantes, por que a falta de legislação especial sobre o assunto vai causando diminuição notável no gênero, variadas e de qualidade apreciáveis são eis: arórea, baraúna, angico, pão-branco, balsamo, pão-de-arco, jatobá, pão-ferrão, cedro, cumaru, piquiá, violete e algumas outras com misteres especiais conforme a aplicação a que se destinam.

A arórea e de duração extraordinária e o violete em boniteza, finura do gram e rigeza parece superior ao jacarandá.

**Fructas silvestres** - As fructas silvestres mais notaveis são as seguintes: embú, cajá, jatobá, catolé, quixaba e outras sem importância.

Destas tornar-se notável o umbú, pela abundância com que se encontra de boa qualidade, prestando-se nos meses de janeiro a março a alimentação quasi exclusiva do povo pobre. Dá bom doce e já foi experimentado com vantagem no fabrico do vinho e aguardente. São cultivadas a pinha, a goiaba, o cajá, araça, oriticum, melancia, melão, gêrim, laranja, banana e outras próprias do clima quente.

**Animas silvestres** - Encontra-se com facilidade os seguintes: caitiú, veados, tatú, preá, mocó, onça, gatos do mato e raposas.

As aves mais conhecidas são: nambú, cordobis, jurity, seriema, ema, aza-branca, ribacão, papagaio, maracanã, periquito, jacu, e zabelê.

As aves cantoras são: sofrão, gallo de campina, canario e sabia.

As abelhas variam muito de umas para outras, não só formando espécies que as distingue consideravelmente entre si, como apresentando naturezas diversas no modo por que fabricam o mel. Umas formam o mel em barro, outras em ocos de pão, e aberturas de pedras, todas finalmente variando na qualidade do mel. São as mais conhecidas: tabiba, mandassaia, jaty, urucuizinho, moça-branca, enxa, cupira, papa-terra, mosquito, sanharô, breu, capuxú, mumbuca. Abunda a formiga sabia de um modo prejudicialíssimo às plantações. No rio, pôcos do mesmo e açudes que com elle comunicão se encontra algum peixe de muito boa qualidade sendo o mais notável: mandim, cuurumata, pão, curvina, branquinha, trahira, dourado, piranha, pirambéba, e sorubim.

**História** - A vila de Flores foi primitivamente um lugarejo à margem do rio, habitado por umas mulheres, donde lhe proveio aquele nome e que pela circunstância de sua sublidade contra as carneiradas de Cabrobô, teve de constituir-se o centro de residencia dos paroquianos, que aqui estacionarão, vindo a final, em 1811 por Alvará de 15 de janeiro de 1810, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Monte Negro, a ser inaugurada a vila pelo Ouvirdor José Marques da Costa.

Formou a antiga comarca do alto sertão d'esta Província abrangendo o imenso território, que com o correr dos tempos tem produzido as comarcas de Ingazeira, Villa Bella, Floresta, Tacaratu, Salgueiro, Ouricuri e Boa-vista.

**Topographia** - Esta vila está situada à margem direita do rio Pajeú. Tem má edificação, e esta mesmo demonstra o abatimento em que caiu por causas diversas, tais como o ter sido aqui o centro do movimento revolucionario do alto sertão, em 1848 (*), a diminuição de suas forças, pelo rateamento do território pela criação d'aquellas comarcas já falladas, e sobre tudo às secas que a deixaram de todo abatida. Tem entretanto uma matriz que é a 1ª do alto sertão da Província e uma cadeia que está quasi concluída que é o primeiro edificio regular d'esta especie na Província, feria da Caza de Detenção da Capital. Tem um bom açude publico feito por ocasião da ultima seca com o trabalho dos retirantes. Há pouco commercio e quasi nenhuma industria.

**População** - O recenseamento último dava 11.000 almas ao Município. Hoje porém pôde-se calcular em 7.000 inclusive uns 180 escravos.

---

(*) Revolução Praieira (N. da R.)
Agricultura - Lavoura: consiste no plantio de algodão, mandioca, feijão, milho, arroz e canna.
Criação: Em pequena escala procura-se voltar à criação de gado vacum cavallar, lanigero, cabrum e suino, de todo extinto na última seca.

Industria fabril - Só merece menção o fabrico de faccas, facões e ferramentas para trabalho, executado pela família dos Henriques, bons ferreiros no gênero a que podem atingir.

Commercio - Exporta algum algodão e importa tudo mais que precisa, nas forças da localidade.

Instrução - Existe apenas uma escola mixta, frequentada por 12 alunos de um e outro sexo.

Divisão eclesiastica - Pertence o município, que abrange só a parochia de N. S. da Conceição de Pajéu de Flores, ao Bispado de Pernambuco.

Distancias - Dista esta Villa: da Capital, 96 legoas. Dista das Villas confinantes:
- Do Triunpho 5 legoas (ao poente)
- De Villa Bella - 10 legoas (ao poente)
- De Floresta - 28 legoas (entre sul e poente)
- De Alagôa de Baixo - 22 legoas (entre nascente e sul)
- De Affogados de Ingazeira - 10 legoas (ao nascente)
- Da Princeza - 5 legoas (ao Norte).
PROVINCIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE PANELLAS
MUNICIPIO DE QUIPAPÁ.

Aspecto Geral - Do lado do norte e de leste está este município montanhoso e coberto de algumas matas. A oeste se compõe partes de montanhas e partes de planície. Ao sul notável se serras e bosques.

Mar - Não tem
Ilhas - Não tem

Serras - As serras que formam as partes montanhosas do município fazem parte das serras do Capim que divide a Província das Alagoas serrinha do Ganzil e Monte Turco que se estende de um e outro lado para os municípios vizinhos.

Rios - Seu território é regado por diversos rios sendo o mais notável o rio Piranjé o qual nasce na gruta da Rizina ao este segue para oeste onde faz barra no rio Una com estação de noventa e cinco quilômetros pouco mais ou menos.

Os outros rios, são Quipapá - Aréia - Cochal - Inhahumas que nascendo do lado do norte fazem barra no Piranjé o rio, Boi e Louca, Limão, e Taquara que nasem ao sul, e desaguam no Piranjé e Taquara no rio Jacuípe.

Salubridade - O Município é geralmente salubre, mas no verão aparece alguns cazos de febres.

Madeiras - Há muitas espécies de madeiras de construção e de marcenaria, as principais são amarelho vinaclo, suetupira, sapucaia, pitia, pau-ferro, pau-d'arco, brauna, aruêira, loura e oiticica.

Frutos Silvestres - Cajá, goiaba, araçáceas, artúcum, jaboticaba, sapoçaia, maracujá, pitomba e massaranuba.

Animais Silvestres - Caitú, veado, coelhos, priaes, gato do matto. Quanto a aves encontra-se nas matas aracuan, jucupema, inhambú, pririquito, sabiá, e canário. As abelhas foremsem um excelente mel, o jati, mandasa, uruá, tubiba, mossa branca e arapá, a par destes incertos outros já como a sauba, muito prejudiciais às plantações, os rios fornecem diversas espécies de peixe, o cará, traira, jundiá, piaba, sabará.

História - O patrimônio desta Villa foi doado em 1820 por Bazílio Rodrigues de Freitas, José Correia de Queiroz, Antônio da Costa Leitão, Caetano Corrêa de Queiroz.

Comércio - A exportação limita se assucar, aguardente, farinha de mandioca, feijão, milho e gado vacum. A importação consiste em ferragem, vidros, louça, pannos e outros objetos de fábricas estrangeiras, os gêneros são exportados para a cidade do Recife, onde vem quase todos os gêneros importados para o município, o transporte é feito pela via ferro e depois para os lugares ao norte e ao sul a costa de cavalos.

Instrução - Para a instrução primária há cinco escolas publicas do sexo masculino e três do sexo feminino além de seis particulares.

Paço da Câmara Municipal da Villa de Quipapá 1º de Jan. de 1885.
Ilím* e Exm* Sen.
Esta Câmara remete a V. Ex* e Bibliotheca Nacional d'este Município, conforme recomendou essa Presidência em circular de 24 de Novembro do anno proximamente findo.

Deus G.* a V. Ex*.
Ilím* Exm* Sen* Concelheiro
José Fernandes da Costa Pereira J*.
M. D. Presidente da Prov* de Pernambuco.

Silvestre Pereira de S*...
Presidente
O Secretario Claudino José de Mello.

Divisão Eclesiastica - Divisão desta Freguesia, ao leste divide com a Freg. de S. Bento, ao sul com a Freguesia de S. José da Lagem do Canhoto, tendo 5 Capelas Barra da Jagunda, S. Benedicto, Pau Ferro, Jurema e Queimadas.

Divisão Policial - O município consta de huma delegacia tres Sub-delegacias, sendo o 1º Dest. de Quipapá o segundo de S. Benedicto e o terceiro Dest. de Queimadas.


Topographia - Esta Villa està situada a margem direita do rio, Pirany, para todos os aoos lados ocupa terrenos elevados, as ruas são geralmente tortuosas e largas a maior parte das casas são terras havendo porem alguns sobrados. Seus principaes edificios são a Igreja Matriz de Nossa Senhor da Conceição, e a media de São Sebastião, o cemiterio. Há diversos estabelecimentos comerciais.

Agricultura - Lavouras-consiste na cultura da cana de assucar, mandioca, tabaco, algodão, milho, arroz, feijão também se cultiva algumas especies de fructas: laranjas, lima, banana, ananaes, melão, melancia, abobora e outras fructas aléem de diversos legumes. Criação consiste em gado vacum cavalar, cabrun, suino, a pequena criação limita-se a aves domesticas.

Industria fabril - Consiste em assucar, farinha de mandioca, de milho, hoberas de oaria, como seção louça de harro, telhas, e tijolos de alvenaria, e fabrica de descarossar aldão.

Obras Publicas - Estações e a estrada de ferro uma caza de escola publica em Agua branca.

Rendas - As rendas municipaes são constituídas pela empoção de 15$000 por fabrica de fogo 15$000 por caza de negocjo 120 por carga de marcadoria 10$000 por oaria 500 por matança de cada res cujas rendas subiu 940$000.

Distancia - Dista este municipio da Capital da Provincia 196 quilometros ao leste. As distancias as Villas e aos municipios confitantes são os seguintes:
Villa do Bonito 108 quilometros ao leste.
Villa de Panellas 30 quilometros ao norte.
Villa de S. Bento 90 quilometros ao este.
Villa de S. José da Lagem do ganhoto 36 quilometros ao sul da Provincia das Alagães.
O municipio consta de quatro estadas, sendo huma que vai para Villa de Panellas e Bonito, huma que segue para Villa de S. Bento, huma que segue para Villa de S. José da Lagem, e outra que segue para a Rosadinho ao sul.
Aspeto geral - Do lado do norte é esta Comarca a ... e se compõe de extensos campos. Ao sul nota-se alternativamente bosques e campos em terreno pedregoso.

Serras - Existem a Serra grande denominada serra de Tacaratu, a serra de Juliana, que é a mais alta da Comarca e a Serra da Folia-branca, as duas primeiras foram montanhozas e hoje estão em sua maioria em capueira a última é de agreste.

Rio - Seu território é regado pelo rio S. Francisco em toda extensão; é inaegável na caixumeira de Itapirica e recebe tributário do rio Moxotó, que apesar de forte só contém força d'água durante a estação das chuvas.

Salubridade - A comarca é geralmente salubre, mas na margem do Rio aparecem depois da vassante, febres intermitentes e fora da margem, aparecem algumas vezes febre inflamatoria. Em 1855 apresentou a cholera morbo, porém tão benigno, que em toda Comarca só fez 3 vítimas, apesar de ter afetado muita gente.

Minerais - Os minerais mais úteis são a pedra de cal de construção e o barro de olaria.

Madeira - Ha pouca e de poucas especies, e estas são: Bruna, arueira, pau-d'arco e massaranduba.

Frutas silvestres - Caju, goiaba, aracá, araticum, jaboticaba, pitomba, massaranduba, imbú, caxacubri, faxeiro, quiziquiche, destas são cultivadas o caju e a goiaba

Animaes Silvestres - Caimã, tatu, veado catlinga, mocó, precà, capivaras, cutias, oca, gato do mato de diversas cores.

Quanto as aves, encontra-se jacú, jacú, pema, perdiz, nambari, juriti, araras, papagaio e periquitico os quais prejuízam muito as lavouras. As aves contorras são o sabiá, o canario e a pomba verdadeira.

As abelhas fornecem excelente mel; tais são ouruço, a papaterra, a tubiba, a cupira e varapuí, este porém tem o mel ardente, mas medicinal.

---

Paço da Câmara Municipal de Villa de Tacaratu 17 de Dezembro de 1885.
Ilm° Exm° Sr°.
Esta câmara tem a honra de prestar a V. Ex° as informações recomendado em circular datado de 24 de Novembro passado, que tais incluso encontrará.
Ilm° Exm° Sr°, Concelheiro José Fernandes da Costa
Pereira Junior, M. D. Presidente da Provincia de Pernambuco

Secretaria da Presidencia de Pernambuco
Em 9 de Janeiro de 1886.
Ilm° Sen°.
Em aditamento ao meu ofício de 2 do corrente mês, transmito a V. S° as informações juntas, em original, prestadas pelas Câmaras Municipais de Quipapá e Tacaratu sobre o assumto do questionario que acompanhou ao seu ofício de 12 de Novembro do anno findo.
Ilm° Sen° Bibliothecario da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro

A par destes insectos, ha outros como a formiga muito prejudicial a lavoura das serras.

Nos rios se pesca o surubim, a tubarana, o pirá, o manidi-assú, e outros peixes menores.

**História** - A Villa de Tacaratu foi primitivamente uma povoação creada no tempo que Pernambuco era Capitania, depois edificou-se uma Igreja sendo a padroecia Nossa Senhora da Saude, a qual Igreja caio e edificou-se outra em 1800, que serve de Matriz, mas esta casa ignora a dacta, nesta elevada a cathegoria de Villa no anno de 1849.

**Topographia** - Esta Villa está situada entre duas serras a de Tacaratu e da Folha branca e distante tres leguas do Rio S. Francisco. É toda em planicie e uma parte della rodeada de vertentes. Todas as casas são terreas tendo apenas duas... mal vistozas. O principal edificio é a Igreja e tudo mais está em completa ruina. Não tem comercio devido as grandes secas.

**População** - Segundo o ultimo recencimento era a população de cinco mil tantas almas, hoje deve ter mais de sete mil e pode ter uns setenta e secenta escravos. Existe um aldeiamiento de Indios na distancia de uma legua, que instinto pelo Governo e hoje é o Povoado do Brejo dos Padres. Existe tambem o grande povoado de Jatobá, ponto terminal da estrada de ferro de Paulo Afonso, do qual resultou o aumento da população desta Comarca.

**Agricultura** - Consiste na cultura da canna de asecar mas de fabrica é a rapadura, mandioca, algodão, tabaco, milho, feijão e arroz. Tambem se cultiva algumas especies de frutas: ananaz, banana, lima, laranja, pinha, condessa, figo e sidra.

**Criação** - A grande criação consiste em gado vaccum, cabrum, suino, tambem se cria animal cavallar e gado laniero.

**Pesca** - A pesca não é regular, ha annos que abunda e chega para a salga e exportação, ha outros que só dá para o consumo e outros que nada dá.

**Industria fabril** - A industria fabril consiste em rapadura, fumo, farinha de mandioca, obra de olaria como seja louça de barrro, telha e tijollos de todas as qualidades.

**Commercio** - A exportação limitou o gado vaccum, couros e algodão. A importação consiste em ferragem, vidros, louça, bebidas, fazendas e outros objectos de fabricas estrangeiras.

Os generos são exportados em geral para a cidade da Bahia, donde vem quasi todos os importados, sendo o transporte em trem da estrada de ferro de Paulo Afonso até Piranhas e dali em vapor do mar Rio S. Francisco até a cidade do Penedo e dali também em vapor até a Bahia.

**Cachoeiras** - A mais notavel é Itaparica.

**Destancia** - Dista a sede desta Comarca à Capital da Provincia 110 leguas e à Villa d'Agua - Branca 8 leguas e à de Floresta 20.

**Instrução primaria** - Para a instrucção primaria ha 9 cadeiras sendo 6 do sexo masculino, 2 mistas e 1 do sexo feminino.

**Divisão eclesiastica** - Pertence esta Comarca a Diocese de Olinda e consta de uma só parochia, que é de N. Senhora da Saude.

**Divisão policial** - A Comarca conta uma Delegacia e cinco subdelegacias, a desta villa, da Valla, do Jayobá, da Varzea-Redonda e a do Espirito Santo.

**Obras publicas** - Tem o Paço da Camara, a Cadeia, a estação de Jatobá e a Casa das oficinas, estação do Moxotó e da Quixaba.

---

PROVINÇIA DE PERNAMBUCO
COMARCA DE VILLA BELLA
DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DO TRIUMPHO

Aspecºo geral - A Villa do Triumpho que é situada sobre a serra de Baixa Verde compreende o seu Município nos terrenos que ocupam a serra do mesmo nome, a qual abrange seis legoas na sua maior extensão, e sendo geralmente terrenos detinados á laboura desde os seus primitivos tempos, em virtude da grande fertilidade do sólo, não existem matas. O espectador, deixando a Villa do Triumpho e ao descer a serra por qualquer das diferentes estradas que o conduzem para o lado do norte, sul e oeste, tem diante de si, a começar da base da serra, vastas planícies que se prolongam em maiores e menores longitudes cortadas em diferentes pontos por elevações pirâmides formadas pelas serras e morros que ao longo se avistam.

Serras - Existe no Município do Triumpho somente a Serra da Baixa Verde, já descrita, a qual é formada d'um ramal da bem conhecida serra de Araripe.

Salubridade - O Município é inteiramente salubre e as molestias epidémicas e contagiosas que tem aparecido como: o cholera morbus, febre, variola etc; não tem tomado carácter assustador, e quazi nenhuma perda de vidas conta o município motivadas, por essas molestias.

Fructus silvestres - Há a goiaba, jaboticaba, aracá, caju, annanaz, maracujá, baco-pary, pitomba, araticum. Algumas destas são cultivadas.

Animales silvestres - Veados, caititús, mocós, praús, gato do mato, tatú e a raposa. Relativamente as aves encontram-se nos campos o jacú, seriemá, nhambú, júria, e no começo do inverno abunda também de aves de arrição e aza-branca. Por ocasião das colheitas aparecem em quantidade o periquito e a arara que prejudicam as lavouras. A sabiá, o gallo-de-campina, o canario e o pintaisão são aves cantoras além de muitas outras menos apreciadas. As abelhas, se bem que pouco abundantes mais fornecem mel excelente como o arapuá, canudo, tubiba, e mosquitos; existem outros insectos, como a broca, muitas prejudiciais ás plantações.

Historia - A Villa de Triumpho que teve o seu começo por habitações de Indios, foi pelo correr dos anos de 1780 a 1785 habitada pelo capitão Brito, passando depois o dominio das terras comprendidas na serra da Baixa Verde a Domingos da Rocha Pitta, o qual ofertou um quadro de terreno de meia lega o Fr. Angelo, que por esses tempos chegara à serra, para aldeamento dos Indios e este, por auctorização de D. João 6º edificou a Povoação de Baixa Verde de 1816 para 1820. Foi elevada á cathegoria de Villa por Lei provincial de 2 de junho de 1871 e empossada a 8 de Janeiro de 1872.

Paco da Camara Municipal do Triumpho 7 de Abril de 1881.

Ilm° Serv.
Ilm° Snr° Dr. Benjamin Franklin Raimi Mathion.

OEU CARRA A V. S°.

João Mis. Viu° - P.
Clementino de Souza Dias
Braz Alves Felicca
Miguel do Rosario
Paulino Per° da Silva Lima.

Topographia - Esta Villa é situada, como ficou dito, sobre a serra denominada Baixa Verde, cujo apelido traz origem de uma grande baixa que tem no cimo da serra onde é situada a Villa. O terreno é desigual, razão pela qual as ruas não gozam da ordem simétrica no seu alinhamento. As casas são terreas á exceção da do Paço Municipal e mais seis casas assobradadas de pequenas proporções. Seus principais edifícios são: a Matriz de Nossa Senhora das Dores, a casa da Camara, o cemitério, e uma hermida em construção dedicada à Senhora do Rozario. A agoa, a melhor que se tem experimentado, é fornecida à população pelas cacimbas e minadoros primamentos que abundam na serra, além de um açúcre com suficientes proporções que existe contíguo à Villa.

População - É aproximadamente calculada em dez mil almas sendo destas trezentas escravas.

Agricultura - Consiste na cultura da canna de asucar, café, mandioca, milho e feijão. O café progride de um modo espantozzo e promette uma vida mui prolongada; existem cafeeiros de mais de 70 annos que cada vez reforma e tomão annualmente um viço admiravel. Cultivão-se tão bem algumas especies de fructas: pinha, amanaz, laranja, lima, romã, banana, manga, jaca, abobora, e muitos outros frutos silvestres.


Commercio - Limita-se a exportação, em rapadura, aguardente, farinha de mandioca, milho e feijão.

A importação consiste em fazendas, ferragens, vidos, louças e mais objectos de fabricas estrangeiras.

Plantio do trigo - Ultimamente tendo-se adquirido somente desse vegetal, alguns lavradores tratão de cultivar o afim de verem o seu resultado frutifer. Obteve-se por tanto uma vantagem extraordinaria, que sendo experimentado na estação secca regulou uma chicana de somente 410 litros de trigo; é portanto fora de duvida que regulará muito mais sendo cultivado na estação conveniente, como estão fazendo diversos lavradores, restando somente a falta do machinismo para o seu fabrico.

Instrução - Existem duas escolas de instrução primaria dos dois diferentes sexos.

Divisão ecclesiastica - Pertence este Municipio à Diocese de Pernambuco e limita-se a uma parochia que é a de Nossa Senhora das Dores.

Obras publicas - O Paço da Camara Municipal.

Distancias - Dista esta Villa de Capital da Provincie 110 legoas a leste.

As distancias às Vilas dos termos vizinhos são:

À Villa de Flores, 5 legoas a leste.
À Villa das Princezas, 5 legoas ao norte.
À Villa Bella, 7 legoas a Oeste.

Questionario
Sobre as circunstancias topographicas dos nossos
Municipios
Provincia de Pernambuco
Comarca de Taquaratinga, Villa de Vertentes.

Primeiro. É a villa de Vertentes ao lado do nascente da grande serra Taquaratinga, dita serra tem grantes mattas, sendo ella com 2 leguas de nascente ao poente em comprimento e 2 de sul a norte.

Paço da Cam.º M.º de Vertentes, em sessão extraordinaria de 16 de Dezembro de 1885.
Ilm.º e Exm.º Sr.

Em observancia a Circular de V. Ex.º de 24 de Novembro findo, em que recomenda a esta Camara preste no prazo m.º breve que fosse possível as informações de que trata o Oficio constante de impresso que acompanhou da Biblioteca Nacional constante do modelo annexo. Esta Camara tem a honra de remeter a V. Ex.º a informação exigida do questionario a que têm junto, de conformidade com o falado modelo.

Dº Gº a V. Exç.º.
Ilm.º e Exm.º Dr. Conselheiro José Ferm.º da Costa Pereira Junior
Dtgºmº Presidente da Provº. José Francº Barboza da Sº Cumarú
Presidente.
José Ferrº Gºz Carnº
Pedro Hygino Roizº da Assumpção
André C. dºAsº Costa
José Felippe da Cunha Francisco Antonio de Figueiróº

Secretaria da Presidencia de Pernambuco
Em 2 de janeiro de 1886
Ilm.º Srr.

De ordem do Exm.º Sr. Conselheiro Presidente da Provincia transmite a V. S.º, o officio junto em original com a informação prestada pela Camara Municipal de Vertentes sobre o assunto do questionario que acompanhou o official de 12 de Novembro do anno findo, dirigido por V. S.º ao mesmo Exm.º Sr Presidente.

Deus Guarde a V. S.º.
O Secretario.
Pedro Francisco Corrêa do Oliveira.

Este officio chegou á Biblioteca Nacional desacompanhado das informações solicitadas, o que é explicado na carta seguinte (N. da R.º).

Secretaria da Presidencia de Pernambuco
Em 17 de Fevereiro de 1886.
Ilm.º Srr.

De ordem do Exm.º Sr. Conselheiro Presidente da Provincia, remeto a V. S.º as informações da Camara Municipal de Vertentes, que deixaram de acompanhar ao meu official de 2 de janeiro findo. Assim respondo ao official de V. S.º, de 29 do referido mez.

Deus Guarde a V. S.º
Ilm.º Sr. Dr. João Saldanha da Gama, Director da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
O Secretario
Pedro Francº Corrêa de Oliveira.

livros, uma vez que nos armazéns a temperatura, no verão, chegava a 46 graus centígrados.

Conclusão da recuperação da rede elétrica de iluminação dos armazéns (correspondente a 12 andares). Havia o perigo constante de curto-circuito e o sistema de alarme soava periodicamente

Novas instalações no 1º andar para Almoxarifado, Serviços Gerais, Protocolo, Direção do Departamento de Processos Técnicos e novo espaço para os laboratórios de Conservação e Restauração

Recuperação da rede de escoamento de águas pluviais da cobertura, ralos, calhas, construção de duas salas no 5º andar, além de vestiários para funcionários.

Licitação para instalação de uma mesa telefônica no prédio sede para que algumas linhas sejam cedidas a outros espaços da Fundação.

Licitação para instalação de andaines visando à restauração da fachada da BN, tendo em vista que um pedaço da decoração externa caiu e feriu uma transeunte, quebrando-lhe a perna. Os projetos de restauração e pintura estão orçados em uma quantia equivalente a um milhão de dólares, dinheiro que não existe em nosso orçamento, razão pela qual já saímos a campo para batalhar junto às empresas privadas o patrocínio dessas obras.

Nota: embora diversos estudos tenham sido feitos pelo Departamento de Planejamento e Administração, não foi possível construir o devedor e necessário auditório no 1º andar, com capacidade para duzentas pessoas. Este espaço acabou sendo ocupado por outros setores da Fundação. Tal problema só será solucionado quando tivermos o Anexo da Rodrigues Alves funcionando amplamente.

**Anexo na Rodrigues Alves**

Com 6.500 m² de nova fiação recuperamos o sistema de iluminação desse prédio nos 1º, 2º e 3º andares. Também instalamos oficinas de reparos, vestiários (masculino e feminino) e com a licitação para obras, feita em dezembro, no princípio de 93, teremos dois andares prontos para uso. Aí já estão cerca de 500 mil volumes oriundos da “Coleção Paralela” (que até 1991 estava no subsolo da BN), do depósito da Fink (o aluguel mensal, hoje, estaria custando à BN cerca de três mil dólares) e do acervo do antigo INL.

**Casa da Leitura - Laranjeiras**

O belo palacete na Rua Pereira da Silva, 86, começou a ser restaurado. Inicialmente, graças à ajuda espontânea e gratuita do engenheiro David Spielberg, que se apaixonou pela questão da leitura e das bibliotecas e, em seguida, graças à licitação levada a efeito no final do ano, em maio de 1993, o Proler já deverá estar ali instalado, orientando a política nacional de leitura executada pela Fundação. O segundo lance da recuperação do prédio dar-se-á com obras no seu anexo, de três andares, onde há, inclusive, um providencial auditório.

**Rua Debret (trinta salas)**

Recuperação das instalações elétricas, incluindo substituição integral da fiação; regularization de circuitos e criação de novo ponto para tomadas. Adequação do espaço físico existente às unidades administrativas ali instaladas.
Biblioteca Demonstrativa de Brasília

Realização de obras de ampliação do espaço físico: área administrativa, mudança do almoço-rádio, ampliação da secção de materiais especiais, abertura de janela para ventilação do Núcleo de Informática. Instalação de grade de segurança no estacionamento privativo.

Nota: A Fundação Biblioteca Nacional tem, no Palácio da Cultura (antigo prédio do MEC), na Rua da Imprensa, 16, um andar (3º) onde se encontra instalada a Divisão de Música e Arquivo Sonoro; um andar (4º) para a Biblioteca Euclides da Cunha e diversas salas para o Escritório de Direitos Autorais (11º). Em todas as dependências foram feitas melhorias quanto ao espaço, arejamento e iluminação. Mais não foi feito porque a administração do imóvel não nos pertence.

Patrimônio

Os bens móveis da Fundação Biblioteca Nacional, que em razão da transição da extinta Fundação Nacional Pró-Leitura para a Fundação se encontravam em situação precária, passaram, no exercício de 1992, por um levantamento físico extremamente criterioso, que propiciou a identificação adequada de todos os materiais localizados nas mais variadas dependências da instituição. Sobre os resultados alcançados do trabalho de inventário, podemos dizer que os 11.770 itens encontrados foram cotejados com os registros contábeis e demais anotações históricas do Patrimônio.

Redução de Tarifas Postais

Cabe especial referência ao convênio celebrado entre a Fundação e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que possibilitou a redução das tarifas postais para material impresso em até 90%, tendo sido remetidos, em 1992, 31.567 volumes, entre cartas, impressos, livros e encomendas.

Normalização dos Procedimentos Administrativos

Com o intuito de divulgar entre as diversas áreas da FBN a legislação e as normas que regem a execução orçamentária e financeira dos recursos públicos, foram elaborados e aprovados atos normativos (Instruções de Serviço e Planos de Trabalho), envolvendo matérias de competência da Coordenadoria de Administração.

Através desses instrumentos a área administrativa pode agilizar seus processos, evitando dispêndio de recursos de forma inadequada e criando condições para fixação de prioridades.

POLÍTICA DE RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA: INFORMATIZAÇÃO

O ano de 1992 foi decisivo para a modernização da informática na casa. Através do regime de comodato, instalamos um computador 8.6910, da Unisys, e treinamos uma equipe de 12 funcionários. Conseguimos uma melhoria no sistema de micros. Os 10 micros de 8 bits foram substituídos por 36 PCs de 16 bits, ao mesmo tempo em que se implantou a rede horizontal de micros Novell. Há mais computadores à disposição do público e da administração. Além disto, em convênio com a Bireme (Centro Latino-
Americanos e do Caribe em Ciências da Saúde), chefiada, no Brasil, por Célia Zaher, realizamos a instalação de 9 (nove) bases de dados sobre saúde atendendo melhor à classe médica e aos pesquisadores.

RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACERVO

Captação

Até o Departamento de Processos Técnicos houve um incremento do trabalho para melhoria do nosso acervo. Na área do Depósito Legal, por exemplo, recebemos 83.031 peças.

Isto é, em parte, resultado de um trabalho especial junto às editoras, durante a BIENAL DO LIVRO, em São Paulo, para que cumpram a lei que determina que o depósito legal seja feito na Biblioteca Nacional. Por outro lado, continuaram as gestões para a atualização da legislação em vigor, que deve ser revista pelo Congresso.

As valiosas doações recebidas em 1992 confirmaram a vocação da Biblioteca Nacional como guardiã da memória bibliográfica e documental do país. Relacionamos, no Anexo 1, algumas das mais importantes coleções doadas à Biblioteca Nacional.

O acervo também foi enriquecido através da compra de obras estrangeiras e do intercâmbio bibliográfico com instituições congêneres.

Quanto às teses universitárias, foram captadas 6.098 títulos.

Trabalhando com bolsistas do CNPq, o programa BANCO DE TESES deve passar por uma reavaliação para não duplicar trabalho semelhante realizado pelo IBICT e por várias universidades.


Compra de obras raras

Vale assinalar que, depois de muitos anos, a Biblioteca Nacional voltou a investir na aquisição de obras raras, tendo comprado, no período, as seguintes obras para a Divisão de Documentos Raros e Iconográficos:

5. NOUVELLES DE L'ESTAMPE. n. 118/123; out.-jul. 1991/92. 5 números.
7. JOSTEN, Jaques. De Kleyne wonderlyke wereld... Amsterdã, Joannes Kannewert / 16.../.
8. EXAMEN over het veroogh. s. l., s. ed., 1637.
10. KRUSENSTERN, A. J. von. Reise um die welt in den Jahren, 1803, 1804, 1805 und 1806... Berlin, bei Haud und Spener, 1811-12. 2v
Recuperação
A restauração do acervo contou, em 1992, com uma ajuda através do convênio entre a Sabin (Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional) e a Fundação Gulbenkian, que nos possibilitou, na primeira fase do projeto, restaurar 51 títulos do "Catálogo de Quinhentistas Portugueses.
Foram restaurados 221 documentos planos, desenhos em preto e branco e aquarelas para a exposição Amazônia Redescoberta no Século XVIII, a propósito da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira.
Restauradas, entre outras peças, 15 xilografrias de Goeldi e três partituras de Villa Lobos para a exposição Papéis do Modernismo, além de dez aquarelas de Carlos Julião para a exposição Brasil: um Mundo de Imagens, realizada em Zurique.
Anote-se, ainda, que os laboratórios do Departamento de Processos Técnicos restauraram 6.346 folhas, higienizaram 2.379 volumes, microfilmaram 527.051 páginas e produziram 586 matrizes de rolos de microfilmes e 3.571 rolos foram duplicados - quadros comparativos, no anexo 3.
Dentre os projetos em andamento, destaca-se o Profoto, que visa preservar o acervo fotográfico da Biblioteca Nacional e implantar um sistema automatizado que facilitará a recuperação da informação. Em 1992, o Profoto concluiu seu projeto-piloto, integrando à base de dados e dando um tratamento físico adequado a 530 imagens fotográficas, já disponíveis para a consulta pelos pesquisadores.

A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E A POLÍTICA CULTURAL
Faz parte do projeto Biblioteca Ano 2000 transformar a antiga Biblioteca Nacional num foco de irradiação cultural, fazendo com que esteja presente sempre que se tratar da preservação da memória nacional, de uma política nacional do livro, da leitura e de bibliotecas.
Apresentamos uma exposição ampla de originais da obra do autor, incluindo o dossiê policial que levou o escritor à prisão durante a ditadura Vargas. O acesso a esse material foi possível graças à atuação do então ministro da Justiça, Célio Borja. Foi a partir da exposição sobre Graciliano que a Fundação decidiu criar um Centro de Memória da Cultura Brasileira sobre grandes personalidades da vida política e cultural do país. No caso de Graciliano, não só foram filmados e gravados os depoimentos prestados por personalidades que conviveram com o autor e sua obra, e que participaram de mesa-
redonda promovida pela Biblioteca Nacional, como também realizadas entrevistas com pessoas que o conheceram.

O dia 13 de maio de 1992 foi uma data três vezes importante para a Fundação Biblioteca Nacional em relação a um novo conceito de política cultural. Primeiramente, porque aí se realizou, sob a direção do secretário de Cultura da Presidência da República, Sérgio Paulo Rouanet, o seminário A Economia Política do Livro, que reuniu editores, escritores, fabricantes de papel, livreiros e jornalistas da área cultural para um balanço na situação do livro no país. O seminário durou todo o dia e as conclusões estão sendo editadas pelo Departamento Nacional do Livro, que coordenou o evento. É um documento importante que marca o atual estágio da produção do livro e do seu consumo no país.

Foi um encontro em que a empresa privada e o governo se aproximaram, mais ainda, para um trabalho conjunto.

O texto integral desse encontro será publicado no próximo volume dos ANAIS da Biblioteca Nacional.

Neste mesmo dia foram publicados decretos presidenciais instituindo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Proler - Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Durante mais de um ano, a Fundação batalhou para que o governo se instrumentalizasse através desses dois mecanismos imprescindíveis à reformulação da própria política cultural do país.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas agrupa todas as bibliotecas públicas do país, através de uma coordenadoria nacional afeta ao Departamento Nacional do Livro. Cada estado, por sua vez, tem uma coordenadoria estadual. Anualmente, realiza-se, pelo menos, um grande encontro de todos os coordenadores, com a coordenação central. Em 1992, o encontro deu-se no Rio de Janeiro, no mês de agosto, com a presença de 69 participantes. Aí, foram ouvidos relatórios e apresentados projetos para aperfeiçoar a integração das bibliotecas. Resultado deste trabalho, por exemplo, é o Jornal das Bibliotecas, periódico impresso com a colaboração da Editora Melhoramentos, que dá uma visão do amplo trabalho que se desenvolve neste setor, em todo o país.

O Sistema está procedendo a uma revisão do cadastramento das bibliotecas, já tendo atingido o número de 2.350. Esse recadastramento se fazia necessário porque os números trazidos do antigo INI, estavam desatualizados.


Através do programa O Escritor na Cidade, feito em parceria com o Sesji, 75 municípios foram visitados por vários escritores, totalizando 171 apresentações.

O Sistema enviou às bibliotecas públicas livros no valor de 115 milhões de cruzeiros através do Checklivro, objeto de convênio com a Câmara Brasileira do Livro, que visa à descentralização e à democratização dessas compras.

Em trabalho conjunto com a empresa Trainel, que lançou o projeto Leia Brasil, o Sistema ajudou a articular a visita dos ônibus-biblioteca a trinta escolas no estado do Rio de Janeiro. Os dois ônibus da empresa estão equipados com aparelho de televisão para exibir filmes e com um computador para processar o cadastramento dos leitores. O Leia

Brasil opera sob o patrocínio da Petrobrás. Para 1993 foi programada a participação do Proler neste programa, para tornar o atendimento ao público leitor mais eficiente.

**Proler - Programa Nacional de Incentivo à Leitura**

O Proler, também instituído por decreto presidencial, em 13 de maio de 1992, desenvolve suas atividades em três níveis: dentro da BN, em nível nacional e em nível internacional.

Dentro da BN, desenvolveu o projeto Prazer de Ler, voltado para os funcionários que cuidam da limpeza e manutenção. Semanalmente, às quartas-feiras, através de um leitor-guia, reuniam-se cerca de vinte funcionários para participar do Conto a Conto e Ouvindo Histórias.

No âmbito nacional, o Proler desenvolveu um projeto conjunto com a Rede Ferroviária Federal para estabelecer programas de leitura nos espaços da Rede. Projectou-se a criação da Estação de Leitura, que deverá atender aos usuários da Central do Brasil e do Vagão Leitura, que percorrerá o interior do país.

Foi assinado, também, convênio com o MEC (Seneh) para realização de vários módulos para capacitação de recursos humanos em Vitória, Goiânia, Vitória da Conquista (BA). Na Bahia, aliás, foi realizado, em conjunto com a Universidade do Sul da Bahia (UESB), o módulo zero (experimental), com a presença de 120 técnicos da área da cultura, educação e saúde de seus municípios: Brumado, Poções, Anagé, Vitória da Conquista e Itapetinga. O resultado desse seminário foi extremamente positivo. O Proler instalou-se na região utilizando especialistas locais, fazendo publicações e novos encontros.

O Proler desenvolveu o projeto Leitura na Livraria em colaboração com a Editora Francisco Alves e apoiou o projeto Ao Vivo, o Escritor e sua Obra que agrupou na Biblioteca Euclides da Cunha escritores como Rachel de Queiroz, Nélida Piñon, Carlos Eduardo Novaes, Ferreira Gullar, Antônio Torres. Desta feita, foi realizado um trabalho preparatório com os professores de seis escolas que participaram do encontro.

O Projeto CIA/Cs contou com a assessoria da Fundação através do Proler. Não apenas encaminhamos a planta de como deveria ser a biblioteca daqueles conjuntos, conseguindo o redimensionamento do espaço físico de 70 para 400m², mas estabeleceram toda a estrutura programática para uma ação cultural nas Bibliotecas dos Centros.

**Usuários e serviços**

Em 1992, investimos na instituição de novos serviços e na renovação dos serviços já existentes, sempre visando ampliar as possibilidades de acesso à informação pelo usuário.

Como resultado deste investimento, tivemos um crescimento da ordem de 59% das solicitações de usuários externos, com um total de 2.155 pedidos de pesquisa, para os quais foram referenciadas 24.009 peças, correspondendo a um acréscimo de 100% em relação ao ano anterior.

Outra vitória importante, nesse campo, foi observada a partir da implantação do novo boletim de consulta do Departamento de Referência e Difusão, que registrou uma
sensível queda na demanda de estudantes de primeiro e segundo graus, cujo deslocamento para a Biblioteca Euclides da Cunha está se tornando cada vez mais rotineiro, graças à renovação dos serviços que presta à comunidade, através da reativação do empréstimo entre bibliotecas, da instalação de telefones públicos, da implantação do Laboratório de Idiomas. O anexo 4 apresenta um demonstrativo do afluxo de usuários à Fundação Biblioteca Nacional.

Por outro lado, ao constituir bases de dados próprias e absorver bases externas, passamos a oferecer ao pesquisador um acervo mais atualizado e de fácil acesso, consolidando, assim, o papel da Biblioteca Nacional de centro referencial e pólo de difusão cultural.

Hoje, o usuário tanto pode adquirir levantamentos bibliográficos efetuados internamente como o propósito de subsidiar trabalhos de teses, dissertações e exposições, como ter acesso às bases de dados do Centro Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde - Bireme, do Prodasen, da Rede Bibliodata e outras importantes fontes de informação bibliográfica.

Com o propósito de ampliar o campo de atuação da Biblioteca Nacional, atendendo a um maior número de pesquisadores com a máxima presteza, intensificamos a política de descentralização dos serviços. Além das representações regionais de Brasília, Minas Gerais e São Paulo, passamos a contar com a colaboração das bibliotecas estaduais para difundir os programas institucionais. Dentre os novos projetos regionais, a Biblioteca Demonstrativa de Brasília criou o Serviço de Ouvidoria e a Biblioteca Sonora ampliou o programa Tele-Idoso; o Escritório de Representação de São Paulo implantou um serviço de atendimento sobre a Lei Rouanet e instalou o Subescritório de Direitos Autorais.

É cada vez maior a demanda de registros de Direito Autoral, quer nos subescritórios regionais, quer no Escritório de Direitos Autorais, localizado no Rio de Janeiro, que efetuou um total de 6.172 registros, em 1992.

**Exposições no Brasil e exterior**

**Brasil**

Na Biblioteca Nacional foram realizadas dez grandes exposições, o que dá uma média de quase uma por mês. Considerando que não temos equipes suficientes de programadores visuais, nem conseguimos reformar o mobiliário por falta de verba, este número de exposições é excepcional.

**JANEIRO**

José Olympio: Seis Décadas de Cultura Brasileira
Homenagem aos 60 anos da Editora José Olympio. Exposição de obras editadas por José Olympio e de originais dos grandes autores que lançou.

O Livro Italiano de Arquitetura
Exposição de algumas centenas de livros doados pelo Istituto Italiano di Cultura à Biblioteca Nacional.

---

ABRIL/ MAIO

Papéis do Modernismo
Exposição sobre o acervo da BN relativo ao Modernismo, que este ano comemora setenta anos, mostrando que em muitos aspectos o Rio de Janeiro já o abrigava antes da Semana de Arte Moderna, de São Paulo, em 1992.

JUNHO

Alexandre Rodrigues Ferreira: a Amazônia Redescoberta no Século XVIII
Exposição de 156 desenhos e gravuras da expedição científica cujo bicentenário se celebra este ano. Edição do livro Amazônia com reprodução de vários desenhos e estudos, sob o patrocínio do Banco Real.

AGOSTO/ SETEMBRO

Graciliano Ramos: 100 anos
Exposição de obras, manuscritos, originais, primeiras colaborações em jornais, dossiê policial e uma série de conferências e depoimentos de pessoas que conhecem a obra e conviveram com o autor.

OUTUBRO/ NOVEMBRO

Bibliografia Brasileira

40 anos da Divisão de Música
Concerto e mostra de peças preciosas, em comemoração aos quarenta anos da Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional.

Biblioteca Nacional: 182 anos
Exposição sobre as realizações mais recentes e entrega da Medalha Biblioteca Nacional a personalidades a quem a BN e a cultura brasileira muito devem: Fred Ellison, brasileirista, professor de literatura brasileira, tradutor da Universidade do Texas (Austin); Claude-Henri Freches, professor, tradutor da Universidade de Aix-en-Provence; Ricardo Gribel, diretor do Banco Real, Waldir da Cunha, chefe da Divisão de Manuscritos, que há quarenta anos trabalha na Biblioteca Nacional; e José Carlos Rocha Lima, presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

NOVEMBRO

75 Anos da SBAT
Exposição de parte do precioso acervo da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, que foi cedido à Biblioteca Nacional.
Stefan Zweig no País do Futuro

A partir do material doado por Abraão Koogan, Alberto Dines, Samuel Malamud, homenagem ao autor que morreu no Brasil, há cinquenta anos. Edição de um livro/ catálogo da mostra, da obra e de uma série de conferências sobre o autor austríaco.

Além dessas exposições, a BN cedeu material para nove outras exposições, no Brasil, e participou de mostras internacionais.

Exterior

II Mare Via del Vangelo
Homenagem a Colombo. Gênova, 15 de maio a 15 de agosto.

Brasil: um Mundo de Imagens
A procura europeia de um paraíso terrestre e a arte moderna brasileira. Zurique, Kunsthauus, 22 de maio a 16 de agosto.

As Relações Científicas entre o Velho e o Novo Mundo
Madri, 3 de junho a 14 de agosto.

Cinco Siglos del Libro en Iberoamerica
Caracas, 3 de agosto a 20 de setembro.
Madri, 7 de outubro a 22 de novembro.

Publicações
A partir deste ano, a Seção Editorial passou a ter como competência a produção de originais, a fim de garantir matéria para as publicações correntes da Casa, e a orientação e execução dos serviços relativos ao preparo dos originais recebidos e selecionados pela Coordenadoria de Promoção do Livro.


Cursos
POLÍTICA DO LIVRO BRASILEIRO NO EXTERIOR

Através do Departamento Nacional do Livro, uma série de ações foram desenvolvidas visando à promoção de nossa literatura no exterior.

II Encontro Internacional de Agentes Literários - realizado durante a Bienal do Livro, em São Paulo, reunindo 11 agentes estrangeiros e três brasileiros.

Clipping: Notícias sobre Literatura Brasileira - a partir da sugestão feita durante o Encontro de Agentes Literários, o DNL passou a fazer, quinzenalmente, um clipping com artigos saídos na imprensa nacional sobre os principais lançamentos, para manter informados os interessados em nossa literatura, no exterior.

Fantastic, Fantasy and Science Fiction Catalog - foi publicado pela primeira vez, ampliando a lista de catálogos já editados, para orientar os consumidores de nossa literatura, no estrangeiro.

Fiera del Libro per Ragazzi - (Bolonha, Itália, 8 a 11 de abril) a Fundação manteve um stand na feira, apoiando o trabalho da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e editou o Suplemento Especial do Brazilian Book Magazine.

Prêmio Camões


PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À CULTURA

Por delegação da Lei 8.313/91, instituída pelo Poder Executivo Federal, a Fundação Biblioteca Nacional passou a funcionar como instância técnica de apreciação dos projetos encaminhados ao Programa Nacional de Cultura - Pronac, no segmento cultural relativo a bibliotecas, arquivos e demais acervos, além daqueles relacionados ao livro e à promoção de leitura.

Os projetos culturais candidatos aos benefícios da Lei da Cultura são avaliados por técnicos especializados e julgados por instâncias superiores do Ministério da Cultura.

Paralelamente, a Fundação presta assessoramento técnico e orientação aos proponentes sobre os procedimentos exigidos pelo Pronac na apreciação dos projetos culturais.

A Biblioteca Nacional participa, como membro nato, dos conselhos onde os projetos são deliberados - o Comitê Assessor do Fundo Nacional de Cultura - FNC e a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC.

Em 1992 foram submetidos ao PRONAC, por intermédio da Fundação Biblioteca.

Nacional, 121 projetos, dos quais 38 foram aprovados, 39 indeferidos, 12 arquivados e 32 em fase de análise.

RELATÓRIO DE VIAGENS DA PRESIDÊNCIA DA
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Durante a XXIV Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Cerlalc, em Bogotá, Colômbia, o presidente da Fundação Biblioteca Nacional foi eleito presidente do Comitê Executivo daquela Instituição, responsável pela política do livro na América Latina.

Na qualidade de membro do Conselho de Diretores da Associação de Bibliotecas Nacionais de Ibero-América-Abinia, participou, no período de 6 a 8 de abril, da Reunião do Conselho, realizada em Santiago, Chile, e em 10 de abril compareceu à cerimônia de inauguração das novas instalações da Biblioteca Nacional da Argentina.

Em comemoração aos quinhentos anos do descobrimento da América, a Abinia promoveu, sob os auspícios da Sociedade Estatal para la Ejecucion de Programas del Quinto Centenario (Madrid/Espanha), a exposição Testimonios Bibliográficos Iberoamericanos, inaugurada em 2 de agosto de 1992, em Caracas, Venezuela, que contou com a presença dos diretores das bibliotecas nacionais da região.


ANEXO 1

Obras doadas à Fundação Biblioteca Nacional em 1992

A Sra. Stella Londres, viúva do Dr. Genival Londres doou uma valiosa coleção Cervantina composta de 700 livros.

A empresa Encyclopaedia Britannica doou uma coleção integral, constituída de 32 volumes, de sua nova edição.
O Instituto Italiano de Cultura ofereceu 300 volumes que fizeram parte da mostra O Livro Italiano de Arquitetura.


O musicólogo Vicente Salles forneceu o álbum *Folguedos populares do Pará*, com três Lps.

O compositor Marco Antonio Coelho de Moraes entregou à Divisão de Música e Arquivo Sonoro cinquenta manuscritos originais de sua autoria.

A Sra. Lia Temporal Malcher doou diversos documentos contendo 182 partituras, 31 periódicos, 23 livros à Divisão de Música e Arquivo Sonoro.

72 peças teatrais, pertencentes à coleção Murilo Gandra foram doadas por Margarida Maria Santana Gandra.

O governo espanhol, através do cônsul Gonzalvo Ortiz Tortosa, doou 138 livros sobre literatura hispano-americana, história e sociologia.

Todo o acervo de peças da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais foi doado à Biblioteca Nacional. Com mais de 30 mil títulos, muitos ainda inéditos, a coleção foi entregue pelo Dr. Daniel Rocha, diretor da SBAT.

As senhoras Vera Maria Fursterau e Márcia Japor García cederam os direitos patrimoniais da obra *Euclides da Cunha* à Biblioteca Nacional.

43 fotografias, 7 cartas, 16 manuscritos, 8 cortes, 2 fitas de vídeo, 5 fitas de áudio de Stefan Zweig foram doados pelo jornalista Alberto Dines.


O Dr. Paulo Francisco da Rocha Lagoa doou cinco livros raros de Dante Alighieri, Rabelais, Gastão Cruis e W.S. Anson.


A Sra. Laura Leoni de Carvalho doou original e cópia do romance inédito *Rei Balthazare* e três fotos de José Cândido de Carvalho.

O escritor Abraão Koogan doou 228 documentos de e sobre Stefan Zweig.

O Sr. Samuel Malamud doou dois passaportes que pertenceram a Stefan Zweig.

O professor Maximiniano de Carvalho doou um documento original sobre uma partilha de escravos, do ano de 1878.

O escritor Josué Montello doou o original do seu livro *O baile de despedida*.

O Consulado da Áustria doou 37 obras diversas sobre literatura austríaca, principalmente de Stefan Zweig.

O artista baiano Mário Cravo Júnior doou uma de suas obras.

A Bireme, através de sua diretora Célia Ribeiro Zaher, doou uma leitora de CD-ROM Hitachi com cabo e placa.

Carlos Henrique Tullio doou gravações em metal.

Quirino Campofiorito doou zinco grafia de Guido Viaro e 11 estudos de ilustrações para *Vidas secas*.

Maria Bonomi doou seis gravuras de sua autoria.
Anna Bella Geiger doou uma serigrafia.
Guita Seifer doou quatro gravuras da série “Mueller” relativa à reforma e demolição do prédio da fábrica Mueller, em Curitiba.
Mimmo Paladino doou uma gravura e dois catálogos.
Emmanuel Nassar doou guaches.
11 fotógrafos paranaenses doaram duas fotografias, cada um, para o acervo da BN.
A Sociedade de Amigos do Museu Chácara do Céu doou à BN uma gravura de Iberê Camargo.
A BN recebeu, por doação, uma gravura de Samico.
Mário Cravo Júnior doou uma de suas obras.
Christian Cravo doou duas de suas fotografias.
Ramiro Bernabé doou dez gravuras, uma colagem e sete desenhos em técnicas diversas de sua autoria. A colagem participou da Bienal da Bahia.
Humberto Melo Nobre doou 53 cartões-postais de artistas de cinema das décadas de 1920 e 1930.
Guiomar Garcez doou cinco gravuras de seu filho Paulo Garcez.
Anna Letícia doou uma de suas gravuras.
Anna Maria Maiolino doou seis xilogravuras de sua autoria.
<table>
<thead>
<tr>
<th>TIPO DE PEÇA</th>
<th>QUANTIDADE</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Originais inéditos</td>
<td>4.112</td>
</tr>
<tr>
<td>Monografias</td>
<td>47.443</td>
</tr>
<tr>
<td>Periódicos</td>
<td>51.704</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografias</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>Estampas</td>
<td>216</td>
</tr>
<tr>
<td>Mapas</td>
<td>31</td>
</tr>
<tr>
<td>Manuscritos</td>
<td>598</td>
</tr>
<tr>
<td>Códices</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Partituras/ Peças musicais</td>
<td>1.861</td>
</tr>
<tr>
<td>Gravações sonoras</td>
<td>1.458</td>
</tr>
<tr>
<td>Fitas de vídeo</td>
<td>164</td>
</tr>
<tr>
<td>Microfilmes (rolos matrizes)</td>
<td>230</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>107.986</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
ANEXO 3

RESTAURAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E MICROFILMAGEM

FOLHAS RESTAURADAS

VOLUMES HIGIENIZADOS

PÁGINAS MICROFILMADAS

ROLOS DE MICROFILME PRODUZIDOS

Matriz  Duplicado

90  91  92

90  91  92

USUÁRIOS FBN 1992

<table>
<thead>
<tr>
<th>UNIDADE</th>
<th>QUANTIDADE</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Biblioteca Euclides da Cunha</td>
<td>41.127</td>
</tr>
<tr>
<td>Biblioteca Demonstrativa</td>
<td>350.026</td>
</tr>
<tr>
<td>Biblioteca Nacional</td>
<td>120.898</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>512.051</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Cursos 1992

<table>
<thead>
<tr>
<th>Curso</th>
<th>Mês</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pensadores do nosso tempo</td>
<td>Mar/Jun</td>
</tr>
<tr>
<td>Grandes romances do século XX</td>
<td>Março</td>
</tr>
<tr>
<td>Crítica textual: como se faz uma edição crítica</td>
<td>Mar/Maio</td>
</tr>
<tr>
<td>Português para tradutores</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>(Primeiro módulo)</td>
<td>Mar/Abr</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficina de poesia</td>
<td>Abr/Jun</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficina de textos literários</td>
<td>Abr/Jun</td>
</tr>
<tr>
<td>Português para tradutores:</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>(Segundo módulo)</td>
<td>Julho</td>
</tr>
<tr>
<td>Marginais e malditos na literatura brasileira</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Friedrich Nietzsche (Ecce Homo)</td>
<td>Set/Nov</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficina de literatura</td>
<td>Mensal</td>
</tr>
<tr>
<td>A produção editorial de um livro</td>
<td>Outubro</td>
</tr>
<tr>
<td>Português para tradutores</td>
<td>Outubro</td>
</tr>
<tr>
<td>Obras-primas das literaturas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>portuguesa e espanhola</td>
<td>Set/Nov</td>
</tr>
<tr>
<td>Crítica textual: como se faz uma edição crítica</td>
<td>Setembru</td>
</tr>
<tr>
<td>Identificação de acervo precioso</td>
<td>Novembro</td>
</tr>
<tr>
<td>Conservação e restauração de material bibliográfico</td>
<td>Novembro</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnicas de microrreprodução</td>
<td>Novembro</td>
</tr>
</tbody>
</table>